

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VIZETTE PRISCILA SEIDEL

BALAS DE ESTALO ALÉM DE MACHADO DE ASSIS

Volume I

CURITIBA

2022

VIZETTE PRISCILA SEIDEL

BALAS DE ESTALO ALÉM DE MACHADO DE ASSIS

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras – Estudos literários.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Cerisara Gil

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Seidel, Vizette Priscila

Balas de estalo além de Machado de Assis / Vizette Priscila
Seidel. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.
Orientador: Prof. Dr. Fernando Cerisara Gil.

1. Periódicos. 2. Estudos literários. 3. Crônicas. 4. Ensaios.
I. Gil, Fernando Cerisara, 1961-. II. Universidade Federal do
Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

Bibliotecária: Romilda Aparecida dos Santos CRB-9/1214



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **VIZETTE PRISCILA SEIDEL** intitulada: **BALAS DE ESTALO ALÉM DE MACHADO DE ASSIS**, sob orientação do Prof. Dr. FERNANDO CERISARA GIL, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 11 de Maio de 2022.

Assinatura Eletrônica
18/05/2022 12:18:05.0
FERNANDO CERISARA GIL
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
24/05/2022 15:22:34.0
MARCUS VINICIUS NOGUEIRA SOARES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica
22/05/2022 19:01:30.0
SILVIA MARIA AZEVEDO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
25/05/2022 06:49:15.0
ALLAN VALENZA DA SILVEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
18/05/2022 15:50:19.0
PRISCILA RENATA GIMENEZ
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

Aos meus pais, Ethel e Antonio, pela dedicação e amor incondicional.

Ao Guilherme E Silveira, meu eterno companheiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Capes pela concessão da bolsa de doutorado que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa, principalmente o tempo para selecionar, transcrever e compor a coletânea das *Balas de estalo*;

Ao meu orientador Fernando Gil, pela orientação e amizade, sugestão e olhar crítico ao trabalho, pela liberdade no processo de pesquisa;

Ao nosso grupo de estudo, que me ajudou a olhar de outra maneira o meu trabalho, em especial a Daniele pelas discussões sobre a minha pesquisa;

À pós-graduação em Letras da UFPR que sempre foi atenciosa e paciente;

À banca da qualificação: professoras Raquel e Sílvia, pela leitura generosa e crítica do meu trabalho;

À banca de defesa: à professora Sílvia Maria Azevedo pelos ensinamentos desde a graduação que continuam ressoando; à professora Priscila R. Gimenez, aos professores Allan Valenza e Marcus V. Soares por generosamente aceitarem participar da banca e pela leitura crítica que tanto contribui para melhorar este trabalho.

Aos meus pais, Ethel e Antonio, por sempre me apoiar e incentivar meus estudos e desejos;

A todos meus amigos e familiares que entendem a ausência e me apoiam: Cida, Henrique, Rock e Anna, Luquinhas e Lê, Murilo e Fernanda, Juliana, Isabella, Maria Fernanda pela ajuda nas pesquisas de arquivos, Luciane, Eliane e Juliana que além de formarem um grupo de línguas amenizaram esses anos pandêmicos e solitários e as minhas meninas – Mariana, Manuela e Marina – por tornarem a vida mais leve;

Ao Valter e ao Lukas pelas leituras e discussões em grupo e acolhimento;

À Karina e ao Gleibe por me ajudarem na organização das crônicas, pela amizade e acolhimento, pelo amor fraternal;

À Lilian Martins pela leitura crítica e gentil do meu trabalho, pela amizade;

À Camila Soares pelo apoio e crítica ao projeto inicial deste trabalho, pela amizade;

À Márcia Otoubo pela tradução, companhia e amizade desde sempre;

À Talita Annunciato que me aconselha, discute, lê e faz sugestões pertinentes, mesmo em tempos abarrotados;

Ao Guilherme E Silveira que sempre segura minha mão, mesmo em tempos de insegurança. Sem ele este trabalho não existiria, agradeço as discussões e a paciência, pela leitura atenta e crítica; pela companhia e pelo amor!

A todos que fazem parte da minha vida, sem amizade não conseguiria continuar! Amo todos vocês e muito obrigada!

Lembrar e escrever:
trata-se de um relato em permanente relação com o tempo,
de onde tira, como memória escrita,
sua matéria principal, o que fica vivido –
uma definição que se poderia aplicar igualmente ao discurso da História,
a que um dia ela deu lugar. (ARRIGUCCI, 1987, p. 51).

RESUMO

Esta tese de doutorado faz a apresentação da seção *Balas de estalo* (1883 – 1886), que foi publicada no periódico *Gazeta de Notícias*. Para isso, foi feito o levantamento, a atualização gramatical da língua portuguesa e a digitação de todas as crônicas da seção disponíveis na hemeroteca digital, editando uma coletânea que compila toda a seção *Balas de estalo*. Junto a isso, retomamos algumas discussões sobre o gênero crônica, para apresentarmos o conceito de que a seção, por meio de um olhar constelar, ou seja, olhando para ela como uma unidade, a chamamos de crônica-ensaio. A partir dos diferentes pseudônimos que participaram da seção e suas reflexões sobre o debate político-social do cenário carioca/brasileiro oitocentista e considerando as estratégias narrativas dos escritores das *Balas*, esta pesquisa identifica a seção como crônica-ensaio, por suas possibilidades reflexivas e ficcionais, que é capaz de propor críticas aos costumes de uma época por meio da ironia. Para a apresentação, separamos três conjuntos de crônicas sob os temas – febre amarela, imigração chinesa e escravidão e abolição – para que, por meio desses fragmentos da seção, ou seja, das crônicas, pudéssemos mostrar a importância e a riqueza desse material literário escondido no jornal.

Palavras-chave: Periódicos. Crônicas. Ensaio. Balas de Estalo. *Gazeta de Notícias*.

ABSTRACT

This doctoral thesis presents the section *Balas de estalo* (1883 - 1886), which was part of the periodical *Gazeta de Notícias*. To do this, we collected, updated the Portuguese language grammar, and typed all the chronicles of the section available in the digital newspaper library, putting together a collection that compiles the whole *Balas de estalo* section. In addition, we revisited some discussions about the chronicle genre to introduce the concept that this section, through a constellar look, that is, looking at it as a unit, can be called a chronicle-essay. From the different pseudonyms that participated in the section and their reflections on the political-social debate of the 19th century Rio de Janeiro/Brazilian scenario, and considering the narrative strategies of the writers of *Balas*, this research identifies the section as a chronicle-essay, for its reflective and fictional possibilities, which can criticize the traditions of that period through irony. For the presentation, we selected three sets of chronicles under the themes: yellow fever, Chinese immigration, and slavery and abolition - so that through these fragments of the section, i.e., of the chronicles, we can show the importance and the richness of this literary material hidden in the newspaper.

Keywords: Periodicals, chronicles, essay, Balas de Estalo, Gazeta de Notícias.

RÉSUMÉ

Cette thèse de doctorat fait la présentation de la rubrique *Balas de estalo* (1883 - 1886), qui faisait partie du périodique *Gazeta de notícias*. Pour cela, nous avons fait le relevé, la mise à jour grammaticale de la langue portugaise et la saisie de toutes les chroniques de la section disponible dans l'hémérothèque brésilienne, en éditant un recueil qui compile toute la section *Balas de estalo*. En plus, nous reprenons quelques discussions sur le genre de la chronique, pour présenter le concept que la section, par un regard plus amplifié, c'est-à-dire en la regardant comme une unité, nous l'appelons chronique-essai. Parmi les différents pseudonymes qui ont participé à la section et ses réflexions sur le débat politique social de la scène carioca/brésilienne du XIX^{ème} siècle et compte tenu des stratégies narratives des rédacteurs des *Balas*, cette recherche identifie la section comme chronique-essai, pour ses possibilités réflexives et fictionnelles, qui est capable de proposer des critiques aux mœurs d'une époque par l'ironie. Pour la présentation nous séparons trois ensembles de chroniques sous les thèmes – fièvre jaune, l'immigration chinoise et l'esclavage et l'abolition – à travers ces fragments de la section, c'est-à-dire des chroniques, nous montrons l'importance et la richesse de ce matériel littéraire caché dans le journal.

Mots-clés : Journal, chroniques, essais, *Balas de estalo*, *Gazeta de notícias*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comunicado Maçom – Gazeta de Notícias – 20/12/1883	31
Figura 2 – Aviso sobre os lugares onde se vendia a <i>Gazeta de Notícias</i>	50
Figura 3 – Prospecto Da página de abertura da primeira edição da <i>Gazeta de Notícias</i> (02/08/1875).	52
Figura 4 – Sobre a venda avulsa. (02/08/1875).....	55
Figura 5 – <i>Balas de Estalo</i> (20/06/1883).....	75
Figura 6 – Aluguel de casas para a estação calmosa	88
Figura 7 – Remédio para os diversos tipos de febres, incluindo a febre amarela	88
Figura 8 – Tabela com o número de mortes por febre amarela (imagem do jornal e detalhe)	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A CRÔNICA E O ENSAIO	23
1.1 DO FOLHETIM À CRÔNICA	24
1.1.1 A crônica do século XIX: uma breve discussão sobre o gênero	27
1.1.2 Dialogando com o cânone	33
1.2 IRONIA COMO ESTRATÉGIA NARRATIVA	39
1.3 DA CRÔNICA À CRÔNICA-ENSAIO.....	44
2 – O EMBRULHO E A <i>BALAS</i>	48
2.1 O EMBRULHO: <i>GAZETA DE NOTÍCIAS</i>	48
2.1.1 O surgimento da <i>Gazeta de Notícias</i> e seu contexto social.....	49
2.1.2 A estrutura da <i>Gazeta de Notícias</i>	51
2.1.3 A literatura na <i>Gazeta de Notícias</i>	56
2.2 ERA UMA VEZ AS <i>BALAS DE ESTALO</i>	61
3 – DESEMBRULHANDO AS BALAS	86
3.1. MIASMAS... ..	86
3.1.1 ... e mistérios.....	90
3.2 QUESTÃO DA CHINA	102
3.2.1 Viagem em torno da China.....	105
3.3. A ABOLIÇÃO BATE ÀS PORTAS.....	116
3.3.1 – No campo das ideias, o movimento libertário.	117
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS	144
ANEXO A - TABELA	152
ANEXO B – CRÔNICAS.....	174

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa traz à luz os textos da seção *Balas de estalo*, escritos entre 1883 e 1886, no periódico *Gazeta de Notícias*. Transcrevemos todas as crônicas que estavam no referido jornal e disponíveis na hemeroteca digital, fizemos atualização ortográfica, mas sem fazer modificações estruturais, tentamos deixar o mais fiel ao original. A tese é dividida em dois volumes, no primeiro há a apresentação dessas crônicas, traçamos relações entre os textos dos diferentes autores que participaram da seção e suas reflexões sobre o debate político-social do cenário brasileiro oitocentista. Considerando as estratégias narrativas e discursivas dos escritores das *Balas*, na quais Machado de Assis é reverenciado como o principal nome, esta pesquisa identifica a seção como crônica-ensaio, por suas possibilidades reflexivas e ficcionais, que é capaz de propor críticas aos costumes de uma época por meio da ironia. O segundo volume apresenta o conjunto das crônicas dos jornais que digitamos com algumas notas de rodapés, formando a coletânea das *Balas de estalo*. Esse conjunto de novecentas e quarenta crônicas formam a seção em seus quatro anos de existência, com ápice de produção em 1883, 1884 e início de 1885. Ainda foram somadas a essa coletânea seis crônicas encontradas na mesma seção em um segundo periódico, o *Almanak Gazeta de Notícias*. O segundo volume dessa tese, portanto, é formado pela compilação de novecentas e quarenta e seis crônicas, acompanhadas por uma apresentação introdutória. Nossa intenção é contribuir para futuros estudos, apresentamos também uma tabela informando o dia, o mês e quem foi o colaborador no anexo I deste volume.

O meu percurso acadêmico começa na graduação, pela iniciação científica, desenvolvi uma pesquisa, na qual estudei a presença francesa nos contos de Machado de Assis, especificamente, no primeiro livro de contos do autor, *Contos fluminenses* (1870), sob a orientação da professora Dr.^a Daniela Mantarro Callipo, Unesp/Assis. Dei continuidade aos meus estudos no mestrado ao fazer a dissertação intitulada: *Dentro e fora da valise: “Histórias da meia noite”, de Machado de Assis*¹, na Unesp-Ibilce, sob a orientação da professora Dr.^a Lúcia Granja. Na dissertação apresentei como, na considerada primeira fase machadiana, o autor carioca desenvolveu um possível projeto estético antirromântico e seu processo de editoração para a coletânea de 1873, a partir

¹ A partir da minha dissertação, em agosto de 2020, lancei um livro: “Por trás da estante: *Histórias da meia-noite, de Machado de Assis*”, pela editora Appris.

das análises dos contos no periódico *Jornal das Famílias* e em *Histórias da meia noite* (1873).

Dando continuidade às pesquisas de literatura brasileira e periódicos, o objetivo dessa investigação é apresentar a seção *Balas de estalo* como um todo. Para tanto, como já dito, fizemos o levantamento e digitamos todas as crônicas da seção, formando uma coletânea com toda a seção *Balas de estalo*, buscando disponibilizar aos futuros pesquisadores um acesso mais rápido para esse rico material, uma vez que – apesar de público – esse material, enquanto unidade, permanece inédito, e, mesmo que passados mais de 130 anos de sua produção e publicação, seus temas permaneçam ecoando na sociedade brasileira. Para além da compilação, procuramos também compreender o constante atravessamento entre as crônicas da seção e o contexto social, em relação às injustiças políticas e sociais da época, juntamente com o diálogo entre os próprios colaboradores que constrói uma visão ampla, ainda que pontuada de contradições, da sociedade carioca oitocentista. Observar a seção a partir desses cruzamentos permite uma noção muito mais ampla do complexo sistema de relações, comentários e críticas a que se propunha as *Balas de estalo*.

Durante a pesquisa nos questionamos: como a seção funciona enquanto conjunto? Dentro de sua pluralidade textual, enxergamo-la como uma grande crônica-ensaio. Propomos, então, juntar os fragmentos e extremidades a partir de temas relevantes da seção e compreender os atravessamentos entre esses textos observando as estratégias discursivas e narrativas das personagens² que compõem a seção. Os recortes temáticos da análise proposta nessa tese buscam apresentar e debater os contatos entre as crônicas, mais do que fechar uma compreensão sobre esses mesmos temas, ou seja, como esses textos criam uma rede ou constelação a partir dos olhares dos pseudônimos.

A seção chegou a contar com vinte e uma diferentes assinaturas criadas por pelo menos oito autores reais distintos. Nem todos os colaboradores são identificados, ou seja, não sabemos quem são algumas pessoas por trás dos pseudônimos. Alguns participaram da seção até seu término, enquanto outros entraram após seu início e saíram no decorrer do tempo.

A nossa seleção de análise se dá por temas. Na seção são visíveis alguns grandes temas de que se ocupam os autores ora apenas alguns dias, ora meses retomando e

² Conceito que vamos abordar no segundo capítulo desta tese. O pesquisador Willian M. Boenavides (2018) chama os colaboradores da seção de narradores-cronistas, pensamos que persona consegue compreender a amplitude e encenação desses pseudônimos na seção *Balas de estalo*.

desdobrando certos assuntos, cruzando suas crônicas e criando uma complexa rede de críticas e ironias. Os principais temas abordados pelas personas foram problemas de saúde pública; religiões; autoritarismo das instituições; divergência entre instituições e as necessidades sociais; violência e repressão; as relações de trabalho que estavam se desenvolvendo naquele momento, críticas literárias que abrangiam os escritores e, na maior parte, os críticos literários da época.

Há polêmicas sobre os problemas locais e os universais dentro do contexto carioca/brasileiro oitocentista – variando do absurdo ao comum, do particular ao público, passando por eventos envolvendo abandono de um corpo em um terreno baldio, o comportamento dentro dos bondes, até os problemas como a epidemia de febre amarela e a abolição da escravatura. A discussão sobre a epidemia de febre amarela, o primeiro dos três temas abordados nas análises dessa pesquisa, por exemplo, vai durar, de maneira mais constante, em torno de dois meses nas *Balas* do início de 1883; não serão todos os dias e nem todos os escritores que vão abordar determinado assunto, mas o assunto surgia quando contestavam o descaso do governo ou como a Igreja Católica tenta se beneficiar da situação. No segundo recorte abordado, ainda em 1883, temos a discussão sobre a vinda dos chineses para a troca da mão de obra escravizada naquele momento, que durou por volta de um mês na seção. Juntamente a esse debate, vão abordar a questão da abolição da escravatura, de maneira direta e indireta por meio das políticas da época, que se desdobra em vários momentos, sendo esse o terceiro conjunto temático escolhido. As crônicas que discutem sobre a abolição da escravatura permeiam os quase quatro anos de existência da série, o tema tornou-se mais denso nos anos 1884 e 1885, com olhar crítico à política e à sociedade da época.

Em meio à diversidade de temas da seção, tentamos relacionar os que mais apareciam em conjunto, por exemplo, a questão política quando é discutida na seção sempre é de maneira a criticar as escolhas, leis, que vão na contramão da abolição da escravidão. Como veremos, mesmo a problemática da febre amarela ou a vinda dos chineses se relacionam direta e indiretamente com a questão da escravidão. Dessa maneira, selecionamos por volta de trinta crônicas que discutem os temas propostos: a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, na década de 1880, a tentativa de trazer os chineses para o Brasil com o intuito de trocar a mão de obra escravizada e a abolição da escravatura que ronda todos os temas que levantamos.

Importante também destacar uma abordagem que olha estes textos como um limiar entre a crônica oitocentista e o ensaio, pelo seu modo de construção e

desenvolvimento na soleira entre a informação e a opinião, o comentário e a reflexão crítica – ácida e humorada – a partir da ironia. Para compreender a seção de maneira geral, olhamos as crônicas como fragmentos, como já citado, a partir de seus diálogos, trouxemos um olhar de constelação entre esses textos e vimos as personas como escritores em redes. Décio, um dos pseudônimos da seção, nos adianta o que iremos encontrar nas diversas assinaturas e textos:

Eu estive por um momento a hesitar entre escrever este artigo subordinando-o ao título genérico de *Balas de estalo*, ou lançá-lo nas colunas da *Gazeta de Notícias*, sob a epígrafe do – Profilaxia nos hospitais.

É que a verdade é esta: o assunto é seríssimo. Não pode ser tratado numa seção como esta, onde tem tido entrada todo o gênero humano, bípede e quadrúpede – nesta seção, da qual um dos redatores mudou a assinatura por haver outro de igual nome, que perdeu o páreo nas corridas de Friburgo; nesta seção que tem dado ingresso aos projetos do Poli-comendador Malvino, aos discursos pilhéricos do Sr. Contagem e os habitantes da povoada cabeça do Hudson.

E uma vez que o assunto é sério, custava-me colocá-lo neste lugar; mas o tempo urge, a humanidade sofre, e a pátria corre perigo: portanto, tenho de submeter-me, e lá vai o que tenho a dizer. (Dr. Décio, *Gazeta de Notícias*, 18/10/1884).

Aqui temos um adiantamento dos temas que são tratados, a pluralidade dos pseudônimos que farão críticas às diversas personalidades da época – de políticos a escritores – e tudo isso embrulhado pelo sarcasmo e pela ironia – a máscara de uma forma descartável que acaba por tocar em assuntos dos mais importantes e urgentes.

Os estudos já existentes sobre as *Balas de estalo* atingem prioritariamente Machado de Assis, deixando de lado os outros colaboradores, com isso há um hiato nos estudos relacionados a essa seção. Os primeiros estudos sobre ela são de Raimundo Magalhães Júnior. Publicado em 1958, *Crônicas de Lélío* reuniu grande parte das *Balas de estalo* de Machado. Tal reunião foi importante, mas conta com a ausência de algumas crônicas. Foi com Heloisa Helena Paiva de Luca, em 1998, que todas as crônicas machadianas da seção foram apresentadas. Nessa reedição de Luca, a produção de Machado de Assis é apresentada, deixando os outros colaboradores sem a devida importância, bem como a seção em si, que não foi revisitada e discutida em sua totalidade. Ana Flávia Cernic Ramos (2005, 2010), em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado, estudou de que maneira Machado de Assis participou da série, como ele criou sua personagem Lélío e a forma dele analisar a política imperial em fins do

século XIX. Em dezembro de 2018, Willian Moreno Boenavides defendeu sua tese de doutorado, na qual traz um olhar ao coletivo da seção em 1883, analisa a presença dos comentários sobre a modernização brasileira nas crônicas escritas no primeiro ano de publicação da série *Balas de estalo*, apresentando a constituição do próprio gênero crônica relacionada com essa modernização à brasileira. O pesquisador também digitou o primeiro o ano de 1883, nós optamos por não utilizar a transcrição do trabalho dele, pois já estávamos em avanço no estudo quando tomamos conhecimento de sua tese.

A maneira de construção do diálogo em rede e a compreensão da linguagem literária dos escritores será debatida, pois como sabemos “A linguagem é o material na literatura, tal como a pedra ou o bronze o são da escultura, as tintas da pintura, os sons da música” (WELLEK; WARREN, 2003, p. 28). Essas características nos levaram a uma abordagem dos textos da seção em uma aproximação com o ensaio.

A partir da leitura de teorias e críticas sobre crônicas oitocentista no Brasil e sobre o ensaio, percebemos uma aproximação das características dos dois gêneros nos textos da seção. Os textos que compõem as *Balas de estalo* são construídos a partir do olhar subjetivo de cada escritor dando voz às personas da seção. Estes comentam, zombam, dão conselhos, dialogam com seus leitores e entre si sobre os acontecimentos políticos e sociais, no bairro ou no país. A ironia será uma marca importante desses textos, causando um riso desconfortável e indignação, alguns construíram uma narrativa mais subjetiva, próxima de um conto, outros fizeram uma narrativa sarcástica com tom informativo. A grande variedade na forma textual escolhida pelos autores faz com que esses textos se aproximem e se distanciem das características comuns às crônicas. Tal variedade nos implicou na busca de um olhar diferenciado para a seção, e foi no conjunto que encontramos a noção de crônica-ensaio. Ocupando um espaço voltado às crônicas, a seção, em seus diálogos amplos, faz-se dia a dia, ensaiando e propondo novos cruzamentos entre os seus textos, a diversidade de formas e discursos tem no diálogo o seu elemento aglutinador. A seção *Balas de estalo* permite, em sua unidade, compreender complexas relações da sociedade brasileira e da literatura que se constituía naquele momento.

Assim foi importante conhecer a seção *Balas de estalo* como um todo, o que ajudou a compreender o funcionamento da *Gazeta de Notícias*, no século XIX, na década de 1880, considerando o projeto de modernidade que estava se instalando no país naquele momento. Pois, como se sabe, as crônicas, os ensaios, o romance, ou seja, a literatura percorria quase o todo desse periódico, em várias seções, que podiam ser

diárias, semanais, quinzenais ou mensais. A série é encontrada nas páginas 2 ou 3, nas 3ª ou 4ª colunas, ou seja, não aparece no rodapé, nem rivaliza com o romance-folhetim também presente no jornal. Asperti (2006) diz que a *Gazeta de Notícias* trazia um folhetim de atualidade, o qual abordava artes, literatura, teatro, moda e acontecimentos notáveis. De acordo com a estudiosa, um tipo de texto que nunca se ausentou do periódico em questão foram as crônicas:

A primeira ocorrência de uma coluna de crônicas na *Gazeta* foi localizada já em 1875 com o “Folhetim da *Gazeta de Notícias*”, coluna diária de nome genérico que abarcava crônicas da atualidade assinadas pelos mais diversos nomes da época: Lulu Sênior, Proudhomme, Tralgadabas, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, França Junior, e outros. A partir de então passaram por esse rés-do-chão (cf. CANDIDO, 1992, p. 13) do jornal assinando as mais diversas colunas diversos autores como Ferreira de Menezes (coluna dominical “A Semana” de 1878 a 1879; posteriormente, em 1892, o título é assumido por Machado de Assis), José do Patrocínio (coluna semanal “Semana Política” ou “Semana Parlamentar” de 1877 a 1881), Ramalho Ortigão (coluna esporádica “Cartas Portuguesas”, primeira publicação em 1877), dentre muitos outros autores que apareceram em anos subsequentes, como Artur de Oliveira, Lino de Assunção, Valentim Magalhães, Eça de Queirós e Machado de Assis, dentre outros. (ASPARTI, 2006, p. 50).

A representatividade da crônica nesse periódico foi muito importante no seu desenvolvimento, dando grande espaço para as letras e aos grandes escritores nacionais e internacionais da época, como também a alguns escritores iniciantes. Essa busca por um ar moderno, representado no jornal, ressoa em seus colaboradores. Nas crônicas que Machado escreveu para o periódico, pode-se ver uma preocupação com as mudanças da cidade. De acordo com Callipo (2009):

Um tema frequente nos textos que escreveu entre 1883 e 1886 para a seção “Balas de Estalo” do jornal carioca *Gazeta de Notícias*, sob o pseudônimo de Lélío, foi o da importância da conservação do espaço público para a preservação da memória de um povo, de um lugar. Para o cronista, as ruas estavam fortemente ligadas à história da cidade e a mudança de nomes dos logradouros era uma ação política devastadora. (CALLIPO, 2009, p. 79).

Tais preocupações apontadas pelos textos de Machado de Assis são também encontradas em boa parte das crônicas de seus colegas e acabam por fazer um retrato das mudanças urbanas do Rio de Janeiro naquele período. Apontando características que serão abordadas mais tarde por Benjamin (1987), os textos refletem as questões

discutidas na seção. Nesse ponto, a modernidade consiste em denunciar a alienação dos sujeitos decorrente das mudanças sofridas pela sociedade capitalista, o que é possível encontrar nas crônicas que pertencem à seção, no período de 1883 a 1886. Assim, para o crítico alemão, não cabe mais à arte a função de conforto ou consolo, proposição essa que se enquadra às *Balas de estalo*, já que todas as personas, por meio de figuras de linguagem, desenvolviam suas crônicas sem nenhum conforto para os representantes políticos ou para algumas atitudes da sociedade, pois era forma em que se mostrava a modernidade brasileira da época. É nesse sentido que se expressa o espírito de Modernidade: os acontecimentos cotidianos e mundanos são o objeto de sua mais viva contemplação estética (BENJAMIN, 1987).

Tais características e conceitos são encontrados nas personas das *Balas de estalo*, pois refletem sobre a sociedade de sua época demonstrando todas as mudanças e o sofrimento vivido, de forma irônica e ácida. Todos os escritores da seção apresentam, por meio de seus narradores, suas indignações com acontecimentos cotidianos e transformam essas aversões em textos mostrando a vaidade política e social da elite oitocentista brasileira. Em nenhum momento as crônicas, mesmo em suas variações do aparentemente mais banal comentário até a cartas direcionadas com críticas contundentes, deixaram de lado a proposta de questionar as ações e posições institucionais. Assim como os baleiros leem e ridicularizam os rastros das ações do poder, são também os rastros desses textos que atravessam o sarcasmo da seção e evidenciam as incoerências da política de interesses no Brasil. Evidenciando, assim, as questões paradoxais que rondavam o Brasil do século XIX, que ficará evidente, muitas vezes, nas palavras das personas que estavam imersos nesse contexto.

O estudo de fontes históricas na área de Literatura cresceu nas últimas décadas, desde que se percebeu a relevância de alguns textos escritos por autores consagrados e se reconheceu que a imprensa jornalística brasileira foi ocupada por muitos escritores que auxiliaram no desenvolvimento da literatura nacional. Bem como esses espaços de circulação impressa serviam e permitiam projetos literários que propusessem um posicionamento crítico quanto ao contexto social e aos acontecimentos imediatos do período. Assim eram as *Balas de estalo*, como nos apresenta Luca (1998):

É preciso lembrar que, quando Ferreira de Araújo, ou Lulu Sênior, resolveu dar início às *Balas de Estalo*, determinou que essas “balas” seriam artilharia, ou seja, a matéria tratada pelos cronistas deveria ser agressiva, com intuito de despertar os leitores, criar polêmicas, e o

pseudônimo, no caso, serviria como escudo protetor de eventuais retaliações. [...] Diante da reação e da possibilidade de medidas mais drásticas, decidiu-se modificar o tom em favor de algo mais ameno, voltado para o jocoso ou mesmo para o irônico e que, no final das contas, poderia surtir os mesmos efeitos da artilharia direta. (LUCA, 1998, p. 22).

De acordo com a pesquisadora, a seção seria a artilharia para problematizar seu contexto imediato, mas houve, na leitura de Luca (1998), uma mudança entre o início de *Balas de estalo* e transformações que ocorreram ao longo de sua existência. Mudanças de atitudes que a tornaram mais amena, ainda que tentando alcançar os mesmos efeitos (LUCA, 1998). Isso pode representar a experiência do país com uma modernidade conservadora e ambígua, pois o jornal é um órgão, em sua maioria, de classes dominantes ou com laços de interesse ou de visão próximas a elas, o que poderia relativizar o poder crítico de algumas de suas atribuições. A partir das análises das crônicas, compreendemos que a amenização, ou seja, a tal mudança que a pesquisadora aborda pode estar relacionada ao tom dos textos atenuando a acidez e colocando um amargor para as *Balas*.

Sobre a questão dos pseudônimos, alguns dos colaboradores estavam usando apelidos já conhecidos anteriormente: o próprio Ferreira de Araújo como Lulu Sênior, pseudônimo já usado e conhecido de outras séries. Na primeira crônica de 1884, como veremos no segundo capítulo, o cronista-narrador Décio fala um pouco de cada baleiro e alguns são facilmente identificados. Assim, pensamos que a utilização do pseudônimo está mais relacionada com a criação da personagem narradora do que um “escudo protetor”, analisaremos as subjetividades das personagens e a construção das realidades ficcionais.

Vários estudiosos nos auxiliaram na realização desse trabalho como Walter Benjamin (1987), Marlyse Meyer (1996), Marcus Vinícius Nogueira Soares (2014), Adorno (2003), Muecke (1995), Linda Hutcheon (2000), Ana Flávia Cernic Ramos (2010), Willian Moreno Boenavides (2018).

Com isso, tentamos mostrar que a literatura é um contínuo, não linear, no qual certas estratégias – características de um tempo – podem ser encontradas em outros espaços-tempos. Na análise das crônicas, juntamente com o seu suporte primeiro, o periódico, tentamos apresentar as novas perspectivas do fazer literário e a difusão de ideias, em um momento de anseio por renovação e de conflitos diante dos problemas sociais.

A difusão de uma seção como *Balas de estalo*, voltada à crônica, ao ensaio e à contundência crítica, enérgica, tem em sua novidade temática e nas revigoradas estratégias narrativas um espelho definido da sociedade e do seu tempo. As *Balas de estalo* podem, portanto, devido a sua ousadia inicial e à presença de diversos colaboradores, representar toda a formação de um novo paradigma social e artístico, dessa forma, tornando-se atual e de importância para os estudos literários brasileiros oitocentistas. Compreendendo a seção *Balas de estalo* e sua importância para um entendimento da modernização das letras, contribuir para o enriquecimento dos estudos das fontes primárias ao resgatar essas crônicas do jornal, que torna o acesso difícil muitas vezes. Refletimos também sobre os diálogos entre os colaboradores que se estabelecem entre a ficção e a realidade da seção *Balas de Estalo*, pois ajuizamos que o debate político-social e a ridicularização da política brasileira oitocentista são reforçados pela presença do ficcional nos escritos da série. Assim, apresentamos a seção sob o olhar de rede que pensa as violências sociais com destaque para a questão da escravidão.

Para tal, dividimos o primeiro volume da tese em três capítulos. No primeiro, discutimos o conceito de crônica e ensaio no século XIX e chegamos à ideia de ver a seção como uma crônica-ensaio. No segundo, refletimos sobre o viés literário da *Gazeta de Notícias*, assim percebemos como acontece a seção *Balas de Estalo*, a atuação de seus colaboradores e a questão dos pseudônimos. No terceiro, apresentamos as análises dos conjuntos temáticos selecionados e o olhar sensível do escritor em sua época sobre as questões sociais e políticas e a construção discursiva que é permeada pela realidade e o ficcional, apresentando assim a seção *Balas de estalo*. No anexo I, apresentamos uma tabela com a participação de todos os escritores, seus pseudônimos e o dia que colaborou na série.

Mergulhemos, então, nessas tramas.

sobre o argumento abordado. Comentários sobre os assuntos são comuns, sem a necessidade de comprovações científicas, os temas corriqueiros são a política, a filosofia e os problemas sociais da época na qual o texto faz parte. O ensaio se popularizou nos séculos XIX e XX pelo seu caráter de assimilação e transmissão fácil. Parafraseando Lima (1944), o ensaio tem a necessidade de ser crítico, já que este gênero textual reflete sobre o tema ou a situação à qual faz referência. O ensaio é uma atitude que exercita o intelecto, vai contra o autoritarismo e, com isso, traz o pensamento por si só e por si próprio, ou seja, o ensaio é o fruto do espírito crítico, o livre-exame.

O hibridismo entre a crônica e o ensaio possibilita tanto a pessoalidade quanto o despojamento dos autores e olhar crítico e poético, sem deixar de lado o tema corriqueiro, as miudezas do dia a dia.

É importante uma rápida rememoração do olhar da crítica literária com a presença do *corpus* que é analisado na tese, para que possamos ter um pensamento aguçado e um melhor entendimento dos textos aqui discutidos. Neste capítulo, discorreremos sobre a crônica, abordando sobre o ensaio, chegando na crônica-ensaio.

1.1 DO FOLHETIM À CRÔNICA

Um cronista é um indivíduo encarregado de seu tempo.
(Affonso Romano de Sant'Anna)

Pensamos ser importante trazer um panorama geral de como se desenvolveu o folhetim e a permanência da crônica nos periódicos oitocentistas brasileiros, no nosso caso, a *Gazeta de Notícias*. Esse movimento analítico é importante pois, de acordo com Lúcia Granja (2015), é necessária a compreensão das trocas culturais para identificar as relações entre os países americanos e europeus no processo de estabelecimento das crônicas nos jornais e as formas jornalísticas no Brasil e na América. Em nossas análises, além da América, especificamente, no Brasil, veremos o desenvolver da crônica na França para um maior entendimento do gênero.

A imprensa francesa, no século XIX, destinava o rodapé do jornal, normalmente a parte de baixo da primeira página, para o entretenimento dos leitores. Encontramos nessa seção artigos de crítica, crônicas, ensaios, resenhas de teatro, de literatura e de artes plásticas, juntamente com comentários de acontecimentos cotidianos, piadas, receitas de beleza e de cozinha, boletins de moda. Essa seção, na França, intitulava-se

Feuilleton, e modificou os hábitos de leitura dos franceses, impondo, assim, novas maneiras de ler (MEYER, 1996). Essa nova experiência do leitor trouxe a decadência dos gabinetes de leitura³. Na medida em que passou a existir uma regularidade diária na impressão de jornais, houve um aumento significativo no número de impressos e sua circulação foi facilitada pelas estradas férreas, passando a chegar mais facilmente aos leitores. Os romances começaram a ser publicados como folhetins nos jornais, de maneira seriada, contribuindo para a diminuição da frequência de leitores nos gabinetes de leitura.

Então, de acordo com Yasmin Jamil Nadaf (2009), o perfil eclético do folhetim chegou até a Revolução Burguesa, em 1830, momento em que o proprietário do “[...] jornal francês *La Presse*, Émile de Girardin, de olhos voltados para a popularidade que o mesmo vinha conquistando junto ao público leitor de jornais, associou-se a um colega, Dutacq, do jornal *Le Siècle*, para lançar, nesse rodapé, a ficção em partes” (p. 120). Assim, surge o romance-folhetim, o qual vai trazer romances seriados com estruturas que prendem cada vez mais a atenção do leitor na espera pelo próximo capítulo. Nesse jornal com variados comentários, ficções e críticas é que se faz o ambiente em que se forma a crônica oitocentista. A diversidade de textos – desde literários até críticas teatrais – encontramos a formação da crônica brasileira, como explica a professora Lúcia Granja:

[...] crônica brasileira foi a da porosidade entre e a ficção, a política e as variedades, intercâmbio de assuntos e temáticas limitada à facilidade com que se misturavam, plasticamente, no espaço do rodapé, romance-folhetim, crítica literária, variedades, inclusive nas situações de coabitação textual. (GRANJA, 2015, p.97).

Da mescla entre a ficção dos romances, os ensaios e os comentários dos acontecimentos do dia a dia, temos o surgimento da crônica oitocentista à brasileira. Lembrando da diversidade desse espaço, no Brasil, podemos dizer que o delineamento da crônica, como os dos outros textos publicados no rodapé sempre foi flexível:

De início – começo do século XIX – *le feuilleton* designa um lugar preciso do jornal: o *rez-de-chaussée* – rés-do-chão, rodapé, geralmente

3 Os gabinetes de leitura, nos remete à França revolucionária, conhecidos por *boutiques à lire*, surgiram após a revolução de 1789, era um estabelecimento onde se podia alugar livros – e, assim, surgem as livrarias-editoras (MOLLIER, 2018).

de primeira página. Tem uma finalidade precisa: é um espaço vazio destinado ao entretenimento. E já se pode dizer que tudo o que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica à brasileira já é, desde a origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal. (MEYER, 1992, p. 93).

Nesse espaço geográfico do jornal, como Meyer nos informa, foram tratados diversos temas e gêneros, já que havia a publicação de poemas, novelas, contos e anedotas. Nos apropriando das palavras da pesquisadora Marlyse Meyer, que reflete sobre o romance-folhetim a esta altura, mas pensamos caber também em toda a estrutura da formação da crônica, nos diz que o folhetim era um espaço múltiplo e ambivalente:

O mundo tenebroso do folhetim oitocentista oferece a imagem de uma luta agônica pela vida, opondo os fracos, os virtuosos, as vítimas da sociedade, os perseguidos, as mulheres abandonadas, estupradas, viúvas esposas-mártires, as crianças espancadas, seviciadas, os pobres, a todos os injustiçados enfim, aos poderosos, aos fortes, aos hábeis, aos luxuriosos, aos ricos, aos perversos, aos patrões, aos contramestres, aos agiotas, ao destino adverso, aos MAUS, em suma. Os quais, ainda que nem sempre triunfem, sempre sobrevivem, seja à espreita de novo bote, seja permanecendo na lembrança de suas vítimas, com tanta força, às vezes, que estas podem até repelir o *happy ending* a que teriam direito. (MEYER, 1996, p. 415).

Vemos que o folhetim tratava de diversos temas, apresentando o mocinho e ao mesmo tempo vilão, perpetuando as atrocidades feitas na ficção ou não, por meio de romances fragmentados, peças de teatros, ensaios e crônicas.

De acordo com o pesquisador Alexandre Xavier Lima (2017), o *Jornal do Commercio* apresentou a seção *Variedades* por volta de 1833; o *Diario do Rio de Janeiro* teve seção *Appendice*, que tinha a mesma funcionalidade da seção *Variedades*. Lima nos informa sobre a nomeação da seção Folhetim que:

Além disso, mesmo após a adoção do rótulo folhetim, havia no jornal outras possibilidades de vinculação de textos literários. No *Diario do Rio de Janeiro*, o folhetim coexistiu com as seções *Variedade* e *Litteratura*. Inclusive, alguns textos seriados publicados inicialmente em Folhetim, depois passaram para as outras seções nas publicações seguintes. Dessa forma, trata-se, simplesmente, de reconhecer a adoção do rótulo francês como um meio de difusão de textos literários brasileiros. [...] Esse jornal utilizou pela primeira vez o rótulo folhetim em 12 de fevereiro de 1841. Nesse dia, no rodapé da primeira página, foram publicadas algumas fábulas e uma ode do Senhor Doutor Joaquim José Teixeira (1811-1885). Antes dos textos, porém, o periódico fez uma advertência aos leitores sobre a adoção do novo rótulo. Nessa advertência, há a consciência sobre a origem francesa do

rótulo e seu papel relacionado à vinculação de artigos de recreio. Vale dizer que o termo surgiu no início da década de 30 do século XIX. (LIMA, 2017, p. 57).

Nesse contexto, ao se mesclar a ficção, a política e as variedades de assunto, a crônica se desenvolve como gênero, a partir do folhetim, como vimos. É interessante saber que a crônica sai dos rodapés dos jornais; essa força cresce por meios dos comentários sociais e políticos, adquirindo espaços em meios as lutas e reivindicações da época e ganham as colunas entre as primeiras e segundas páginas e o folhetim ficará associado aos romances, porque a própria forma/linguagem de que é feita a crônica (irônica/crítica em sua essência) ao mesmo tempo que questiona o mundo (e o mundo contido no jornal) é uma rubrica chave da existência do jornal moderno. A literatura, de modo geral, é uma das bases do jornal moderno. (THÉRENTY, 2007, p. 83)

1.1.1 A crônica do século XIX: uma breve discussão sobre o gênero

A crônica enquanto gênero no Brasil é referida como tendo seu início no século XIX. Gênero em formação, não obedecia uma padronização clara e se misturava a outros textos nos jornais. Essa fronteira pouco demarcada é característica de uma série de formas textuais, de acordo com Coutinho (2012) “[...] o ensaio, a crônica, o discurso, a carta, o apólogo, a máxima, o diálogo, as memórias. São gêneros que se podem chamar de ‘ensaísticos’” (p. 117). Pelo fato de terem um tom íntimo, familiar e coloquial, aproximam-se de nossa crônica pelos autores usarem métodos diretos de se dirigir aos leitores.

O livro *A crônica brasileira do século XIX, uma breve história* (2014), de Marcus Vinícius Nogueira Soares, professor e pesquisador da UERJ, faz uma reflexão do que seria a crônica do século XIX apresentando os três nomes mais contundentes desse período: Francisco Otaviano, José de Alencar e Machado de Assis. O professor Soares (2014) aborda um certo desinteresse da crítica com as crônicas oitocentista, pois eram consideradas um gênero jornalístico e não literário. Tivemos alguns críticos que olharam para as questões literárias desse gênero, mas ainda assim trataram como um gênero menor. O pesquisador nos informa que, no século XIX, “[...] conceder status literário era o mesmo que reconhecer a nacionalidade de qualquer gênero [...]” (SOARES, 2014, p.9). Isso seria como considerar a crônica o primeiro gênero literário

brasileiro, perdendo assim o lastro europeu, sem deixar de ser um gênero jornalístico também.

Pensando no caráter artístico da literatura, o qual acontece pelo manejo da linguagem verbal, o que também pode ocorrer nas práticas discursivas não artísticas, como a conversa ou bilhete: como distinguir o que é artístico? Está aí a dificuldade de se responder a contento a questão: qual a peculiaridade da arte literária? Genette (2004, p. 91) afirma que o questionamento: o que é literatura? É uma questão tola – a qual pode se desdobrar em outras perguntas, como: existe realmente algo a que se possa chamar literatura? Terry Eagleton em *O que é literatura?* (2001) afirma a ineficiência de determinados critérios que definem a literatura, como, por exemplo, a oposição entre fato e ficção, a função específica da linguagem por parte do escritor, o olhar não objetivo da obra de arte, entre outros. A crônica, mesmo quando não tinha tanto prestígio pelos críticos, foi, aos poucos, cada vez mais um espaço para os escritores e à apreciação literária, muito mais do que somente o comentário jornalístico, já que as crônicas oitocentistas encerram um mosaico de diversos assuntos, entre os quais os autores caminhavam com desenvoltura, deixando que suas penas corressem livremente.

Marlyse Meyer (1996, p. 19) enfatiza que a crônica é uma “[...] forma peculiar, com dimensão estética e relativa autonomia, a ponto de constituir um gênero propriamente literário [...] com uma história específica e bastante expressiva no conjunto da produção literária brasileira”, a crônica carrega a ideia da “brasilidade” do gênero. A aclimação do folhetim não aconteceu por repetição ou a cópia do *Feuilleton* europeu, já que existiu desenvolvimento de características específicas da seção no Brasil. Apesar de mostrar que o país não tinha interrompido totalmente a ligação com a França e, dessa maneira, não se desenvolveu como um espaço original (SOARES, 2014).

Machado de Assis, na crônica *O folhetinista*, nas *Aquarelas* (1859), reflete sobre a questão da aclimação do folhetim dizendo que havia muitos traços de ambientação francesa nesses textos:

Uma das plantas europeias que dificilmente se tem aclimatado entre nós, é o folhetinista. [...] Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se, nas suas divagações sobre o *boulevard* e *Café Tortoni*, de que está sobre um *macadam* lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio do deserto. (ASSIS, 2008, p. 57).

Para o autor fluminense era necessária uma “cor local, mais feição americana”. Já a pesquisadora Marlyse Meyer (1996) aponta que era possível perceber a aclimação nos folhetins, pois as crônicas eram carregadas por fatos políticos, sociais e culturais das cidades brasileiras.

O jornal fez parte da estruturação e da criação da literatura nacional e os textos que a ele pertenceram não poderiam deixar de carregar tais fatos. É notado nas *Balas de estalo* que as estratégias discursivas e críticas carregadas da cor local, já que, majoritariamente, abordam a cidade do Rio de Janeiro, utilizando a ironia e modalizadores no desenvolver dos textos. Michel de Espagne diz que: “[...] é preciso começar a extrair os ensinamentos da História mostrando como os empréstimos feitos à cultura de um país são deformados em função das necessidades próprias ao outro país” (NOIRIEL, 1992). São dessas deformações, adaptações que a crônica se torna um texto brasileiro, pois as transformações ao serem incorporadas no jornal brasileiro em função da representação da realidade espelhada em nossos jornais, isto é, da forma como o mundo (local e internacional) ali era representado (noticiado/discutido) associado à maneira como nossos escritores/cronistas repercutiram criticamente nossa realidade, a representação dela no próprio jornal.

Na aclimação da crônica, a nacionalização se esclareceria pela configuração interna da crônica, pois se dedica a um contexto local ou nacional e não somente aos temas cotidianos: “[...] como forma gerada e gerida no interior das páginas dos periódicos, depende da adesão ao cotidiano do qual é relato ou comentário, proximidade sem a qual ela não encontra condições mínimas de realização [...]” (SOARES, 2014, p. 36). Essas características são facilmente encontradas na *Gazeta de Notícias* e na seção *Balas de estalo*. Toda a seção se constrói em torno do debate de importantes e polêmicos temas e fatos de sua atualidade e do diálogo constante entre os próprios cronistas. Tudo isso se soma à liberdade dada aos autores nesse espaço e gera momentos muito interessantes de experimentação com a linguagem. Exemplo disso é o texto de 9 de dezembro de 1883, o qual se utiliza de notícias que foram publicadas no jornal, para discutir e questionar os assuntos e a forma como são apresentadas nas colunas do periódico.

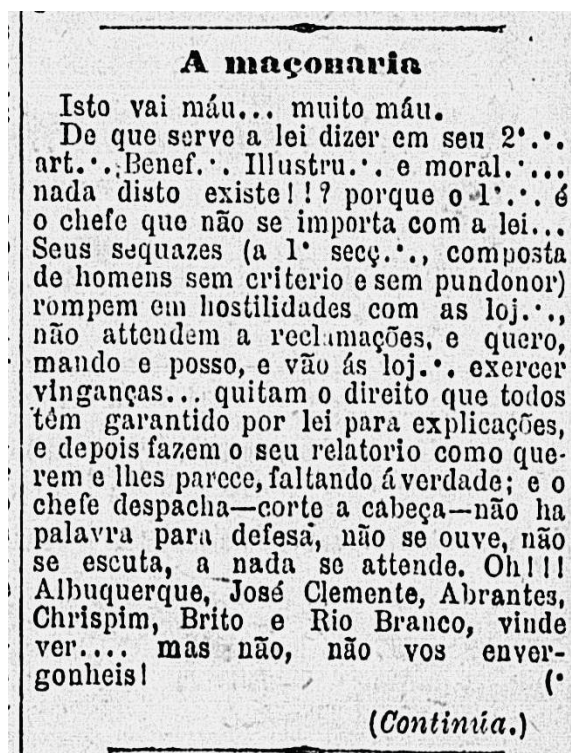
Com.: por uma sup.: grat.: Suponho que o leit.: Não é maç.: Não me dig.: Que é, porque não prec.: Que não seja, para saber se, não sendo, recebeu também uma folh.: Cor de tijolo, contendo os est.: de uma Assoc.: de Benf.: e Previsão do Gr.: Or.: Brasil:.

Eu, quando hoje de manh.: me deram este impr.: Fiquei pasm.: Mas, pensando bem, achei a cois.: mais nat.:do mundo. Com efeito, a vista faz fé. A leit.: Do folh.: Pode dar vont.: de entr.: para a maçon.: e neste sent.: foi um ato de gr.: sagac.: Mandar-mo. A leitora há de ter entr.: alg.: vezes em um dos armar.: da rua do Ouv.: com o único fim de saber notícias do ministério, ou descansar um bocad.: e, quando menos pensa, sai comprando uma grossa agulh.:

Vamos porém, aos estat.: Trata-se de uma assoc.: dest.: a levant.: a maçon.: do abat.: em que se acha (pág. 3). Diz-se aí (pág. 2) que “o altruísmo predominou na confecção do plano”. É incrível a soma de trab.: que este pobr.: Amig.: Altruísmo desemp.: na roda do ano. Ele faz disc.:, ele redige estat.:, ele compõe arti.: de jorn.:, dando muita vez um verniz modern.: a cereb.: canç.: E sempre ativ.:, lépid.: Alegr.: [...]. (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 09/12/1883).

Nesse contexto, as crônicas brasileiras oitocentistas vão desenvolvendo suas características específicas. Comentários dos acontecimentos do cotidiano, atravessando as questões políticas e sociais, juntamente com a linguagem que ali se desenvolve, com a criação de imagens, a partir da metáfora e, principalmente, a ironia, e as experimentações textuais das personas. Podemos ver algumas dessas características na crônica de Lélío acima, pseudônimo de Machado de Assis, no dia 9 de dezembro de 1883. No trecho, o autor brinca com a linguagem ao fazer referência às frases que eram utilizadas nos jornais para os comunicados maçônicos. A escrita vem permeada de ironia, a qual é criada pela repetição da forma – o tipo de linguagem utilizada pelo narrador-cronista, deixando o texto truncado e de difícil leitura. Em 20 de dezembro de 1883, pode ser visto, na *Gazeta de Notícias*, um comunicado maçom com essa grafia.

Figura 1 - Comunicado Maçom – Gazeta de Notícias – 20/12/1883



Fonte: Hemeroteca digital brasileira.

Lélio aborda algumas questões da maçonaria, como o estatuto maçônico, mas o importante aqui é como o faz, o modo como utiliza a linguagem, a experimentação e ironia com as quais o escritor constrói o seu texto.

Na seção *Balas de estalo*, os colaboradores utilizavam dos acontecimentos políticos e sociais cotidianos para desenvolverem seus textos, usavam as próprias notícias de seus colegas da *Gazeta de Notícias*, os cronistas-narradores das *Balas de estalo* não ficavam apenas nos pequenos acontecimentos, muitas vezes utilizavam desses ocorridos apenas como disparador para começar uma crítica e discussão política e social por meio de comentários rápidos.

Para corroborar com a discussão sobre as crônicas oitocentistas brasileiras, trazemos o professor Vaillant (2015), que reflete sobre como a crônica se desenvolve na França. O pesquisador francês nos diz que o:

(...) essencial se deve a uma tendência de fundo que ultrapassa, e de muito longe, a escrita jornalística: a crônica se aproveita da chegada à maturidade da estética realista, que se impõe a toda cultura moderna, tanto nos jornais quanto em literatura ou em pintura (...). (VAILLANT, 2015, p.193).

Importante saber que o essencial, agora, não é mais o domínio artístico, ou seja, não mais “a elegância ou a expressividade da frase, para o escritor, mas a representação do real”. (VAILLANT, 2015, p. 193). É interessante pensarmos que as crônicas brasileiras vão carregar o realismo que o pesquisador francês nos aponta. A maneira como se vê o mundo e de como figurar essa visão para o leitor; é com essa intenção que os cronistas utilizam de uma prosa um tanto densa quanto o mais possivelmente sugestiva, como apresentamos nas crônicas já lidas. Vaillant (2015) propõe a busca pelo real cultivada na escrita francesa do séc. XIX, que seria a “poética da escrita”, e, para tal, refere-se a dois romancistas da França oitocentista: Flaubert e os Goncourt. Os autores conduzem também a uma nova estética midiática, a qual seria “a arte da descrição”, que, mesmo por meio da narrativa ficcional, “(...) torna-se a pedra de toque da prosa do jornal” (VAILLANT, 2015, p. 194). Enquanto no romance há o espaço para a descrição e desenvolvimento sem restrições, um respiro maior em sua construção, na crônica a descrição, muitas vezes, aparece de forma a cativar, pelas imagens construídas, pelo rápido respirar. O estudioso compara o que foi praticado por Baudelaire e aborda que seus textos oferecem igualmente, “(...) numa tonalidade globalmente irônica, um esboço tomado do momento e um julgamento sobre o mundo.” (VAILLANT, 2015 p. 194). O pesquisador francês ainda diz que “(...) a crônica se baseia numa estrutura dialógica, como nos textos de Alphonse Allais, o esquema conversacional é totalmente integrado ao jogo irônico instituído pelo humorista.” (VAILLANT, 2015 p. 194). Características essas que serão encontradas em alguns dos textos das *Balas*, o constante diálogo com o leitor, os comentários sobre os fatos e a ironia carregada do riso. O mais importante é a relação entre os textos da seção, cuja estrutura dialógica desenvolvida entre os próprios textos que constituem as *Balas*, pois esse esquema conversacional entre os diversos personagens nos permite entender a seção como crônica-ensaio. Willian M. Boanevides diz que

As *Balas de estalo* corresponderam à cristalização e exploração dos limites da crônica enquanto gênero, práticas, aliás, que tendem a andar juntas. Por isso, os usos comuns de seus autores sob essa rubrica nos servem para analisar a constituição do gênero crônica. (BOANEVIDES, 2018, p. 123-124)

Podemos pensar que ao mesmo tempo em que os textos da seção ajudam a constituir o gênero crônica, há também a busca por explorar os limites que acaba por ultrapassar ou atravessar esse mesmo gênero por outras formas textuais. A seção *Balas*

de estalo foi um grande espaço de ensaio da crônica brasileira em formação. E foi além. Foi também um espaço fértil para ensaiar uma visão crítica, dialógica e irônica sobre o contexto sociocultural oitocentista e seus principais eventos e embates, como as mazelas sociais, a epidemia de febre amarela, as mudanças econômicas e, acima de tudo, a escravidão. E dessa noção das *Balas* como espaço de ensaio dialógico a qual nos referimos à seção como um conjunto de crônica-ensaio, por sua construção constelar, em rede e aberta, que não se impede de cruzar visões e tão pouco em deixar pontas abertas. Assim, entendemos os textos como crônicas e esse conjunto de crônicas será visto por nós como crônica-ensaio.

1.1.2 Dialogando com o cânone

A crônica surge na Idade Média, como um texto utilizado para organizar os documentos e as narrativas sobre a história do Reino em ordem cronológica. A palavra crônica pressupõe a marca temporal, considerada um texto que apenas relatava sobre alguma personagem, tendo o intuito do registro histórico e da documentação. Em 1434, Fernão Lopes, considerado cronista-mor em Portugal, abrangia em seus relatos não só as ações de reis e nobres, mas submetia os dados a uma criteriosa análise. A partir dessas análises, o cronista pôde colocar as suas recordações e as impressões pessoais ao narrar o fato. Moisés (1990, p. 32) reflete:

A atividade historiográfica evolui desde o frio e árido rol de nomes até à narração e interpretação dos fatos. Todavia, somente com Fernão Lopes adquire superior relevância, graças ao sentido duplo com que é praticada: o literário e o histórico propriamente dito.

No Brasil, as primeiras crônicas têm um caráter descritivo, como, por exemplo, a *Carta de Caminha*, a qual é carregada de um contexto histórico, já que traz a impressão e o relato dos viajantes. No século XIX, a crônica ainda vai manter algumas dessas características, como a impressão dos fatos, e vai ter reflexões sobre os acontecimentos. Campos, Coelho e Dutra (2012) refletem que em meados do século XIX

(...) surge a fusão da literatura com o jornalismo; a comunhão de homens das letras e de homens do jornal. A literatura que mantinha, até então, ligação com revistas e jornais especializados, com a decadência da imprensa política funde-se a esta. (p. 289)

Por essa fusão, desenvolve-se uma crônica que além de política, passa pelo opinativo e perpassa pelo estético. Flerta com a interpretação do fato, mas também com a ficção. Em 1883, na seção *Balas de estalo*, é nítida a interpretação dos fatos abordados pelos escritores, ultrapassando a interpretação, fazendo críticas e, algumas vezes, comentando de maneira mais direta os ocorridos.

Grande parte da crítica literária, ao refletir sobre a crônica, volta-se para a crônica do século XX para comprovar a sua literariedade. Esse gênero e as suas relações com diversos campos do conhecimento mostram a sua importância no panorama cultural e literário brasileiro. Quando lembram da crônica oitocentista, é pelos nomes de Francisco Otaviano, José de Alencar e Machado de Assis. O pesquisador Otoniel Machado da Silva escreve que:

A crítica tradicional, diante das dificuldades de conceituação da crônica como gênero autônomo, parece optar entre dois caminhos: esquecer a crônica oitocentista, olhando apenas para a do século XX, já "literária" e coligida em livros, sinal de que ela se libertou do jornal e alcançou perenidade. Ou alçar a crônica à condição de literatura por meio do reconhecimento de seu hibridismo, mas, ainda assim, tendo a poesia como "fator espiritual de comunhão". (SILVA, 2018, p. 63).

Tentando carregar a crônica oitocentista de poeticidade, vão compará-la com outros gêneros literários, como o romance e o poema, estabelecendo a relação entre a crônica e o livro, desassociando-a do jornal, ou seja, distanciando-a da causa de sua brevidade. Carlos Heitor Cony (1998, s/p) diz, sobre a brevidade da crônica, que:

Não faltam teóricos para garantir que a arte, nela incluindo a arte literária, existe para superar a morte. E, se a literatura busca a infinitude, a crônica é crônica mesmo, expressão de finitude. É temporal, fatiada da realidade e desvinculada do tempo maior que é o da literatura como arte.

Podemos pensar que o incômodo da crônica vem a partir da sua finitude, essa que está relacionada ao dia a dia, à efemeridade do jornal. Cony desassocia a crônica de uma arte que vai perpetuar, como o romance, e essa desvinculação de um tempo maior que, talvez, tenha feito alguns críticos a abordar uma pequenez do gênero. Candido (1992) aponta como um dos fatores de pequenez a intimidade com o jornal e com a produção industrial, o que tornaria a crônica transitória, circunstancial, de leitura fácil, um descanso dos assuntos graves.

A questão da produção industrial da crônica reforça a ideia de um gênero passageiro e eleva o atributo de ser uma produção voltada para a massa, exercendo notadamente influência na população, provavelmente aparentando o que consideravam os críticos seu caráter de não literatura.

Com ideias próximas às de Candido, temos Coutinho (2003) e Massaud Moisés (1967). Ao passo em que Candido olha para a amenidade do comentário, Coutinho enfatiza o aspecto estrutural da crônica e Moisés sublinha o seu caráter jornalístico. A crônica do século XIX foi exclusiva do jornal e o seu caráter de finitude junto ao periódico poderia colocá-la no esquecimento. A qualificação discutida alude a um critério subjetivo para validar o gênero, como a questão de finitude e no tempo aplicado para a elaboração do trabalho, sem olhar o todo da construção do gênero em si. Coutinho destaca ainda a defesa das marcas de flexibilidade, mobilidade e mesmo irregularidade como próprias da natureza da crônica, reforçando a ideia de efemeridade, como fator negativo, de afastamento de uma possível qualidade literária.

O pesquisador Soares (2014) sugere que a crônica deve ser considerada no mesmo sentido que o autor Jorge Luís Borges considera o conto, ou seja, um texto curto com as dificuldades correspondentes a esta qualidade e que a crônica é eminentemente um gênero jornalístico. Sabemos que os textos da seção *Balas de estalo* são textos escritos ao correr da pena, com todas as dificuldades de um texto curto e que fazia uso do cotidiano, que se encontra em um determinado momento histórico e literário, por isso olhamos para a seção pensando nessa questão. Lembremo-nos da comparação do folhetinista com o colibri usada por Machado de Assis:

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, brinca, tremula, aspira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política. (ASSIS, 2008, p.65).

A ideia do folhetinista como um observador, a passear por diversos espaços sociais, muito atento aos fatos e modo de apresentá-los requer muito trabalho. O autor fluminense esclarece ainda que o folhetinista deseja o reconhecimento social e, por isso, o seu trabalho exige muita dedicação. Por mais que seja uma escrita corrida, a construção do texto é árdua, ao fazer seus voos pela sociedade para apreender a sua matéria-prima, o trabalho da escrita pede esforço e dedicação, junto a inspiração.

Entretanto, apesar dessa atenção pública, apesar de todas as vantagens de sua posição, nem todos os dias são tecidos de ouro para os folhetinistas. Há os negros, com fios de bronze; à testa deles está o dia... adivinhem? O dia de escrever! (ASSIS, 2008, p. 67)

Ao chegar o dia de escrever, o cronista precisa se atentar aos fatos selecionados e modo como discorrer sobre esses fatos. Tomemos como exemplo a crônica do dia 18 de abril de 1883, de Zig-Zag, pseudônimo de Henrique Magalhães. Tratando de assuntos importantes para o momento em que ele vive, esse texto usa da ironia para a sua construção, atentemo-nos a pluralidade de assuntos para conduzir o texto:

Nós não estamos habituados a ver todos os dias rejeitar as prebendas do Estado, ou sob a forma platônica de um título, ou sob o aspecto mais positivo de uma renda anual e vitalícia. Há mesmo Catões que, não só não rejeitam como se empenham, se muitas vezes não se vendem, pela obtenção de uma patente da guarda nacional, uma das nossas instituições que ocupam lugar distinto entre a *Perichole* e *Les brigands*, de Offenbach.

Não estamos acostumados às rejeições das graças do poder.

Eis porque, a esta hora, está todo o império boquiaberto ante a negativa que o sr. barão de Cotegipe oferece à carta de conselheiro de Estado extraordinário.

Um grande político, o sr. barão de Cotegipe.

Na história contemporânea ninguém lhe põe o pé adiante.

O papel que este homem tem representado nos últimos seis anos, há de ficar assinalado, por um vinco profundo na página que lhe corresponde na história moderna.

Quando ministro, fazem-me acusações feias. Agita-se a opinião, o acusador é levado em triunfo e o ministério cai com a situação.

Vem a outra e então começa o barão de Cotegipe a desenvolver as suas qualidades.

Surge a grande questão do orçamento de 1879.

Veio a talho de foice, como se costuma dizer.

O ilustre senador, com os seus grandes conhecimentos especiais, o seu prestígio, pega na situação com dois dedos, e mete-a no bolso muito convictamente, até que o sr. Afonso Celso, não menos hábil, consegue libertá-la, mas já com algumas modificações.

Depois é eleito presidente do senado. No exercício das suas funções, põe em jogo a sua cadeira e todos do senado vetam, e muito bem, para que o S. EX. continue.

Na questão da reforma eleitoral, põe de lado a célere espingarda velha; mas, sem perder a mira, percebendo o alto interesse que havia para a reforma, e, mais e muito melhor do que os seus autores, leva o senado a encaminhá-lo, com manifesto desagrado de Alguém.

Agora, de par com o sr. Zé Bento, nomeiam ele conselheiro do Estado. Para quê? Como honra? Não precisava dela, ele que é presidente do senado. Como emprego? Ainda menos.

O ministério enganou-se, pois, redondamente. O senado continuará a ver o sr. barão de Cotegipe, e o sr. barão de Cotegipe, talvez que ajustadas as suas contas, não continue a ser o aliado da situação.

Em todo o caso, um grande político é o que ele é.
 Um caso municipal.
 Fez-se uma reclamação contra a existência de um capinzal exalando um cheiro péssimo, na rua de S. Francisco Xavier.
 Um guarda fiscal foi lá ver o que era aquilo; mas, apenas chegou ao princípio do capinzal, levou a mão ao nariz e fugiu a sete pés.
 Os moradores, ansiosos, pediram explicação da fuga:
 - Tenho medo das cobras. Amanhã eu trago o fiscal!
 E o cheiro lá ficou, até que os cães deram um “bode” apodrecido, que era a única cobra que aterrorizava o bravo guarda fiscal.
 Há por aí algum leitor bastante ingênuo para supor que há febre amarela no Rio de Janeiro?
 Se há, esse imbecil que se apresente, porque queremos confundi-lo.
 É para isso, e só para isso, que guardamos este pedacinho do “Ver, ouvir e contar”:
 “O Dr. Fort, com essa publicação, com a publicação de outros artigos, que já têm sido citados aqui, “destruindo a lenda da febre amarela”, está prestando ao Brasil um serviço assinalado.”
 E dizer-se que há quem julgue que, apesar dos artigos do Dr. Fort, destruindo a febre amarela, ela continua a dar que fazer à empresa funerária.
 Ou quem acredita em tal é muito imbecil, ou a febre amarela é muito irreverente para com a retórica do Dr. Fort. (ZIG-ZAG, *Gazeta de Notícias*, 18/04/1883)

Ao lermos essa *Bala*, podemos dividi-la em três partes, percebendo a diversidade de assuntos existentes dentro do texto abrangendo o cotidiano e o modo como usa a linguagem para tratar dos assuntos.

A primeira parte se refere ao Barão do Cotegipe, o qual dentre muitos cargos foi deputado, senador, ministro da Marinha, das Relações Exteriores e da Fazenda, fez parte do partido conservador e no senado foi um dos representantes dos interesses escravagistas. De 1882 a 1885, foi presidente do senado. Em 1885, assumiu gabinete, em que teve a reação mais rígida que se organizou no Brasil contra a propaganda abolicionista. Zig-Zag trata da recusa do Barão de Cotegipe ao poder. Traz uma questão econômica de 1879, sabendo que o barão foi ministro da fazenda até 1878. Ironiza sua participação política ao dizer que Cotegipe foi um grande político. Faz referência às operetas de Offenbach (1819-1880), o qual tem em suas obras uma verve rítmica e humor burlesco. O músico franco-alemão compôs de início canções e paródias de textos clássicos. *La Périchole* (1868), a *Princesa de Trebizonda* (1868), entre outros, são obras cômicas e fantásticas, que irradiam uma atmosfera mágica de absurdo divino. Essa referência não é aleatória no texto de Zig-Zag, ela serve para ironizar a situação política brasileira oitocentista. A ironia aparece tanto com a referência às músicas como à linguagem utilizada ao “elogiar” o barão, com quem Zig-Zag tem ideias opostas. A

crítica a essa personalidade se fecha quando diz que o barão mesmo com a recusa ao cargo continuará na política e, como já sabemos, atrasando as ações das políticas abolicionistas.

A segunda parte trata de um caso municipal, em que pessoas reclamam de um cheiro ruim em um terreno e o guarda se recusa a ver a causa do odor por ter “medo de cobra”, no dia seguinte os cães encontram um “bode” no terreno.

Por último, traz a questão da epidemia de febre amarela que assolou o Brasil no século XIX. O narrador-cronista trata do descaso das autoridades com a situação – pois era comum os médicos trazerem soluções fantasiosas para o problema em 1880 – já no início do texto, Zig-Zag é agressivo: “Há por aí algum leitor bastante ingênuo para supor que há febre amarela no Rio de Janeiro? Se há, esse imbecil que se apresente, porque queremos confundi-lo”. Devemos lembrar que a epidemia teve como auge os anos de 1850, retornando nas décadas de 1870 e 1880; os estrangeiros europeus que mais sofreram e morreram com a situação, esses estrangeiros vinham trabalhar no Brasil como alternativa para a mão de obra escravizada, logo a febre amarela era uma propaganda negativa para o Brasil que via a abolição batendo em suas portas. A ironia é visível no trecho: “E dizer-se que há quem julgue que, apesar dos artigos do Dr. Fort, destruindo a febre amarela, ela continua a dar que fazer à empresa funerária.” Ou seja, mesmo alguns médicos e o governo fingindo que o problema não existe mais, ela continua assolando uma parte da população marginalizada da época.

Como podemos ver no exemplo, o texto traz uma diversidade de assuntos, tanto de interesse nacional – o barão de Cotegipe e a febre amarela – como temas locais – o caso sobre o terreno e o seu fedor. Em alguns momentos Zig-Zag se coloca no texto, ao usar a primeira pessoa do plural na primeira parte e se distanciando quando usa a terceira pessoa do singular nas outras partes. É perceptível que traz assuntos graves, a questão do Barão é retratada com ironia constante e junto ao intertexto apresenta a indignação com a situação; em seguida apresenta o caso de um guarda municipal que não quer fazer o seu trabalho de maneira eficaz, o que parece não ter uma relação direta, continua a crítica de não se fazer sua parte no contexto social e, por fim, arrematando o mesmo tema de falhar com as obrigações que sua profissão lhe dá, apresenta um médico que prefere escrever artigos para esconder o problema sanitário no lugar de tentar solucionar de maneira efetiva. Dessa forma, os olhares devem ficar atentos, temos diversos assuntos que tratam da mesma temática, ou seja, não resolver os problemas

sociais que eram necessários. José de Alencar chamou a atenção para a discussão dos diversos assuntos que eram tratados pelos cronistas:

Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto mais sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com mesma graça e a mesma *nonchalance* com que uma senhora volta às páginas douradas do seu álbum, com toda a finura e delicadeza com que uma mocinha loureira dá sota e basto a três dúzias de adoradores! Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal, o espírito que deve necessariamente descobrir no fato mais comezinho! (ALENCAR, 2004, p. 25-26).

Uma característica importante do cronista é a versatilidade, devendo discorrer sobre os principais assuntos de seu cotidiano, de natureza diversa: culturais, políticos, entretenimento, concernentes ao progresso e à civilização da sociedade, à moda, por exemplo. Muitas vezes fazendo isso em apenas um texto, mesmo que seja para uma única crítica, como no texto de Zig-Zag acima.

Buscamos refazer um breve percurso histórico de compreensão da crônica, olhando para o gênero a partir das discussões sobre a sua formação, percebemos a crônica como rastro do folhetim caracterizando a crônica no século XIX, ela está distante de ser um gênero simples e apresenta uma variedade de traços discursivos.

1.2 IRONIA COMO ESTRATÉGIA NARRATIVA

Diz-se que a ironia irrita porque ela
nega nossas certezas ao desmascarar o
mundo como uma ambiguidade.
Linda Hutcheon

A ironia é a figura de linguagem que está nas entranhas da seção *Balas de Estalo*, algumas vezes trazendo o humor, outras vezes trazendo a acidez. Não é de fácil definição, faremos algumas reflexões sobre esse recurso linguístico e como ele aparece em nosso *corpus*, já que de acordo com a pesquisadora Linda Hutcheon: “(...) apesar das frequentes negações da possibilidade de se teorizar a ironia, me junto a outros que se aventuraram, pois nem todos temem caminhar por essa areia movediça em potencial” (HUTCHEON, 2000, p. 19). Iremos junto com o caminhar da pesquisadora e outros estudiosos da ironia para uma melhor compreensão de sua presença nas crônicas.

D. C. Muecke (1815-1898), no século XIX, aborda a dificuldade de definir a ironia, já que esta possui diversas funcionalidades e que vão de acordo com os efeitos, objetivos, tom de cada autor e cada um tem seu estilo e forma de utilizá-la. Essa figura da linguagem, de maneira simples, é conhecida por dizer o contrário do que se pretende dizer, o que pode causar o estranhamento, o inesperado e o paradoxal, os quais podem também confrontar o comum de maneira astuta ou hostil, dependendo da intenção do autor. Muecke (1995) apresenta vários usos à ironia, as quais são a ironia socrática, a ironia dramática/trágica, a ironia romântica e a ironia (pós-) moderna. De acordo com o estudioso, a ironia socrática seria a “dissimulação”, já a ironia dramática/trágica seria a afirmação, a qual é a negação do conhecimento do personagem e nos traz como exemplo o *Édipo Rei*. A ironia romântica é apresentada como estético-política, pois há um afastamento crítico do autor para a composição da obra, sendo ela a “única dissimulação involuntária e, ainda assim, totalmente deliberada [...] tudo deveria ser jocoso e sério, francamente aberto e profundamente escondido.” (MUECKE, 1995, p. 40). O autor ainda diz que é necessário lembrar de que os diversos nomes relacionados à ironia são baseados em sua funcionalidade específica dos tipos de ironia que se atêm aos programas histórico-estéticos.

A ironia pode ser considerada multifacetada, carrega, no mínimo, dois significados, de acordo com o estudioso oitocentista Muecke (1995), um literal e um oculto, os quais estão em desacordo um com o outro. É nesse momento, nesse entremeio, que os escritores vão desenvolver suas estratégias narrativas para criticar e trazer uma reflexão sobre a situação a qual explanam. O autor oitocentista ainda reforça o quanto a literatura sempre foi um excelente lugar para se praticar a ironia, pois, para ele, ela estabiliza o instável e desestabiliza o estável. Esta desestabilização, em algumas crônicas das *Balas de estalo*, é utilizada como estratégia narrativa para aprofundar reflexões sobre os problemas sociais e políticos que são ali abordados. Essa figura de linguagem pede que o leitor reconheça as várias possibilidades de interpretação, pois existe uma complexidade na comunicação irônica, como afirma Moisés

A complexidade da comunicação irônica em literatura simboliza exemplarmente a própria complexidade da literatura em geral. A tal ponto que se pode talvez indagar se a questão da ironia não tende, à medida que avançamos em sua pesquisa, a diluir-se numa questão mais vasta, se a ironia não é a própria literatura, toda a literatura, [...] a própria essência do ato literário. (MOISÉS, 2009, p. 248).

É válido lembrar que a ironia vem sendo considerada como um aprofundamento dos paradigmas românticos na literatura: “Uma das distinções entre literatura clássica e romântica/moderna tem como base o uso da ironia” (DUARTE, 2006, p. 17).

Como vimos, a utilização dessa figura de linguagem na literatura pode ser um elemento de desestabilização, pois ela é pertinentemente avaliadora e, muitas vezes, julgadora e é por isso que há nela uma dimensão emotiva ou afetiva. Hutcheon nos explica que:

Os termos nos quais as teorias de intencionalidade apresentam esse conceito são aqueles da posição julgadora negativa do ironista, como se infere através de um tom de deboche ou ridículo ou desprezo. E é esse tom que, diz-se, sugere aos interpretadores que essas posições de atitude são, na verdade, de emoção, que se poderia ler como traindo algum engajamento afetivo da parte do ironista. (HUTCHEON, 2000, p.64)

Linda Hutcheon (2000) esclarece que não são apenas os ironistas a serem atraídos emocionalmente ao interior da ironia, pois os que foram alvejados pela ironia são conhecedores dos sentimentos de amolação ou raiva proporcionados por uma abordagem irônica. As personas vão utilizar muito dessas estratégias irônicas em seus textos, desde a descompor escritores, médicos até as instituições como a igreja e o próprio império.

Assim, se a raiva e a chateação podem ser implicações do uso da ironia, o humor também pode ser derivado de um acontecimento irônico, um efeito interessante seria o afastamento do comprometimento, da emoção por parte do ironista. De acordo com a pesquisadora, contudo, essa falta de implicação pode ser fingimento:

Ao se apresentarem como se estivessem controlados e distantes em seu escárnio, os ironistas conseguem parecer persistentemente calmos, quase, pode-se acreditar, descomprometidos. Como isso sugere, parece haver um elemento de presença envolvido aqui, de “distanciamento fingido” e “neutralidade aparente”. [...] Nem todos os comentaristas veem tal posição como totalmente negativa: para o ironista, ela tem o potencial de moderar e regular o excesso; ela pode até aliviar a tensão. (HUTCHEON, 2000, p. 69).

Como vemos, podemos dizer que há uma parte que declina para a afetividade que surge da utilização da ironia, esta afetividade se relaciona ao sentimento que essa figura de linguagem pode representar, tensionando ou aliviando. Hutcheon diz que:

Quer se perceba a ironia como sinalizando, por um lado, um menosprezo zombeteiro, quer, por outro, distanciamento ou “a aresta cortante de não se importar”, me parece que a emoção está, de alguma maneira, envolvida aqui, potencialmente na atribuição e, é claro, na intenção. (HUTCHEON, 2000, p. 65).

É necessário esclarecer que a pesquisadora pondera a “atribuição” da ironia para a ocasião de sua interpretação e, dessa forma, o termo está conectado com quem o recebe e interpreta ou “atribui” a ironia.

A ironia sempre tem uma aresta; ela às vezes tem um “ferrão”. Em outras palavras, existe uma “carga” afetiva na ironia que não pode ser ignorada e que não pode ser separada de sua política de uso se ela for dar conta da gama de respostas emocionais (de raiva a deleite) e os vários graus de motivação e proximidade (de distanciamento desinteressado a engajamento apaixonado). Às vezes a ironia pode mesmo ser interpretada como uma retirada de afeto; às vezes, entretanto, há um engajamento deliberado de emoção. (HUTCHEON, 2000, p. 33).

Ao pensarmos nas *Balas*, podemos dizer que a ironia também se relaciona com a sátira, a paródia, o humor, o cômico ou até o grotesco, já que ela está relacionada com o afeto, mas também com certa dose de indignação e inconformismo no “distanciamento fingido”, mas agudo. Sabe-se que a utilização de artifícios de linguagem como, por exemplo, fingir não entender a ideia expressa pelo interlocutor, confrontando-o até que esse chegue a uma contradição no discurso seriam o sarcasmo e a ironia como figuras de linguagem usadas fora do seu real significado, que podem também expressar um tom de deboche. A diferença entre sarcasmo e ironia, grosso modo, é que enquanto o primeiro é dito em tom malicioso e ríspido, o segundo é uma frase contraditória que pode ter o sentido de humor. Há ainda uma referência à ironia como uma forma de zombaria. É muito comum os escritores da seção trazerem um tema social absurdo, beirando o *nonsense*, para alvejarem as ações ou a incompetência das autoridades e os acontecimentos políticos e sociais.

De acordo com a estudiosa Eunice Piazza Terezinha Gai:

Há certa necessidade humana de atribuir alguma finalidade aos atos dos indivíduos isolada ou coletivamente, razão pela qual a maioria dos estudos sobre as obras dos ironistas intenta vislumbrar algum ideal escondido sob os escombros da negatividade. A rigor, no entanto, a visão irônica do mundo não pretende instaurar ou indicar um melhor

caminho do que o que está sendo trilhado; seu objetivo é criticar o existente, mas também está voltada para outros princípios, que a justificam como uma prática indispensável à liberdade de pensamento. A prática irônica consiste em desmistificar, desvelar formas carentes de valor, não obstante tidas como significativas por indivíduos isoladamente ou por grupos sociais. (GAI, 2008, s/p).

Nas *Balas* é evidente que o objetivo é criticar o caminho que o Rio de Janeiro oitocentista, e em alguns momentos o Brasil, estava seguindo. A série coletiva é carregada por diversos olhares, que mesmo plurais se encontram no caminho da crítica e da ironia, a qual é usada como base das estratégias discursivas dos autores que não deixam de estar carregadas de afetividades. De acordo com Lélia Parreira Duarte,

Em qualquer de suas formas, a ironia será uma estrutura comunicativa. De fato, nada pode ser considerado irônico se não for proposto e visto como tal; não há ironia sem ironista, e este será alguém que percebe dualidades ou múltiplas possibilidades de sentido e as explora em enunciadores irônicos, cujo propósito somente se completa no efeito correspondendo, isto é, numa recepção que perceba a duplicidade de sentido e a inversão ou a diferença existente entre a mensagem enviada e a pretendida. (DUARTE, 2006, p.18).

A ironia se torna a figura de linguagem ideal nesse contexto e é adotada pelas personas para estabelecer a comunicação com seus leitores, na medida em que ela permite o olhar crítico, distanciado, mas afetivo, do tecido social do qual ambas as instâncias fazem parte. Nosso *corpus* se encontra em um periódico que alcançava diversos públicos, que podiam ler ou não o todo do jornal. Cada seção criada pelos editores e redatores tem o intuito de alcançar um público específico e, por isso, os escritores podem, em alguns momentos, saber quais são as melhores formas de atingi-lo, por meio da reflexão ou indignação com estratégias narrativas que auxiliam esses escritores a conseguirem chegar em seus objetivos. O humor é uma dessas estratégias encontradas nas *Balas* e durante toda a seção há trechos em que o narrador chega ao cômico por meio da ironia. Beth Brait (2008), em *Ironia em perspectiva polifônica*, quando apresenta a análise de *Madame Pommeroy* (1919), explica um conceito de ironia:

(...) o autor escolhe a ironia humorada como elemento capaz de expor as contradições que, sendo sociais, históricas, culturais estão fortemente dimensionadas na e pela linguagem literária. A escritura desenha um movimento pendular que, posicionando-se entre o velho e o novo, entre a história e a estória, entre a máscara e o seu avesso, oferece um sofisticado esboço crítico da sociedade e de suas

instituições, o que inclui o estado das letras nacionais. (BRAIT, 2008, p. 153).

Conseguimos perceber que as *Balas* oferecem um “esboço crítico da sociedade e de suas instituições”, como abordamos acima sobre as críticas em relação ao império e à escravidão, de maneira a fazer com que seus leitores se atentem aos olhares que ali são apresentados. Brait explicita que:

(...) a ironia pode ser enfrentada como um discurso que, por meio de mecanismos dialógicos, se oferece basicamente como argumentação direta e indiretamente estruturada, como paradoxo argumentativo, como afrontamento de idéias [sic] e de normas institucionais, como instauração da polêmica ou mesmo como estratégia defensiva. (BRAIT, 2008, p. 73).

A ironia existente na seção analisada insere-se tanto no diálogo entre as personagens e a trama social quanto na estrutura textual. O “mecanismo dialógico” é visível nas *Balas* não apenas na ironia interna a cada texto, mas no grande diálogo irônico, que por vezes beira o *nonsense* e a aparente banalidade, que se estrutura em paradoxos e polêmicas nessa rede de crônica-ensaio, e se coloca, conforme veremos, como afrontamento de ideias e normas vigentes no Rio de Janeiro oitocentista.

1.3 DA CRÔNICA À CRÔNICA-ENSAIO

Vimos que a crônica oitocentista nasce do folhetim, mesclada com diversos gêneros textuais. Parte da crítica buscou o estatuto literário para a crônica. Para isso, tentaram distanciá-la do jornal, que era compreendido como o lugar da notícia, da informação, da política, do que era objetivo, contrastando com a fantasia e o literário. Contudo, o jornal do século XIX não tinha como fundamento a objetividade e a impessoalidade; o poético, o romance, a prosa de ficção e outros gêneros considerados literatura fizeram parte dos periódicos oitocentistas. Em toda a dificuldade de definição da crônica oitocentista, falaremos sobre sua parte fronteiriça.

Suas fronteiras são largas, Coutinho (2003) faz uma aproximação de ensaio e crônica ao dizer que: “Deteriorando-se o sentido original de ensaio, o gênero que primitivamente era denominado ‘ensaio’ (tentativa, leve e livre, informal, familiar, sem método nem conclusão), gênero tradicional entre os ingleses, tornou-se no Brasil a

crônica” (COUTINHO, 2003, p. 120, grifo do autor). Para compreendermos melhor essa fronteira, atentarmos-nos no ensaio. Há nesse gênero um espaço para uma discussão livre, sobre quaisquer assuntos, marcada por sua visão pessoal. Amparado pela liberdade própria do ensaio, não é necessário justificar suas ideias ou esgotar o assunto escolhido. O escritor reflete e capta as ideias e os materiais alheios e próprios, valendo-se deste percurso para embasar os conteúdos abordados. Para Sylvio Lago Jr. (2000, p. 6): “Parece claro que o ofício principal do ensaísta é analisar os significados das realizações criadoras e das várias questões, submetendo-as ao crivo da indagação mais profunda ou da discussão circunstancial”. Assim, o ensaio está relacionado com a palavra falada e com o próprio ato e momento de pensar; tornando familiar o mundo de homens e mulheres, pois escreve suas ações, aponta seus motivos e, às vezes, expõe as obstinações; individualiza as atividades em toda a sua interminável variedade; zomba dos absurdos e apresenta as suas formas. Revela o que somos e o que não somos, assim

(...) exhibe diante de nós todo o teatro da vida humana e, ao nos tornar espectadores esclarecidos de suas cenas multicoloridas, nos dá (quando possível) a capacidade de nos tornarmos agentes razoavelmente sensatos nas cenas em que temos um papel a representar. “A parte prática da vida aqui domina tudo o que é teórico.” (HAZLITT, 2016, s/p)

Essa teoria, em sua superfície, encontra áreas vizinhas, podemos dizer, gêneros fronteirios, e muitas vezes anexa, sem perceber, algumas regiões limítrofes à sua. Lembrando-se de que o ensaio deve ser entendido, no momento de seu nascimento, como uma experimentação, infinita, algo próximo do sentido teatral do termo ensaio em português, como preparação para uma estreia sempre adiada e que afinal nunca ocorre, ou em que o próprio ensaio se transforma em estreia, como Candido (1989) explicita. Montaigne adverte, na introdução de *Ensaio*, que sua composição é feita como uma colcha de retalhos: talvez a obra não interesse ao leitor, pois colocou nela coisas pessoais (MONTAIGNE, 1987, p. 7). O ensaísta francês parece não deixar que nada fuja de sua visão, não que ele julgue qualquer elemento, já que a ponderação é uma característica, porém contesta os lados observados em tom de conversa. A experimentação e a colcha de retalhos são detalhes importantes para pensar a seção *Balas de estalo*. Já que, além das crônicas da seção serem feitas como colcha de retalhos, propomo-nos apresentação da seção por meio de fragmentos, ou seja, pelas

crônicas que a constituem. Permitindo pensar os fragmentos, enfrentando a descontinuidade que continua nos diálogos do recorte que propomos para a análise.

Ao pensarmos na colcha de retalhos, lembramo-nos da metáfora da constelação, de Walter Benjamin, na obra *Origem do drama barroco alemão* (1984), o filósofo alemão diz que “As ideias se relacionam com as coisas como as constelações com as estrelas” (p. 39), os textos da seção *Balas de estalo* formam esse conjunto que chamamos de crônica-ensaio. Com as ideias refletindo sobre a relação entre as estrelas, Benjamin diz que os elementos não são motivados apenas pela sua proximidade, mas também pela possibilidade de significado que lhes pode ser atribuído. Ao se pensar em um mesmo objeto nos vários estratos de sua significação, o pensamento se desenvolve. Benjamin ainda aborda a “montagem literária”, podemos pensar as imagens que ressoam nos textos, “(...) não aquelas valiosas e espirituosas, e sim os farrapos e resíduos, fazendo-lhes justiça. Desse modo, ao citar essas imagens-farrapos recolhidas no plano da experiência histórica, pretende produzir um desvio na própria legibilidade do mundo.” (VELLOSO, p. 113). A proposta de Benjamin é construir uma constelação que ofereça, sem detalhar, a imagem da verdade, utilizando como método a apresentação.

Incansável, o pensamento começa sempre de novo, e volta sempre, minuciosamente, às próprias coisas. Esse fôlego infatigável é a mais autêntica forma de ser da contemplação. Pois ao considerar um mesmo objeto nos vários estratos de sua significação, ela recebe ao mesmo tempo um estímulo para o recomeço perpétuo e uma justificação para a intermitência do seu ritmo. Ela não teme, nessas interrupções, perder sua energia, assim como o mosaico, na fragmentação caprichosa de suas partículas, não perde sua majestade. Tanto o mosaico como a contemplação justapõem elementos isolados e heterogêneos, e nada manifesta com mais força o impacto transcendente, quer da imagem sagrada, quer da vontade. O valor desses fragmentos de pensamento é tanto maior quanto menor sua relação imediata com a concepção básica que lhes corresponde. (BENJAMIN, 1984, p. 50-51).

De forma a observar as estrelas, o leitor deve perceber os elementos que se destacam e os tipos de ligações que podem ser estabelecidas. A partir da ideia de constelação, vamos traçar as linhas imaginárias que interligam as crônicas e como se dá essa ligação por meio da fragmentação, que nos permite reconstituir as enunciações e conceitualizações para a compreensão da seção como todo.

A partir dessas discussões, compreendemos que a crônica oitocentista tem potência estética e tem liberdade de escrita. Perguntamo-nos então, o que é a crônica das

Balas de estalo? Ela é diversa. Em sua diversidade encontramos gêneros textuais como a carta, dramaturgia, comentários políticos, crônicas ensaísticas, poemas, publicidade. Como lidar com um material tão diverso? Há unidade? A unidade se dá pelo diálogo, então as *Balas* não são uma coletânea de cronistas falando em separado, mas sim um grande tecido aparentemente anárquico, mas em diálogo constante consigo mesmo. Os autores cruzam informações, acrescentam fatos, acusam o erro do outro, e às margens de uma grande e irônica farsa, os grandes temas e críticas ácidas são construídas. Sendo assim, na tentativa de apreender essa potência de rede da seção, optamos por encará-la como uma crônica-ensaio. A seção em si parece-nos um grande ensaio sobre a sociedade brasileira em sua falta de coerência e no descaso das autoridades. Ensaia-se aqui um Brasil tão em formação quanto o gênero crônica, estão “se fazendo enquanto acontece”, quanto ao ensaio, ainda que diferente desse, o país poucas vezes conclui-se em busca da crítica e do questionamento sério, ainda que de riso aberto.

Então, como conjunto as *Balas de estalo* oferecem um pensamento contínuo sobre o descaso no país de sua época e esse pensamento não é fixo, planejado, nos parece se fazer enquanto acontece, por reações e diálogos; logo, também apresenta contradições. Essa forma de texto expressa o pensamento em ação, se fazendo, ensaiando, tem muita relação com a forma do ensaio, por isso nossa proposta de olhar o conjunto como crônica-ensaio. Uma crônica-ensaio sobre o processo de abolição do regime escravocrata do Brasil oitocentista. Em suma, a crônica-ensaio é o diálogo entre as crônicas e este criar ao fundo uma voz de contestação contra a abolição e os problemas sociais emergentes do Rio de Janeiro e, alguns momentos, o Brasil.

2 – O EMBRULHO E A *BALAS*

Li tudo, misturei, digeri e aqui estou.
(Lélio)

Após a discussão sobre como pensamos os textos das *Balas de estalo*, a partir dos gêneros crônica e ensaio, chegando, então, nas crônica-ensaio; veremos o suporte jornal e a seção *Balas de estalo*.

Uma das práticas que marca essa seção é a autorreferenciação. Sequências de textos de diferentes autores criam diálogos diretos entre si; comentam, opõem, questionam e ampliam-se. Além do diálogo sobre os mais diferentes temas, há também muitos momentos em que comentam o próprio jornal e a seção, transformando-se em um ótimo material para compreender o que era esse espaço. Partiremos desses textos para abrir a discussão sobre as *Balas de estalo* e alguns feitos do jornal a *Gazeta de Notícias*.

2.1 O EMBRULHO: *GAZETA DE NOTÍCIAS*

Pode-se ler a respeito dos acontecimentos importantes do mundo nos livros de história, mas quem quiser saber o que era viver esses acontecimentos o melhor que terá de fazer será ler os jornais publicados na época.
(Duane Bradley)

Apresentaremos, de maneira breve, o jornal a *Gazeta de Notícias*, periódico no qual foi publicada quase diariamente a seção *Balas de estalo*.

Pensamos ser importante fazer uma apresentação do jornal, sua contribuição para a sociedade e à literatura, a visão sobre os acontecimentos políticos e sociais, todo um contexto que tornava possível a existência das *Balas* em suas colunas. A intenção em si não é um exame minucioso do jornal, mas sim a compreensão da sua proposta como periódico, como é apresentada no prospecto⁴ (figura 3) da sua primeira edição. A seção *Balas de estalo*, que começou a ser publicada oito anos depois do lançamento do jornal, foi um espaço aberto para a crítica aguda, por isso nossa proposta aqui é conhecer como

⁴ É o documento que traz todas as informações importantes sobre a distribuição. Era comum vir na primeira edição dos periódicos oitocentistas explicando e definindo suas ideias.

a seção dialogava com o seu suporte e compreender como era a liberdade dos colaboradores para fazer as críticas e reflexões sobre a política e o social da época.

2.1.1 O surgimento da *Gazeta de Notícias* e seu contexto social

Povo e elite mantiveram-se em mundos à parte
no campo cultural, assim como
no mundo social e político.
(José Murilo de Carvalho)

O Brasil em 1840, com o início do Segundo Reinado (1840-1889), foi marcado por uma considerável estabilidade política e cultural. O imperador, “(...) que se dizia nascido para as artes e as letras” (CARVALHO, 2012, p. 28), fez com que a literatura tivesse, no país, um considerável crescimento. Podemos dizer que isso também ajudou no desenvolvimento da imprensa. Junto a isso, o progresso da imprensa no Brasil também se deve à “ampliação da publicidade e a ligação entre o Brasil e a Europa pelo cabo submarino, pois assim as notícias chegavam mais rapidamente” (SAMPAIO, 2007, s/p). Temos, assim, um aumento expressivo no número de publicações e de estabelecimentos tipográficos. Em 1876, surgiram os primeiros jornaleiros, os carros que vendiam jornal e as bancas (SAMPAIO, 2007).

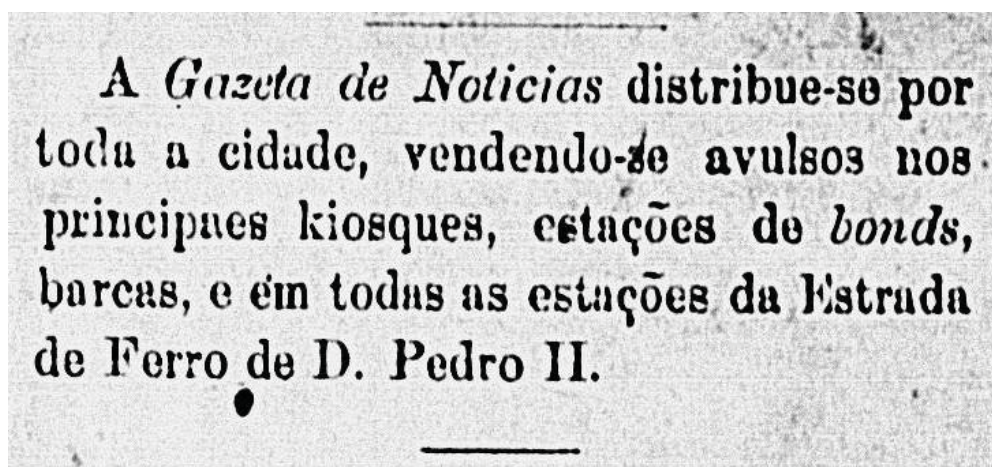
Nesse mesmo contexto, a partir da década de 1850, com a promulgação da lei Eusébio de Queirós, a qual se constituiu em medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império brasileiro, iniciaram diversas manifestações em favor da abolição da escravidão. Deve-se lembrar que foram as pressões britânicas sobre o governo brasileiro para a extinção da escravidão no país que levaram o governo imperial a publicar a lei. A partir de então as lutas que aconteceram a favor da abolição tanto pelas pessoas que foram escravizadas quanto por intelectuais e políticos foram tendo alguma visibilidade.

Importa situar que a partir, já, de 1850, com a nova legislação de terras e a Lei Eusébio de Queirós - que reitera a proibição do tráfico de escravos -, arma-se um ambiente que associa à escravidão vários sinais de crise, o declínio, portanto, do sistema escravagista, sendo que em breve tempo, adiante, após longo debate, vem à lume a Lei do Ventre Livre, a qual se insere no contexto da luta abolicionista que perpassa todo o século XIX, no Brasil. (GONÇALVES, 2013, p. 12).

Em meio a esse conjunto cultural, social e político, em que as lutas para a abolição da escravidão aumentavam, alguns políticos liberais e republicanos se juntaram a favor da pauta abolicionista e republicana, pela busca de identidade nacional; em meio a esse cenário de crescimento de discussões sobre a literatura brasileira e os debates cultural, social e político efervescendo que surge a *Gazeta de Notícias*.

O periódico *Gazeta de Notícias* inicia sua circulação no dia 2 de agosto de 1875. O jornal veio ao mundo por intermédio de Elísio Mendes, Henrique Chaves e Ferreira de Araújo, este último foi diretor do jornal de 1877 até sua morte em 1900. Após o ocorrido, Henrique Chaves assume a direção. José Ferreira de Sousa Araújo desempenhou um papel importante no jornalismo do final do século XIX no Brasil. Ele transformou a imprensa de seu tempo, dando maior atenção às atividades literárias, artísticas e sociais, e ajudando a torná-las populares, já que as tornou acessíveis para uma camada maior da população ao colocar os periódicos para venda por unidade e a um preço acessível. Com uma linguagem mais direta e inteligível a *Gazeta* conseguia alcançar boa parte da população leitora brasileira. Um importante fato era onde se podia encontrar a *Gazeta* (figura 3). Lembrando-se de que o periódico era vendido de maneira avulsa, o que facilitava encontrá-lo em lugares mais acessíveis como, por exemplo, nas estações de bondes, o que também ajudou a torná-lo mais popular.

Figura 2 – Aviso sobre os lugares onde se vendia a *Gazeta de Notícias*.



Fonte: *Gazeta de Notícias* – disponível em: hemeroteca digital

O periódico se dedicou ao entretenimento e à informação na mesma medida. Em seu prospecto já assegurava a presença das artes em suas edições, como a própria *Gazeta* informa: “Além d’um folhetim romance, a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará

um folhetim de atualidade. Artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente os seus leitores” (*Gazeta de notícias*, 02/08/1875). Encontramos na *Gazeta* até dois folhetins diários, junto com os contos e com as crônicas que sempre tiveram espaço garantido em suas colunas.

Sobre sua tiragem, chegou a ser o periódico de maior número de exemplares em circulação no Rio de Janeiro oitocentista. De acordo com Molina:

A *Gazeta* chegou a alcançar a mais alta tiragem da imprensa diária durante o Império. Embora as informações sejam precárias, aparentemente chegava a 6 mil exemplares já nas primeiras edições e no primeiro ano alcançou uma média de 12 mil, com picos de 18 mil. Em 1880, anunciava uma tiragem de 24 mil cópias diárias, número extremamente elevado para um jornal brasileiro. De acordo com o *Almanack Litterario* de São Paulo de 1885, aos domingos tirava de 26 mil a 28 mil e no centenário de Camões teria chegado a mais de 40 mil, mantendo alguns dias 30 mil. Em 1890, com uma nova máquina, dizia imprimir 35 mil exemplares diários e, cinco anos depois, 40 mil. (MOLINA, 2007, s/p)

Dessa maneira, conseguimos compreender a importância da *Gazeta de Notícias* para o desenvolvimento da imprensa, maior divulgação e acesso às informações e às artes.

2.1.2 A estrutura da *Gazeta de Notícias*

Figura 3 – Prospecto Da página de abertura da primeira edição da *Gazeta de Notícias* (02/08/1875).

GAZETA DE NOTÍCIAS

ESCRITORIO: 70, RUA DO OUVIDOR, 70

Prospecto. Assignatura por mez: 1\$000. Prospecto.

Numero avulso: 40 rs.

TELEGRAMMAS
Agência Havas-Réuter.

A *Gazeta de Notícias* publicará diariamente todos os telegrammas políticos e commerciaes, tanto do paiz como do estrangeiro.

Diz um distincto economista inglez, que passou a vida na pratica de administrações burocraticas:

No período immediato a uma revolução, o dinheiro abundante, sem provocar especulação; no segundo abanda elle e abunda esta; no terceiro principia a escassear e declinar e aquillo a ser procurado; no quarto escassea o dinheiro e volta a crise. E' impossivel dizer quanto durará cada um d'estes períodos, pois que na sua duração influem os acontecimentos politicos, a riqueza das colheitas, a divergência que tomar o espirito da especulação e o estado da opinião publica.

O *Diário de Notícias*, de Lisboa, faz uma tiragem de 25 mil exemplares.

A *Gazette du Petit Journal*, de Paris, que e do mesmo genero, regula 100 mil exemplares.

Quanto conseguirá tirar a *Gazeta de Notícias*?

Além d'um folhetim-romance, a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim de actualidade.

Artes, litteratura, theatros, modas, acontecimentos notaveis, do tudo a *Gazeta de Notícias* se propoza trazer ao corrente os seus leitores.

O tambem do Brazil e igua ao do quinto reino da França. Se a provincia de Minas e maior do que este paiz.

A divida publica consagrada portugueza teve origem em 1797, no reinado de D. Maria I.

O primeiro emprestimo feito pelo real erario foi de 4.000 contos de reis, ao juro de 5 % ao anno. Setenta e oito annos depois (1874) o capital nominal da mesma divida estava elevado a 350.000 contos de reis moeda forte.

A *Gazeta de Notícias* fornecerá nos seus assignatarios as informações commerciaes que mais possam interessar-lhes, procurando

assim merecer sua benevolencia e protecção.

Ja começou a funcionar no Ponto dos bondes da rua de Gonçalves Dias a campainha electrica que dá aos conductores o signal da partida, em substituição ao antigo apito.

Foi a conhecida casa do *Grande Mogor* que forneceu o appareho, uma das especialidades do seu negocio.

Na conhecida casa do Sr Inesley Pacheco têm tido lugar algumas experiencias do photographia em chromo-typos.

Possuimos uma d'essas photographias, o realmente na que temos visto feitas na Europa, não lhe ganham na perfeição do trabalho.

CORRESPONDENCIAS.

A *Gazeta de Notícias* aceitará correspondencias de interesse particular, que serão publicadas em secção especial.

Uma das razoes por que os officios não querem estradas de ferro e por auctorem os vagões mais do que um cavallo a toda a brida. Calculam os desastres dos caminhos de ferro pelos que pôdo causar um cavallo desenfreado travessando as suas estradas cheias sempre de muita gente.

A *Gazeta de Notícias* distribue-se por toda a cidade, vendendo-se avales nos principaes kiosques, estações de bondes, barcos, e em todas as estações da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

Mette-Grosso e maior do que qualquer Estado europeu, excepto a Russia. Exceptuada esta, e se pouco menor do que os tres maiores Estados europeus todos juntos, e e absolutamente maior do que a Alemanha e a Austria, ou do que a Alliamada, a Prussia e a Hespanha, ou do que todos os países latinos da Europa.

A publicação da *Gazeta de Notícias* começará brevemente e será annunciada com alguns dias de antecedência nas principaes folhas de Corte e Provincias.

As principaes crises monetarias que nos tempos modernos tem soffido a Inglaterra, foram sempre precedidas das seguintes circumstancias:

Por que razão se seguiria a mesma pratica nos jornaes?

Um programma!...

Havia de ter sua graça se a *Gazeta de Notícias* visse a lume com um artigo choramente a explicar as populações como e por que forma vem concorrer para a salvação do estado e a marcha da civilização.

Pois a gente sabe lá hoje o que ha de fazer amanhã?

Sabe lá se tem de prestar um serviço ao pequeno commercio, ou de advogar a causa dos acindaladores do gaz?

Sabe lá se terá de occupar-se do theatro, ou se do preferencia dará noticia d'um bom livro, d'uma *folleto* nova, d'uma originalidade qualquer ou de qualquer banalidade?

Fazer um programma é o mesmo que dizer ao publico:

— Meus senhores, eu conheço todas as vossas necessidades, todos os seus desejos, todas as suas esquisitices: sei qual e o remedio a applicar-lhes, sei tudo. Pois vou transformá-lhes, sem aquiescencia, sem hesitação, sem hesitação no palco, este valle de lagrimas, num reino de maravilhas, n'um paiz encantado como o dos ultimos actos das magias da Phenix.

No dia seguinte, o leitor, que está indeciso na escolha da praia onde hade ir com a senhora e os meninos tomar banhos d'agua salgada, lembrou-se do desagrado do programma, bato na testa, e procura na folha que prometteu fazer a sua felicidade — a preço razoavel — qual e a melhor praia para banhos.

Justamente n'esse dia a folha occupa duas columnas a tratar d'um assumpto do maior interesse — uma sessão do Instituto Historico — mas a respeito de banhos, nem palavra.

O leitor, que se fiava no programma, fica

ANNUNCIOS

O MOSQUITO

SEMANARIO ILLUSTRADO

Escritorio

70—Rua do Ouvidor—70

MOREIRA, MAXIMINO & C.

Loja de papel, livros em branco e toda a sorte de objectos d'escritorio

Agente da REVISTA OCCIDENTAL

Rua da Quitanda, 111, plaza.

J. P. HILDEBRANDT

NOVA TYPOGRAPHIA

Esta tem contida officina, achase habilitado a imprimir com nitidez qualquer coisa, por maior que seja.

RUA DA ALFANDEGA 87

Sobrado.

OS FERRÕES

Publicação quinzenal

Analyse critica e satyrica dos acontecimentos do dia. Vendese e assignase nas livrarias de Moreira Maximino & C., 4, rua da Quitanda n. 111, e E. G. Possello, rua do Ouvidor, 71.

J. P. A. CARNEIRO

PHOTOGRAPHIA

Successor de

CARNEIRO & GASPAR

Rua de Gonçalves Dias n. 54

MONSTRADOR PERMANENTE NA

Rua do Ouvidor

PRECISA-SE de bons empregadores para fazerem a distribuição da *Gazeta de Notícias*: para tratar, no escritorio, rua do Ouvidor n. 70.

desapontado, e continúa a não saber se deve armar a sua barraca no boqueirão do Passeio, ou no canal do Mangoe.

A proposito de programma, contome agora mesmo um amigo uma anecdota a respeito de um rei.

Que rei era, não chegamos a um accordo sobre quem havia de ser o heroe da historia. Queris elle que fosse o Sr D. João VI, de talheira memoria; mas eu opinei que deixassemos em paz a memoria d'um rei que em sua vida tanto honrou as caixas apertadas, preferindo attribuir o dito a algum rei da Inglaterra: mas isso tambem era muito aventurar, e então o melhor e contar o conto e deixar lá o rei.

Havia, pois, sua Magestade prometido ao seu povo uma constituição.

O povinho bateu palmas de contente, e foi-se cada um para sua casa esperar por ella.

Passaram-se mezes, passaram-se annos

LITHOGRAPHIA A VAPOR

Paulo Robm.

N. 44 — Rua da Assembleia — 44.

Retratos o paisagens a lapis e a penna, mapas, plantas topographicas, accões, diplomas, lettras, facturas, cartões, circulares, e todos os trabalhos concernentes ao commercio, feitos em gravura, e autographia, quadros, rotulos e cartões em CHROMO-LITHOGRAPHIA

FRANCISCO ROSSI

ENGENHEIRO ARCHITECTO

ESCRITORIO

Rua dos Ourives n. 45

Sobrado.

Medicina, Cirurgia e Partos

CLINICA DO

DR. JOAQUIM PEDRO

Residencia — rua do Catumbi N. 28, onde tambem dá consultas das 7 ás 8 horas da manhã.

Consultorio — rua de Gonçalves Dias 14 das 11 a 1 hora da tarde.

N. B. — Para o consultorio devem ser dirigidos os chamados da cidade a qualquer hora.

BOA FINECEIRA

RUA DOS OURIVES 45

antigo n. 55

Cardozo & Gomes

Offerecem de Esmo: familias o mais completo sortimento de fazendas e novidades pelos preços das fabricas.

Chapelaria Progresso

N. 101

RUA DO HOSPIEDIO

F. A. ALMEIDA

Deposito de chapcos patente, de castor, lebre e outras qualidades.

— eram capazes de passar seculos — e de constituição, nem noticias. O povo actual cansou-se d'esperar e foi até aos regios paços perguntar a Sua Magestade pelo que lhes havia prometido.

O rei, sem se commover, respondeu paternalmente aos que haviam tomado a palavra para lhe recordar a sua:

— Certamente, meus fillos, certamente. Prometti-vos uma constituição, não ha duvida. Mas parece-me que ainda não estou em falta... prometti e verdade, mas não disse para quando... Ora, fide para cas desapparecidos, que um dia terei a constituição.

Os programma, em geral, são como as constituições do tal rei.

Nada, nada.

O melhor programma d'um jornal que quer agradar ao publico e — agradar-lhe — sem programma.

Bom.

Ty. Rua d'Alfandega 87.

A primeira edição da *Gazeta de Notícias* apresentou as suas ideias e algumas propostas por meio de um prospecto (figura 3), ou seja, o ponto de vista que o jornal tentaria apresentar aos seus leitores durante a sua existência. A página é apresentada como um resumo do jornal, dividida em uma parte superior, que ocupa dois terços, e outra inferior, chamada de rodapé; cada uma dessas partes é dividida horizontalmente em cinco colunas. Nessas, as diferentes seções se distribuem: *Telegramas* e *Correspondências* sempre ocupam a primeira página, assim como a seção *Folhetim* no rodapé. Na segunda página, mais variada, aparecerá a seção *A pedidos* e, normalmente, *Gazetilha* (crônicas), em algumas edições mais um *Folhetim* em seu rodapé, entre outras seções variadas. Os classificados e a seção *Anúncios* ocupam a terceira e quarta páginas, com algumas seções não fixas aparecendo entre elas, aos domingos o jornal poderia ter entre 6 ou 8 páginas. Dentro desse modelo de base, as *Balas de estalo* passaram a frequentar principalmente a segunda e, às vezes, a terceira página do jornal.

Como dissemos, a *Gazeta* foi um jornal popular. Um detalhe importante que ajudou no aumento da tiragem e o seu barateamento, fazendo com que houvesse uma democratização do jornal, foi a publicação dos folhetins. Yasmin Nadaf informa que:

O resultado foi um grande sucesso. A fórmula “continua amanhã” ou “continua num próximo número” que a ficção em série proporcionava ao folhetim alimentava paulatinamente o apetite e a curiosidade do leitor diário do jornal e, obviamente, como resposta, fazia aumentar a procura por ele, barateando os seus custos. O jornal democratizava-se junto à burguesia e saía do círculo restrito aos assinantes ricos. (NADAF, 2002, p. 18).

A leitura no período era limitada a uma pequena parcela da população, mas não podemos nos esquecer de que mesmo a população analfabeta poderia ter acesso às informações do jornal por meio de leituras coletivas. O tipo de escrita certamente poderia ser influenciado por essa forma de leitura, levando os editores e escritores a pensar certa coloquialidade e o tom de diálogo. Roger Chartier reflete sobre a leitura partilhada e diz que:

Sua dupla função: comunicar o texto aos que não o sabem decifrar, mas também cimentar as formas de sociabilidade imbricadas igualmente em símbolos de privacidade – a intimidade familiar, a convivência mundana, a convivência letrada. Uma história da leitura não deve, pois, limitar-se à genealogia única da nossa maneira contemporânea de ler em silêncio e com os olhos. Ela tem também e

sobretudo, a tarefa de encontrar os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos. (CHARTIER, 1998, p. 58).

O historiador francês, ao pensar sobre a discussão do acesso à leitura, destaca o processo dinâmico que está além do texto escrito, mas atinge o texto e é tocado pelo ato de ler e a constrói a partir de situações captadas da sociedade.

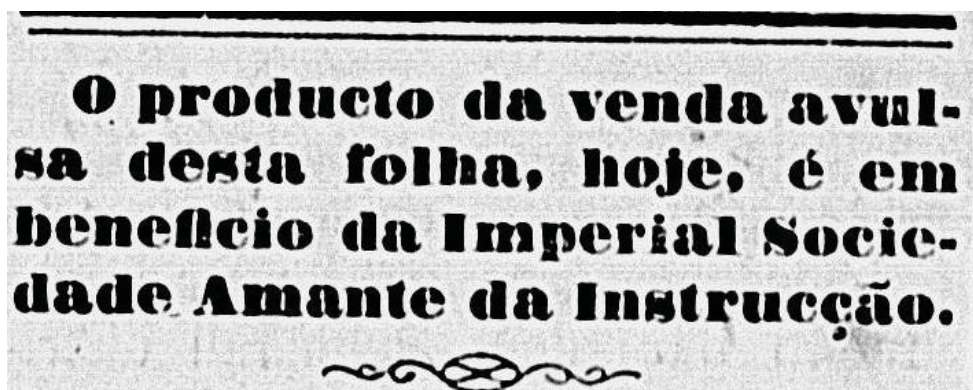
Alcançar uma parcela maior da população mostra não apenas a ampliação da leitura, seja individual ou partilhada, mas também perpassa pela questão da moralização da população, pois as escolhas dos romances, dos contos que permeavam o jornal não eram aleatórias e podemos dizer que os textos literários seguiam a visão em que o jornal acreditava.

A *Gazeta de Notícias* era um jornal diário, o que torna importante a maneira como os fatos são apresentados, as edições proporcionavam suas sínteses narrativas de maneira a discutir o dia a dia. A literatura foi uma aliada ao ser utilizada para retratar alguns acontecimentos, pois a partir da interpretação da realidade, a literatura, por meio de sua textualidade, auxiliou a compreender a constituição da vida intelectual e da sociedade daquele momento, como, por exemplo, as seções de crônicas que comentavam e refletiam sobre fatos; ou mesmo as escolhas – pelos editores dos periódicos – de alguns romances e contos que se relacionavam aos acontecimentos cotidianos, gerando discussões e conjunturas interessantes aos seus leitores, como será exemplificado com o fato dos aumentos das tarifas dos bondes.

A imprensa, como um todo, era mais do que um veículo apenas informativo, pois foi também um instrumento de conhecimento para o povo e ao país. O que nos faz pensar sobre o papel de instruir a população, e observar como os jornais procuraram formar um leitor que seria considerado mais “civilizado”, mais apto a contribuir para o que era identificado como progresso do Brasil⁵. Essa ideia nos faz refletir sobre a não neutralidade do jornal, pois a instrução que ali era dada estaria de acordo com as convicções que o jornal carregava. O que queremos sublinhar é que, mesmo que implícitas, estão nas páginas da *Gazeta de Notícias* as ideias de quem o gerenciava.

⁵ Parte dessa discussão é encontrada na tese: GAGLIARDO, VINICIUS CRANEK. *Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista*. Tese de doutorado. UNESP, Franca/SP, 2016.

Figura 4 – Sobre a venda avulsa. (02/08/1875)



Fonte: *Gazeta de Notícias*. Disponível em Hemeroteca digital

Na imagem acima, a *Gazeta* informa aos seus leitores que a venda avulsa do periódico naquele dia seria em benefício da *Imperial Sociedade Amante da Instrução*. Sobre a questão da instrução, além do próprio jornal, vemos que parte do valor, em alguns dias, seria destinado à instituição educacional, de acordo com a pesquisadora Maria Zélia Maia de Souza:

A Sociedade Amante da Instrução foi fundada em 5 de outubro de 1829, com aulas para meninos e meninas, crianças pobres e órfãs. Os sócios da Amante da Instrução eram advindos de diversos setores da sociedade: padres, bispos, médicos, advogados, desembargadores, conselheiros e outros. Além disso, a Sociedade foi “apadrinhada” pela família imperial, tendo como seu patrono o Imperador D. Pedro II. (2006, p. 2).

Nos últimos anos da monarquia, podemos dizer que a cultura política da época viu a instrução como primordial para a civilização, pensando no comunitário. Buscando conhecer e refletir sobre as convergências e divergências das formas e finalidades públicas da instrução, que se ligavam à busca de identidade nacional e o funcionamento das instituições dependiam de uma primeira instrução. Parece-nos que a *Gazeta* dialogava com a instrução e a educação da sociedade em que estava inserida, lembrando-se que esse periódico tinha ideais liberais, republicano e abolicionista. Souza (2006) ainda nos informa que em relação à parte pedagógica da *Imperial Sociedade Amante da Instrução* constata-se

(...) a prática do ensino diferenciado: Gramática Francesa, Música e Taquigrafia para os filhos e filhas dos sócios e o ensino das primeiras letras para as crianças pobres, acrescida do ensino de um ofício voltado para a agricultura. Nesse sentido, essa prática pode ter contribuído para reforçar as hierarquias presentes naquela sociedade.

A distinção entre as crianças manifestou-se também nas relações de gênero ao buscarem locais distintos para meninas e meninos estudarem. Sendo assim, o ensino das alunas pobres ocorreu em regime de internato, no “Collégio das Órphãs”, criado especialmente para esse fim. (2006, p. 4).

A sociedade leitora ainda era uma pequena parcela das pessoas, então contribuir para uma instituição educacional seria garantir leitores e expandir os ideais do jornal.

Gagliardo (2016, p. 54) nos informa que: “com a maior estabilidade na política, a literatura e as ciências passaram a ganhar mais destaque nas folhas impressas, tornando-se os epicentros do projeto pedagógico almejado pelos letrados”. Então, mesmo com uma educação diferenciada entre as classes sociais, era importante criar uma sociedade leitora, em um período em que havia muitas tensões, que estavam relacionadas aos projetos de nação e à formação do Estado brasileiro.

Iremos discutir o papel da literatura na *Gazeta de Notícias* para entender o engajamento que passava aos seus leitores de acordo com o romance folhetim e as crônicas que eram publicadas em suas colunas diárias. O periódico em análise utilizou da literatura para se comunicar com seu leitor.

2.1.3 A literatura na *Gazeta de Notícias*

Antes, pois, de perguntar como uma obra literária se situa no tocante às relações de produção da época, gostaria de perguntar: como ela se situa dentro dessas relações? Essa pergunta visa imediatamente à função exercida pela obra no interior das relações literárias de produção de uma época. Em outras palavras, ela visa de modo imediato à técnica literária das obras. (Walter Benjamin)

Sobre a *Gazeta de Notícias*, o pesquisador Nelson Werneck Sodré (1999) reforça que o jornal foi popular e de baixo custo aos leitores. Além de conceitos já mencionados, a neutralidade com a qual o jornal se apresentava e como estruturava toda a sua apresentação para se enfatizar como um jornal neutro era para criar uma aura de verdade, podemos questionar: de que valia essa tentativa de soar neutro? Pensamos que essa tentativa de neutralidade garantia mais acesso e facilitava a circulação; logo, aumentava a popularidade. A imparcialidade, naquele momento, era não estar associado a nenhum partido político, apesar de ser evidente que o periódico carregava os ideais republicano e abolicionista.

Pessanha (2006), sobre a questão de neutralidade nos jornais do século XIX, diz que ela pode ser vista como estratégia de venda para, assim, abranger um público maior. O jornal com tal estratégia e baixo valor de seus exemplares teve um grande aumento em suas vendas: “rapidamente o jornal passou a ter uma tiragem de 24 mil exemplares e a concorrer pela liderança na praça do Rio de Janeiro com o *Jornal do Commercio*” (VIDIPÓ, 2016, p. 2).

Barbosa (2010) diz que, a partir da década de 1880, teve início um novo tipo de imprensa brasileira, que ela intitula de imprensa-empresa, a qual teve uma preocupação maior com a venda de produtos e suas estratégias. Para isso, suas publicações precisavam se apresentar cada vez mais imparciais. Para Barbosa, por ser a imprensa um “(...) intermediário possível entre o público e a sociedade política, através de textos pretensamente imparciais, objetivos e neutros, os jornais criaram uma autoidentidade peculiar para afirmar cada vez mais como o lugar da verdade.” (BARBOSA, 2010, p. 98). Esse lugar está relacionado à busca por vendas, por mais patrocínios e, consequentemente, traduzido em um suporte da verdade, para que possa ouvir a todos, dar voz à razão e não ter barreiras comunicativas ou ideológicas. A *Gazeta* parece ter atingido esse lugar, essa aura, da verdade e da imparcialidade, o que permitiu números e circulação tão relevantes. E o fez garantindo uma maior preponderância e pôde se aproximar de seus ideais, não se ligando a nenhum partido e defendendo as pautas que julgava importantes, como a república e a abolição da escravidão. O que nos parece é que o jornal estava em diálogo com as polêmicas e ideias novas para o período, em um momento propício, permitindo que a crítica ácida e opiniões fortes não impedissem, mas, ao contrário, estimulassem seu crescimento.

A *Gazeta de Notícias*, desde o seu início, teve ótimas vendas e pôde investir em seus colaboradores, tendo assim escritores renomados de sua época assinando vários textos em suas seções. De acordo com Needell (1993):

Na década de 1880, surgiram os jornais verdadeiramente populares – *Gazeta de notícias*, 1875; *Gazeta de Tarde*, 1880; *Diário de Notícias*, 1885; *Cidade do Rio*, 1888; *O Paiz*, 1884 – vinculados à politização urbana promovida em parte pelos movimentos abolicionista e republicano. O mundo literário, então, mudara de forma dramática. Apesar de os periódicos terem sido sempre o veículo privilegiado dos homens de letras, eles nunca haviam proporcionado condições de sobrevivência, a não ser para poucos. Agora era possível sustentar a vida, mesmo que precária. (NEEDELL, 1993, p. 221).

Tais condições que a *Gazeta* proporcionou aos seus colaboradores trouxeram escritores como Machado de Assis, Coelho Neto, Guilherme de Azevedo, José do Patrocínio, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, França Junior, Joaquim Serra, Valentim Magalhães, Raul Pompeia, Aluísio Azevedo, entre outros, fazendo com que o periódico fosse conhecido como um jornal literário (ASPERTI, 2006). Essa alcunha trazia um certo *status* ao jornal popular, pois permanecia como um veículo que valorizava a literatura, e a burguesia letrada encontrava matérias interessantes para ler. Podemos pensar na questão da liberdade de escrita, pois ao manter escritores renomados em seu seleto meio, esses puderam ousar mais em suas publicações, como exemplo, podemos falar da publicação do conto “Uns braços”, de Machado de Assis, que foi publicado pela primeira vez na *Gazeta de Notícias* em 1885. O narrador apresenta a personagem Inácio, que se sente seduzido pela D. Severina, a mulher dos braços cobiçados, realçando o quadro dos instintos sexuais na sociedade retratada por Machado. Com isso, percebemos a liberdade que os escritores tinham em suas publicações, o que reflete também na seção *Balas de Estalo*, em que os autores tiveram certas regalias para abordarem os fatos, utilizar nomes reais para a construção de textos de maneira crítica.

Vidipó (2016) nos informa que o tema político era cerca de 30% do jornal, com as seções: *Boletim Parlamentar*, *Diário das Câmaras*, *Telegramas*, *Crônica da Semana e Cousas Políticas*. O que nos mostra que a literatura e a política caminhavam juntas no periódico, já que *Cousas Políticas*, *Crônicas da Semana* traziam as reflexões e críticas às questões políticas e sociais a partir da literatura. A *Gazeta* tinha um abrangente espaço para a cultura em geral. As artes, principalmente a literatura, foram um diferencial da *Gazeta* como um periódico moderno de seu tempo.

Não eram apenas os escritores renomados que faziam parte do escopo dessa publicação, Olavo Bilac diz que a *Gazeta de Notícias* também foi um jornal que deu oportunidade a jovens escritores:

Se já temos, – nós, os que escrevemos –, um público, pequeno, mas inteligente, devemo-lo, em grande parte, a esse mestre exemplar, [Ferreira de Araújo] que, num tempo em que a imprensa diária ainda era um luxo caro, decidiu colocá-la ao alcance de todos, barateando-a, e popularizando-a. Foi ele quem chamou ao jornal a gente moça, que se ensaiava nas letras. Na *Gazeta de Notícias*, que possuía a colaboração preciosa de Machado de Assis, de Eça de Queirós e de Ramalho Ortigão, começaram a aparecer os rapazes cheios de talento, mas ainda sem nome, que daquelas colunas se impuseram ao público. (...) Foi também na *Gazeta* que os pintores, os escultores, os músicos

encontraram sempre defesa, amparo, propaganda. (BILAC, 1905, p. 3).

Um rápido passar de olhos pelas folhas do jornal, percebemos a presença da literatura em quase todas suas páginas. Ser aberto à literatura não significava ser alheio ao jornalismo, às questões do dia a dia. Essas polêmicas e acontecimentos são a matéria do jornal e a literatura acaba ecoando esses fatos, seja na liberdade com um ou outro tema, ou mesmo na curadoria dos textos. Ramos (2020) aponta a chegada do folhetim *O livro verde* no jornal:

Foi em meio às notícias internacionais de tentativas de assassinato do czar Alexandre II (1818-1881) que a *Gazeta de Notícias* anunciou, em 28 de abril de 1880, a publicação de mais um folhetim em suas páginas, *O livro verde*, do húngaro Maurice Jokai (1825-1904). Segundo o jornal, o romance contava a história de uma conspiração política na Rússia czarista, ocorrida entre 1824 e 1825. O movimento, que reunia membros da elite militar e intelectual russa, lutava contra o poder absoluto do czar, reivindicando uma constituição e reformas liberais. Jokai recriava ficcionalmente a “Insurreição Dezembroista”, liderada por oficiais do exército russo que conduziram milhares de soldados num protesto contra a coroação do czar Nicolau I (1796-1855). Além das críticas à monarquia russa, a história tematizava as consequências das grandes agitações sociais e os desafios políticos trazidos pela conclamação do povo às ruas. Comportando dilemas há muito conhecidos da intelectualidade no século XIX, entre eles a democratização da sociedade burguesa, o folhetim de Jokai, ao desembarcar no Brasil, também encontrou grande fermentação política e social. Meses antes, as ruas do Rio de Janeiro haviam sido tomadas por protestos contra o imposto do vintém. O movimento, que começara com comícios, terminou em duros confrontos com a polícia. Assustados com os resultados da revolta, integrantes da imprensa, que até aquele momento haviam ressaltado a importância da ação do povo na disputa acerca do imposto, se questionavam sobre o que supostamente havia saído do controle e discutiam um problema central das últimas décadas do século XIX no Brasil: a cidadania política. O assunto era a pauta do momento, já que, desde 1878, o parlamento debatia o projeto de uma reforma eleitoral que previa, entre outras coisas, o estabelecimento da eleição direta no país. (RAMOS, 2020, p. 3).

Em um momento em que há absurdos sociais acontecendo por causa do modo de governar que prejudicava as pessoas que dependiam do bonde para conseguir chegar tanto ao trabalho como em suas casas, a *Gazeta* escolhe um romance que estimula tal inquietude em seus leitores para que esses reajam contra o desrespeito que viviam naquele momento ou que ao menos gere identificação entre os leitores, a situação social do país e a publicação.

Tal situação vai se repetir nas escolhas de seus textos literários, principalmente pelo folhetim ter se consolidado em meio aos leitores e escritores. De acordo com Sales

O romance folhetim foi uma febre nacional que impulsionou muitos dos nossos grandes autores a utilizarem esse espaço como forma de publicação das suas obras e projeção dos seus nomes entre o público e a crítica. Sendo o jornal o veículo de comunicação mais acessível na sociedade dos oitocentos, talvez este fosse o caminho mais rápido e fácil para o escritor alcançar notoriedade. (SALES, 2007, p. 45).

Aluizio Azevedo foi um folhetinista assíduo da *Gazeta*, um dos seus romances folhetins, *Filomena Borges*, antes de ser publicado no rodapé do jornal percorreu de maneira indireta as linhas da seção *Balas de Estalo*. Há por volta de uns 12 textos das *Balas*, quase todas as personas receberam um cartão de Filomena, quem mais abordou a personagem foi Lulu Sênior, remetiam-se a personagem sem associar ao romance, colocavam-na em situações que antecipavam e criavam expectativas sobre esse romance-folhetim. Uns dois dias antes da publicação de *Filomena Borges*, há uma crônica assinada por Aluizio Azevedo defendendo sua personagem e anunciando a publicação de seu romance no jornal. Isso nos mostra o diálogo entre as seções literárias no jornal mesmo com intenções publicitárias.

Sobre a questão do aumento das passagens dos bondes, a *Revolta do Vintém*⁶, Ramos (2020, p. 3) diz que ao mesmo tempo que foi “Apontada como uma das grandes incentivadoras dos protestos contra o imposto dos bondes, a *Gazeta de Notícias*, por outro lado, também foi acusada de mudar de postura no meio do caminho, quando então eclodiram os confrontos”. Quando os confrontos se deram por causa da revolta com o imposto e morreram pessoas, a *Gazeta* pede aos leitores que reajam, porém que sejam cautelosos em suas reações (RAMOS, 2020). Havia colocado em seu folhetim um romance que fazia efervescer o desconforto de seus leitores, trazia notícias que instigavam a situação e, ao mesmo tempo, pedia cautela com as reações mais violentas.

Às vésperas da *Revolta do Vintém*, a *Gazeta de Notícias* continuaria a oscilar. Se na seção “Chronica” atribuía-se a crise ao povo, que votava mal, em outras colunas não cessavam as denúncias sobre os

⁶ A *Revolta do Vintém* foi uma série de manifestações que ocorreu entre dezembro de 1879 e janeiro de 1880 contra o aumento das passagens de bonde no Rio de Janeiro. A Coroa anunciou um imposto de 1 vintém sobre as tarifas de bondes puxados a burro - seria cobrado diretamente nas passagens - um dos principais meios de transporte da população na época. O “imposto do vintém” aconteceria a partir de 1º de janeiro de 1880 e seria instituído como forma de diminuir o déficit público.

desmandos do ministério. Enquanto na seção de telegramas anunciavam-se as medidas do governo para “conter a ordem”, alertando a população de que a cidade se enchia de tropas e que, “por amor às costas”, era preferível pagar o vintém a “apanhar”, páginas adiante circulavam nos “A pedido” poemas que falavam num ministério de “sete salafrários” que tratava o “povo” como “escravo” ou “carneiro”, avisando que, quando abusava a “realeza”, “saía-lhe em frente a Marselhesa”. (RAMOS, 2020, p. 8-9).

Ainda que a visão do jornal permanecesse em apoio às reivindicações, as diversas vozes dentro da publicação variavam entre o apoio irrestrito à revolta e os pedidos de cautela; esses, obviamente, mais ligados às colunas dos editores.

Ferreira Araújo era visto como moderado em sua coluna, mas “havia escolhido como principais colunistas de seu periódico dois inflamados jornalistas: Ferreira de Menezes e José do Patrocínio.” (RAMOS, 2020, p.8). Tais jornalistas, em suas seções, responsabilizavam a monarquia pelos acontecimentos sociais da época. O pesquisador Willian Boenavides diz que

A título de ilustração, lembremos o que disse Ferreira de Araújo (ARAÚJO, 1899, posição Kindle 11005) sobre a produção nas páginas da Gazeta de Notícias: quando havia um debate em aberto em relação a alguma causa em que o jornal estava envolvido, ela era discutida imediatamente, seja em verso, em conto, em anedota ou qualquer seção do jornal, sem distinção de gênero para acolher a demanda. (BOENAVIDES, 2018, p. 122).

Dessa forma, apreendemos que a literatura atuou como veículo de propagação de alguns ideais divulgados pelo periódico, para que a população compreendesse a importância de seu conhecimento e de sua participação na política do país. Os editores sabiam que parte dos leitores estava muito interessada nos folhetins e nas seções de crônicas e, assim, souberam utilizar-se dessa arte para refletir junto à sociedade que acompanhava essas folhas.

2.2 ERA UMA VEZ AS *BALAS DE ESTALO*...

Antes de tudo, agradecemos ao público amante da fina literatura humorística o grande apreço que tem dado a estas balas. (Décio)

Em 3 de abril de 1883, ocorreu o primeiro tiro ou desembalar das *Balas de estalo*, sendo elas de artilharia ou de açúcar, foram sempre endereçadas aos principais homens e instituições do Brasil oitocentista. A seção teve a duração de 3 anos e 9 meses, encerrando-se no dia 31 de dezembro de 1886. As *Balas de estalo* foram uma série diária nos dois primeiros anos, mas, em 1885 e 1886, os textos não foram publicados todos os dias ficando cada vez mais escassos. É interessante nos atentarmos ao título: *Balas de estalo*, o qual já traz a referência ao barulho que pretendiam causar nas colunas da *Gazeta*. Seu nascimento se dá nas letras de Capistrano de Abreu, sob o pseudônimo de Mercúcio,

Depois os tempos mudaram. Veio o movimento político, que deslocou a atenção. Veio a imprensa jornalística e a sua polemica acerba, a mofina. O folhetim, a pedido, e romance. Veio o teatro, a mágica, o acréscimo de população. Veio o vapor, o trato frequente e rápido com a Europa, colocar os dois continentes na situação de vasos de líquidos comunicantes que por fim se nivelam.

(...)

Um dos meios de que mais se aproveitam é a medicina.

Nas barbas da Junta de higiene que nem as moléstias que os facultativos diplomados não puderam curar. Dizem-nos que na Cidade Nova há um que tem obtido esplêndidos resultados... pecuniários, tanto que a clínica sacrificou um rendoso emprego na alfandega. (MERCÚTIO, *Gazeta de Notícias*, 03/04/1883)

O baleiro nos apresenta o paradoxo entre o arcaico e o moderno. Apresenta-nos alguns fatos de modernização da sociedade – a imprensa, o vapor e o bonde – ao mesmo tempo em que mostra que a sociedade vai na contramão da modernização ao preferir curandeiros religiosos no lugar da ciência, no caso a medicina. E seu término é com as palavras de Lulu Sênior, pseudônimo de Ferreira Araújo.

Mas a questão não é de achar a magreza e a dispepsia do Sr. Valentim mais ridículas que a minha gordura; nisto, como no mais, eu não consigo fazer-me compreender. E digo assim, porque, para que um homem de letras como o Sr. Valentim deixe de compreender um *simile*, uma alusão, uma figura, ou que melhor nome tenha, em questões literárias, é absolutamente indispensável que a culpa seja de quem se serviu desse recurso, e não o soube fazer com a precisa clareza.

A questão era esta: para vulgarizar certas obras de arte, feitas em épocas em que os costumes, a civilização, permitiam o que não permitem hoje, é lícito fazer edições dessas obras, em que se suprima a parte que hoje repugna aos nossos costumes, desde que essa parte suprimida não é a essência da obra? Eu tinha dito sim; o Sr. Valentim diz em absoluto que não. Eu aceito a teoria do Sr. Valentim, e lembro

algumas obras escabrosas, e lembro alguns costumes, característicos de certas nacionalidades em tempo dado, e que estão em completa desarmonia com o que se faz hoje. (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 31/12/1886)

Um texto sério, que se inicia respondendo alguns ataques feitos a Ferreira de Araújo. O narrador sai de sua personagem Lulu Sênior, ou melhor, nesse texto o narrador e o autor empírico misturam suas vozes. Essa crônica destoa do conjunto, pois estilisticamente é pobre e moralista. Ela carrega um pouco de ironia, mas parece uma ironia enfezada e não uma ironia ácida e bem-humorada ou sarcástica e crítica como era característica da seção. É um ataque para se defender. Parece uma briga pessoal o que não condiz com a seção. A tradução de Dom Quixote, abordada pelo cronista, teve seu prefácio pago por Ferreira de Araújo em 1886 (COBELO, 2015, p. 158). Após dizer como o professor Valentim se vestia para ministrar suas aulas, Lulu Sênior diz que “(...) para não sair da questão, direi que daríamos ideia de D. Quixote e Sancho Pansa.” (LULU SÊNIOR, *Gazeta de notícias*, 31/12/1886). O que nos faz pensar que a possível crítica do senhor Valentim se refere ao seu prefácio de Dom Quixote, em 1886. Possivelmente o texto aqui referido é do professor Carlos Jansen, o qual ministrou aulas de alemão no Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, e traduziu várias obras literárias para o público infanto-juvenil.

O pesquisador Boenavides, que reflete sobre o primeiro ano das *Balas*, informa-nos que:

Os textos apontam um conjunto de deficiências em setores fundamentais. Carência de prestação de serviços básicos, como saúde e comunicação, acompanhadas de violência e da repressão. Associada a isso, vemos constantemente a referência ao olhar europeu sobre o Brasil. Essas precariedades são ironizadas à luz de elementos de modernização. (BOENAVIDES, 2018, p. 35).

A partir da reflexão do pesquisador, a seção carregava em si a ideia do nacional, da construção da identidade do brasileiro que vai permear esses textos não somente em seu primeiro ano, mas sim em todo o seu conjunto, como veremos. Desde o primeiro texto das *Balas* há a apresentação das ideias que serão discutidas e a maneira como os textos se desenvolveram, pois já incorpora o estilo e os temas típicos da seção. Na seção, as discussões sobre a identidade nacional, de maneira paralela, acabavam somando à busca por uma identidade nacional, que é efervescente no período. Ramos, em sua tese, traz a seguinte análise da abertura da seção:

Ao inaugurar a série no dia 3 de abril de 1883, Mercúcio apresentava o programa temático das balas para o seu leitor, apontando aquela que seria uma das principais discussões dos cronistas: as mudanças vividas pela cidade do Rio de Janeiro e mesmo pelo Brasil nas duas últimas décadas do século XIX. Pseudônimo do prestigiado historiador Capistrano de Abreu, Mercúcio discutia as mudanças no movimento político, no surgimento da imprensa jornalística, no acréscimo da população, no uso do vapor, no trato frequente e rápido com a Europa e na instalação dos bondes, a imensa e maior força de transformação que já havia incidido sobre aquela cidade, fazendo dessas transformações contraponto a antigas práticas políticas, econômicas e sociais do império. Sua crônica trazia para o leitor, segundo ele, aquilo que já não era mais possível ignorar: as discussões sobre um novo futuro para o país. Para o cronista, juntamente com a transformação, pouco a pouco ia esboroando-se a velha organização, sentimentos, ideias, ações, pontos de vista e intuítos iam se alterando, derrubando velhas instituições, criando novas religiões e indagações sobre aquele momento histórico. (RAMOS, 2010, p. 58-59).

Percebemos que a questão da identidade nacional não é o espaço do aleatório, e na seção *Balas de estalo* vai aparecendo de maneira fragmentada nas crônicas junto com as questões de modernização, já que faz parte de um universo cultural e compartilhado “(...) seu ‘sucesso’ está ligado a uma comunidade de sentidos e à possibilidade de serem [os símbolos que estruturam os discursos identitários] ao mesmo tempo, inteligíveis e partilhados.” (SCHWARCZ, 2003, p. 384). No final do século XIX, a representação da nacionalidade já estava se consolidando, sendo fundamento para a mobilização política e ideológica que vão permear o jornal e, conseqüentemente, a seção. Este programa temático será consistente até o término da seção. Ao longo de seu desenvolvimento dentro da *Gazeta de Notícias*, os colaboradores questionaram a velha organização e costumes da sociedade com textos que se construíram a partir do cotidiano, com reflexões pessoais que dialogavam entre si e mergulhados em ironia, que muitas vezes beiravam a zombaria. Como, por exemplo, em 1884, nas *Balas de estalo*, Lulu Sênior e Zig Zag – respectivamente Ferreira Araújo e Henrique Chaves – protagonizaram uma paródia de uma polêmica literária travada por Silvio Romero e Valentim Magalhães, de maneira bem-humorada e repleta de zombaria representaram as discussões dos dois críticos literários da época.

No dia 31 de dezembro de 1883, o último texto do primeiro ano finaliza zombando de si mesmo, abordando relações de funcionamento da seção. Inicialmente pode parecer algum desvio e zombaria alheios ao mundo, mas já fica nítido a forma dialógica e autorreferente da seção. Assim o que pode parecer banal na leitura isolada,

cria uma característica de intimidade com o leitor, que lida com as desavenças e confissões entre e com autores da seção. Zig-Zag, que, além de insatisfeito em confeitar a *Bala* no último dia do ano, coloca muita acidez e sarcasmo em sua crônica. Inicia seu texto dizendo que foi passado para trás pelos seus colegas de seção, pois queriam encerrar o ano das *Balas* com chave de ouro e ele foi o escolhido, mas logo percebeu que foi apenas um jogo para empurrá-lo a fazer a última crônica que ninguém queria fazer, de acordo com o seu relato:

Os meus companheiros, pérfidos e velhacos atiraram-me para o último dia do ano, dando a entender que almejavam que esta seção fosse encerrada com chave de ouro.

A minha modéstia – uma das poucas virtudes que ainda conservo em bom estado – obrigou-me a recusar a honra que me era conferida.

Meio lisonjeado, aceitei o encargo de pôr ponto final nestas balas, durante o corrente ano; mas, depois que vi diante de mim o grande encargo que tão maliciosamente me foi confiado, é que compreendi que os meus companheiros abusaram mais uma vez da minha boa-fé, colocando-me na dura situação de fazer por eles e por mim as nossas despedidas ao ano que vai desaparecer e as nossas saudações ao ano que vai surgir. (...) (ZIG-ZAG, *Gazeta de Notícias*, 31/12/1883)

Durante a crônica, Zig-Zag dá a entender que o funcionamento das *Balas* ocorre de maneira aleatória, como se ninguém pudesse ou quisesse fazer o texto de determinado dia, a realização desse texto era logo transferida para outro colaborador, como se pode ver no trecho acima. Fato esse que será desmentido na crônica do dia seguinte (01/01/1884), por Décio, pseudônimo de Demerval da Fonseca, que desmente seu colega e faz um texto revisando o primeiro ano de *Balas de Estalo*, comentando um pouco sobre os escritores das *Balas* e abordando o funcionamento da seção entre os colaboradores. Podemos pensar que a estratégia discursiva de Zig-Zag parece ser que ao adentrar ao assunto da última crônica do ano, o narrador discorre sobre o funcionamento da série, de maneira ficcional, a qual, entretanto, não é claramente ficcional para o leitor contemporâneo ou o atual que não conhece a sequência da série. Esse recurso discursivo de alongar a crônica pela estratégia ficcional só será compreendida pelo leitor na sequência, com a crônica de Décio, nesse caso. O que podemos dizer ser o metadiscorso presente, que é interessante e colabora também para criar o diálogo existente na seção – aqui metadiscursivo – entre as crônicas, mas é uma característica da crônica de variedades em sua gênese, de acordo com a pesquisadora Marie-Ève Thérienty (2001).

Zig-Zag inicia sua crônica se queixando amargamente de seus colegas e que “além de tudo é mentiroso.” Então, no segundo parágrafo nos explica que:

Em primeiro lugar, cá em casa não se deixa tal trabalho a este ou aquele: fazem-se balas por escala ou por obrigação, que é a mesma coisa. Zig-Zag; hoje é meu; amanhã será Lulu Sênior; depois será Publicola ou de Confúcio, conforme a coisa sair pouco aceitável; ou, modéstia à parte, será outra vez de Décio, se a coisa for de truz: virá ainda João Tesourinha, se Zig-Zag fizer sem pés nem cabeça; ou talvez Blick se apresentará, se lhe restituírem uns e outra – a cabeça e os pés. (DÉCIO, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1884)

A partir desse trecho, o cronista narrador nos diz que a escrita das *Balas* já estava combinada com os escritores da seção e que qualquer mudança ou imprevisto que ocorresse um outro poderia substituir conforme fosse ajustado, há boa dose de ironia aí, uma vez que apenas parecem realmente definidos os autores de hoje e amanhã, mostrando uma escala nem tão definida e organização quanto o início do texto fazia crer. O texto de Décio segue em uma linha de apresentar os colaboradores da seção e, ao mesmo tempo, exaltar o patrão, Lulu Sênior – “Seria preciso apenas referir-se às balas de Lulu Sênior, que, sobre ter muito espírito, é um excelente patrão (...)” – e criticar a atitude de Zig-Zag que “(...) foi por prosa que veio dar a entender que nós o tínhamos elegido para o cargo de baleiro do último dia do ano. Se nós o tivéssemos de eleger para alguma coisa seria para o último dos baleiros.” (DÉCIO, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1884). Com isso, Décio diz que vai ensinar Zig-Zag como se faz uma rememoração do primeiro ano das *Balas* e, nesse momento, apresenta a nós todos os colaboradores que participaram nesse primeiro ano: “Durante o ano findo sustentamos esta seção com os seguintes colaboradores: Lulu Sênior, Zig-Zag, Mercúcio, Blick, Confúcio, Publicola, Lélío, José do Egito e este seu criado Décio.” (DÉCIO, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1884).

Nesse primeiro ano, como apresentado por Décio, foram nove colaboradores, mas ao longo dos quase quatro anos da seção, apareceram vinte e um pseudônimos para quase mil crônicas. Alguns aparecem apenas uma vez, como já dito, o pseudônimo de Aluízio Azevedo, que participa com intenção de fazer propaganda para seu romance; ou uma autoridade política, como Lafayette, para falar de algum fato importante com a sociedade; outros são partes de um “núcleo essencial” das *Balas*, os que a construíram no desenrolar dos dias. Alguns autores por trás dos pseudônimos são identificados, enquanto outros permanecem desconhecidos ou há dúvidas sobre quem possa estar por trás dos personagens. Junto com a apresentação de Décio, vamos mostrar os colaboradores e apresentar também os que entraram a partir de 1884, comentar sobre os

quais saíram e os que continuaram. Para auxiliar no trabalho de apresentação, trazemos dois pesquisadores da seção: Ana Flávia Cernic Ramos (2005; 2010) e Willian Moreno Boenavides (2018). A primeira, em sua tese, ao pesquisar sobre Lélío faz um levantamento dos colaboradores da seção no primeiro ano. Enquanto o segundo, também em sua tese, analisa o primeiro ano de *Balas de Estalo* como um todo discutindo a modernidade brasileira. Dentro de seus estudos, Ramos (2005; 2010) e Boenavides (2018) resgataram pesquisas anteriores sobre a identificação dos pseudônimos e aqui, a partir da análise de ambos, apresentamos as possibilidades que se construíram ao longo dessas pesquisas sobre tais personalidades. Começamos então com quem dá vida as *Balas*:

Mercúcio abriu o caminho. Trouxe um artigo contra a prática do Centro Positivista e as religiões de *membembes* e *jucas rosas*, concluindo com a frase do José do Egito:
 Ah que não sei de nojo como o *Comte*...
 Mais tarde, intrigado por não ter assunto nem disposição para o gênero, entrou a assinar Blick e a escrever cartas ao Sr. Moura e ao Sr. Dantas, a propósito de vários assuntos políticos.
 Bem. Este Mercúcio e este Blick eram aquele mesmo e único professor de história, míope de profissão, inimigo dos *Favos* por índole, e doido por Spencer, como ninguém. (DÉCIO, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1884)

Mercúcio e Blick nasceram pelas letras de Capistrano de Abreu (1853-1927). O primeiro com 6 crônicas, estreou junto com a seção em 03 de abril de 1883 e encerrou sua participação em 16 de maio de 1883; e depois foi Blick com 10 textos, apresentou-se em 07 de julho de 1883 e conclui sua participação em 14 de setembro de 1883. Capistrano era cearense, chegou ao Rio de Janeiro em 1875, foi jornalista, mas teve maior destaque como historiador, com a obra da história da colônia intitulada *O Fisco chegou primeiro. A Nação ficou para depois*. Blick e Mercúcio têm uma curta vida na série, entram e saem ainda no primeiro ano. Ramos (2005) nos informa que: “Mercúcio é um pouco mais brincalhão, seu texto é mais leve e acessível. Blick já é mais sisudo, persistindo sempre nos mesmos assuntos – política nacional, sua história e evolução” (RAMOS, 2005, p. 42). Percebemos que Capistrano de Abreu criou dois personagens distintos e tratando os assuntos dos quais decidia abordar de maneira mais leve com um e com o outro carregando uma insistência séria sobre as questões sociais.

Dando continuidade às apresentações:

Depois veio Zig-Zag; a princípio discutia as longas sessões da câmara, e fez uma chibante bala sobre um discurso do Sr. Ferreira Vianna, que os liberais e os conversadores aplaudiam com riso, e que era assim como que em ferro em brasa aplicado a todos eles.

Entretanto, como lhe desse a falta de assunto para escrever cartas a S.M. o Imperador sobre várias questões de atualidade – e cartas a que S. Majestade jamais dignou-se a responder – adotou Zig-Zag o nome de João Tesourinha – só para disfarçar.

Foi com este nome que ele falou no Sr. Deputado pelo 3º distrito das Rosas de Malherbe, e que obteve um certo sucesso... no Engenho Novo.

Pois muito bem; Zig-Zag e João Tesourinha era aquele conhecido rapaz corpulento, de boa cara, a arrancar constantemente e vertiginosamente os fios do bigode, que taquigrafia na câmara dos deputados, institui o *Dizia-se ontem* e traduz dramas para o teatro. (DÉCIO, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1884).

Henrique Chaves (1849-1910) é quem assinou como Zig-Zag e o fez 111 vezes, sua primeira aparição foi em 07 de abril de 1883 e sua última foi em 18 de maio de 1886; e como João Tesourinha 81 vezes; a primeira em 05 de julho de 1883 e a última vez 27 de novembro de 1885; e há uma suspeita de que assinaria também como João Bigode⁷ o qual iniciou no dia 19 de dezembro de 1884 e foi até o dia 11 de junho de 1886 com 40 crônicas. Chaves era português, foi jornalista, tradutor e teatrólogo. Foi redator da *Gazeta de Notícias*. Henrique Chaves cria suas personagens de maneiras razoavelmente distintas. Zig-Zag é um reclamão; com muito sarcasmo em sua escrita. Ele reclama de ter que escrever as crônicas, de não ter assunto, reclama de seu patrão Lulu Sênior, envolve-se em polêmica com ele, sempre descrevia as reuniões parlamentares. Em 05 de abril de 1884, Zig-Zag anunciou que não seria mais Zig-Zag, e sim Zig-Zug:

Logo na primeira corrida eu vejo em primeiro lugar:

Zig-Zag – Rio de Janeiro – Rosado – 5 anos – 54 quilos – Marron e amarelo – Caudelaria Contagallense.

Fiquei desagradavelmente surpreendido com essa descrição, que ainda suponho ser um *trait d'espirit*, do meu amigo Quarré.

As pessoas que me conhecem, sabem perfeitamente que não se entende como Zig-Zag das Balas, o Zig-Zag das corridas.

Todas elas sabem que não tenho pelo, ou que, se tenho, não é rosado.

Sabem igualmente que não tenho 5 anos, e muitas podem afirmar que o meu peso é superior a 54 quilos.

Marrom nunca fui, a não ser no chapéu, e *Amarelo* apenas quando o fígado terrível impõe o seu colorido a minha suave fisionomia.

Muito menos sou da *Coudelaria Cantagallense*.

⁷ Heloisa Helena Paiva de Luca (1998) diz que quem assina por João Tesourinha é Francisco Ramos Paz. Ramos (2005) atribui a Henrique Chaves.

Mas se as pessoas que me conhecem, sabem que o Zig-Zag das corridas não é o Zig-Zag das Balas, as que não tem o prazer de manter relações comigo, podem ficar iludidas. É para que tal não aconteça, que eu me apresso a fazer a seguinte declaração:

Declaro que, havendo outro de igual nome e de costumes diversos, passo a assinar-me – Zig-Zug. (ZIG-ZAG, *Gazeta de Notícias*, 05/04/1884)

A troca do nome se dá para que não haja confusão entre o animal e o cronista. João Tesourinha é mais centrado, muito crítico com as problemáticas sociais e políticas, fazia suas crônicas de maneira epistolar, fato que mais o diferencia de Zig-Zag e de João Bigode, o qual se dedicava mais as questões políticas com uma linguagem mais simples e direta. Ramos (2010) diz que Chaves mantinha múltiplas assinaturas para colaborar com a construção de uma coletividade na série. Ainda que algumas vezes parecesse não haver grandes esforços para diferenciar seus pseudônimos, Henrique Chaves parece buscar características neles de maneira a construir o texto que os distinga e cada um tenha suas singularidades. Os nomes para seus personagens já mostram uma grande diferença entre eles, Zig-Zag pode se referir ao ir e vir nada direto às questões ou usando as palavras do pesquisador Otsuka sobre crônicas “a leveza da expressão e o ziguezaguear na associação de ideias (...)”, enquanto João Tesourinha faz cortes mais diretos ao ponto. É importante enfatizar que tais nomes são construções, portanto, personas ou mesmo personagens criadas pelos autores, o que também coloca esses textos em um lugar peculiar no cenário literário.

Acompanhamos a apresentação do padrão feita por Décio na referida crônica de 01 de janeiro de 1884:

Seguiu-se Lulu Sênior, que jamais tomou assinatura diversa. Médico retirado, padrão capaz de todos os sacrifícios – até de elevar-nos os ordenados de 500% ou dar-nos de festas 6 meses de ordenados – discutidos da questão do gás, das Cousas Políticas e dos relativos à junta de higiene – destas últimas não tem assunto – Lulu Sênior foi quem mostrou à câmara dos deputados que Sganarello era uma bela criação de Molière, e não o tipo tolo que a mesma câmara imaginara: foi ele quem disse ser a *Folha Nova* o melhor jornal do Rio de Janeiro, na opinião do Sr. Souza Carvalho, porque dava anos; foi quem historiou o Sr Affonsinho julgado pelo Sr. Ignácio Martins; é quem descompõe os colegas e os companheiros quando não tem assunto; e é quem simula o maior horror às sogras, porque só por escrito tem a coragem desta opinião.

Já é conhecido até na ilha dos Ratos: pela tosse *sui generis* e pelo abdômen que cresce desmesuradamente. (DÉCIO, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1884).

José Ferreira de Souza Araújo (1848-1900) trouxe a assinatura Lulu Sênior para a seção com 223 crônicas. Sua primeira crônica é do dia 08 de abril de 1883 e em 31 de dezembro de 1886, a seção é finalizada com sua crônica. Foi médico, jornalista e era redator chefe da *Gazeta de Notícias*. Lulu Sênior foi um pseudônimo trazido à tona para as *Balas de estalo* do periódico *O mosquito*, que tinha um teor humorístico e irônico, talvez por isso Ferreira de Araújo tenha o revivido para as *Balas*. Lulu Sênior ora se trata como uma personagem ficcional – a exemplo da crônica de 29 de setembro de 1883, no qual se refere ao dono do jornal como outra pessoa que não ele – ora traz questões factuais para a sua criação, como a crônica de encerramento da seção, em que responde com a assinatura de Lulu Sênior a uma crítica direcionada a Ferreira de Araújo por um prefácio que fez defendendo mudanças na tradução da obra *Dom Quixote* para os alunos do colégio D. Pedro II, como vimos. Na crônica, Lulu Sênior fala em primeira pessoa e defende seu prefácio, assumindo a confluência entre o editor e personagem autor das *Balas*. Percebemos, então, que Ferreira Araújo e Lulu Sênior ora serão os mesmos ora serão distintos. A criação da personagem Lulu Sênior é perceptível ao longo da série, mas há também uma aproximação e achatamento, em alguns momentos, das personalidades da personagem ficcional e a pessoa por trás dela. Essa encenação “falha” marca a seção, seja em momentos que o próprio autor/pseudônimo entrega sua identidade real – como na crônica citada –, seja com um autor entregando o outro.

Machado de Assis (1839-1908), assinava Lélío e contribuiu com 126 crônicas. Sua primeira aparição foi em 02 de julho de 1883 e sua última publicação, nas *Balas*, foi em 23 de março de 1886.

Lélío é aquele literato chefe, poeta, dramaturgo e romancista, que depôs um dia a sua coroa de burocrata da agricultura e a sua filosofia *braz cúbica* para fazer em balas de estalo uma boa *reclame* à Camisaria Especial.

Quando cabe-me o dia em sábado, ele faz por mim as balas; por isso não posso dizer que foi ele quem inventou a frase – *não é impossível* – nem contar quantos anos tem ele. (DÉCIO, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1884)

Lélío é construído de maneira diferente de seus amigos de seção. Desde a escolha do nome até as construções narrativas não há aproximações das personalidades Lélío e

Machado de Assis. A pesquisadora Daniela Mantarro Callipo (2008) explica a escolha do nome Lélío:

Machado de Assis adotou o pseudônimo “Lélío”, respeitando uma norma seguida por todos os outros colaboradores. Para R. Magalhães Jr. (in ASSIS, [198-], p. 13), o nome foi retirado de uma personagem da peça *L’étourdi*, de Molière, escrita entre 1653 e 1655: filho de Pandolfe, Lélío é apaixonado pela bela escrava Célie. Estouvado, impulsivo e atrapalhado, ele estraga os dez planos preparados por seu valete Mascarille para ajudá-lo em sua conquista. É preciso considerar, entretanto, a existência de uma personagem da *commedia dell’arte*, cujo nome é Lélío. Presente no teatro italiano escrito entre os séculos XVI e XVII, o aventureiro romanesco surgirá em 1620 em Lelio bandito, de Andreini, e será retomado em 1750 por Goldoni em uma peça cujo título em francês é *Le menteur*. Na França, Lélío será personagem de duas peças de Marivaux: *La surprise de l’amour*, de 1722, e *Le prince travesti*, de 1724. (CALLIPO, 2008, v. 10, n. 2, p. 20).

Vemos que as referências da personagem machadiana são literárias, de Molière ou do teatro italiano ou mesmo uma mistura de ambos. Temos uma personagem apaixonada e aventureira, não à toa que “Lélío é apaixonado pela bela escrava Célie.” A questão da escravidão e a crítica a esse sistema de dominação e violência são reflexões constantes de Lélío nas *Balas*. Quando Lélío se refere a algum colega de seção, é sempre por meio de sua personagem, como na crônica 13 de março de 1884 quando se direciona a Lulu Sênior para falar sobre a publicação do livro de Ferreira Araújo:

Isto posto, cáí das nuvens quando li que as “Cousas Políticas” eram desse cavalheiro [Ferreira Araújo]. Se quer que lhe fale com o coração nas mãos, não acredito. Não bastam a imparcialidade dos juízos, a moderação dos ataques, nem a sinceridade das observações; e se você não fosse um pouco parente dele, eu diria que não bastam mesmo o talento e as graças do estilo para atribuírem-lhe tais crônicas. (LÉLIO, Gazeta de Notícias, 13/03/1884).

Esta crônica é direcionada a Lulu Sênior, por isso o “um pouco parente”, o cronista narrador aproxima o pseudônimo do seu autor empírico, mas sem o entregar. A relação dialogal entre os textos das *Balas* que a fortalecem como seção e a construção coletiva que Henrique Chaves almejava.

Valentim Magalhães (1859-1903) era José do Egito, com 19 crônicas. Sua primeira aparição foi em 08 de maio de 1883 e a última em 01 de novembro de 1883.

Ele foi um escritor atuante, era destacado na imprensa fluminense pela polêmica, e não chegou escrever nenhuma obra expressiva.

José do Egito faz hoje notas à margem. Escreveu balas sobre interpelações sobre as touradas, e, de uma feita, despediu-se do regimento dos confeitores, assinado por nós todos... sem ter para isso procuração, como devia ter pedido antecipadamente, desde que é advogado. (DÉCIO, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1884).

José do Egito inicia sua empreitada nas *Balas* usando o título da seção para mesclar sensações: “Descubramos um projétil que participe, a um tempo, do amargo da guerra e da guerra aos amargos. Que fira, mas docemente. Que estale, que bata, que fira, mas que passando o estrago, se dissolva em doçuras no paladar da vítima” (JOSÉ DO EGITO, *Gazeta de Notícias*, 08 de maio de 1883). Temos a *Bala* como algo que fere – um projétil – e, ao mesmo tempo, a que agrada “em doçuras no paladar da vítima”. E assim, com crônicas recheadas de metáforas e ironias, marcou sua participação em *Balas de Estalo* no ano de 1883.

Demerval da Fonseca (1850-1914) nos traz três assinaturas: Publicola, com 70 crônicas, sua primeira publicação ocorreu em 14 de abril de 1883 e finalizou em 27 de agosto de 1885; Décio⁸ com 67 textos, seu início se dá em 04 de abril de 1883 e seu término é em 02 de junho de 1886; e Confúcio⁹ aparece na seção com 65 crônicas, estreou em 17 de outubro de 1883 e finaliza em 01 de fevereiro de 1886. Demerval da Fonseca foi médico, jornalista atuante junto com José do Patrocínio e chegou a ser Senador.

Confúcio respondeu ao poeta Rozendo republicano o triolet do Raymundo – *Larga essa lira caquética*; descobriu a minha secretaria do império do Brasil. Publicola pôs em pratos limpos os preções dos barões, a saber: da terra \$750, do estrangeiro \$2.000; ambos são um e o mesmo indivíduo. Depende da ocasião. (DÉCIO, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1884).

Demerval da Fonseca com seus três narradores distintos dá funções diferentes para cada um dentro da seção, como o seu pseudônimo Décio nos informa. Enquanto

⁸ Luca (1998) atribui a assinatura de Décio ao Affonso Montaury, dizendo que Décio ou Publicola poderiam ser João Chaves, irmão de Henrique Chaves, mas que não se pode afirmar. Ramos (2005; 2010) e Boenavides (2018) atribuem a Demerval da Fonseca.

⁹ Ramos (2010) diz que possivelmente Demerval da Fonseca é o criador de Confúcio também.

Henrique Chaves – com seu Zig-Zag, João Tesourinha e, possivelmente, João Bigode –, não fazia grande esforço para criar características e personalidades distintas, – ainda que essas diferenças ora ou outra aparecessem –, Demerval da Fonseca explicitava essa preocupação na forma de escrita e na personalidade criada para cada um dos seus pseudônimos. Enquanto Décio foi o “médico” na seção, “fez diversas crônicas comparando a política imperial à medicina, discutiu assuntos relativos à higiene pública, à faculdade de medicina, à monarquia e à religião” (RAMOS, 2008, p. 69). Publicola era o “fiscal” da política diária “encarregando-se de acompanhar de perto as atividades da Câmara dos Vereadores, o uso do dinheiro público e as obras feitas na cidade.” (RAMOS, 2008, p.69). Confúcio traz o olhar do cotidiano, semelhante ao Publicola, em crônica do 03 de janeiro de 1885 diz não ter a filosofia de Lélío para mostrar ao leitor o seu ponto de vista.

Décio faz as devidas apresentações dos colaboradores, diz quem são e aborda algum dos temas que foram discutidos por eles. Décio afirma que: “Tratamos de vários assuntos, cada qual mais importante, cada qual mais digno de leitura e da apreciação do público.” Naquele primeiro ano, falaram desde como se portar em bondes até sobre as questões abolicionista, passaram por pequenos problemas urbanos e falaram de questões políticas e sociais que tentam mudar as estruturas da sociedade já estabelecidas e encenaram várias querelas, principalmente entre Lulu Sênior e Zig-Zag que envolveram grande parte das personas. Nos três anos seguintes teremos a continuidade de tais temas e a entrada de outros colaboradores que apresentaremos agora.

Mostraremos os pseudônimos que não foram apresentados por Décio, por terem entrado a partir de 1884.

A respeito do pseudônimo Ly, o qual poderia ser Manuel da Rocha¹⁰, assinou 105 crônicas. Sua primeira assinatura é do dia 16 de maio de 1884 e sua última publicação foi em 20 de dezembro de 1886. Ly chega desembalando sua *Bala* sobre a câmara dos deputados e seguirá fazendo críticas aos políticos de sua época durante sua participação como baleiro.

¹⁰ Boenavides (2018) diz que no dossiê dos “Autores e Livros sobre Ferreira de Araújo (Ferreira de Araújo. *Autores e livros*. V. XI, n. 12, p. 113-4, dez 1950)” quem assinaria como Ly seria Manuel da Rocha, sobre o qual não encontramos nenhuma informação.

Carolus, de acordo com Magalhães Junior pode ser Carlos de Laet ¹¹(1847-1927), com 10 crônicas, a primeira aparição é datada em 07 de dezembro de 1885 e finaliza em 26 de junho de 1886. Foi jornalista, professor, poeta e tradutor. Carolus, mesmo com uma breve participação, chega às *Balas* conhecedor dos confeitos e artilharias, pois seus textos são cobertos e recheados de ironias, e apresentam a que vem a personagem. Em 07 de dezembro, discute dois casos que apareceram na imprensa de diferentes estados, Goiás e Santa Catarina, e diz:

O que, porém, me faz crer na realidade da notícia, é o supremo grau a que tem ali chegado à opinião política; e toda gente sabe que os princípios defendidos com ardor são mortíferos, posto que fecundos. Espero em Deus que não terão entendido esta frase; foi para isso mesmo que a escrevi. (CAROLUS, *Gazeta de Notícias*, 07 de dezembro de 1885).

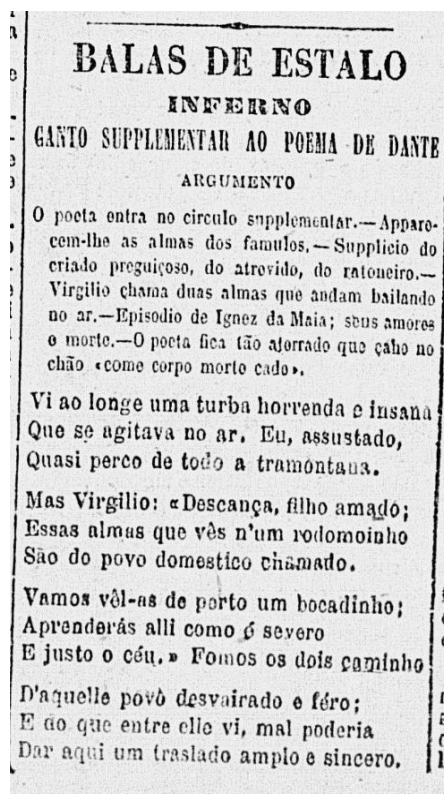
Carolus diz que escreve para não ser compreendido, evidenciando o deboche tanto para a situação política que aborda quanto para com o seu leitor.

Farina, sem identificação, aparece 10 vezes. A primeira vez é 30 de dezembro de 1885 e conclui em 12 de julho de 1886. Farina, com uma rápida passagem pelas *Balas*, trouxe reflexões sobre as questões políticas da época, discutindo conceitos como o socialismo ou como a verdade para dar corpo às críticas que complementam a seção. Farina é o que esfarela e é desse esfarelar que são compostas suas crônicas.

João Minhoca, sem identificação, participa da seção com 2 textos, um em 30 de outubro de 1885 e o outro em 22 de janeiro de 1886. João Minhoca, com duas colaborações à série, traz ironia em sua pena e não destoa dos outros narradores, remete-se a Lélío e o seu conhecimento literário, traz questões de modernização, como a imprensa, e em uma linguagem metalinguística traz um poema para criticar a política.

Licenciado Quinzena, sem identificação, tem uma crônica no dia 20 de junho de 1883. Licenciado Quinzena faz uma aparição com um poema narrativo.

¹¹ Segundo Boenavides (2018), é sugerido como Carolus na orelha e prefácio das Crônicas de Lélío, organizadas por R. Magalhães Jr.

Figura 5 – *Balas de Estalo* (20/06/1883)

Fonte: *Gazeta de notícias*. Disponível em Hemeroteca Digital

Lafayette, político, o pseudônimo publicou uma crônica em 29 de junho de 1883. Veio à seção aconselhar o imperador. Lafayette foi ministro do Brasil (24/05/1883-06/06/1884). As figuras políticas são abordadas em várias crônicas das *Balas*.

Flamarion Junior, não identificado, é referência ao espírita francês e faz sua aparição nas *Balas* em 03 de novembro de 1883. O francês Flamarion Junior foi um astrônomo e espírita, a crônica assinada por esse pseudônimo aparece nas *Balas* discutindo como estaria o céu astral e político de novembro de 1883.

Aluizio Azevedo, escritor, aparece uma única vez em 10 de dezembro de 1883. O escritor aparece nas *Balas* para falar sobre Filomena e como a *Gazeta* não a deixa em paz, diz que está escrevendo o romance *Filomena Borges*. Filomena apareceu em várias crônicas dos baleiros, ela é a personagem do romance de Aluizio Azevedo que foi publicado nos rodapés do jornal uma semana depois de seu texto.

John Kopings pode ser Fausto Cunha¹² Faz uma passagem pela seção em 25 de junho de 1886. John Kopings falou ao eleitorado de um município “neutro”, por isso

¹² De acordo com Luiz do Nascimento, em *A história da imprensa de Pernambuco* (1972).

não fala com os leitores da *Gazeta de Notícias*, a ironia perpassa em todo o seu texto ao refletir sobre as eleições para vereadores.

Arolos, sem identificação, tem uma aparição no dia 20 de julho de 1886. Arolos surge comentando banalidades como ir todos apertadinhos sentados no bonde no inverno e parte para as corrupções como o absurdo que é os políticos do Pará tomarem posse dos seringais com o aval do advogado administrativo do estado.

Os colaboradores das *Balas de estalo* utilizaram da ironia como principal elemento, a seção fez de sua coluna um lugar de debate sobre os mais diversos assuntos, tais como a política, a religião, a escravidão, a polícia, o carnaval e a ciência médica. Os escritores revezavam-se no ofício de produzir textos espirituosos, construídos a partir de comentários rápidos, pequenos acontecimentos e fatos, algumas vezes, inusitados, que foram remodelados em crítica às tradicionais práticas políticas do império. Comentários estes que corroboraram para delinear críticas “que demonstravam o atraso em que vivia o imperador, a monarquia e todas as instituições que a alicerçavam.” (RAMOS, 2014). De maneira geral, apresentavam que o sistema monárquico não correspondia mais ao que era preciso para a sociedade da época, era necessário algo que promovesse a democracia.

Mantendo um diálogo reflexivo e informal entre as crônicas da seção, os escritores vão criando uma rede de textos sobre os problemas políticos e sociais da época, fazendo daquela coluna do jornal *Gazeta de Notícias* um espaço literário, questionador e irônico. Nesse espaço em rede, nessa constelação construída por atravessamentos entre fatos, opiniões, críticas, ficções, debates e polêmicas, podemos ter um vislumbre da experiência vivenciada no fluxo dos acontecimentos do período – em seus problemas, contradições e tensões. Os textos construídos a partir de comentários sobre o cotidiano criam um arcabouço de críticas que escancaravam o atraso do Brasil império, a monarquia e as instituições que eram seu alicerce.

Isso tudo sendo construído por meio de várias dicções, por meio das figuras ficcionais que foram criadas a partir dos pseudônimos de cada um dos autores empíricos. A fronteira entre o real e a ficção se torna tênue nos textos das *Balas*, pois se considerarmos no processo de comunicação o plano da emissão, quem faz os textos é um eu-ficcional, assim, o jornal seria o palco para essa atuação, permitindo a ficcionalização do real. A fronteira entre ficção e realidade pode ser vista tanto nos fatos e acontecimentos narrados, quanto na encenação dos pseudônimos que assinam os textos. É sobre essa última característica que Boenavides debate

Os narradores-cronistas parecem ocupar sempre posições ambíguas, divididas, precárias, duais. Talvez incompletas como a própria instauração da modernização brasileira conforme transcorria no período. Eles oscilam entre autor empírico e pseudônimo (o que nos tem levado a referi-los até aqui como “narradores-cronistas”), entre o colega ou amigo e o funcionário ou patrão, entre a elite letrada e a busca do público leitor num universo com analfabetismo gritante, entre o membro da elite e o trabalhador assalariado. Essas oscilações assinalam o fato de que o narrador-cronista não constitui um narrador ficcional propriamente dito, já que de um jeito ou de outro estava vinculado ao seu autor empírico, que trabalha por dinheiro e obedece ao ritmo de produção que o mercado impõe. As várias oscilações encenadas pelos pseudônimos são marcas dessa ambivalência entre ser empírico e ser ficcional e juntas constituem a materialização formal da incompletude da modernização brasileira. (BOENAVIDES, 2018, p.141)

Pensamos que a construção das personagens nos ajuda a desenvolver uma maneira de olhar para as crônicas na seção, que se tornam tão ensaísticas quanto mais esses personagens demarcam suas personalidades, encenações e interesses. O modo de intervir, de compreender e de apresentar, de criticar os fatos, de desenvolver a reflexão, de mesclar a ficção com a realidade em que estavam inseridos vão sendo apresentados por seus personagens, que aqui chamamos de persona e o pesquisador Boenavides chama de narradores-cronistas.

Ao se pensar sobre as personas que constroem a seção *Balas de Estalo*, refletimos sobre a pluralidade de escritores que produzem o discurso correspondendo a multiplicidade dos perfis construídos. A esses perfis, pegando emprestado o termo da professora Evelina Hoisel, relacionamos a “rede de escrita”. De acordo com a pesquisadora:

[...] rede de escritas (a do ficcionista, do teórico, do crítico, do docente) através da qual eles se inscrevem e se produzem, delineando questões teóricas e pedagógicas que rompem fronteiras e saberes constituídos, estabelecendo uma cumplicidade entre biografia, ficção e teoria. (HOISEL, 2019, p. 42).

Os colaboradores têm a rede escrita em si, já que além de jornalistas, alguns são escritores, médicos, advogados, professores, como já vimos. Pensamos em estender este termo à seção em si, ela forma uma rede escrita pela pluralidade de escritas que encontramos, cada pseudônimo carrega sua individualidade formando diálogos com as diversas personalidades que foram construídas. As produções textuais apresentam

construções que instigam e criam pontes relacionais encontrando o espaço literário, entremeado do real ficcionalizado, delineando questões que perpassam, de alguma maneira, por todos os pseudônimos. As pesquisadoras Ana Cristina Carneiro dos Santos e Lilian Maria Araújo de Rezende Alvares dizem que:

Um espaço relacional é, portanto, uma rede de conversações onde ações são coordenadas e resultados são alcançados. São zonas de interação compostas por tempos, dinâmicas e movimentos onde a vida acontece. Todavia, é possível pensar em espaços relacionais de diferentes formas. (SANTOS; ALVARES, 2021, p. 16).

Dessa maneira, vemos a seção como um espaço relacional, formando a crônica-ensaio, que se relaciona com a proposta de constelação que abordamos no capítulo anterior, que acontece por meio da interação entre os textos. As crônicas são construídas a partir das leituras individuais de cada escritor, em suas subjetividades, carregados da influência do seu contexto social e do diálogo com os precedentes e subsequentes textos da seção. Essas leituras individuais compartilham no jornal os seus olhares para a sociedade em que viviam; interagem e se enriquecem, criando um espaço relacional entre os escritos. Para tal, os escritores assumiam máscaras, – os pseudônimos –, criando um sujeito, que muitas vezes se ficcionalizava e transformava a *Gazeta de Notícias* em um palco, encenando as questões sociais e, às vezes, pessoais.

A professora Hoisel diz que:

Na rede de escritas do escritor múltiplo, essa grande mascarada se adensa à medida que as diversas funções (do teórico, do crítico e do professor) confluem para um mesmo tecido, rompendo os limites discursivos, bordejando textos indecíveis, pois neles superpõem-se diversas vozes, personas, atuações. (HOISEL, 2019, p. 46).

Nas *Balas*, encontramos as vozes que se sobrepõem, as diversas *personas* e atuações. Então, ao olharmos para a seção como um todo, podemos pensar em uma escrita em rede, uma rede textual criada em uma oscilação constante entre realidade e ficção, por uma multiplicidade de assinaturas que ultrapassa o número de colaboradores, atingindo a construção coletiva da seção. Bem como, vale-se das mais diversas formas e estruturas textuais para conseguir comunicar e refletir os acontecimentos. Atentamo-nos a que a construção de coletividade se dá também pelo olhar individual – como os fatores ideológicos e culturais –, nas *Balas* existem pontos de vistas diferentes, pois a seção não é uma rede coesa. Como veremos, há constantes contradições nos olhares individuais.

Mais do que experiências moralizantes, as *Balas* se mesclam a fragmentos de informação e vislumbres de experiências, como Benjamin aponta: “(...) as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo” (BENJAMIN, 1994, p. 198), e para explicar esse fenômeno traz a Guerra como trauma de dimensões desumanas: os homens que voltavam da Guerra mudos, sem experiências para contar. O filósofo alemão afirma que as melhores narrativas escritas são “as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (2012, p. 198). Ele divide os narradores em dois tipos: o narrador que vem de longe – o marinheiro comerciante – e o narrador que vive sem sair de seu país, que conhece bem a tradição – o camponês sedentário. No entanto, Benjamin lembra que a expansão real do plano narrativo só pode ser compreendida se levarmos em conta a interpenetração desses dois tipos. Uma parte interessante levantada pelo autor alemão é a relação entre a narrativa e o trabalho manual. Para Benjamin, a narrativa é ela própria uma forma artesanal de comunicação, em que o narrador “deixa sua marca” na narrativa contada. Dessa forma, o surgimento de novas estruturas passa a influenciar a produção literária, a capacidade de trocar experiências em que os narradores tradicionais, em seu ofício de artesão da palavra, estavam terminando.

Em algum lugar entre a busca por representar a experiência, a ficção e a realidade, e a simples busca por novas estratégias de venda e circulação se encontra essa seção que se comunica em rede fragmentada, encenação flutuante e ironia ácida.

Sabemos que tanto a crônica quanto o ensaio são gêneros de difícil definição por suas fronteiras fluidas e, vez ou outra, ultrapassarem limites. Com isso, lembramo-nos de que, para Maingueneau “a fê em um discurso supõe a percepção de uma voz fictícia, garantia da presença de um corpo” (MAINGUENEAU, 2020, p. 91). Podemos pensar que a garantia da presença de um corpo “desenha-se a presença de um enunciador capaz de integrar-se às múltiplas ‘Ordens’ do Real: afabilidade, disponibilidade, jovialidade etc., que acabam por se cristalizar em uma doçura exemplar” (MAINGUENEAU, 2020, p. 92). Assim, a maneira de dizer -, no caso, escrever -, vai construindo o enunciador e sua voz fictícia. Podemos pensar que seria o quadro cênico que o engloba, de acordo com Maingueneau (2002, p. 85), “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”. Essa questão da “fala encenada” é a que nos interessa para pensarmos a respeito dos pseudônimos, das *personas*, já que o discurso é a junção da forma como o sujeito usa a materialidade do texto com as formações discursivas provenientes do contexto histórico, social e cultural

em que está inserido. José do Egito, pseudônimo de Valentim Magalhães, em 8 de maio de 1883, diz que:

Zig-Zag, Décio, Lulu Sênior, Publicola, Mercúcio, alternam-se todas as manhãs na administração das balas; amassam-nas, arredondam-nas, douram-nas, enrolam-nas e... paff – foi uma bater no nariz de um desfrutável, ferir a pança de um tiranete, derrubar o penacho de um vaidoso... (JOSÉ DO EGITO, *Gazeta de Notícias*, 08/05/1883).

José do Egito apresenta a situação de feitura das *Balas* e como elas podem incomodar, aqui utiliza a metáfora culinária para representar o intuito das *Balas*. Havia apenas um mês da existência da seção nesse momento e a partir da construção de seus textos e a criação de seus pseudônimos já tinham abordado questões sociais importantes e, talvez, isso causasse algum incômodo. Os enunciadores ou cronistas-narradores utilizam de uma dicção objetiva, irônica em seus textos e a ironia é carregada de ambiguidades e, talvez, seja isso a materialidade desses textos. Tal materialidade fica evidente em várias crônicas e foram muito comuns as constantes discussões entre Lulu Sênior – Ferreira Araújo – e Zig-Zag – Henrique Chaves. Tanto que em 10 de fevereiro de 1884, João Tesourinha, outro pseudônimo de Henrique Chaves escreve que:

Venho um pouco tarde para intervir na polêmica entre Lulu Sênior e Zig-Zag.

Como amigo vou antes, como companheiro e, portanto, solidário com os disparates desta ação, só me resta dar público testemunho do desgosto e do pesar que me causaram os excessos da linguagem da parte dos dois contendores.

Acho que estas rugas tão frequentes entre pessoas que têm a pretensão de exercer o augusto sacerdócio, só podem contribuir para cada vez mais a opinião pública se vá convencendo de que a verdadeira imprensa, é como dizia o outro, cada um em sua casa com sua mulher e filhos.

Que o redator de um jornal descomponha o redator de outro, compreende-se, mesmo porque é para isso que os jornais são feitos, mas que os próprios redatores de uma folha, que querem passar por séria, entretenham o público que os lê com diatribes intoleráveis na própria câmara municipal do tempo dos vinte e um é coisa, que só se vê nesta época da decadência de costume. (JOÃO TESOURINHA, *Gazeta de Notícias*, 10/02/1884)

Maingueneau (1984, p. 93) aborda que “o modo de enunciação se torna frequentemente tema do discurso”, o tema aqui é a respeito de uma rusga encenada entre Lulu Sênior e Zig-Zag sobre uma polêmica entre Valentim Magalhães, na *Gazeta*

de Notícias, e Sílvio Romero, em *A folha Nova*.¹³ O que é interessante é como João Tesourinha apresenta sua indignação em relação ao conflito dos colegas, dando a entender que redatores não devem ser desrespeitosos entre eles por fazerem parte do mesmo jornal. O colaborador poderia pensar na lógica dos fatos e, talvez, apresentasse de outra forma, mas, ao tecer comentários de maneira que a sociedade considera verossímil, isto é, com pompa e mais descrição, dá aval para a discussão entre os colegas. Então, ao agir dessa maneira, é porque o narrador/enunciador se limita a registrar o que ocorreu, ajudando a criar realidade para tal encenação. De acordo com a professora Hoisel (2019): “(...) O ofício de criar, de ficcionalizar, expande-se pelos discursos, reconfigurando formas tradicionais de escritas ligadas ao gênero biográfico (diários, cartas, memórias, etc.) e ao espaço provado do sujeito, agora objeto de exibição na cena pública.” (HOISEL, 2019, p.47). Um fato interessante é que João Tesourinha, em 17/08/1883, diz que Lulu Sênior aprendeu alemão para o descompor sem que ele entenda, aqui há uma confusão entre os pseudônimos Zig-Zag e João Tesourinha, ambos de Henrique Chaves, o que é confirmado por Lulu Sênior em 18/08/1883 ao atribuir a Zig-Zig a afirmação das ofensas em alemão. Por mais que haja o empenho em distinguir os pseudônimos, ao correr da pena, o autor empírico faz a confusão nesse “espaço provado” pelo pseudônimo.

Vai ser comum nas *Balas* encontrarmos textos que misturem a ficção com a realidade, não de maneira biográfica, apesar da crônica de 1º de janeiro de 1884, como já vimos, apresentar partes da biografia dos pseudônimos que estiveram no primeiro ano e esse ficcionalizar vai estar nos discursos das *Balas*, ou mesmo em 22 de agosto de 1883 quando Lulu Sênior exalta Ferreira Araújo. Walter Benjamin, em *O autor como produtor*, diz que era preciso “repensar a ideia de formas ou gêneros literários em função dos fatos técnicos de nossa situação atual, se quisermos alcançar as formas de expressão adequadas às energias literárias do nosso tempo” (BENJAMIN, 2012, p. 132). E nesse repensar que vamos compreendendo a necessidade de olhar esses escritores como uma rede, ou seja, como os indivíduos relacionados entre si constroem a seção *Balas de estalo*. Aqui há também a possibilidade de relacionar a questão da modernidade, ou melhor, do homem moderno que se contrapõe ao ideal romântico. Ao se pensar os pseudônimos, parecem surgir vestígios do homem moderno. Por exemplo,

¹³ Tal polêmica é analisada no trabalho de conclusão de curso de Rodrigo César Dias: BELETRISMO BELICOSO: uma polêmica literária no espelho paródico das “Balas de estalo”, 2016.

sai de cena o homem como centro de tudo, como referência, que seria a figura do autor, e entra o homem fragmentado, plural e descentralizado – vestígios do “homem moderno” – de maneira anacrônica, pois essa figura só vai aparecer no século XX, podemos pensar no embrião desse homem moderno.

A forma como escolheram criar seus pseudônimos auxiliou para a questão de encenação dentro da seção mesmo quando Zig-Zag quebra a parede entre enunciador-autor-narrador. Como em 22 de março de 1884:

O leitor lembra-se ainda do ilustre deputado geral pela previdência de S. Paulo, o Sr. Dr. Abelardo de Brito?
 Não se lembra?
 Eu vou avivar-lhe a memória.
 É um cavalheiro mais baixo do que alto, mais magro do que Lulu Sênior e mais gordo que Décio. Usa a barba crescido, a emoldura-lhe o rosto moreno. Quanto a idade, é pouco mais novo do que o João Velhinho, e um pouco mais velho do que o Lélío. Como deputado é pouco falador durante as sessões. Nos corredores fala muito com os amigos e discute todas as questões com um grande tom autoritário. Vota sempre com o governo, e sustenta fortes tiroteios de apartes e vivos. (ZIG-ZAG, *Gazeta de notícias*, 22/03/1884)

Temos, aqui, Zig-Zag relacionando o pseudônimo e autor empírico: como sabemos, Ferreira de Araújo era gordo e Machado de Assis era o colaborador mais velho da seção. Essa quebra da ficção com a realidade, chegando aos pseudônimos, é o que vai trazer a questão de verossimilhança para a seção, pois a inverossimilhança pode ser o desejo do pseudônimo-enunciador de se valer de uma narrativa aparentemente não verdadeira para discutir os mecanismos de sua cultura e sociedade. De acordo com o pesquisador Boenavides: “Os narradores-cronistas parecem ocupar sempre posições ambíguas, divididas, precárias, duais. Talvez incompletas como a própria instauração da modernização brasileira conforme transcorria no período” (BOENAVIDES, 2018, p. 141)

Essas posições duais de manter o texto e as personas vão ser construídas de maneira coletiva, por meio das redes edificadas por esses pseudônimos, pois foi muito comum as personas trazerem um outro para seu texto, quando “faltar assunto” ou mesmo para polemizar algum acontecimento político ou social.

José do Egito diz que basta de chim¹⁴. Eu acho magnífico este José. Não quer mais, porém, vai impingindo as suas balas sobre chins. Quem vier atrás, que se arranje. E se eu não tiver assunto, como já me aconteceu mais de uma vez?
Que quer o José que eu faça? (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 19/10/1883)

Lulu Sênior inicia seu texto reclamando de não poder falar sobre a questão dos chineses, diz que faz com que ele não tenha assunto e ele não quer descompor o Zig-Zag, pois este faria o mesmo com ele, logo a sua falta de assunto, ou não poder falar do assunto do momento, se torna um assunto. Ao pensar sobre os elementos que estão em torno do texto, o linguista francês destaca os planos da personagem e da cenografia entre os outros. Dessa maneira, a relação entre o autor do texto e as outras personagens contribui para formar uma imagem de autor. A cena construída pelo texto e o mundo criado por ele vai formando a seção. Logo, a seção é construída pelos pseudônimos como autores e personagens ao mesmo tempo, pois eles permeiam os textos uns dos outros em vários momentos. Como, por exemplo, em 1º de agosto de 1883, uma discussão entre Zig-Zag e Lulu Sênior por meio das *Balas de estalo* em julho de 1883, Lélío, pseudônimo de Machado de Assis apresenta o seguinte:

P.S. – À última hora sou obrigado a dar uma importante notícia.
Depois do remoque final de Lulu Sênior, em seu artigo de ontem, o nosso amigo Zig-Zag, justamente ofendido, entendeu de sua honra desafiar o adversário a um duelo.
Lulu Sênior não recusou o cartel, e incumbiu a Publicola e Décio de se entenderem comigo e Blick para estabelecermos as condições do combate.
Os quatro reunimo-nos imediatamente, e assentamos que o duelo seria à pistola, a dez passos de distância, sendo ambas as armas carregadas e disparadas ao mesmo tempo.
Verificou-se o duelo no fim da linha da Copacabana. Eis a ata do acontecimento:
“Hoje, 31 de julho de 1883, às 4 horas da tarde, houve um duelo entre os Srs. Zig-Zag e Lulu Sênior, no fim da linha de Copacabana.
Reunidos os adversários e os abaixo assinados, padrinhos de ambos, foram carregadas as armas, e marcadas as distâncias. Ao sinal convencionado, dispararam ambos, mas, tomados de um nobre sentimento de generosidade, não empregaram as balas nas panças inimigas, limitando-se a disparar as pistolas para o ar.
As testemunhas, comovidas, não puderam conter as lágrimas diante de um ato tão bonito. Os dois inimigos abraçaram-se delirantes, e

¹⁴ No Brasil, do século XIX, as pessoas de origem chinesa eram assim chamadas.

assentaram de confirmar a reconciliação, no dia 2 de agosto, em certo lugar, et cetera e tal pontinhos.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1883.

Publicola,

Décio,

Blick,

Lélio” (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 01/08/1883)

Essa história nos é apresentada em 24 de julho de 1883, quando Zig-Zag encontrou um bilhete de Lulu Sênior pedindo ao colega que fizesse a *Bala de estalo* do dia. Depois de nos apresentar o bilhete, Zig-Zag diz que há um tom ardiloso no pedido, já que a intenção era mostrar que Zig-Zag era um escritor sem assunto: “(...) deixar de fazer balas por não ter assunto! Esta só lembraria a Lulu Sênior. A mim nunca me ocorreu” (Zig-Zag, *Gazeta de Notícias*, 24/07/1883). Temos mais uma vez, a falta de assunto se tornando assunto para as *Balas*. A pretensa falta de assunto também é utilizada para se referir a outros periódicos como Zig-Zag fez em 24/03/1884: “Estava sem assunto para as balas hoje, quando me apresentaram um riquíssimo álbum, destinado ao bazar do Abolicionista Cearense, e no qual se acham escritos os mais alevantados pensamentos acerca da Abolição” (ZIG-ZAG, *Gazeta de notícias*, 24/03/1884). Dessa maneira, há uma preocupação com os detalhes do texto, como certos episódios e determinadas convenções e, esses detalhes, que vão construindo a rede de escritores e a seção.

O pesquisador Boenavides diz sobre o narrador no romance e na crônica:

Portanto, vindo do romance, estávamos um universo ficcional, (...) o narrador em terceira pessoa tem sua objetividade (e confiabilidade) posta em questão. No caso da crônica, há uma oscilação entre estatuto ficcional e não ficcional, entre estético e jornalístico-cronístico, entre permanência da obra de arte ou dissolução cotidiana do prosaico. (BOENAVIDES, 2018, p.141)

Pensando nessas questões, recorreremos, novamente, a Maingueneau o qual mostra que a literatura tem dois regimes, o delocutivo – no qual o autor se esconde ante o mundo que criou – e o regime elocutivo – em que há as três instâncias, que o linguista francês desenvolve, a pessoa, o escritor e o inscitor, que se sobrepõe. De acordo com o pesquisador:

(...) a denominação “a pessoa” refere-se ao indivíduo dotado de um estado civil, de uma vida privada. “O escritor” designa o ator que define uma trajetória na instituição literária. Quanto ao neologismo

“inscritor”, ele subsume ao mesmo tempo as formas de subjetividade enunciativa da cena de fala implicada pelo texto (...) e a cena imposta pelo gênero do discurso: romancista, dramaturgo, contista. (MAINGUENEAU, 2006, p. 136).

Esses regimes são dependentes: “alimentam-se um do outro segundo modalidades que variam a depender das conjunturas históricas e dos posicionamentos dos diferentes autores” (MAINGUENEAU, 2001, p.139). Nas *Balas*, é perceptível a mistura desses regimes, pois, como vimos, em alguns momentos existe a criação dos mundos, mesmo baseado na realidade, quanto a aparição do cronista, então há formas de subjetividade das encenações que são realizadas pelo discurso. A construção das imagens dos pseudônimos se dá por meio de sinais que giram em torno de seus textos, por meio dos regimes delocutivo ou elocutivo.

Os escritores criam uma ficção, como as cartas, os diálogos criados, ao mesmo tempo que quebram a quarta parede ao falar de si ou do outro sem esconder que é uma ficção. O enunciador é o Lulu Sênior e entrega o tempo que é um personagem – ou é entregue por outros enunciadores – (ao falar que é o patrão) do Ferreira Araújo, a seção é uma grande encenação, quebra quarta parede sem sair do palco. Podemos pensar em um paralelo com a sociedade que finge se importar com febre amarela, finge estar preocupada com os trabalhadores e fingiu fazer uma abolição. Podemos pensar que as leis formam uma grande teatralização: a lei do ventre livre, a lei dos sexagenários, já que nunca resolveram de verdade o problema.

A partir do contexto social, histórico e cultural em que o sujeito está inserido, é a maneira pela qual ele vai construir seu discurso que vai permitir a encenação desse discurso. O caráter coletivo das *Balas de Estalo* ultrapassa os diversos colaboradores, já que o caráter dialógico e discursivo entre os pseudônimos é o que possibilitou as encenações, nas quais se aludiam uns aos outros, e apresentou o diálogo que não estava presente na seção apenas como recurso discursivo, mas sim a permeava como um todo. A encenação é a base dos pseudônimos para a concretização das *Balas*, fazendo com que os constantes processos de construção e reconstrução do sujeito fossem o alicerce das questões encenadas, registrando uma multiplicidade de versões individuais e coletivas das histórias, em que os autores utilizaram estratégias discursivas conforme o objeto ou temática abordados no texto.

3 – DESEMBRULHANDO AS BALAS

Neste capítulo, vamos apresentar as análises de algumas das crônicas para compreendermos o diálogo existente entre elas e entender a seção como uma grande crônica-ensaio sobre o período de sua publicação. Essa noção pauta-se em uma forma de constelação em que diferentes textos retomam relações entre si, ora diretas, ora mais distantes. Propomos pensar a possibilidade de significado do conjunto, o sentido que se pode atribuir nessa construção dialógica característica da seção. Para tal, veremos os fragmentos que formam essa seção, pensando na “montagem literária” que Benjamin (2009) aborda, ou seja, a percepção de que as imagens ressoam nos textos, não as imagens “valiosas”, mas sim as que apresentam os trapos e os restos, fazendo justiça a elas, como já abordamos. Para pensarmos a seção, separamos três momentos das *Balas*, em que as personas vão abordar as questões sobre a febre amarela no Rio de Janeiro, a vinda dos trabalhadores chineses ao Brasil e as discussões abolicionistas que permeavam aquele momento. Dentro desses recortes, temos, nos meses de abril e maio de 1883, uma forte discussão sobre o problema sanitário referente a febre amarela – durante os anos seguintes das *Balas*, apareceriam outras crônicas referindo-se à febre amarela, mas, por não dialogar tão claramente com crônicas próximas quanto a este início, não as incluímos nas análises. Sobre a questão da China, esta será recorrente nas crônicas do mês de outubro de 1883. A questão da escravidão e os debates abolicionistas percorrem toda a seção, pois era uma tensão constante e um problema muito discutido no período; sobre esse tema selecionamos as crônicas que atravessam o todo da seção estabelecendo um diálogo entre esses textos. Os principais apontamentos e cruzamentos serão apresentados e analisados. Esses temas não são exclusivos desse recorte de períodos, mas é nesse recorte que aparecem de maneira mais intensa. Os textos são carregados de ironia e de uma linguagem simples e direta em sua maioria, que aos poucos se entrelaçam costurando um conjunto não-homogêneo que ajuda a iluminar certas questões e problemáticas do momento. Vamos adentrar nos embrulhos e degustar os conteúdos.

3.1. MIASMAS...

A febre amarela foi um dos maiores problemas de saúde pública do Brasil desde meados do século XIX até quase a metade do século XX. De acordo com a Fundação Fiocruz:

Testemunhas relacionaram a eclosão da epidemia que irrompeu em meados do século 19 na capital do Império brasileiro à chegada de um navio negreiro procedente de Nova Orleans, tendo feito escalas em Havana e Salvador antes de atracar no Rio de Janeiro, a 3 de dezembro de 1849. Em fevereiro de 1850 a febre amarela se apossara da cidade e já havia se disseminado pelas praias dos Mineiros e do Peixe, Prainha, Saúde e além. Segundo estimativas, atingiu 90.658 dos 266 mil habitantes do Rio de Janeiro, causando 4.160 mortes, de acordo com os dados oficiais, ou até 15 mil vítimas, segundo a contabilidade oficiosa. Foi então constituída a Junta de Higiene Pública, que em 1886 transformou-se em Inspetoria Geral de Higiene e Inspetoria Geral de Saúde dos Portos. (FIOCRUZ, 2008, s/p).

As epidemias de febre amarela, desde os anos de 1850, aconteceram anualmente com certa regularidade no verão, quando há uma extensa temporada de calor e chuvas que se iniciava em novembro e acabava por volta de março ou abril. De acordo com Benchimol (2001, p. 26), a febre amarela “atingiu 90.658 dos 266 mil habitantes da cidade, causando 4.160 mortes. Isso sem contar os casos não registrados por terem ocorrido em casas particulares, naquela época muito mais impermeáveis ao poder público.” Segundo Chalhoub (2017), houve quem falasse em até 15 mil vítimas fatais.

Por conta disso, ocorreram várias discussões sobre a urgência de fazer o saneamento no Rio de Janeiro. As discussões cresceram entre duas epidemias de febre amarela muito violentas, as de 1873 e 1876, “que causaram, respectivamente, 3.659 e 3.476 óbitos numa população estimada em cerca de 270 mil habitantes.” (FIOCRUZ, 2008, s/p). Por isso, foi elaborado o primeiro plano urbanístico para o Rio de Janeiro, por uma Comissão de Melhoramentos da qual fazia parte Francisco Pereira Passos, recém-nomeado engenheiro do Ministério do Império.

A *Gazeta de Notícias* sempre noticiou sobre a epidemia de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, apresentando para a população a situação sanitária em que viviam, mostrava pesquisas e discussões sobre a doença e os óbitos que aconteceram. Seria comum aparecerem propagandas de remédios ou mesmo de lugares para se refugiar da doença nos períodos “calmosos”:

Figura 6 – Aluguel de casas para a estação calmosa



Fonte: Gazeta de Notícias, 24/02/1882.

Figura 7 – Remédio para os diversos tipos de febres, incluindo a febre amarela



Fonte: Gazeta de Notícias, 22/03/1883.

Na década de 1880, foi comum a presença de tais propagandas nos jornais que apresentavam medicações que prometiam salvar da febre amarela e outras doenças ou apenas lugares para se refugiar das epidemias. Em 1885, a *Gazeta de Notícias* publicou uma estatística sobre a febre amarela apresentando o número de mortos e contágio anualmente, como podemos ver abaixo:

Como pode ser conferido no jornal, no início da década de 1880, morreram 1433 pessoas devido à febre amarela. Em 1883, no período das crônicas que se referem à doença nas *Balas*, morreram por causa da febre amarela 1336 pessoas. Esses números dizem muitos sobre a gravidade da crise sanitária e o descaso do governo com a população mais atingida pela doença. A partir dessas informações que circulavam nos jornais é que muitas crônicas foram construídas. Publicola nos diz, em sua *Bala* de 16 de junho de 1883: “O noticiário dos jornais é nesta corte uma das melhores fontes de renda... para as balas de estalo.” Conferidas algumas fontes, vamos ver como os escritores das *Balas* se encarregaram desse assunto.

3.1.1 ... e mistérios.

Logo no início da seção *Balas de Estalo*, as personas abordaram a questão sanitária, assunto de extrema importância para vida da população do Rio de Janeiro. Lulu Sênior, Décio e Zig-Zag refletiram e discutiram sobre o problema da febre amarela no Rio de Janeiro, nos meses de abril e maio de 1883.

Lulu Sênior, em 6 de abril de 1883, fez sua *Bala* em resposta a um artigo que fora publicado em um outro jornal – o *Apóstolo*, cuja publicação ocorreu entre os anos de 1866 e 1893 pela Igreja Católica – que trouxera um texto se referindo a uma missa em que um padre pedia ao São Benedito o fim da epidemia de febre amarela. De maneira irônica, Lulu Sênior explica ao bispo que há santos específicos para cada mazela que amargura a sociedade: “como sejam S. Brás para a garganta, Santa Luzia para os olhos. E outros especialistas, não muito feliz a escolha de S. Benedito para pedir a cessação de uma moléstia, que justamente poupa os membros de sua irmandade.” (LULU SÊNIOR, 06/04/1883) A ironia acontece aqui de maneira a ferir o interlocutor, pois explica um conhecimento que este já deveria ter e, ao mesmo tempo, fala de como a situação não ameaçava os seus iguais, ou seja, a parte da elite brasileira e a própria igreja. A zombaria de Lulu Sênior pode se referir ao atraso da igreja, como se o narrador-cronista questionasse: Qual o santo para os males atuais? pois muitas vezes a igreja se posicionava nas relações políticas e sociais não ajudando a população com suas intervenções.

De acordo com Boenavides (2018, p. 31), “Lulu Sênior, então, aproveita para ironizar o papel da Igreja nessa sociedade invocando em seus argumentos a medicina e a escravidão”. É importante saber que a febre amarela, na década de 1870 e 1880, atingia a população mais pobre que vivia em cortiços. O professor e pesquisador Sidney Chalhoub nos informa que “a identificação dos cortiços como focos geradores dos germes de febre amarela foi fato de

enorme significado simbólico e político” (CHALHOUB, 2017, p. 102). O significado político se refere às questões abolicionistas, como já vimos, desde 1871, com a Lei do ventre livre, a abolição batia nas portas do Brasil, por conta disso havia o interesse em trazer mão de obra barata para cá. Como grande parte da população que estava morrendo de febre amarela nesse período eram os estrangeiros europeus, isso era uma propaganda negativa para a vinda desses estrangeiros para trabalhar em terras brasileiras. Houve casos de doença que atingiram mais diretamente a população negra, como a cólera que “era a doença do passado, da escravidão e dos trabalhadores negros” (CHALHOUB, 2017, p. 108). Mesmo causando muitas mortes, essa doença não se apresentava como uma preocupação tão explícita para as autoridades como a febre amarela, já que a maior parte das pessoas que eram atingidas pertenciam a população negra escravizada. Podemos dizer que a ironia, nesse caso, estaria ligada à visão crítica sobre as questões de classe e raça, trazendo à luz a hipocrisia do tecido social da época.

Junto a isso, o “colega do Apóstolo”, segundo Lulu Sênior, ataca a *Gazeta* ao dizer que ela defendia a cremação dos corpos das pessoas que estavam doentes tirando o direito do enterro e cerimônia cristã:

Depois o colega finge não ver que nós dissemos que o sistema da cremação, ferindo crenças arraigadas, não pode nem deve ser aplicado, a princípio, senão aqueles que em vida tiverem declarado que querem que seus restos mortais sejam levados ao forno crematório.
Má fê, colega, ande, diga: *mea culpa*. (LULU SÊNIOR, 06/04/1883)

A referência ao jornal de ideias contrárias ao do pseudônimo auxilia na construção do texto, pois, em sua resposta, Lulu Sênior acusa o jornal de mentiroso e apresenta em seu texto várias situações que a igreja deveria assumir a sua culpa, isso é feito em latim.

Podemos dizer, *grosso modo*, que a noção de discurso está ligada aos espaços relacionados às grandes instituições, das instâncias de poder, e junto a setores em que existe influência de formação ideológica; são vários os lugares de onde podem emanar os discursos, e a igreja católica era um desses lugares. Essas instituições, principalmente a igreja, tinha grande influência na população, sendo assim, o latim era aceito, porém não era uma língua popular e restrita às instituições de poder, o que podemos dizer que havia um certo elitismo em seu uso, havia expressões costumeiras e outras nem tanto. A utilização de algumas expressões em latim nas *Balas* ironiza a formalidade fútil e a elitização dessas instituições. Nessa primeira crônica, temos um tímido “*mea culpa*”, em 21 de outubro 1884, Lulu Sênior já utiliza uma expressão maior “*Amicus cortus in renincerta cernitur*” ou Lélío em 12 de dezembro de 1884 descobrindo que até os vermes sabiam latim com o “*Esse et non esse*”.

Lélio diz “Callipygia, em bom português, quer dizer uma coisa que só se pode dizer em latim, pela regra de que *le latin dans les mots brave l'honneteté*. Mas, se a leitora que lê igualmente ignore o latim, e ficamos na mesma” (Lélio, 01/09/1884). Este trecho corrobora com a ideia de elitização e que, talvez, muitos dos leitores, mesmo católicos, não compreendessem todas as expressões que eram usadas. Quando olhamos a seção como um todo, a questão da linguagem é forte enquanto montagem, nesse resgate sutil de imagens/figuras de rastro.

Lulu Sênior argumenta sobre a cremação, considerada na época uma medida higiênica para ajudar no combate da epidemia de febre amarela. Isso trouxe muitos debates em 1883 entre os defensores da ciência e da higiene e os religiosos.

Durante o ano de 1883 foi muito discutida a questão da criação de uma vacina contra a febre amarela por Domingos Freire. Em abril de 1883 teve início na *Gazeta de Notícias* uma série de artigos sobre os estudos de Freire e o seu *criptococo* xantogênico, que segundo ele era o agente causador da febre amarela. Em março daquele ano, Freire faz uma declaração que causa grande polêmica na Corte: a de que ele havia encontrado na terra dos cemitérios os micróbios que detectara nos humores dos amarelentos. Isso explicaria a maior propagação da doença no verão, época em que as chuvas carregavam essas terras. Segundo o cientista, era preciso fazer a remoção dos cemitérios para longe da cidade e também a cremação dos cadáveres contaminados. (BENCHIMOL, 1999, p.79-80).

Podemos dizer que para as personas, a religião criava muitas barreiras às práticas médicas. Lulu Sênior usa de linguagem simples e direta, às vezes, aproximando-se do deboche como no seguinte trecho:

Dir-nos-á o *Apostolo*, que o outro mundo é o lugar das delícias, e que ao santo não pode repugnar a ideia de mandar para lá a sua administrativa: tudo isso é muito bonito, mas o certo é que, apesar de todos os encantos do outro mundo, *Apostolo* e o Sr. Bispo fazem como qualquer um de nós, e agarram-se a todos os santos da sua devoção para que os deixem ficar por cá. (LULU SÊNIOR, 06/04/1883)

De acordo com Muecke, quando a vida não é levada de forma suficientemente séria, a ironia vem “estabilizando o instável, mas também desestabilizando o excessivamente estável” (1995, p. 19), conforme já citado anteriormente. No caso do texto do Lulu Sênior, há a pretensão de desestabilizar os argumentos do outro jornal, contra-argumentando as ações da igreja enquanto instituição que deveria trazer algum conforto espiritual à sociedade, sendo que, ao contrário, parece nem saber a que santo recorrer no momento de necessidade e fatalidade como no caso dessa crise sanitária.

O narrador-cronista continua com o mesmo assunto em 11 de abril de 1883; aqui Lulu Sênior confeita sua *Bala* com diversos sabores por meio de quatro assuntos – a febre amarela; o ministério da marinha (que utilizava de chibatadas em seus marinheiros, principalmente os afrodescendentes); a imagem que a Europa tinha do Brasil, usando Paris como metonímia para a Europa; e ainda levanta um problema sobre os correios, ao dizer que o correio demorou em torno de um ano e quatro meses para entregar uma correspondência – todos se afunilando para tecer o mesmo tema: a incapacidade das autoridades em resolver os problemas. Dialoga diretamente com a crônica anterior ao se referir à igreja para criticar o governo:

O governo imperial mandou dar cinco contos e quatrocentos mil reais para consertar a igreja de S. Sebastião dos barbadinhos.
Há anos agita-se a questão da influência que sofre a salubridade pública que possa exercer o arrasamento do morro do Castello: o governo resolve-a, dando dinheiro aos padres para consertos da igreja. (LULU SÊNIOR, 11/04/1883)

A igreja aceita o valor que o governo dá para as reformas mesmo sabendo sobre o problema sanitário que a sociedade estava passando. Parafraseando Paiva (1961), a ironia pode ter a função de ridicularizar pelo menosprezo e há também a satírica que é quando se ridiculariza pelo cômico, nessa crônica temos as duas funções abordadas, como se pode ver na citação abaixo:

Como medida profilática à febre amarela, é esta uma das melhores descobertas que tem feito nestes últimos tempos as instituições que infelizmente nos regem: já que não dá cabo da moléstia que nos manda o bento corpinho desta para melhor, ao menos tratemos de pôr-nos bem com os padres, para que eles peçam a Deus que nos ponha a alma à sua mão direita. Amém. (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 11/04/1883).

Atentemo-nos à linguagem coloquial como “não dá cabo da moléstia” e “bento corpinho desta para melhor”, a informalidade pode representar uma falta de preocupação para quem se direciona a mensagem, no caso a igreja, para a qual era comum certa formalidade como sinal de respeito. Satiriza também o fato de o governo dar dinheiro às igrejas no lugar de investir nos tratamentos para a crise sanitária que os assolava na época. Ficam evidentes a um só tempo a ridicularização da instituição religiosa como também o desprezo às ações das autoridades.

O pseudônimo com essa linguagem simples e irônica, mescla passagens narrativas com os comentários para desdenhar as atitudes das autoridades em sua incompetência em solucionar efetivamente os problemas sociais.

Ao continuar discutindo a problemática da febre amarela que assolava o Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1883, Décio estala sua *Bala* para a Academia Imperial de Medicina e quer que ela seja “uma bala que estale bem, e forte.” Ironiza a Academia ao dizer que em boa hora ela veio intervir em favor da população epidemiada, pois “a tal população estava resignada à má sorte que a perseguia de há muito; via-se entregue de mãos e vísceras atadas aos micróbios e outros manipuladores e prováveis origens da febre amarela” (DÉCIO, 21/04/1883). Indignado com a situação da população, Décio diz que esta tinha “a junta de higiene, a faculdade de medicina, as inalações do Dr. Marques de Carvalho e o espiritismo. Não lhe bastava isso, entretanto.” O tom indignado permeia todo o seu texto, principalmente quando o cronista-narrador comenta sobre a situação da sociedade e os atos da Academia Imperial, a qual é representada na crônica como alheia à situação da febre amarela até aquele momento:

Alquebrada, trôpega, envelhecida, a Academia (Imperial) não sabia da febre amarela, nem do número elevado de casos que o obituário se refere todos os dias, sob os diversos e variados títulos de febre tifoide, febre biliosa grave, tifo icterode e febre remittente biliosa tifoide. Dos que, por modéstia, não vêm no obituário, os tais da jurujuba¹⁵, desses não admira que não tivesse conhecimento a Academia (Imperial) porque deles também nada sabemos e nem deles quer saber o próprio sr. Ministro do Império, que começou logo por onde outros costumam acabar – mandando-os queimar todos os ff e rr do nome e renome do sr. engenheiro Paulo Freitas¹⁶. (DÉCIO, 21/04/1883).

É evidente a acidez do trecho acima como, por exemplo, “(...) por modéstia, não vêm no obituário”, ou mesmo o descaso do Ministro com a população mais pobre. De acordo com a pesquisadora Dilma Cabral (1995), a Academia Imperial de Medicina propôs o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro no período entre 1870 e 1890. Segundo Cabral, “o saber médico elaborou um discurso onde a cidade cristalizou-se como um ser doente; doença social e biológica confundiam-se num imaginário que ampliava o perigo nela representado pela *urbis*” (CABRAL, 1995, p. 13). Enquanto os médicos pensavam em como “limpar” a cidade, as indignações dos Baleiros eram colocadas nas colunas da *Gazeta*, a doença aparece como algo emblemático do perigo representado pela cidade. Há um arcabouço de imagens que se conectam: riqueza x pobreza; limpeza x sujeira; relaciona-se também com as questões sociais e de raça, que vão além de algo que afeta apenas o corpo biológico. Chalhoub (2017)

¹⁵ É uma enseada que hoje fica na cidade de Niterói/RJ e onde há várias comunidades desde o século XIX.

¹⁶ Possivelmente o Engenheiro Paulo Freitas foi o engenheiro civil da Igreja da Candelária e outras obras entre 1878 e 1898.

nos informa que houve um esforço para sanar a febre amarela, pois, como já vimos, era uma propaganda negativa para vinda de trabalhadores estrangeiros, mas ao mesmo tempo o governo e os médicos acusavam os imigrantes de não se aclimatarem ao não seguirem o básico da higiene que era necessária. Uma situação que envolvia a vida de muitas pessoas e nada de efetivo se conseguia fazer. Junto a isso, no século XIX, era comum o espiritismo se confundir com ciência. Parece-nos que alguns médicos seguiam a doutrina espírita, a qual surge na França, em 1857, com o *Livro dos Espíritos*. Essa doutrina chegou ao Brasil em 1860, passando pela criação das primeiras sociedades espíritas, centros de estudos e órgãos informativos do espiritismo na segunda metade do século XIX. Tal doutrina tinha como ideias, que eram consideradas heréticas, a reencarnação e a pluralidade das existências, apresentadas pelo professor e filósofo francês Hippolite Leon Denizard Rivail, que foi conhecido pelo pseudônimo de Allan Kardec, segundo ele:

O Espiritismo é, ao mesmo tempo, uma ciência de observação e uma doutrina filosófica. Como ciência prática ele consiste nas relações que se estabelecem entre nós e os espíritos; como filosofia, compreende todas as consequências morais que dimanam dessas mesmas relações. (KARDEC, 1997, p. 38).

Muitos intelectuais no Rio de Janeiro seguiram a doutrina espírita, é importante saber que muitos pertenciam à elite letrada e alguns eram representantes da classe médica. As críticas aos médicos espíritas aconteciam na prática de atividades ilícitas dentro da medicina, caracterizando assim o charlatanismo e o curandeirismo.

Críticas como essas foram comuns na seção, junto a elas, a desaprovação às atitudes das instituições governamentais e médicas também era corriqueira. Décio, criticando a instituição médica, encenou o momento da redescoberta da febre amarela em terras fluminenses:

Afinal, dois meses depois da epidemia ter devastado um pouco mais a população do que os próprios impostos governantes, eis que um membro da sábia e venerada instituição ouve falar – ou -gritar Alguém a respeito da moléstia reinante.

Foi isto o que lhe despertou a atenção:

- Então vão queimar todos os da Jurujuba?
- Que forno?
- O da Jurujuba, conselheiro.
- Para quê?
- Para os mortos.
- Não, para os mortos da febre amarela...
- Ela... então ela anda por aqui?

- Anda. Senhor, e os vinte casos diários, reclamam o único e enérgico medicamento para o caso: a sábia instituição de que V. Ex. é digno membro, e instituição por quem a população geme, suspira e chora sem cessar. (DÉCIO, *Gazeta de notícias*, 21/04/1883).

No trecho, há uma recriação, uma sátira que supõe que a academia de medicina teria, como encenado na crônica, descoberto o retorno da epidemia dessa maneira, quase sem querer, em uma conversa informal sobre a cremação dos corpos das pessoas que morreram de febre amarela. Antes do diálogo que é apresentado, o narrador-cronista aborda as questões sobre o governo ter devastado a sociedade com impostos e ainda deixou que a doença se alastrasse fingindo não saber da gravidade. É interessante como o recurso do diálogo é utilizado: a crônica começa com comentários sobre a situação de calamidade sanitária, recheados de ironias e metáforas – ao dizer que a Academia Imperial é míope e ainda perdeu o olfato –, mostrando o caráter dos envolvidos na conversa, pois não é só por meio do que é dito como também no que é silenciado se diz muito. A representação da realidade é reforçada pelo diálogo.

Dando continuidade, Décio, já no texto de 23 de abril de 1883, retorna ao problema da epidemia com um pouco de humor. De acordo com a pesquisadora Ângela Maria Dias sobre o riso:

Salta aos olhos o caráter contraditório, ambíguo, incongruente do riso. Se fizermos uma análise dos discursos críticos em relação ao impulso cômico no homem constataremos com expressiva frequência a intensidade da referência ao dado ambivalente, duplo, conflitante, relativo à coexistência de feições opostas, no interior de uma mesma entidade. Por isso, talvez pudéssemos sugerir que a percepção da diferença, que o reconhecimento do plural, do turbulento, do desigual, implícitos numa espécie de instável conciliação, configuram o clima propício à instauração do humor. (DIAS, 1981, p. 38).

A partir da citação, podemos pensar que o riso se caracteriza como um tipo de discurso que tenta, no lugar da certeza, a possibilidade, em vez da harmonia, o ambivalente, a tensão e o elemento instável. Assim, quando Décio disse que o Rio de Janeiro vivia duas epidemias que dizimavam a população – a febre amarela e os casamentos –, podemos pensar nesse fator destabilizador. De acordo com nosso pseudônimo: “Fala-se muito da primeira das epidemias, a febre amarela: entretanto, conserva-se no escuro do silêncio a outra epidemia dos casamentos.” Esse riso também pode ser considerado um fato de ruptura, rompe com aquilo que o leitor espera, que é a crítica à doença. O humor vem dessa associação inusitada entre

doença, definitivamente algo negativo, ao casamento, que normalmente é visto como algo positivo para a maioria das pessoas, mas que na opinião do narrador-cronista pode ser tão prejudicial quanto a primeira. É interessante que na maior parte das crônicas que abordam a febre amarela, constrói-se um diálogo crítico com textos e posturas do jornal católico¹⁷. Sabemos que a igreja católica tinha uma forte influência na sociedade oitocentista brasileira, por isso não é aleatória a retomada constante dessa religião na seção. O texto de Décio é irônico do início ao fim – era muito comum os pseudônimos fazerem esses desvios para assuntos mais fúteis, em comparações, muitas vezes, risíveis que ajudam a desviar e voltar para os assuntos falando pelas sobras, pelos rastros – traz dados sobre a febre amarela e o casamento:

Apenas notamos que, para contrabalancear o efeito da febre, – que diminuem a população, temos tido o grande corretivo do casamento – que é veículo do *cresci-te et multiplicamini*.

O obituário registra diariamente de 10 a 20 casos: mas que vale isso diante do que publica o Apostolo todas as semanas?

Nada. Pois que da penúltima vez o órgão da religião e da sociedade anunciou 141 casamentos, e da última vez, que foi anteontem, anunciou nada menos que 103.

Tudo junto dá um resultado de 247 casamentos, o que já é alguma coisa, muito para ser vista. (DÉCIO, *Gazeta de notícias*, 23/04/1883)

Após apresentar os dados acima, segue dizendo que o crescente número de casamentos pode atrapalhar as pessoas a compreenderem a gravidade da epidemia de febre amarela que assolava o Rio de Janeiro, já que a segunda “epidemia” é mais numerosa e sempre está presente nos jornais. Esse texto é um pouco mais formal do que os anteriores, apresenta dados e informações do tema, mas não deixa de o fazer com certeiras alfinetadas, como o uso do termo *cresci-te et multiplicamini*, novamente o latim aparece de uma maneira que transforma a formalidade em um recurso retórico barato, que zomba mesmo das instituições que em suas formalidades continuam a dar importância para o supérfluo, alienadas dos problemas reais da sociedade.

Apesar do tema pesado que é a epidemia de febre amarela que estava causando muitas mortes, Décio não abandona o humor, sempre ácido – tentando desestruturar a condição social apresentada – usa de comparativos entre o que multiplica e o que aniquila: o casamento e a doença. A crítica à igreja é impiedosa, trazendo um diálogo direto com as crônicas anteriores e com outras que virão.

¹⁷ O jornal *Apóstolo* vai estar presente em muitas crônicas das *Balas de Estalo*.

De acordo com Bourdieu (2015), o poder da palavra mobiliza a autoridade acumulada pelo falante ao concentrá-la num ato linguístico. O que é muito utilizado em sermões de igrejas, discursos políticos, entre outros. Dessa forma, as produções linguísticas relacionadas a isso adquirem valor se realizadas no contexto social e cultural apropriado. Não é aleatório o uso de certas expressões em latim ou a não formalidade – ou mesmo formalidade – linguística no texto para apresentar e criticar o outro lado aos leitores.

Décio ainda se refere aos tratamentos que eram utilizados na época para a febre amarela e a questão das reformas na cidade carioca:

Continue a população a subir o morro onde habita o Sr. D. Pedro de Lacerda, e desse passeio higiênico haverá maiores proveitos do que se usar as inalações do Dr. Carvalho e os salicilatos e subsequentes hipotermias dos outros todos. Todos – entenda-se, que não haja erro hipográfico. (DÉCIO, *Gazeta de notícias*, 23/04/1883)

As condições sanitárias das cidades portuárias no Império que davam continuidade à doença, então quando alguém sobe o morro para avaliar a situação, espera-se que algo de efetivo seja feito, por isso a crítica aos médicos e às medidas que, talvez, não sejam eficazes. Ironicamente, finaliza o texto com um caso sobre uma querela na porta do teatro. A ironia é feroz em relação às autoridades daquele momento.

Lulu Sênior, desaprovando um artigo publicado no jornal *Cruzeiro*¹⁸, de acordo com sua crônica de 26 de abril de 1883, portando a assinatura de *Lei do Consensus*¹⁹, que opinava sobre a questão da febre amarela, o narrador-cronista apresentou:

A Lei do *Consensus* descobriu agora coisa melhor; diz ela que há uma moléstia, uma espécie de fermento adquirido em campanha, não nas campanhas de Marte, mas nas da deusa que o preferia a Vulcano, uma moléstia, dizia eu, que tem a virtude de preservar a gente de ter febre amarela. Uma nova vacina, com a vantagem de ser a vacinação menos dolorosa. (LULU SÊNIOR, *Gazeta de notícias*, 25/04/1883)

¹⁸ Procuramos tanto no jornal *Cruzeiro* como na *Gazeta de Notícias*, na hemeroteca digital, e não encontramos o jornal com essa publicação. Em nossas pesquisas encontramos um artigo, na seção *A pedidos*, assinado por Daniel Coelho de Moura, que censura o periódico concorrente por aceitar qualquer tipo de artigo em suas colunas, referindo a *Lei do Consensus*.

¹⁹ Dias (2016, p. 32), nos informa, de acordo com Romero (1908), que “A *Lei do Consensus*, ou correlação entre as partes, conceito oriundo da biologia, pressupõe que a ‘modificação produzida em uma das ramificações da atividade humana repercute em todos os domínios e estende-se por toda a área do pensamento. Em outros termos, a evolução é geral e harmônica em todas as manifestações da inteligência’”.

A sátira percorre todo o texto, lembrando-se que um dos objetivos desse recurso é a crítica de vícios sociais, fortuitamente pode causar o riso, e, quando provocado, esse riso será sempre incômodo, pois ele é inerente ao caráter de punição. Kothe (1981, p. 91) diz que “o riso não é inocente nem é apenas uma brincadeira”. A crônica salienta as medidas consequentes de um novo tratamento da febre amarela, sintetizando o que seriam as ideias da “Lei do *Consensus*”. A apresentação se refere à vacina ser menos dolorosa, mais simples de colocar em prática do que tratar a doença em si. Será comum as personas questionarem as instituições em relação às atitudes tomadas, no lugar de escolherem as maneiras mais práticas e eficazes, parece que preferem ir rodeando os problemas no lugar de solucionar de vez. Dessa forma, a incapacidade de resolver de vez a situação evidencia as contradições da política oitocentista.

O texto é construído por meio de diversos recursos linguísticos, como a metáfora de Marte, ao se referir a guerras, e a ironia ao abordar descoberta da nova doença, uma doença que já assolava o país há anos. Como já abordamos, a maior parte da população que morria com a moléstia eram os estrangeiros europeus. Sobre isso, o narrador-cronista continua sua reflexão:

E não será esta a única reforma a fazer por causa de tal descoberta. Até aqui, a polícia de mãos dadas com o governo deportava uns tantos estrangeiros, que exerciam um comércio considerado pouco lícito, agora, porém, esses indivíduos, longe de serem deportados, receberão o hábito da Rosa; o governo fará contrato com eles como fez contrato com a China para que introduzam no país mais fazenda; talvez mesmo se mande uma missão especial à Hungria. (LULU SÊNIOR, *Gazeta de notícias*, 25/04/1883).

É importante este trecho, pois ele antecedeu outro tema de importância nas *Balas* e dialoga diretamente com o tema sobre a escravidão que tanto foi abordada na seção, desde seu início vemos a reflexão sobre a escravidão e a sua abolição no Brasil. A questão dos estrangeiros que são mão de obra barata conversa diretamente com a questão abolicionista, pois os governos e os donos de terras no Brasil estavam preocupados com essa mudança de estrutura. Nada era feito de maneira efetiva até que nenhum dos poderes fossem prejudicados diretamente.

O pseudônimo aproveita o absurdo do que é proposto sob a assinatura “Lei do *Consensus*” e utiliza o recurso do diálogo para encenar uma anedota, o que é comum nas *Balas*:

Os especialistas serão consultados não para curar, mas para transmitir a moléstia. Nos consultórios ouvir-se-á diálogos como estes:

Médico. – Então, como está?

Doente (suspirando tristemente). – Ai! Sr. Doutor. Estou são como um pero.

Médico. – Então, não tem nada, mesmo nada, nem gangliosinho engorgitado?

Doente (desanimado). – Não, senhor, nada, nada.

Médico. – O senhor toma banho todos os dias?

Doente (assustado). – Sim! Senhor, tomo.

Médico. – Que imprudência! Não faça isso; deixe correr o marfim.

Doente. – Mas. Sr. Doutor, se me fizesse uma vacinação? O sistema antigo não me tem aproveitado.

Médico. – É que a fazenda tem tido muita procura, há falha no mercado.

Doente. – Este nosso governo, Sr. Doutor, este nosso governo! Esta colonização veio espontaneamente para o Brasil; o governo não auxiliou em coisa alguma, e ainda por cima deportou os empresários.

Médico. – Este país caminha para um abismo.

Finalmente, introduzido e propagado o sistema, estaremos livres da febre amarela; como o bem-estar geral, aumentará a fortuna pública e particular; ninguém mais andarà a pé, pois serão todos tão ricos, que não haverá quem não tenha pelo menos um cavalo, graças à lei do Consensus. (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 25/04/1883).

Com a utilização da sátira, como foi mostrado acima, é permitido uma experimentação estética e mistura de gêneros discursivos, como Décio e Lulu Sênior fizeram ao utilizar o diálogo fictício. O sistema a que se refere Lulu Sênior é o sistema de o médico adoecer o paciente, ou podemos dizer, das autoridades adoecerem a população por não agirem de forma eficaz. Dessa forma, Lulu Sênior relaciona a epidemia de febre amarela com a da mão de obra dos estrangeiros e, de certa maneira, com a escravidão.

Em 05 de maio de 1883, Décio satiriza a postura do médico que usa da religião para justificar suas ideias, dando a entender a confusão do médico ao relacionar suas opiniões científicas com as religiosas:

Um médico que durante dias seguidos tem discutido pela imprensa a febre amarela. Ontem, além de um artigo em prosa, no qual estuda o emprego do salicinato de quinina, publicou um outro em verso, para confirmar as suas opiniões a respeito.

Isto é, o verso não é bem para confirmar as suas opiniões a respeito da febre amarela, mas para justificar o que pensa a respeito da Santa Cruz. Onde Jesus Morreu. (DÉCIO, *Gazeta de notícias*, 05/05/1883).

O diálogo entre os textos das seções é evidente, já que grande parte dessas crônicas segue ideias semelhantes, todas que abordaram a febre amarela trouxeram críticas, de alguma maneira, às autoridades que deveriam agir de maneira eficaz – médicos, governantes e a igreja que em momento crítico da sociedade se preocupava mais com reformas nas igrejas, remédio

ineficazes ou com seu próprio bem-estar. – Décio diz que: “Não se pode ser ao mesmo tempo nem mais médico nem mais santo Agostinho! / Ninguém tão profundamente conhece as virtudes dos antitérmicos – e do Creio em Deus Padre!” (DÉCIO, 05/05/1883). De acordo com os enunciadores da seção, os trabalhadores da saúde se apegam mais no metafísico do que no concreto para efetivar suas ações. Isso deve estar relacionado à importância social e política que a igreja católica tinha naquela época. Segundo Carlos Brandão, o catolicismo é "tido como domínio do universo religioso brasileiro regido por uma única Igreja de uma só religião, com muita frequência é dividido – tanto por cientistas sociais quanto por agentes eclesiais – em um 'catolicismo oficial' e um 'catolicismo popular'" (BRANDÃO, 1998, p. 28). As relações entre Igreja Católica e Estado, no Brasil oitocentista, garantia a disciplina social dentro de certos limites, a igreja também executava tarefas administrativas, que hoje são atribuições do Estado, como o registro de nascimentos, mortes e casamentos. Sérgio Kitagawa, a partir de Boanerges Ribeiro, diz que, na sociedade brasileira imperial, a identificação da Igreja Católica romana com o sistema religioso é insistente e envolvia toda a organização social (KITAGAWA, 2014). Contribuiu ainda a Igreja com a manutenção de hospitais, principalmente com as Santas Casas. De acordo com o pesquisador Kitagawa (2014) se morria dentro das igrejas, pois os não católicos não podiam ser enterrados nos cemitérios que eram administrados pela igreja. Em contrapartida, o Estado nomeava bispos e párocos, além de conceder licenças à construção de novas igrejas.

O tom do texto de Décio é contestador, pois ele traz partes do hino religioso²⁰ que o médico fez e vai questionando tal atitude. Como vimos, a participação da igreja católica era forte e isso aparece em muitos textos da seção, esse texto é mais objetivo, mas não deixa de lado a ironia:

Antes a aspiração revelada timidamente na última estrofe do hino:
 Para termos no firmamento.
 As graças do Eterno assento
 O ilustre médico, consagrado ao estudo da patogenia da febre amarela e à contemplação do dogma da infalibilidade. Podia no seu duplo caráter de homem da ciência e autor de hinos religiosos pretender:
 - A graça de beijar a mão do Eterno;
 - A satisfação de receber o Rei da equidade o segredo do tratamento específico do tifo americano;
 - A honra de ver o Eterno uma ou outra vez;

²⁰ “Que esse arbusto memorando onde Jesus morreu,
 Nos cubra com a sombra sua,
 Nos dê o reino do céu.” (Décio, 05/05/1883)

- A glória de possuir por intermédio dele o meio de uma vez extinguir o micróbio;

- A inefável ventura de ter o Eterno, uma benção ou um fio de cabelo, ter no firmamento a graça de ver-lhe o rosto iluminado pelas claridades imaginárias, os olhos brilhando de uma luz vivíssima...

Mas não. Quis só e simplesmente – sem rosto, nem olhos:

As graças do Eterno assento.

A comoção impede-me de continuar. (DÉCIO, *Gazeta de notícias*, 05/05/1883)

No trecho final do texto, temos a indignação do enunciador, o qual enumera, a partir da situação sanitária precária em que parte da sociedade vivia, o que poderiam ter sido os desejos do médico, porém seu único pedido é “As graças do Eterno assento”. Construindo sua crítica pelo deboche, como uma forma de ridicularizar o médico, pelas escolhas das palavras “ilustre”, “duplo caráter” que o médico poderia fazer pedidos mais condizentes com a sua posição. Recorreu ao humor utilizando-o como política de ação, tentando nos ecos do riso apresentar o absurdo da situação de um médico, em um momento de muitas mortes, pedir assento eterno no lugar de pensar sobre como amenizar a crise sanitária da cidade. Usa o riso como instrumento, mas como dito, um riso desagradável e desestabilizador.

O diálogo entre as crônicas é importante para entendermos como a seção se constrói tanto nas ideias como na forma de reflexão, formando assim esse conjunto de crônica-ensaio. Vemos uma amplitude semântica, os textos que compõem a seção mostram-se ir além de serem apenas textos informativos, pois os colaboradores, como estamos vendo, não aludem apenas a significados conotativos aos fatos, eles também se atentam a reinterpretar e a recriar o conteúdo que se encontra no jornal. Podemos dizer que os textos até aqui analisados são permeados de figuras de linguagem, como a metáfora e, principalmente, a ironia, o que amplia seu sentido. Nessa manifestação da ironia, temos um sujeito sendo irônico; logo, em certa medida, podemos pensar em uma forma de comportamento. Essa ironia reforça o diálogo existente entre esses textos, pois todos eles, de alguma maneira, discutiram a falta de capacidade das autoridades para solucionar os problemas existentes na sociedade oitocentista carioca, dos mais banais como o dos correios aos mais graves como as mortes causadas pela febre amarela, o que se relaciona diretamente com a questão escravidão no Brasil. A leitura da sociedade, a análise e a montagem desses fatos realçam as discussões e os diálogos construídos.

3.2 QUESTÃO DA CHINA

Em meados do século XIX no Brasil, os governantes e donos de terras procuravam alternativas para a mão de obra escravizada, que estava prestes a se “extinguir”. De acordo com Lúcio Kowarick, a escravidão já estava “(...) materialmente condenada após 1850, e politicamente sob crescente pressão a partir de 1880 (...)” (KOWARICK, 2019, p. 75). A busca por alternativas de mão de obra barata veio por meio dos estrangeiros, os europeus e os chineses, isso se relaciona diretamente com a questão escravagista, pois os fazendeiros e mesmo os políticos dificultaram o que puderam e tentaram outras formas de servidão e de sobrepujar o outro.

Em outubro de 1883, o Brasil recebe a visita do empresário chinês Tong King-Sing para discutir a vinda dos chineses que trabalhariam nas zonas rurais brasileiras. Concomitantemente ao acontecimento, a seção *Balas de estalo* aborda esse evento. São oito textos que se cruzam, explicitando alguns dos acontecimentos e pontos de vista sobre a possível presença dos chineses no país. Os textos refletem sobre as teorias raciais que estavam em voga naquele final de século. Os fatos são pretextos para as reflexões e comentários. Ao se pensar em crônicas Soares (2014, p. 220) diz renascer traços considerados próprios do folhetim, por exemplo, a volubilidade “como empecilho ao tratamento mais detido dos eventos relatados ou comentados”, fato presente nessas *Balas*, que ainda assim mostram a costumeira busca por concatenar os assuntos e alcançar algum nível de coesão e unidade como se desenvolve ao longo da seção.

Um dos fatos que vão servir para compreendermos melhor as crônicas aqui analisadas é, na década de 1880, quando o Brasil estava tentando estabelecer relações com a Ásia, que já vinha sendo discutida desde 1870. O historiador norte-americano Jeffrey Lesser (2001) diz que o interesse do Brasil pela mão de obra chinesa pode ser visto desde 1807, quando o governo quis tentar fazer plantações de chá no Brasil.

Segundo Lesser (2001), visando trazer 21 mil trabalhadores chineses ao Brasil, o diplomata Eduardo Callado entrou em contato com G. C. Butler, secretário-executivo norte-americano que vivia em Xangai, trabalhava para o rico empresário e diretor da Companhia Chinesa de Navegação Tang Ting-Shu, “mencionado nos documentos brasileiros como Tong King-Sing” (LESSER, 2001) – esse era próximo de Li, que era conhecido como o Bismark do oriente, uma das poucas autoridades do oriente e favorável ao “desenvolvimento econômico estilo ocidental”. Com o intuito de um investimento, o governo brasileiro estava tentando negociar a vinda de trabalhadores rurais chineses, porém Tong dizia que o Brasil era um país distante e em parte desconhecido, que não aceitaria trazer os trabalhadores chineses ao país com base no perverso sistema de contratos que havia na América do Sul e em Cuba. O que

acarretou na não concretização das negociações entre os dois países. Em outubro de 1883, Tong e Butler vieram ao Brasil, “ao aparecer para os repórteres, no Grande Hotel de São Paulo, vestindo os trajes tradicionais chineses e cumprimentando o Brasil e seu povo em inglês, Tong desafiou frontalmente todos os estereótipos” (LESSER, 2001, p.60-61). Tong foi transformado em quase europeu aceitável, enquanto Butler, que era afro-americano, chocava os observadores por ser inteligente e possuir requintes parisienses (LESSER, 2001, p. 59-61). O historiador norte-americano ainda informa como se deu a discussão no Senado e na Câmara dos deputados:

(...) as posições assumidas por esses políticos nem sempre eram coerentes com sua afiliação liberal ou conservadora, e alianças políticas as mais bizarras eram a norma. O grupo “anti” reunia os nacionalistas/racistas ardorosos, que asseguravam que os chineses eram biologicamente degenerados; os abolicionistas, que acreditavam que os chineses viriam a constituir uma classe de neo-escravos; e alguns proprietários de terras, que estavam convencidos de que apenas os africanos eram biologicamente adequados ao extenuante trabalho na lavoura. O outro lado agrupava uma mistura de fazendeiros que queriam substituir os escravos africanos por um grupo mais barato e mais dócil; outros fazendeiros, que acreditavam que os chineses eram biologicamente adequados ao trabalho agrícola, podendo assim contribuir para tornar o Brasil mais competitivo no mercado mundial; e abolicionistas, que viam os chineses, como mão-de-obra contratada, representariam um passo adiante em direção ao regime pleno de trabalho assalariado. Mas todos estavam de acordo quanto a que os trabalhadores chineses eram pouco mais que uma mercadoria. (LESSER, 2001, p. 39-40).

A discussão sobre a “Questão da China” vai além dos políticos, a *Gazeta de Notícias* participou ativamente, em vários momentos, se posicionando contra a vinda desses trabalhadores para o Brasil. Sempre contra a vinda e utilizando de argumentos preconceituosos, envolvendo a questão da raça e da miscigenação. De acordo com a pesquisadora Karina Czepula, sobre o pensamento hegemônico do período:

A opção mais adequada seria o trabalhador estrangeiro, e o ideal seria que fosse o imigrante branco, europeu e católico. Porém, houve inicialmente uma grande dificuldade em conseguir trazer este “imigrante ideal”, pois o desejo de muitos italianos, espanhóis e suíços, era de imigrar para os Estados Unidos e a Argentina, por apresentarem climas mais compatíveis com os dos seus países de origem. Além disso, a existência da escravidão no Brasil não era vista com bons olhos pelos europeus que desejavam imigrar. (CZEPULA, 2016, p.1).

Com a dificuldade de trazer esses “imigrantes ideais”, optaram por tentar com os chineses e houve várias discussões sobre a vinda desses trabalhadores. As *Balas de estalo*

trouxeram o mesmo olhar da *Gazeta*, como veremos, e as crônicas, por mais que explicitassem os absurdos políticos brasileiros, não conseguiam abandonar um evidente preconceito quanto aos asiáticos, e assim, falaram sobre o assunto, foram ironizando a situação e abordando a questão racial.

3.2.1 Viagem em torno da China

Nesses oito textos que vão abordar a vinda de Tong King-Sing ao Brasil, a primeira publicação que trata diretamente dessa questão é de 15 de outubro de 1883, em que Zig-Zag informou que precisava falar sobre o assunto: “Por mais tratos que dê à minha imaginação, não sei nem se posso resistir aos desejos impacientes de tratar de negócios da China” (ZIG-ZAG, *Gazeta de Notícias*, 15/10/1883). Ao tratar dos negócios da China, o narrador-cronista demonstra conhecer o país oriental pelo “retrato vestido a caráter” de um amigo que “andou por lá” e continua a escrever sobre o seu conhecimento sobre a sociedade chinesa a partir das operetas:

Além disso, já tenho visto a China através da ópera cômica e da ópera de burlesca. Conheço perfeitamente a obra de Lecocq – a flor de chá, e a ópera de Bazin – A viagem à China²¹. Lembro-me mesmo que há nesta peça uns couplets interessantíssimos, em que se diz que

*La Chine est un pays charmant,
Qui doit nous plaire assurément*²²

À vista desta erudição adquirida com tanto esforço e à custa de tantos sacrifícios de tempo perdido, nos teatros, julgo poder considerar-me – modéstia à parte – muito entendido em negócios da China, mesmo muito mais entendido que meu companheiro itinerante que tem a presunção de julgar de *visu* (ZIG-ZAG, *Gazeta de Notícias*, 15/10/1883).

É importante observar que o conhecimento sobre a China vem de operetas ou óperas-cômicas, que são mais rápidas e burlescas com alguns efeitos dramáticos, as quais foram muito populares no século XIX. É devido ressaltar que a ópera-cômica não é sempre cômica no sentido de ser uma comédia bem-humorada, já que pode ser caricata e causar o riso por meio da zombaria e do ridículo. Jacques Offenbach é o nome mais conhecido. A peça de Lecocq conta a história de um dono de um bar francês, que é salvo de um casamento bígamo

²¹ Alexandre Charles Lecocq (03/06/1832 – 24/10/1918) foi um compositor francês. Sua opereta mais conhecida é *La fille de Madame Angot* (1872). A opereta citada é *Fleur du Thé* (1868) e foi o seu primeiro sucesso. François Emmanuel Joseph Bazin (04/09/1816 - 02/07/1878) foi um conhecido compositor de ópera francês durante o século XIX. *Le Voyage en Chine* (1865) é sua composição mais conhecida.

²² A China é um país encantador/ que deve nos agradar seguramente. (Tradução nossa)

com um jovem casal aristocrático local pela intervenção de sua verdadeira esposa. Passa-se na China, pois era a moda francesa em 1860: a *Chinoiserie*, que foi a interpretação e imitação das tradições artísticas chinesas. Linda Hutcheon nos diz que a intertextualidade pode ser “uma manifestação formal de um desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto” (HUTCHEON, 1991, p. 157). A intertextualidade aqui reforça a intolerância social, pois a sociedade carioca demonstrou muito preconceito – o que pode ser visto nos jornais da época e nas crônicas aqui analisadas – em relação a vinda dos chineses ao Brasil, principalmente, em relação a questão da miscigenação que poderia acontecer. Como nos mostra a pesquisadora Kamila Czepula:

O deputado abolicionista deixava evidente que não via nenhuma qualidade na mão-de-obra chinesa, e de que a mesma não representaria a transição do trabalho escravo para o assalariado e sim, seria uma nova classe de escravos. Repetia incansavelmente que o chinês pertencia a uma raça inferior, que degredaria as existentes no país em pouco tempo, e como se isso não bastasse, ainda infestaria a sociedade com essa sua lepra de vícios. As palavras utilizadas por Nabuco para combater a imigração chinesa vinham em desencontro com a sua imagem de humanista pleno. (CZEPULA, 2016, p. 8).

Esse é um explícito do olhar de 1879 e a historiadora nos informa que a *Gazeta* não dava muito espaço para outra visão. Em 15 de outubro de 1883, na seção *Cousas Políticas*, de Ferreira de Araújo, que participava das *Balas* como Lulu Sênior, escreve o seguinte:

Introduzir o chim já não prejudica a guerra contra a escravidão; mas prejudica o desenvolvimento da pequena lavoura.
O chim arreda o europeu, que povoa, que contribui para constituir a nação.
(...)
Quando eles tiverem lido no livro aberto da nossa natureza a palavra das nossas necessidades, compreenderão que não é o chim que nos convém, porque o chim não nos traz uma civilização, nem um sangue mais forte que o nosso, nem melhores costumes, e principalmente porque o chim não fica, porque o Brasil será para o chim como uma mesa redonda, a que se come uma vez à pressa, em viagem, e onde de ordinário se é roubado. (ARAÚJO, *Gazeta de Notícias, Cousas Políticas*, 15/10/1883)

Araújo tem um discurso com uma defesa bastante conservadora e, podemos dizer, relacionada aos preconceitos raciais recorrentes da época. Diz ainda que o fazendeiro, que não está acostumado a pagar salários, quando tiver que pagar aos chineses e estes reivindicarem mais, entrariam em atritos e os chineses iriam para as indústrias e às cidades, pois não vieram para ficar e fortalecer a sociedade na qual seriam inseridos. O olhar que havia naquele

momento dos trabalhadores chineses era rodeado de preconceitos de raça e de cultura. O que torna profícuo os dizeres de Zig-Zag, pois a partir do conhecimento que ele adquiriu por meio “de sacrifícios e tempo perdido nos teatros”, o narrador-cronista se sente apto a falar sobre a China. A ironia é “uma percepção oscilante e, contudo, simultânea de significados plurais e diferentes” (HUTCHEON, 2000, p. 102), já que temos uma abertura para a “dimensão social” e para o “nível de interação de significado” (HUTCHEON, 2001, p. 91), com a finalidade de estabelecer relações entre o dito e o não dito. O dito e não dito, para o nível de interação de significado, concorrerão para designar o “significado irônico”, este que encontramos desde a utilização das operetas que ressoam em todo o texto de Zig-Zag. Podemos pensar que parte da crítica construída pelo narrador-cronista se relaciona ao pensamento de que os chineses não queriam permanecer e criar laços em terras brasileiras, podemos fazer referência a esse “casamento bígamo”, já que, segundo os dizeres de Araújo, os chineses viriam para as terras brasileiras e logo voltariam para a sua “verdadeira esposa” que seria a pátria natal, reforçando as ideias paradoxais da sociedade oitocentista, já que a questão de miscigenação também era um temor para o pensamento hegemônico do período.

A indignação com a vinda dos chineses confunde posicionamentos e explicita preconceitos, há uma preocupação com a ação violenta dos fazendeiros, mas ressoam pensamentos antimestiçagem; há uma preocupação com uma interrupção da pauta abolicionista, mas ressoa uma valorização do colono europeu que “contribui” verdadeiramente. Esses posicionamentos colocam em perspectiva as contradições oitocentistas. Junto às contradições da própria seção que não deixa de se mostrar incômoda quando faz críticas agudas sobre as ações políticas e as suas relações interessadas com os fazendeiros e poderosos, mas, em contrapartida, mostra-se confluyente quanto a certo pensamento hierarquizante do tecido social, em sua proteção ao colono europeu e rastros de uma “torcida” pela imposição de um limite para a mestiçagem no país, como veremos nas próximas crônicas. Talvez a indignação ocorresse pela troca de mão de obra escrava no lugar de acabar com o sistema escravocrata, o problema da escravidão não seria resolvido no Brasil. Contudo, ao ter um olhar mais profundo no próprio suporte em que se encontra a seção, em que a justificativa para não trazer esses trabalhadores era também a possibilidade de miscigenação, podemos pensar que a crítica está relacionada ao contexto mais amplo, implicado pelas relações de poder. O historiador Lesser (2001) alerta sobre os discursos favoráveis à imigração chinesa, como o do governo, já que não achava nos chineses um colonizador em potencial, pelo contrário, os via como quem trabalhava muito por pouco e que os chineses não ficariam no país; os contratos eram feitos com tempo determinado para

permanecerem no país entre 5 e 10 anos. Dessa forma, o governo e os fazendeiros que eram a favor não teriam muitos gastos e sempre por tempo determinado, olhando esses trabalhadores como descartáveis e, talvez, tentando amenizar as discussões abolicionistas da época.

Os comentários sobre a cultura chinesa continuam, Zig-Zag ao ver Tong Sing-King, o confundiu com a Mme. Durocher²³ fantasiada de cores, mas ao chegar perto e ver os compridos bigodes resolveu perguntar quem era:

Um amigo disse-me: é o Mandarin.
Exultei quando ouvi esta palavra. Porque, afinal, não há nada mais agradável, nem mais inesperado, nem mais imprevisto, do que acabar a gente de almoçar acender um charuto, e encaminhar-se cheio de preocupação do santo sacerdócio da imprensa para a retorta augusta do trabalho honrado, e encontrar no largo Carioca um *Madarim* autêntico, de carne e osso, com todos os requisitos da sua autoridade e todos os deslumbramentos da sua toilette de verdadeira sola chinesa. (ZIG-ZAG, *Gazeta de Notícias*, 15/10/1883).

O pseudônimo continua com a mesma postura de estigmatizar os chineses, com um certo exotismo ao falar do colorido da roupa, um pouco antes do bigode. Em um tom de zombaria, Zig-Zag tem sua motivação nos clichês já estabelecidos para a população chinesa e o texto vem recheado delas. É interessante o pseudônimo trazer a relação de trabalho, o trabalho honrado, no contexto em que as condições de trabalho oferecidas aos trabalhadores chineses são indignas, ao mesmo tempo que tem a depreciação da China, podemos pensar em uma crítica ao governo brasileiro, já que este queria que o chinês trabalhasse como o africano escravizado. Para os fazendeiros e para o governo, o chinês seria um elemento de transição entre o trabalho livre e o escravo, propiciando uma transição sem sobressaltos e sendo substituído depois por uma mão-de-obra que fosse considerada civilizada. (LIMA, 2015)

Zig-Zag diz que o “Sr. Tong-King-Sing não é um ignorante a respeito das coisas do Brasil.” Pois ele conheceria muito sobre os movimentos literário e jornalístico: “S. Ex. Tong-King-Sing gosta muito das *Balas de Estalo*. Na China, quando a tarefa de dirigir os três milhões de súditos do seu distrito lhe dava alguma folga, não saboreava, devorava as *Balas de Estalo*.” (ZIG-ZAG, *Gazeta de Notícias*, 15/10/1883). Ao término de seu texto, mostra que Tong King-Sing tem conhecimento sobre o próprio narrador-cronista. Zig-Zag se mostra mais importante de que seus colegas, ao apresentar aos seus leitores que o importante chinês o

²³ Marie Josephine Mathilde Durocher (Paris, 06/01/1809 – Rio de Janeiro, 25/12/1893) foi costureira e a mais conhecida parteira do Rio de Janeiro, no século XIX. Foi a primeira mulher a ser recebida, como membro titular, na Academia Imperial de Medicina, em 1871, de acordo com pesquisadora Maria Lúcia de Barros Mott (1994).

admirava, entre todos os baleiros, ele era o preferido. Junto a isso, traz uma informação, de forma zombeteira, ao se referir a numerosa população chinesa. A zombaria estabelece o diálogo de confrontos típico da seção e muito comum a Zig-Zag. É observável também a ficcionalização e ficcionalização irônica nesse caso o que vai ocorrer em quase todas as crônicas da seção.

A próxima crônica é Lélío quem assina e tem estratégias narrativas próximas de Zig-Zag, enquanto Zig-Zag se utiliza da zombaria como recurso discursivo, como por exemplo, ele fazer “bonito” para os outros colegas da seção por ser admirado pelo rico empresário chinês. Essa ação é comum nas *Balas*, pois abre espaço para os diálogos diretos e polêmicas que sempre acabam se referindo às outras situações pelos paralelos dos autores. Nesse caso em específico, enquanto Zig-Zag mostra o contato direto com o Tong King-Sing, apenas para se gabar enquanto conhecedor desse outro lugar “exótico”, Lélío utilizou da mesma estratégia – do contato próximo com o empresário chinês – para apresentar uma crítica a todo o contexto dessa tentativa de trânsito entre estes países. Então, em 16 de outubro de 1883, Lélío, de maneira crítica, informa que recebeu uma carta: “(...) foi ele mesmo, o mandarim, que me escreveu, pedindo a fineza de inserir nas *Balas de estalo* uma exposição modesta das impressões que até agora tem recebido do nosso país” (LÉLIO, *Gazeta de notícias*, 16/10/1883). Sabendo que Tong não saiu satisfeito com as impressões do Brasil oitocentista, já que não aceitou o tipo de proposta que o governo brasileiro oferecia aos seus conterrâneos, há de se compreender que o desenvolvimento do texto vai seguir apresentando o que poderia ser a insatisfação, mas o faz de maneira indireta e bem humorada, em uma piada formal que não deixa de fazer emergir o quão incongruente parecia ser toda aquela situação – difícil de digerir desde as propostas apresentadas até as intenções e consequências naquele contexto brasileiro oitocentista. Lélío apresenta isso no segundo parágrafo quando diz ao leitor: “Não traduzi a carta, para não lhe tirar o valor. Além disso, há dela alguns juízos demasiados crus, que melhor é que fiquem conhecidos tão somente dos que sabem a língua chinesa.” (LÉLIO, *Gazeta de notícias*, 16/10/1883). Esses “juízos demasiados crus” evidenciam as impressões ruins que claramente haviam ficado naquele momento.

Essa carta que Lélío teria recebido na língua oriental, apresenta algumas palavras do nosso vocabulário. O cronista-narrador explica “(...) o meu ilustre correspondente inseriu expressões nossas; ou por não achar equivalente na língua dele ou (como me parece) para mostrar que já está um pouco familiar com o idioma do país.” (LÉLIO, *Gazeta de notícias*, 16/10/1883). Dessa maneira, o pseudônimo justifica as palavras que podem ser reconhecidas pelos leitores e corroboram com a “compreensão” da carta. Esta é uma das crônicas que traz

um jogo de linguagem, uma experimentação linguística, pois se trata de uma crônica que brinca com as formas de passar a mensagem, de se fazer compreensível sem sê-la totalmente, com uma crítica sagaz ao fato discutido. Segue a transcrição da carta:

Vu pan Lelio,
 Lamakatu apá ling-ling *Balas de estalo*, mapapi tung? Keré siri mamma, ulamalí tiká.
 Ton-ton pacameré rua do Ouvidor nappi Botafogo, nappi Laranjeiras mappi Petrópolis gogó. China cava miraka rua do Ouvidor! Naka ling! tica milung!
 Ita marica armarinho, gavamacú moça bonita, vala ravala balcão; caixeiro sika maripú derretido. Moçanigu vaia peça fita, agulha, veludo, colchete, iva cuca trapalhada. Moço lingu istú passa na rua, cheberú pitigaia entra, namora, rini mamma:
 Viliki xaxi xali xaliman. Acalag ting-ting valixú. Upa Costa Braga relá minag katu Integridade abaxung kapi a ver navios. Lamarika nana bapa bung? Gogô xupitô? Nepa in pavé. Brasil desfalques latecatú. Inglese poeta, Shakespeare, kará: make Money; upa lamaré in língua Brasil: - *mete dinheiro no bolso*. Vaia, vaia, gapaling capita passa a unha simá teka laparika. Eting põe-se a panos; etang merú xilindró.
 Ita poxta. China kiva li-vai-pé, abá naná Otaviano Hudson, naka panaka, neka paneca, mingü. Musa vira kassete.
 - Mira lung Minas Gerais longú senado. Vetá miná Lima Duarte passi Cesário Alvim; mará kari Evaristo da Veiga seba Inácio Martins. Rebagú sara Coromandel? Teca Iaia Coromandel?
 Aba Lili tramway Copacabana. Vasi lang? Tacatú, pacatú, pacatú. Hú-huchi edital Wagner, limaria Duvivier. Toca xuxú Figueiredo de Magalhães, upa, upa, upa. Baba China páriu. Hêhê...
 Siba-ú lami assembleia provincial nanakaté. Mirô bobó kalu Gavião Peixoto: ridin teca maneca cabelinho na venta. Pantutu? Hermann limpatúba Arang chikang Companhia Telfônica rurú mamma, ipi, xuchi parinangatú; Caminha, Magalhães Castro, xela kapa, xela kipa, xela kopa. Neka sirí lipa câmara dos deputados abaling. China seca pareka amolador empala. Laka pitaka? Nana pariú.
 Faro e Lino papyros, biblos, makó gogó. Lino abatukamú, Faro abatiki. Eba ú laté! Castelões zurú! Clube Beethoven paka xali! Tarinanga axá acarintuga. Harritoff dansa mari xali!
 Xulica Brasil pará; aba lingú retórica, palração, tempo perdido, pari mamma; xulica Kurimantú. Iva nenê, iva tatá. Brasil gamela tika moka, inglês ver. Veriman? Calunga, mussunga, monau dengue. Valavala. Dara dará bastonara. Malan drice pakú. Ocuôco; momoréo-diarê. Ite, issa est.

Mandarim de 1ª classe.

Tong Kong Sing.

(LÉLIO, *Gazeta de notícias*, 16/10/1883).

Há aqui uma brincadeira com o inteligível de uma língua muito distante do brasileiro, o que recheia tal texto de estereótipos de linguagem, ainda que misture termos em português e referências a palavras de origem africana (como “calunga” ou “dengue”). No meio das várias palavras inventadas, há nomes de pessoas importantes à época, como políticos, poetas,

advogados, refere-se à câmara dos deputados e ao senado. Expressões como “Brasil: - *mete o dinheiro no bolso*”, “para inglês ver”, e cita o nome de Shakespeare. Há uma clara crítica sobre a relação que estava prestes a existir, ou a deixar de existir, entre o Brasil e a China, ou seja, o perigo de um novo substituto para o trabalho escravo. Na época, chegaram a vir por volta de mil trabalhadores chineses para as Minas Gerais. Quando chegaram lá, logo abandonaram o trabalho por serem explorados. No sexto parágrafo, há a menção ao estado brasileiro, talvez seja por esse motivo a alusão às Minas Gerais.

A crítica se faz pelos jogos formais, olhamos o jogo de linguagem utilizado por Lélío e vemos uma série de implícitos, tudo é apontado a partir da brincadeira. A pesquisadora Ramos diz “que com a explícita referência a palavras de origem africana, associadas à típica expressão ‘inglês ver’ (no século XIX a expressão tornara-se uma referência clara à lei de 1831, que proibiu o tráfico negreiro), Lélío ressaltava o perigo da servidão ou da escravidão imposta aos trabalhadores” (RAMOS, 2018, p. 29). Dessa forma, vemos que Lélío faz experimentos com a linguagem para concretizar o seu olhar sobre os fatos de sua época. Sua estratégia se aproxima da estratégia de outros autores da seção, mas vem aqui com uma estrutura risível por certo *nonsense* apenas em uma primeira camada, já que seu texto é repleto de incoerências que deixam um rastro de críticas explícitas. Aguiar (2003) disserta que as *Balas de Estalo* de Lélío sobre a imigração chinesa, especialmente essa publicada em 16 de outubro de 1883, evidenciam como Machado colocava em prática um “novo conceito” de crônica, mais literário que jornalístico. A questão literária é extremamente perceptível na “carta” de Sing, em que há um experimentalismo linguístico, esta experimentação linguística de uma carta chinesa com sotaque de línguas de origem africana reforça o sentido da mensagem da crônica, que está relacionada à crítica de Lélío que parece se posicionar contra a vinda desses trabalhadores pelo fato de que poderia haver uma nova forma de escravidão, já que as condições de trabalho que eram oferecidas aos chineses eram degradantes. O experimentalismo da linguagem aqui não é de vanguarda, já que as questões políticas abordadas se referem ao seu tempo e com o pensamento da maioria emancipatória da época, não há um rompimento com o pensamento da época, apesar das críticas. Aqui experimental também está na simulação, pois Lélío nos apresentou uma carta dizendo ser uma coisa – que o empresário chinês gostou do Brasil – e nos apresenta outra – como acabamos de mostrar. Ser experimental, nas *Balas*, podemos dizer que foi o desenvolver de um pensamento inseparável do contexto histórico, político e social, com humor, zombando a maneira como os fatos foram debatidos pelas instituições e políticos.

As *Balas de estalo* aparentemente vão se formando enquanto os textos que dialogam entre si. Os pseudônimos experimentam em diferentes caminhos – literários, jornalísticos, relatos pessoais – abrindo passagem para uma liberdade muito grande para os seus textos. Pelo fato de serem esses “arroubos formais” parte de um conjunto implicado politicamente com o olhar para a sociedade, podemos pensar nas *Balas* como uma seção com alguma tendência experimental, conceito do pesquisador Moacyr Cirne:

O experimental nasce de experiências concretas no seio da linguagem; o experimental radicaliza o sentido do experimental. Não se trata apenas de fazer experiências com a linguagem; trata-se de transformar estas experiências em textualidade política, isto é, trata-se de politizar o próprio significado da experimentação. (...) Dissemos antes: problematizar é politizar. Com a arte e o poema experimental, completamos: experimentar é politizar.²⁴ (CIRNE, 2000, p. 189).

A literatura experimental é sobre inovações, especialmente no formato e no suporte das peças literárias, temos um texto que traz inovações explícitas na linguagem de maneira a corroborar com a crítica política que faz, confirmando os dizeres de Cirne em que “experimentar é politizar”. Lélío buscou, a partir da comum forma epistolar do século XIX, uma incomum forma de expressão. A sagacidade das reflexões, com alguns jogos de linguagem, era costumeira de seu público e do jornal, mas não é à toa que Lélío desenvolve uma linguagem alternativa para apresentar os fatos e problemas de seu cotidiano, mostrando-se contrário à vinda dos trabalhadores chineses.

Em 18 de outubro de 1883, José do Egito, de maneira ríspida, constrói seu texto apresentando alguns motivos para não se aceitar os chineses em terras brasileiras. Logo de início diz: “Irra! Basta de chim!” Dialogando diretamente com seus colegas de seção, pois todos estavam em concordância sobre a não vinda dos trabalhadores rurais chineses, mas tanto Zig-Zag quando Lélío pareceram mais amistosos. Tanto que o narrador-cronista retoma o texto de dois dias atrás: “Lélío acaba de publicar uma interessante carta do ilustre mandarim, escrita em puro idioma chinês, tão espirituosa como apócrifa” (JOSÉ DO EGITO, *Gazeta de Notícias*, 18/10/1883). Tal trecho é construído como um “desmascarar” da carta que apresenta as modestas impressões do mandarim é falsa, mesmo que todos já tenhamos certeza de que a carta não é verdadeira. O texto de José do Egito reforça o que estava em toda parte da sociedade: “Manifestação nenhuma de hostilidade, contra a imigração chinesa, tem

²⁴ É sabido que Moacyr Cirne, poeta e crítico, refere-se às vanguardas experimentais, mas nos arriscamos aqui a utilizar esse conceito por entender a potência da liberdade inventiva criada nas *Balas de Estalo*.

sido poupada” (JOSÉ DO EGITO, *Gazeta de Notícias*, 18/10/1883). Já que tanto nos jornais quanto nas ruas o desagrado com a vinda desses trabalhadores estava claro, além da divisão de opiniões entre o governo e alguns fazendeiros – que não pareciam muito dispostos a “perder” a mão de obra escravizada. O narrador-cronista diz o porquê de não aceitarem os chineses:

Ameçam-nos com esta desgraça terrível: – a escravidão amarela, – a nós que andamos podres com a escravidão negra. É forçoso, é urgente repelir a escravidão amarela.

Repelimos o chim... enquanto ele não está dentro, porque depois que ele estiver cá dentro, há de ser um pouco mais difícil.

Lembramo-nos que a ocasião usa o cabelo como o chim: – agarrem pelo rabicho.

E a ocasião é agora.

Eu admiro e respeito muito o Sr. Tong-King-Sing, que ainda não vi mais gordo, mas S. Ex. me há de permitir que, com a cabeça no solo, em profundo salamalek²⁵, lhe diga: - o Brasil não quer o chim, e só pode vê-lo... pintado.

Pintado, sim, é bonito e bom.

Que nos venham, pois, alguns milhares de chim... em ventarolas. (JOSÉ DO EGITO, *Gazeta de Notícias*, 18/10/1883)

Além de um explícito preconceito com os chineses, nesse trecho, há uma passagem importante quando o narrador-cronista diz: “estamos podres com a escravidão negra”, em que não há clareza sobre ser essa podridão um reflexo da violência da escravidão ou – como ele explicita sobre os chineses – a presença dos negros seria esse mal, o que se desdobraria em uma postura antimiscigenação. Em uma parte anterior, diz que os chineses são resistentes a tudo: “Atura climas, sofre todas as privações, suporta todos os tratos. (...) não enfraquece, porque é a fraqueza em pessoa, e só morre – quando não há outro remédio. Vaso ruim...” (JOSÉ DO EGITO, *Gazeta de Notícias*, 18/10/1883). Essas considerações são muito próximas da visão que tinham sobre os negros no período. A cada vislumbre de uma possível preocupação com a situação que os chineses encontrariam no Brasil, sobrepõe-se um discurso de difamação quanto a esses trabalhadores orientais. Se Zig-Zag, cheio de exotismos e estereótipos apresenta uma crônica zombeteira e ficcionaliza em um relato de autopromoção e Lélío em um texto experimental não deixa em aberto sua visão quanto aos chineses, ironizando as intenções de todo o contexto da visita de Tong; José do Egito pede um basta no assunto e se posiciona de maneira explícita, sem diferir a imprensa em geral quanto ao olhar

²⁵ Saudação usada pelos árabes, em especial, pelos mulçumanos. Significa: “A paz de Deus esteja com você.”

negativo para com os chineses e, novamente, colocando em perspectiva outros temas, como a abolição e o colonialismo.

No dia seguinte, em 19 de outubro de 1883, Lulu Sênior dialoga com o texto de José do Egito e reclama não poder falar sobre os chineses e aborda outros assuntos. A pontual crítica sobre a questão da China, alonga-se até a próxima crônica de 23 de outubro, de Lélío, de acordo com Ramos (2018), é “a crônica mais contundente que o literato escreveu tanto sobre ‘imigração chinesa’ quanto sobre as teorias raciais então em voga naquele final de século” (RAMOS, 2018, p. 12). Nessa crônica há também a estratégia narrativa de fazer um texto epistolar, pois Lélío apresenta uma carta, mas agora a carta é do sr. John Sterling, vice-rei da Índia, endereçada ao Conde Granville, “secretário de Estado dos negócios estrangeiros” (LÉLIO, 23/10/1883), na qual sugeria que, no lugar de chineses, o Brasil importasse “chim-panzés”, como podemos ver neste trecho transcrito pelo narrador-cronista:

A primeira vantagem do chim-panzé é que é muito mais sóbrio que o chim comum. As aves domésticas, geralmente apreciadas por estes (galinhas, patos, gansos etc.), não o são pelo outro que se sustenta de cocos e nozes. O chim-panzé não usa roupas, calçados ou chapéu. Não vive com os olhos na pátria; ao contrário, Sir John Sterling os seus parentes afirmam que tem conseguido fazer com que os chim-panzés mortos sejam comidos pelos sobreviventes, e a economia resultante deste meio de sepultura pode subir, numa plantação de dois mil trabalhadores, a duzentas libras por ano. (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 23/10/1883).

Lélío explicou o motivo de transcrever a carta: “Visto que há tanto horror aos chins, parecem-me interessantes transcrever esse documento”. As comparações existentes na carta transcrita na crônica entre os chineses e os chimpanzés são absurdas e sempre baseadas sobre o ponto de vista econômico. Exemplo é o trecho que diz que os “chim-panzés” mortos servem de comida aos que estão vivos, fato que diz muito a respeito da situação social daquele momento em relação a escravidão.

(...) a ironia pode ser provocativa quando sua política é conservadora e autoritária tão facilmente quanto quando sua política é de oposição e subversiva: depende de quem a está usando/atribuindo e às custas de quem se acredita que ela está funcionando. Tal é a natureza transideológica da ironia. (HUTCHEON, 2000, p. 34).

A ironia apresentada assim nos faz pensar que o pertencimento cultural é o que vai viabilizar as interpretações, dando sentidos e compreensão para o texto. Então ao utilizar de violências em seu texto para abordar as questões raciais e de miscigenação, apresenta a

postura conservadora em relação a situação que acontecia naquele momento. O texto cria ambiguidades que podemos ler tanto compartilhando da posição conservadora quanto indo contra ela. Essa ambiguidade que dá base para a ironia do narrador-cronista e, ao mesmo tempo, evidencia as contradições do período. Lélío finaliza seu texto dizendo:

O nosso defeito é não dar atenção as coisas mais sérias. As pessoas que preferem os chins, não podem deixar de aceitar este substantivo. Segundo a carta transcrita, os chim-panzês tendo as mesmas aptidões do outro chim, é muito mais econômico. Por outro lado, os adversários, os que receiam o abastardamento da raça, não terão esse argumento porque o chim-panzé não se cruzará com raças do país. (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 23/10/1883).

Neste trecho, o narrador-cronista explicita que o grande problema quanto aos chineses é a miscigenação, o que podemos pensar como uma oposição à crônica do José do Egito, pois José do Egito repele a miscigenação, enquanto Lélío ironiza esse “abastardamento”.

Percebemos a relação direta com a política da época, ao evidenciar os preconceitos raciais e contestando a questão do “trabalho livre” no Brasil. Nesses textos, repletos de ironia e acidez, é perceptível um experimentalismo mais ousado e alguns jogos de palavras – seja no relato pessoal e de aparência fútil de Zig-Zag, seja na carta de mandarim inventado de Lélío. Parece-nos que os recursos linguísticos escolhidos vão de acordo com uma situação com a qual há dificuldade de lidar, atacando a sociedade chinesa ao mesmo tempo que o Brasil buscava a parceria entre os países, os preconceitos direcionados a uma sociedade que se prestava a uma relação comercial e se sujeitava a vir trabalhar em condições desumanas diz muito a respeito da sociedade brasileira oitocentista.

Sobre as crônicas, podemos pensar que são textos em que a utilização dos fatos cotidianos, as criações e as invenções espirituosas, como construção de uma carta fictícia com jogos de linguagem, as utilizações de onomatopeias e sinestesias, com José do Egito: “Se o próprio hino nacional está atacado dela! Querem ver? Pois ouçam: Tá-rá-tá-chim, tá-rá-tá-chim, tá-rá-tá-chim”; a narrativa irônica de Zig-Zag para corroborar suas ideias que aparecem em comentários pontuais ao longo dos textos vão construindo uma ideia em conjunto. Esse conjunto é feito de atravessamentos e oposições, de posicionamento inflamado e comentário despreocupado. Além disso, como vimos com Zig-Zag e Lélío, uma presença maior de ficcionalizações. Sendo realizadas “ao correr da pena” e, ainda assim, mantendo uma ligação estreita com o jornalismo moderno, mantinham uma abertura para a ficção e as experimentações na linguagem, já que essas estratégias narrativas são construções discursivas, fruto da retórica e da capacidade de convencimento do outro. Comprovação da qual estavam impregnadas todas as relações sociais, que servem para a construção de contextos. Como

vimos, a experimentação linguística pode ser política, pensamos que mesmo imersos nas ideias conservadoras da época, os ideais liberais estavam presentes também, em meio a essas contradições a literatura vai se criando e, muitas vezes, evidencia ainda mais as contradições dessa sociedade.

Assim, vemos por meio desses textos que as personas iniciaram suas reflexões sobre literatura, jornalismo e política criando, ensaiando, aos poucos o perfil da seção aqui abordada e colocando em perspectiva o pensamento de sua época. A ironia que permeia todos os textos vistos, confunde-se com os dizeres sociais da época, é apresentada na própria forma, na abordagem e nos elementos ficcionais, e aponta para um contexto de uso retórico da palavra para encontrar outros lugares que permitam desviar e justificar as violências da postura colonizadora.

3.3. A ABOLIÇÃO BATE ÀS PORTAS.

A década de 1880 foi politicamente agitada em relação à questão servil. Foi um momento de discussões políticas junto a sociedade e os jornais, houve uma grande movimentação para o fim daquele sistema desumano.

A mobilização brasileira pela abolição da escravidão foi, pois, grande, estruturada e duradoura. (...) os brasileiros construíram uma rede coordenada e nacional de ativistas e associações e se valeram de uma plethora de estratégias de mobilização, inclusive propaganda de massas, recrutando grande número de adeptos. Essa mobilização de feições nacionais permite caracterizar o abolicionismo como nosso primeiro — e grande — movimento social. (ALONSO, 2015, p. 121-122).

A pressão política, por meio da imprensa, sobre o Estado e sobre a opinião pública faziam parte da campanha formulada durante a década de 1880. De acordo com os pesquisadores Camila Cowling e Celso Castilho (2013), durante as décadas de 1860 e 1870 houve iniciativas que pretendiam abolir a escravidão, porém não discutiam de forma explícita o fim da instituição. Os pesquisadores Camila Cowling e Celso Castilho ainda explicam que: “Diferenças conceituais distinguem abolicionismo e emancipacionismo. Ao contrário do primeiro termo, que se refere à mobilização popular para o fim da escravidão, o segundo envolve programas cujos objetivos eram a restrição da escravidão” (2013, p.163). No pensamento de Castilho e Cowling (2013), nas décadas anteriores a 1880 havia ações emancipacionista, já na década de 1880 houve, segundo os autores, um esforço coletivo em

extinguir a escravidão. De acordo com a pesquisadora Angela Alonso (2015) aconteceram dois importantes agrupamentos em 1880 – a Associação Central Emancipadora e a Sociedade Brasileira contra a Escravidão – dominadas respectivamente por José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, mas nos informa que:

O movimento abolicionista, contudo, é anterior a 1879 e a Nabuco. Associações antiescravistas remontam às vésperas da lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico ultramarino de escravos em 1850, e manifestações coletivas contra a escravidão cresceram na segunda metade dos anos 1860, antes da Lei do Ventre Livre. Um tempo longe do marasmo, “céu sem nuvens”, que Nabuco (1897-9: 656-661) lhe conferiu. (ALONSO, 2015, p.117)

Dessa maneira, ainda que os movimentos se intensificassem na década de 1880, desde os meados do século XIX, no Brasil, foram marcados pelos questionamentos reformistas. A monarquia, a escravidão e a Igreja foram alvo de críticas, por meio de debates, da imprensa e da literatura por serem considerados instituições que atrasavam o desenvolvimento social.

As *Balas* participaram das discussões abolicionistas ao longo de sua existência, mostraremos um recorte do seu olhar e qual foi a perspectiva dada pelas personas ao tema e à discussão tão importantes na sociedade brasileira oitocentista.

3.3.1 – No campo das ideias, o movimento libertário.

As *Balas*, desde seu início, abordaram a questão do elemento servil com ideias abolicionistas, como vimos até aqui, tanto a questão da febre amarela e, principalmente, a questão da vinda dos trabalhadores chineses ao Brasil estão relacionadas às ideias abolicionistas. Nesse percurso, percebemos as convergências e divergências no posicionamento e nas implicações dessas posturas. Alguns mais emancipatórios, outros abolicionistas; alguns preocupados em alguma medida com a questão humana, outros com as atualidades político-econômicas. Isso para lembrar de que a postura abolicionista não é um lugar sem problemas e contradições.

Nos anos de 1884 e 1885, a presença desse tema nas *Balas* será mais forte por causa das discussões sobre o Projeto Dantas – que previa a libertação das pessoas escravizadas a partir dos 60 anos e, junto a isso, tinha uma cláusula, na matrícula do escravizado, a exigir “que os proprietários declarassem a procedência de todos os seus escravos” (CARVALHO, 1996, p. 108), pois se não houvesse a comprovação da procedência da pessoa escravizada

haveria a possibilidade de libertação, devido a Lei Eusébio de Queirós de 1850. A questão da procedência do escravizado tentava também evitar o seu tráfico entre as províncias.

Tais assuntos estavam em diversos jornais, tanto os prós quanto os contras a abolição da escravatura. Publicola, em 2 de abril de 1884, faz uma crítica ao jornal conservador *Diário do Brasil*²⁶:

O Diário do Brasil, firme nos seus princípios e seguro da legitimidade da sua causa, deixou que passassem as festas comemorativas da libertação total do Ceará, para agora entrar de arma em riste, a atacar tudo quanto passou... Sempre escravos dos seus hábitos e costumes! (...)
E como as festas atacadas pelo *Diário*, depois de passadas, isto é, pelas costas – ou antes por de trás – que reconheçamos pelo menos, a legitimidade do caminho por onde transmitiram as impressões que ditaram o artigo, o que ainda desta vez o *Diário do Brasil* conservou-se firme nos seus princípios. (PUBLICOLA, *Gazeta de notícias*, 02/04/1884)

Em 25 de março de 1884, foi assinada a declaração de abolição da escravidão na província do Ceará, o que foi comemorado em várias províncias do Brasil, inclusive no Rio de Janeiro. O jornal abordado por Publicola sempre defendeu a continuidade do regime escravocrata e, em muitos momentos, foi alvo das *Balas*. O narrador-cronista usa a estratégia de contra-argumentação do artigo que fora publicado no outro periódico, com o ar de sarcasmo, criando um “debate”, que mostrava a manutenção do conservadorismo do *Diário do Brasil* a partir de um tom pejorativo, utiliza algumas expressões latinas, uma delas o próprio título do artigo alvo, que servem também para zombar da atitude do jornal: “*Ite, comedia est*, esse título dispensa a intervenção do Dr. Castro Lopes²⁷ para ser desde logo compreendido. *Ite, comedia est*, e está dito tudo” (PUBLICOLA, *Gazeta de Notícias*, 02/04/1884). Essa *Bala* desacredita o artigo ao reafirmar a ideologia do próprio jornal, dando a entender que a comédia é tanto o artigo quanto o próprio jornal. No referido artigo, há a referência ao *Dom Quixote* para dizer que a festa de comemoração foi sem lógica e Publicola informa que: “Houve tripúdio nessas festas, diz o artigo. E agora, depois dele, depois de tal tripúdio, podemos dormir em paz.” As críticas do jornal conservador, pelo que nos é apresentado, tenta desmoralizar a comemorações para associar tais “libertinagens” às questões abolicionistas. O narrador-cronista critica a falta de veracidade em relação aos festejos, já que

²⁶ Periódico carioca que defendia os interesses dos proprietários das pessoas escravizadas.

²⁷ Dr. Antônio de Castro Lopes (1827-1901) foi uma figura curiosa das letras brasileiras no século XIX. Latinista famoso, ele publicou dicionários e livros de caráter linguístico, além de uma variedade de escritos tematizados em astrologia, espiritismo e homeopatia, também exercendo o ofício de professor, médico, teatrólogo e poeta. (BORTOLANZA, 1999).

o *Diário do Brasil*²⁸ só relatou tais “fatos” quando tudo passou e não há mais como comprovar nada.

Por conseguinte, em 2 de julho de 1884, o cronista-narrador Ly faz um relato sobre a política de sua época dizendo não entender “estas coisas de políticas que ando vendo diariamente” e diz ter “uma moção de desconfiança ao governo”, o governo vigente, naquele momento, era o ministério de Lafayette²⁹ e estava prestes a terminar. De acordo com Sérgio Buarque de Hollanda (2004) foi na gestão Lafayette, que estado do Ceará se declarou província livre e o da Amazonas emancipatória. Foi um governo que se comprometeu com um programa de caráter emancipador, o que desagradava os fazendeiros, que não apoiavam as ideias emancipatórias, o problema era que muitos desses fazendeiros faziam parte da câmara, do senado e dos ministérios, o que causa um grande atraso nas discussões e votações emancipatórias e abolicionistas. Em 24 de março de 1884, Zig-Zag, por falta de assunto, viu um álbum abolicionista, “destinado ao bazar Abolicionista Cearense”, e fez, a partir dele, um apanhado de frases sobre a abolição:

A maior parte desses pensamentos é firmada pelos nomes dos nossos políticos e estadistas mais conhecidos: Transcrevo alguns: A escravidão é um mal; mas há males necessários.

Lafayette. (...)

Amo a Bahia, amo a liberdade; mas se houver a Abolição, onde empregarei eu tanto baiano?

Dantas. (...)

(ZIG-ZAG, *Gazeta de notícias*, 24/03/1884)

Há várias frases, de diversas pessoas, selecionamos os dois que são os mais citados nas *Balas* e de políticos que são considerados abolicionistas, então é interessante a visão que é trazida pela seção sobre as falas e atitudes de políticos que se contradizem, sabendo que eles se tornam personagens dentro desses textos, a crítica é contundente a essas personalidades e isso mostra o caráter paradoxal da política oitocentista brasileira. Tais falas dialogam com as dúvidas de Ly em sua crônica já citada. É interessante que o narrador-cronista tenta explicar o que se passa na política e a visão de algumas pessoas que faziam parte do governo e apresenta as seguintes informações:

Eu supus, a princípio, que na véspera daquele dia nefasto algo ocorrera de grave importância para os interesses da província e distritos, que

²⁸ Na hemeroteca digital só tem disponível a edição de 24/06/1881

²⁹ O Gabinete Lafayette foi o ministério formado pelo Partido Liberal em 24 de maio de 1883 e dissolvido em 6 de julho de 1884. Liderado por Lafayette Rodrigues Pereira. (HOLLANDA, 2004).

briosamente e de luvas de pelica representando a alma aos pés, quando vi que não são as razões que lhe atuavam no ânimo, eram:

- a) Demissão do sempiterno ex. Rodrigues;
 - b) O incidente da rua do lavradio;
 - c) O processo da conversão dos bens das ordens das religiões;
 - d) Finalmente – a indecisão do governo na questão do elemento servil.
- (LY, *Gazeta de Notícias*, 02/07/1884).

Neste trecho, o narrador-cronista, com o seu levantamento, apresenta a demissão de Lafayette, no item A, que tem relação direta com as discussões emancipatórias do momento e nos informa que isso ocorre por “uma questão de predileção pessoal.” Sobre a questão do elemento servil, no item D, diz que: “(...) eu vi o sempre também muito ordeiro na questão do ventre livre, não passando uma linha do ponto divisório entre abolicionistas e emancipadores – a indenização e consequente reconhecimento da prioridade (...)” (LY, 02/07/1884), nesse momento, Ly fala sobre a queda de outros ministérios por causa de seu voto, a crítica aqui se relaciona a um governo liberal com ideias emancipatórias que é dissolvido por propor tais ideias, dialogando diretamente com a crônica de Zig-Zag e afirmando o contexto paradoxal político. Ly é sarcástico ao dizer que não compreende a política de seu cotidiano, que, absurda, se mostrava mesmo difícil de acompanhar e justificar. Manter o sistema escravocrata era uma posição que já não se sustentava, mas isso é o que o texto de Ly faz com mais sagacidade, mostra que a classe política ainda preferia manter o sistema por interesses puramente pessoais.

O olhar de Confúcio se direciona à população e faz emergir as contradições políticas da época. Em 16 de julho de 1884, o narrador-cronista ironiza a atitude, por meio de uma carta enviada à câmara e publicada no jornal *Diário do Brasil*, do “Instituto Baiano de Agricultura, em parceria com a Associação comercial da Bahia e mais uns tantos cidadãos qualificados daquela província” (CONFÚCIO, *Gazeta de notícias*, 16/07/1884) por pedirem aos altos poderes do Estado “enérgicas providências contra a propaganda abolicionista”, pois a honra e a propriedade deles estavam profundamente ameaçadas. O narrador-cronista, antes de se colocar à disposição para a publicação da carta, disse:

Entretanto, essa representação toda cheia de circunstância tem um único fim, um conhecido futuro a aguarda: é como todas as suas coirmãs, ir dormir o sono eterno e tranquilo dos justos... e das representações, na pasta das comissões respectivas. E, portanto, ela podia ter começado por não ser escrita, se não fora com isso perder-se um pouco de retórica bem calculada e num êxito com que ninguém contava, e de que eu passo a ocupar-me com muita abundância da alma e de tinta roxa. (CONFÚCIO, *Gazeta de Notícias*, 16/07/1884)

Com uma linguagem direta e aguda, ocupa-se da retórica da carta – que pode ter um bom estilo, mas com pobreza de ideias – a pobreza de ideias está relacionada ao pedido feito às autoridades: “(...) ao parlamento enérgicas providências contra a propaganda abolicionistas, e providências garantidoras da vida, da honra e da propriedade deles, profundamente ameaçadas” (CONFÚCIO, *Gazeta de notícias*, 16/07/1884). Esse pedido das instituições baianas ia na contramão dos ideais abolicionistas que estavam sendo discutidos por diversos setores, principalmente depois da abolição da escravidão no Ceará. O interessante é “providências garantidoras da vida” junto a “providências enérgicas contra a propaganda abolicionistas” como se a vida dos agricultores estivesse em risco caso acontecesse a abolição. É um jogo de inversão em que o escravocrata se coloca de vítima com a possibilidade da abolição e coloca o abolicionista como violentador do seu “direito” de escravizar. E o pedido se torna paradoxal ao pensarmos na escravidão que assolava a vida dos negros escravizados, os quais não tinham nenhuma proteção que garantisse suas vidas.

Em seguida, Confúcio adentra em outra questão e fala sobre a saúde, nesse momento ele se refere à cólera. Como já vimos, a cólera foi uma doença que acometeu mais a população negra e teve menos atenção para a sua cura do que a febre amarela, dentro desse contexto escravagista, isso não deixa de ser político. Como o historiador Chalhoub (2015) informou, foi uma doença menos alarmada em comparação com a febre amarela. O narrador-cronista diz que um conhecido médico publicou conselhos profiláticos sobre a cólera: “(...) todos devem tomar banho geral ou parcial de água fria, ou tépida, pela manhã, deitando três gotas da tintura de *nux-vomica*³⁰ da 5ª dinamização” (CONFÚCIO, 16/07/1884). Nesse momento a cólera estava em sua quinta epidemia. O cronista-narrador não deixa passar despercebida a dica médica e diz que a homeopatia é grande já que tudo pode ser tratado com um banho gelado e finaliza seu texto:

E eis aí como eu, a última hora, e com o auxílio de uma autoridade insuspeita confesso-me homeopata *enrangé* e mais do que convencido, aconselhando por minha vez nos habitantes desta cidade não usarem de outra coisa senão homeopatia prescrita: - pela cabeça todas as manhãs... e aos litros. (CONFÚCIO, *Gazeta de Notícias*, 16/07/1884)

³⁰ A *Nux vomica* é um medicamento homeopático originário da semente de *vomica*, uma árvore de origem asiática. É indicado para diversas patologias, entre as quais aquelas que atingem o aparelho digestivo (dor de barriga, náusea etc.) ou distúrbios relacionados a problemas otorrinolaringológicos como resfriado (SANTOS, 2016).

Foi comum as *Balas* questionarem a homeopatia, já que muitas propagandas homeopáticas estavam relacionadas a se banhar ou beber muita água. Outro fator é a não exigência de formação médica para ser homeopata. Houve um decreto em 17/08/1880, que amenizou as discordâncias entre os homeopatas em torno da exigência ou não do diploma de medicina emitido pelas faculdades oficiais do Império, para exercer a homeopatia, pois podiam ser “todos os que, formados em medicina, farmácia ou outra qualquer ciência, até os não graduados, sejam unanimemente julgados pelo Instituto dignos daquele título por sua adesão à doutrina hahnemanniana, influência social e serviços em favor da homeopatia” (GALHARDO, 1928, p. 730). O narrador-cronista apresenta sua indignação em relação às “soluções” dadas nos jornais tanto pela sociedade quanto por especialistas a assuntos de extrema importância que violentavam a sociedade da época. Percebemos que a questão da homeopatia apresentada na crônica é uma metáfora para soluções ineficazes e distantes para problemas urgentes, o que parece ser comum pela representação que os pseudônimos fazem dos problemas sociais, a incapacidade das autoridades em resolver de maneira eficiente as questões sanitárias e escravagistas que rondavam a época. Confirmando, assim, o diálogo em rede das *Balas* ao encenarem/representarem a problemática do século XIX no Rio de Janeiro e no Brasil.

As crônicas que abordam o tema da escravidão acabam atravessando uma série de outros temas, entre eles, por exemplo, questões como a relação de trabalho, que começam a ser colocadas em discussão. Entre os movimentos abolicionistas, o aceno aos chineses e as tentativas de trazerem imigrantes europeus, as relações de trabalho se tornam problemáticas pungentes, Zig-Zag com seu já percebido deboche introduz esse tema em sua crônica em 17 de julho de 1884, assinando Dr. Zig-Zug³¹, a partir de sua experiência pessoal com seu “patrão”. Depois de um hiato de um mês e dez dias longe das *Balas* (última crônica publicada foi em 07/06/1884), o narrador-cronista inicia esse texto justificando sua “longa” ausência:

Eu devia talvez começar estas Balas por explicar com todas as minúcias na minha na minha longa ausência desta seção desopilantes do fígado dos nossos milhares de leitores.
Não o faço, entretanto, e não faço por uma simples razão de modéstia, que me leva a não tratar da minha humilde pessoa. (DR. ZIG-ZUG, *Gazeta de Notícias*, 17/07/1884)

³¹ Zig-Zag passa assinar como doutor na crônica de 20/05/1884: “Agora, porém, graças aos meus amigos e colegas do *Apostolo*, a *Universidade de Louvian* atira-nos com o título de doutor. Pego-lhe com as mãos ambas, e cheio de reconhecimento vou mandar os meus cartões a minha Universidade. E já que sou doutor, embora não saiba de que, nem porque, peço licença para assinar-me Doutor Zig-Zug”.

Zig-Zug é interessante, pois seu estilo é sempre criar polêmicas mesmo quando elas não existem, ao fazer o oposto do que diz que fará, apresenta sua modéstia para logo em seguida se contradizer, escreve sobre o que diz que não é válido, evidenciando sempre as pequenas contradições cotidianas dele mesmo e do seu entorno.

Em seguida, o narrador-cronista nos conta o motivo de seu sumiço, indo contra o que já havia dito. No meio de banalidades, sua explicação se volta para a relação de trabalho, ao falar que o patrão queria que ele trabalhasse de graça e por ele não aceitar tal afronta se afastou e resolveu retornar ao trabalho por meio de um pagamento. “(...) cada Bala seria paga pela quantia de dez mil réis.” Nesse contexto, é importante lembrar de que a sociedade brasileira também estava inserida na ordem econômica mundial, a qual foi se transformando por causa da industrialização dos principais países europeus e dos Estados Unidos. O Brasil foi um país em que a demanda interna era de trabalhadores – livres ou escravizados – de acordo com a expansão da lavoura exportadora, por meio de deslocamentos compulsórios ou espontâneos. De acordo com o pesquisador Marcel Van der Linden (2013), o que era comum a esses trabalhadores era a mercantilização forçada de sua força de trabalho. A partir desse olhar, Linden desenvolve a acepção de “trabalhadores subalternos”, que abrange o trabalhador livre assalariado, os trabalhadores autônomos, arrendatários, trabalho sob contrato e os escravizados, ou seja, toda a força de trabalho que é vendida a outra pessoa por motivos de força econômica ou não econômica são os “trabalhadores subalternos”. O alicerce desses trabalhadores é a mercantilização submetida de sua força de trabalho (LINDEN, 2013). O narrador-cronista utiliza metade de seu texto abordando um assunto do qual dizia que não iria falar, termina a primeira parte confessando que:

(...) achei a quantia insignificante e reles. A minha pena honrada e altiva nunca se prestou a servir ninguém por preço tão ao alcance de todos. Mas como os dez mil reis representam mais a vitória de um princípio do que o pagamento a uns escritos, eu submeto-me e é essa a razão do meu reaparecimento. (DR. ZIG-ZUG, *Gazeta de Notícias*, 17/07/1884).

Todo trabalho é a mercantilização abusiva da força de trabalho, por isso há lutas que são extremamente necessárias para melhoria e qualidade de vida dos trabalhadores. Quando Zig-Zug comenta as suas relações de trabalho dando uma maior dramaticidade ao seu texto com um tom sarcástico e, logo em seguida, aborda o pedido de demissão de Moreira Barros, que era o presidente da câmara de Taubaté, deputado e fazendeiro, por este não concordar com o projeto que foi apresentado na câmara que discutia sobre as questões abolicionistas, já

evidencia o olhar desse político. O projeto que Zig-Zug se refere em seu texto é o que se tornou a Lei dos Sexagenários. Assim como esse, vários projetos sobre os temas da abolição e do trabalho vinham sendo propostos, muitos deles relacionados a fazendeiros do Rio de Janeiro e São Paulo, essas discussões e projetos circulavam em torno de resistências à abolição da escravidão e, ao mesmo tempo, para que afrouxassem as regulamentações de contratos de trabalhadores imigrantes, este fato é importante para compreendermos as forças de poder que circundavam o contexto do Moreira de Barros problematizado por Zig-Zug. Exemplo disso é o que nos apresenta a pesquisadora Ana Lúcia di Lorenzo (2002), que informa que foi apresentado um projeto de fazendeiros das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, em 1882, à Câmara dos Deputados, sugerindo maior liberdade nos contratos de trabalho. Zig-Zug esclarece que “(...) poder-se-ia atribuir ao interesse do fazendeiro a opinião do deputado.”, referindo-se a Moreira Barros, mas tal ideia apresentada na crônica é oposta ao discurso de demissão do deputado, como nos apresenta o narrador-cronista dizendo que o presidente da câmara aceitaria o projeto caso este fosse um projeto de abolição imediata e, em relação a isso, o pseudônimo cria e propõe alguns artigos como se fosse do presidente da câmara:

Art. 1º, fica abolida a escravidão no Brasil.

Art. 2º, os ex-proprietários de escravos ficam obrigados a dar casa, comida, roupa lavada e charutos aos libertados.

Art. 3º, fica revogada a legislação em contrário. (DR. ZIG-ZUG, *Gazeta de Notícias*, 17/07/1884)

O Dr. Zig-Zug apresenta como sendo os artigos ideias para que Moreira de Barros, finalmente, aceitasse o projeto, pois o narrador-cronista ridiculariza o fato de que seguidas propostas vinham sendo rejeitadas e ainda assim, o discurso do presidente da câmara mantém o tom demagógico e contraditório de defesa da abolição. O discurso do presidente da câmara mostra uma posição de defesa irrestrita à abolição, uma “abolição imediata”, uma defesa que concordaria até, como zombaria de Zig-Zug, em manter “casa, comida, roupa lavada e charutos aos libertados”, mas a prática mostrava o oposto. Nem a lei que previa a libertação das pessoas escravizadas com mais de 60 anos estava sendo aceita pelos políticos e fazendeiros, sustentar a abolição da escravatura, com as pessoas que escravizavam tendo que dar moradia aos libertos, seria inadmissível. Zig-Zug continua a trazer as contradições da elite política brasileira.

Percebe-se que a ironia é mordaz em relação ao presidente da Câmara, que sendo liberal deveria ser a favor da abolição e das medidas emancipatórias, o que o narrador-cronista

nos revela, mesmo sem o dizer, seu lado fazendeiro “falou mais alto” ao não aceitar o projeto abolicionista que estava sendo proposto, já que o motivo da discordância com o projeto é que: “S. Ex. não aceita, porque o acha insuficiente.” O sarcasmo de Zig-Zag evidencia a hipocrisia e o paradoxo da política do período.

Lulu Sênior, alguns dias depois de Dr. Zig-Zug, em 19 de julho de 1884, deu continuidade ao assunto em sua crônica com um intertexto explícito de uma peça de teatro de Eduardo Garrido (1842-1912)³², mostrando-nos a seguinte fala: “Eu hei de me casar com quem meu pai quiser, contanto que seja com a menina Maria.”, comparando a fala à atitude da câmara dos deputados sobre a questão emancipatória, a qual, segundo o cronista-narrador, “deve ser resolvida pelo governo e pelo parlamento, com uma condição: nem o governo, nem o parlamento se não dá a ocupar com isso.” (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 19/07/1884). A ironia é a base desse texto, enquanto Zig-Zug usou do sarcasmo para ser malicioso em seus comentários e atacar o discurso de demissão do presidente da câmara, Lulu Sênior utiliza da ironia, é bastante conotativo e sagaz em sua escrita. O narrador-cronista apresentou nessa sua *Bala* como o Moreira de Barros e toda a câmara são (no discurso) abolicionistas, são a favor da abolição da escravidão, contudo, quando podem votar em leis que dariam uma solução eficaz pedem demissão ou votam ao contrário. Lulu Sênior tece comparações com a votação para a lei de 28 de setembro de 1871, a lei do ventre livre, dizendo que estes que se encontram no poder são os filhos daqueles que foram contra a lei de 1871 e ainda “(...) gritavam que, se tal lei passasse, vinha o mundo abaixo por falta de café e rapadura.” Apelavam para a falta de mão de obra, mas mão de obra ideal para os fazendeiros é aquela em se pode apenas explorar. E continua:

Passou a lei, e como o que está feito não está por fazer, eles foram chorar para a cama, que é lugar quente, quando não faz frio; mas nunca jamais em tempo algum, mortal afortunado lhes ouviu palavras de louvou à referida lei, que eles deram de presente a S. Miguel, depois que se convenceram que não se podiam arranjar com o diabo. (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 19/07/1884)

A vida continuou, a escravidão continuou, o café e a rapadura também, e sempre que alguma proposta abolicionista vinha à tona, os senhores fazendeiros, que eram grande parte da câmara dos deputados, se revoltavam e apontavam para alternativas que fossem apenas emancipatórias e não abolicionistas. O que estava em discussão no momento em que Lulu

³² Eduardo Garrido foi um escritor de peças teatrais e compositor português. Também fez traduções e adaptações. Dedicou-se ao gênero cômico.

Sênior escrevia era o projeto Dantas, de acordo com o historiador Sérgio Buarque de Holanda, Dantas propunha uma emancipação gradual: primeiro a localização provincial da escravatura, depois a ampliação do Fundo de Emancipação³³ e em um terceiro momento seria a libertação das pessoas escravizadas a partir dos 60 anos (HOLANDA, 2004).

As propostas do projeto Dantas³⁴ incomodavam os fazendeiros e políticos que se sentiam prejudicados com os pareceres, Lulu Sênior nos informa dos acontecimentos do dia 15 de julho de 1884 na câmara: “O projeto do Sr. Dantas, disse o Sr. Taubaté, tem este defeito de nascença: se um dono de escravo tem de pagar seis mil réis de imposto, o dono de cem escravos tem que pagar seiscentos mil réis.” (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 19/07/1884). Zomba de Moreira de Barros (“Sr. Taubaté”) dizendo que ele fizera as contas de cabeça sem contar nos dedos e o relaciona com a opereta de Offenbach, *Pont des Soupîrs* – a qual conta a história de Cornarino Cornarini, almirante da frota veneziana, que abandonou a marinha com medo de ser derrotado em uma batalha naval, o que trouxe a ele uma nuvem de desgraça. Fabiano Fabiani Malatromba é seu rival e tenta seduzir a Catarina, esposa de Cornarini, que está apaixonada pelo pajem Amoroso – O personagem Malatromba é quem fala o texto reproduzido por Lulu Sênior: “*Cet homme a des idées d’une profondeur étonnante !*”³⁵ Pensamos aqui na relação do pedido de demissão, desse mesmo político, Moreira de Barros, do cargo de presidente da câmara – que foi abordado por Zig-Zag – com a lei Dantas e o contexto desenhado por Lulu Sênior. Uma vez que poderia existir a possibilidade de a lei Dantas ser aceita, o presidente da câmara prefere fugir e com um discurso incoerente, já que o projeto, a longo prazo, planejava a abolição completa – ainda que não imediata –; prefere a fuga do que “ser derrotado”. Na opereta, há um diálogo entre vários personagens: “É bem possível! mas se não nos afastássemos da questão, não teríamos qualquer mérito em voltar a ela.”³⁶ O que nos faz pensar na crítica feita pelo narrador-cronista, mostrando o despropósito da situação, no lugar de discutirem um projeto que caminha rumo a abolição da escravatura, preferiram fugir e se distanciar do assunto, mesmo que fosse com a renúncia, com esse

³³ Em 28 de setembro de 1871 foi promulgada a Lei do Ventre Livre, a qual intencionava a libertação gradativa de pessoas ainda sujeitas à escravidão, tentando conciliar os conflitos em torno de direitos e interesses divergentes. Para isso, foi estabelecido um Fundo de Emancipação em que as receitas eram provenientes de impostos, doações, loterias e multas impostas pela infração da própria lei e seriam usadas para o pagamento de alforrias de cativos selecionados por juntas classificadoras de escravos. (ABREU, 2002)

³⁴ Dentre algumas disposições, a proposta previa a emancipação imediata de todos os escravos sexagenários – todos que chegassem aos 60 anos de idade – poderiam deixar seus senhores sem nenhum tipo de restrição ou indenização.

³⁵ Este homem tem ideias de uma profundidade surpreendente. (Trad. Nossa)

³⁶ “C’est bien possible ! mais si l’on ne s’éloignait pas de la question, on n’aurait aucun mérite à y revenir.” (OFFENBACH, 1861)

movimento conseguem voltar ao assunto a partir dos interesses dos fazendeiros. O inquietante nessa questão é a discussão sobre dar liberdade às pessoas negras que tem 60 anos ou mais, o que é ilógico sabendo da situação que os escravizados viviam; apesar disso o maior incômodo dos políticos parecia ser o fato de não haver nenhuma indenização ao fazendeiro. As imagens e debates criados por essas crônicas vão aos poucos expondo as incoerências entre discurso e prática na política nacional, evidenciando que no Brasil as leis eram criadas para a manutenção dos valores dominantes, permitindo, assim, uma performance da liberdade que era ganho apenas para o opressor. Lulu Sênior finaliza seu texto mais agudo que no início, o desenvolvimento de sua crônica se deu na mesma medida em que aafiava a ironia:

(...) – A lei Dantas! Aquilo que é uma lei! Forrar os escravos de sessenta anos! É preciso respeitar o sistema da lei Dantas! Mesmo porque, algum tempo depois da vontade da lei Dantas, há de ser mais fácil encontrar uma agulha em palheiro, do que no Brasil inteiro um escravo... que tenha sessenta anos, empaca tudo em cinquenta e cinco. (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 19/07/1884).

O narrador-cronista aborda a questão da idade que não solucionava o problema da escravidão, eram necessárias medidas mais efetivas. Essa discussão é referente ao que veio a ser a Lei dos Sexagenários, que foi aprovada, como já vimos, em 28 de setembro de 1885, houve várias modificações no conteúdo das primeiras propostas para aceitação dessa lei que, basicamente, anularam benefícios aos escravizados, protegendo os fazendeiros. O projeto Dantas, apesar de dar um passo para o movimento abolicionista, não resolvia a situação intolerada da escravidão, mesmo assim provocou desagrado na oposição e Dantas foi destituído do cargo em 1885. Porém, antes disso, Dantas pede a dissolução da câmara, para amenizar a sua situação. A câmara é dissolvida em 3 de setembro de 1884.

Sobre a dissolução da câmara, há algumas personas que discutiram sobre o assunto, já que ele está relacionado com o contínuo atraso da abolição da escravidão, alguns pseudônimos vão trazer de maneira mais direta o assunto relacionado à escravidão, enquanto outros abordaram de forma indireta, como veremos nas próximas crônicas.

Em relação a esse fato, no dia 27 de agosto de 1884, Lélío contou sobre o sonho que teve com o fantasma da câmara dos deputados que o confundia com o senado:

- Tu és o Senado, tu és o meu irmão gêmeo, que ainda vive. Respondi-lhe que estava enganada, que eu era o Lélío; que o Senado morava no outro bairro. Mas o fantasma soltou uma gargalhada e tornou a puxar-me as pernas. Jurou depois que não voltaria ao outro mundo sem ver apagada a

emenda, ou ficaria peregrinando neste mundo até a consumação dos séculos. (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 27/08/1884)

A pesquisadora Miriam Dolhnikoff explica a questão da dissolução da Câmara dos deputados em 1884:

Os políticos brasileiros manifestavam com frequência o entendimento de que a dissolução da Câmara em casos de confronto entre Legislativo e Executivo era um meio lícito de, em um governo representativo, deixar a decisão final para o eleitor. Por exemplo, quando, em 1884, diante da forte oposição da maioria da Câmara contra o projeto de libertação dos sexagenários, apresentado pelo ministério, a situação chegou a um impasse. A Câmara votou uma moção de desconfiança contra o ministério, com a intenção de derrubá-lo. O ministério, por sua vez, apelou para a intervenção do Moderador para a dissolução da Câmara. O imperador optou pela segunda alternativa. Os deputados aceitaram a dissolução como forma de levar para a sociedade a decisão crucial sobre uma nova lei de libertação dos escravos. (DOLHNIKOFF, 2011, p.13).

Sendo Lélío o Senado, o fantasma pedia a ele que se fundissem para que a câmara pudesse resistir e poderiam governar juntos e o narrador-cronista alegava que viver atado a um cadáver seria péssimo. Porém, acaba aceitando o pedido para se ver livre da assombração, e diz que vai escrever ao senado para que “aceite ou recuse a fusão, mas de uma vez, e de uma maneira que, ou se fundam ou se difundam (...)” para que ele possa ter a sesta tranquila. De acordo com Dolhnikoff (2011), os deputados concordaram a dissolução da câmara para poderem levar para a sociedade a importante decisão sobre a nova lei de libertação dos escravos. A câmara é dissolvida e retorna em março do outro ano, 1885, com a eleição da sociedade, levando para a câmara políticos mais conservadores. Percebemos que a “assombração” da câmara dissolvida rondou as questões políticas e abolicionistas que estavam sendo discutidas naquele momento, atrasando muito o que já estava em andamento. A narrativa é construída por meio de diálogo apresentando a “função” de cada poder, com um humor sarcástico que foi reforçado por Lulu Sênior na primeira parte da crônica do dia seguinte (28/08/1884) ao zombar de Lélío, que se achava o próprio Senado, em um breve comentário zomba do amigo como se ele fosse megalomaniaco, o que pode ser uma menção ao Ministro Dantas. A utilização de diálogos e dramaticidade na seção é um recurso comum para trazer um tom de aproximação ou mesmo veracidade aos textos, mesmo quando estes beiram a fantasia, como a crônica de Lélío que é fantasiosa, mas tratava de assuntos sérios.

Ly, em 4 de setembro de 1884, dá continuidade ao assunto da dissolução da câmara: “Eu nunca vi em toda a minha vida, com estes olhos que a terra há de comer, homem mais

feliz do que o atual presidente do conselho, mestre Dantas.” A felicidade referida está relacionada a Dantas não ter sido derrubado pela câmara e sim ao contrário. Continua:

Não valeu a Martinho Campos, o digno tido do dito Contagem, a sua pilheria feroz de não sei quantos anos de oposição; não valeu aos sr. Paranaguá nada daquelas coisas que se diziam e se dizem com relação às intimidades divinas, cujo gozo ou almejo; não valeu ao Sr. Lafayette toda a erudição Lafontaineana, nem a sua ironia, e nem a sua impassibilidade, nem o seu plano orçamentário. Eram ministros e bastava: queda neles. (LY, *Gazeta de Notícias*, 04/09/1884)

Ly apresenta os ministros que antecederam Dantas, em um texto que em um primeiro momento parece explicações tolas para somente exaltar a Dantas, mostrando ao leitor que o político foi mais inteligente e ágil que a própria câmara ao pedir a dissolução dela, mas ao finalizar sua *Bala* com uma brincadeira infantil, vemos que a intenção vai muito além:

E o tempo será. Reuni-se o rapazio em linha, para que nenhum tenha saída, vantagens aos outros. E depois de algumas palavras do diretor do jogo, dizem eles, cada um de por si:- Onde o rei nos mandar...E concluem em coro:- Iremos todos. (LY, *Gazeta de Notícias*, 04/09/1884)

Dessa maneira, o imperador ordenou a dissolução, mas logo isso poderia acontecer com o próprio Dantas que também governava como o imperador quisesse. O que, de certa maneira, Dantas dependeria da próxima eleição para se manter no poder ou seria apenas mais um na lista dos ministros que governaram o país por pouco tempo. A pesquisadora Dolhnikoff explica o que acontecia a partir da dissolução da câmara:

(...) garantia-se que o mesmo indivíduo que votou para a Câmara dissolvida votasse para a nova legislatura. Desta forma, o presidente não poderia interferir no universo de votantes e eleitores, de modo a garantir a eleição de deputados do partido no ministério em exercício. O presidente precisava então ter meios para influenciar a vontade do votante já qualificado. Tornava-se assim ainda mais dependente dos acordos com a elite local. (DOLHNIKOFF, 2011, p. 28).

Sobre os acordos com as elites locais, Publicola, em 16 de setembro de 1884, comenta sobre as relações políticas que estavam se formando, que a candidatura de determinado político era garantida no distrito e que as chapas abordavam a questão dos escravizados como problemática.

O sr. Dantas, esse está diante da ideia abolicionista com Rouer diante dos agitadores e da Internacional; e, para acúmulo de males, o sr. Dantas não está encarregado pela Coroa de governar o país – mas só e simplesmente de fazer e crer o partido áulicos. (PUBLICOLA, *Gazeta de Notícias*, 16/09/1884).

As ações de Dantas não devem ter saído como o planejado, a crítica do narrador-cronista evidencia isso ao dizer que o ministro, o sr. Dantas, escolhido pelo imperador para governar, não estava no comando, pois apenas atendia a vontade de seus superiores, como o próprio imperador. Continuando o mesmo assunto, por meio de um diálogo dentro de um bonde, em primeiro de outubro de 1884, Lélío apresenta conversa sobre os votos para a próxima eleição da câmara dos deputados.

P. – Todos, desde o primeiro até o último, os do Cotegipe, o do João Alfredo, o do Costa Pereira, o do Coelho Rodrigues, o do Teodoro Machado, o do Amaral, todos, todos, e achei-os muito bons.

K. – Viu que o pensamento cardeal de todos é que a fiel execução da lei de 28 de setembro é o penhor da paz pública, e que transcender do princípio ali estabelecido é um mal. (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 01/10/1884).

Os políticos citados pelo personagem P no diálogo fazem parte do partido conservador, mostrando já a onda conservadora que estaria pairando nas próximas eleições da câmara, a onda conservadora atrasa as discussões sobre a abolição da escravidão. O personagem K, tenta mostrar outro lado, o projeto Dantas ia, junto com a Lei do ventre livre, a lei referida no diálogo, alforriar muitas das pessoas negras que eram escravizadas naquele momento.

Sobre a questão do projeto Dantas com a lei do ventre livre, em 9 de novembro de 1884, Lulu Sênior escreve uma circular ao corpo eleitoral abordando questões relevantes do momento, como a abolição da escravatura e a imigração europeia:

Quanto a questão do elemento servil não penso como o Dr. Dantas; quer S.Ex. que se liberte todos os escravos de sessenta anos; a mim parece-me esta uma armadilha à boa-fé dos outros. O sr. Dantas descobriu este meio de satisfazer o sr. Souza Carvalho, que quer que se amplie o sistema da lei do ventre livre.

Pode ser que o projeto do sr. Dantas tenha sido elaborado de boa-fé; mas nós outros, homens de Estado, devemos ser essencialmente práticos, e parece-me pouco prático que, para facilitar os efeitos da lei do ventre livre, se faça esta exigência dos sessenta anos. À primeira vista, parece que assim se facilita a ação da lei, mas é preciso notar que sessenta anos não os tem quem quer, nem é coisa que se possa obter por subscrição.

É verdade que o sr. Souza Carvalho, ampliador do sistema do ventre livre, parece não estar muito contente com os sessenta anos; mas, que diabo!

Ninguém pode calcular quantos anos quererá o sr. Visconde que tenham os pretos para que sejam livres.

Para acabar de uma vez com esta quitanda de escravidão, para ampliar a valer o sistema da lei do ventre livre, eu entendo que se deve libertar todos os escravos que tenham anos que tiverem, ainda que seja um só. (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 09/11/1884).

Percebemos em sua linguagem a indignação com a situação sobre as questões da abolição da escravatura que ia alforriando aos poucos e por idade o que torna a situação difícil para que realmente haja a abolição de maneira efetiva, como aconteceu com a lei do Ventre livre. Uma solução que o narrador-cronista oferece é fazer leis que atraíam os imigrantes europeus. A mudança de tom na parte final é evidente, teremos uma linguagem menos ácida e mal-humorada, que leva o debate ao nível do ridículo. A solução é continuar investindo em leis para a imigração europeia, que já estava acontecendo, e ele escreve:

Toda a gente fala na necessidade de fazer leis que sirvam de chamariz ao imigrante: registro cível, liberdade religiosa, grande naturalização.

Eu sou por isso tudo e mais alguma coisa. A França, por exemplo, acaba de votar na lei do divórcio: um cidadão, que goste mais do nariz da mulher do seu vizinho do que daquele com que a natureza gratificou a própria esposa, faz a troca e fica tudo contente, mas, no casamento, não há só a esposa amada, há também a sogra.

O meu projeto prevê o caso de um homem que está contente com a esposa a que ligou o sr. Vigário, mas que não seria todo desagradável mudar de sogra, só para variar. E a minha lei permite-lhe trocar a sogra por outra, ou mesmo cedê-la de graça, sem pedir troco.

V.Ex. compreende quanta gente há na Europa capaz de vir para o Brasil só para gozar dos benefícios desta lei.

Com estas ideias, se V.Ex não me der o seu voto, é que realmente os povos têm os governos e as sogras que merecem. (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 09/11/1884)

O ar zombeteiro do final corrobora a crítica do início da crônica. Já que as leis referidas na crônica pensam em soluções quase impossíveis para a resolução da escravidão, o narrador-cronista oferece uma solução mais jocosa ainda, dialogando com a lei que seria aprovada em 1885, a lei dos sexagenários.

A eleição para a câmara dos deputados estava prestes a acontecer, o clima conservador estava pairando naquele momento. Vimos que tal assunto estava envolvendo a seção desde o final de agosto de 1884. Em dezembro desse mesmo ano seria a votação para que a câmara fosse restituída em março de 1885. Lélio, em primeiro de dezembro de 1884, pede que um candidato “(...) liberal, que ampare a liberdade, na queda em que vai a caminho do abismo.” Não trata de assuntos pequenos em sua reflexão do dia, pois diz que “A minha questão é mais

elevada: é de liberdade.” Relaciona a questão da liberdade com a falsificação de vinhos e a perseguição aos falsificadores, sobre os abusos do comércio e questiona:

(...) Que capricho é esse de querer que a lebre seja sempre lebre, e negar ao gato o direito de substituí-la uma ou outra vez? Há liberdade para as opiniões, que podem corromper a alma e a sociedade, e não há de haver para as coisas da boca? Porventura o corpo é mais que o espírito? Não vale mais a sociedade, que alguns indivíduos?

Dão-se abusos, de certo, mas a liberdade é isto mesmo; e melhor é tê-la assim que nenhuma. (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 01/12/1884).

Lélio usou metaforicamente o comércio e a falsificação dos vinhos para pedir a liberdade, mesmo que esta desagrade alguns é sempre melhor que se tenha. Em um momento em que o conservadorismo estava ganhando espaço e algumas conquistas emancipatórias podiam ter retrocessos, levantar uma questão que foi polêmica nos jornais – a falsificação dos vinhos e os abusos do comércio – para pedir liberdade poderia ser relevante para alguns eleitores. O texto ensaístico continua com reflexões por meio de questionamentos e deixando mais clara ainda a sua posição: “Propor tais questões é resolvê-las. Dou, portanto, meu voto a quem defender a liberdade mercantil, e, com ela, a liberdade social e política” (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 01/12/1884).

Nesse mesmo momento, segundo Publicola³⁷, em 2 de dezembro de 1884, o jornal *Diário do Brasil* publica em seu artigo editorial sobre a abolição da escravatura na província do Ceará, junto a um telegrama, dizendo que:

A população da corte ainda não se esqueceu, de certo, das cenas *escandalosas e tumultuárias que envergonharam* a capital do império, logo em seguida à emancipação dos escravos na província do Ceará.

Todos os dias se presenciava o repugnante espetáculo de *grupos sinistros e turbulentos* percorrerem as ruas, *atroando os ares com gritos rouquinhos e procurando infundir o terror, a fim de poderem roubar impunemente*.

Cidadãos honrados e pacíficos *eram constrangidos*, com a mais revoltante arbitrariedade, a *desfazerem-se de bens legitimamente adquiridos* com o fruto de longos anos de trabalho e economia.

Felizmente não durou por muito tempo esse reinado de terror...

Etc., etc. (PUBLICOLA, *Gazeta de Notícias*, 02/12/1884)

O narrador-cronista refere-se a tal questão comparando o redator do artigo editorial do jornal conservador ao romancista francês Ponson du Terrail³⁸, por ele ter utilizado “tons

³⁷ Procuramos a edição do jornal na Hemeroteca digital, mas só há a edição de 24/06/1881.

tétricos e dramáticos necessários” em seu texto para impressionar a população, o momento era conturbado e o medo da abolição da escravidão rondava a sociedade, amedrontar a população era uma alternativa para que a maior parte do partido conservador se elegeisse era viável. Em um texto com certo humor, Publicola vai desmentindo e relacionando os fatos e como estes foram contados de maneira dramática como um romance e diz que não bastando o artigo inverossímil do *Diário*, foi publicado um telegrama, sem dizer quem o havia enviado, que informava sobre algumas demissões e dizia que o “Governo quer sangue”. O final do trecho é simbólico com os “etc etc”, o que passa um tom, tanto no artigo, quanto no telegrama, que deveriam estar cheios de baboseiras, não havia informações que deversem ter alguma atenção.

Tal telegrama ressoou e Lélío, no dia 6 de dezembro de 1884, comentou sobre: “Chove sangue, fuzila sangue, troveja sangue, tudo é sangue, sangue, sangue.” Já que para se lembrarem de alguns nomes um telegrama sempre servia, serviu para a volta do ex-ministro da guerra, que foi comentado “entre a hora do almoço e a do chá” nas ruas cariocas e, por isso, Lélío estava pensando em se fazer “apunhalar algumas vezes, telegraficamente. Só isso valerá por cinco anos de vida pública.” Explicando que não pretende inventar nenhum sistema, só utilizar o que já estava pronto. A linguagem é irônica e com toques de um humor sarcástico, como no trecho:

Qualquer, porém, que seja o modo de sentir de cada um, contando que todos falem, tudo vai bem; é o essencial. A gente vive e melhor, com um relevo raro, excluindo o resto dos homens. Durante horas e horas, domina-se a opinião. Que ação nobre ou que magnífico livro seria necessário para obter o mesmo? Uma simples facada produz tudo isso, sem gastar coração nem talento.

Está dito, é o que vou fazer. E estou já com tal pressa, que nem acabo esta bala. Adeus, vou para fora: daqui a sete dias sou atravessado por um bom telegrama de Toledo, e então é que há de ver que valho na rua do Ouvidor e a cidade adjacente. (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 06/12/1884).

O sarcasmo é evidente, pois há ridicularização dos defeitos da sociedade brasileira oitocentista evidenciado comentando sobre a maneira corrupta de lidar com a situação das eleições. Podemos dizer que o diálogo criado pelas personas por meio da temática tratada estabelecia uma coerência entre os textos como um todo.

Essas discussões sobre as eleições, intermediadas por telegramas e artigos sensacionalistas vão ressoando nos textos, quando sair o resultado das eleições que definiriam

³⁸ Pierre Alexis – Visconde de Ponson du Terrail (1829 - 1871) – foi escritor francês, autor de *As proezas de Rocambole* (1858), O nome do famoso personagem Rocambole originou o termo rocambolesco: usado para designar histórias acidentadas, cheias de peripécias e reviravoltas.

a próxima câmara atrasando as questões abolicionistas, temos uma crônica de João Tesourinha, no dia 9 de dezembro de 1884, que parabenizava ironicamente o Visconde que foi derrotado na província de Pernambuco e vitorioso na província da Paraíba. A indignação toma conta do texto, o narrador-cronista faz um levantamento histórico das eleições passadas:

Ainda bem que aquela província soube mais uma vez elevar-se à altura de um princípio. Já elegera para o senado o Sr. Meira de Vasconcelos, aquele seu filho dileto que, por ocasião da grande seca que afligiu aquela província, levou a sua dor ao extremo nunca visto de encontrar cadáveres de mortos nos frontispícios das portas das casas. (JOÃO TESOURINHA, *Gazeta de Notícias*, 09/12/1884).

João Tesourinha afirma que a província não estava satisfeita com a situação degradante que viveram por não saberem votar, elegeram o senhor Visconde para “procurador de seus interesses materiais e morais.” Vai tecendo uma comparação entre a província da Paraíba e do Ceará, que acabara de abolir a escravidão: “A Paraíba está educada pelo Visconde, o Ceará está corrompido pelos abolicionistas. De causas diversas, efeitos igualmente diversos.” Mesmo com uma linguagem simples em seu texto, o narrador-cronista utiliza de recursos estilísticos, como a comparação e a ironia, para construir sua crítica aos eleitores, mostrando o absurdo de se eleger pessoas com pensamentos semelhantes e que não governam para a população. No mesmo pensamento, Lélío, em 12 de dezembro de 1884, apresenta-nos um diálogo dele com os vermes do cemitério. Utiliza o caso Malta como metonímia para as eleições, já que o caso não teve nenhuma resolução. O caso de Castro Malta é um dos assuntos que apareceram muito nos jornais, no final de 1884, junto às eleições, em dezembro de 1884, que dariam origem à nova Câmara de Deputados. De acordo com Ramos:

Ambos haviam incendiado os jornais do Rio de Janeiro nos últimos meses de 1884 e ainda careciam, de certa forma, de um ponto final. Segundo a revista, das “eleições gerais” só haviam restado “males ao falecido”. Se possível fosse, para a revista, melhor seria considerá-las “bens de evento” e dá-las ao “diabo”. “Além do cacete, da garrucha, da faca, do revólver e da cabeçada da *flor da gente*”, tivera-se nas eleições também as “duplicatas”. Apontando o aspecto de fraude e manipulação que ganhara as eleições gerais na cidade, os redatores diziam que os novos representantes da nação, que naquele momento discutiriam, entre outras coisas, a libertação dos escravos sexagenários, saíam “enlameados e ensanguentados” das “respectivas urnas” (“A herança de 1884”, *A Semana*, 03.01.1885). (RAMOS, 2012, p. 2).

As eleições gerais foram para um lado conservador, como já dito, e as principais pautas discutidas até então, como a libertação das pessoas escravizadas, não teriam a

relevância que seria necessária para a concretização da abolição naquele momento. Então, Lélío diz o seguinte:

- E por que é que não há de crer? Redarguiu o graúdo. Que interesse temos nós em lhe mentir? Não distinguimos nomes, nem caras, nem opiniões, quaisquer que sejam, políticas e não políticas. Olhe, vocês, às vezes, batem-se nas eleições e morrem alguns. Cá embaixo, como ninguém opina, limitam-se todos a ser igualmente devorados, e o sabor é o mesmo. Às vezes, o liberal é melhor que o conservador; outras vezes é o contrário: questão de idade. Os vermes (não os deuses, como diziam os antigos) amam os que morrem moços. Você por que é que não fica hoje mesmo por aqui? (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 12/12/1884).

É perceptível que no Brasil oitocentista não havia uma clara distinção entre liberais e conservadores, a crônica reforça essa questão, com um humor bem ácido, discute sobre todos serem iguais ideologicamente, de maneira conservadora.

Ly, em 26 de julho de 1886, aborda as eleições que iam ocorrer em Campinas, no interior de São Paulo. Dizia ele que em cidade pequena “(...) sabe bem quem é conservador, liberal ou republicano” (LY, *Gazeta de Notícias*, 26/07/1886). O narrador-cronista diz que tais questões não são tão discutidas, mas sim se eles são “do coronel X ou do Capitão Pinto do Brejo” mostrando que a população votava em quem mandava, em quem tinha o poder financeiro e ainda nos informa que isso se estende a todo o Império. Ly diz:

No dia da eleição, os curiosos viam entrar na igreja ou na câmara os portadores das partículas da soberania nacional, e contavam os liberais, os conservadores e os republicanos. Um, dois, três, quatro, dez, cento e tantos liberais entraram, votaram, saíram... e o candidato liberal teve 12 votos! Com o conservador foi o contrário: pouco eleitores, muitos votos. Portanto, a cidade que a mente etc., etc... inventou nova doutrina política, pela qual a gente fica sabendo que o liberalismo é a arte que ensina a fazer crescer a votação dos candidatos conservadores, por meio de cédulas depositadas por liberais. (LY, *Gazeta de Notícias*, 26/07/1886).

As críticas em relação às eleições no Brasil Imperial percorrem as linhas da seção, de maneira direta, com leve tom de deboche, e muita ironia e indignação com a situação dos anos de 1885 e 1886, que quebraram os ares de liberdade que pareciam pairar em 1884. Lélío finaliza sua conversa com o verme:

- Está vendo? E você ainda nos pede nomes de defuntos! Pois se os de gente viva andam da direita para esquerda e de cima para baixo, como usá-los aqui, onde não há câmaras, nem governo, nem projetos, onde tudo é livre e

mais que livre? Vá, meu amigo! Boa noite, ouviu? Boa noite, até a vista, e que seja breve. (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 12/12/1884).

O deboche é evidente em muitas partes do texto, reforçando o descaso político com o social, pois tal crítica surge por muitos liberais terem votado em conservadores elegendo uma câmara conservadora que não tratará a questão da abolição de maneira eficaz. Desiludido, em 21 de maio de 1885, com a câmara já eleita, Lélío faz um apelo a deusa Maya, a deusa hindu das ilusões, não sabia o que aconteceria nos próximos dias na câmara dos deputados, porém ele mesmo narra o que acontecerá na câmara em relação ao elemento servil, pois estão reformulando o projeto. Aborda a questão do orçamento se “deve proceder à reforma servil, ou esta ou aquela opinião do governo é que devem ser tratadas ambas ao mesmo tempo.” (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 21/05/1885). Mostrando descaso com assunto tão caro e grave como a abolição ser discutido entre outros projetos. E finaliza:

Assim, após longos anos de desvio nesta matéria, e de omissão nos últimos tempos, o parlamento fará da discussão da resposta à fala do trono o que ela deve ser: uma expressão sumária e substancial dos sentimentos dos partidos, em vez de um concerto sinfônico, em que todos os tenores e todos os trombones desejam aparecer.
Maya, divina Maya, deusa eterna das ilusões... (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 21/05/1885).

Aqui é perceptível a mudança de tom nas crônicas, pois esses textos vão ser marcados por uma desilusão em relação as questões abolicionistas, se em 1884 havia uma esperança para tal assunto, neste momento os baleiros esperavam o mínimo de solução. Em 20 de junho de 1885, Lélío faz um texto dramatúrgico em que o Sol e Mercúrio conversam. Mercúrio está entregando a correspondência e os jornais do sistema solar para o Sol, um desses jornais é brasileiro – *Diário do Brasil* – ao receber o periódico Sol fica curioso: “Tratam-me com muito azedume e ainda pior... Elemento o quê?... Servil. Não sei o que é. Elemento Servil? Eu só conheço os antigos elementos, que eram quatro, hoje andam às dúzias.” (LÉLIO, *Gazeta de Notícias*, 20/06/1885). A ironia é audaciosa ao se referir ao Sol e mostrá-lo ignorante em relação às discussões sobre os escravizados, mostrando o desinteresse do imperador com o assunto. Quando da mudança da câmara, o projeto Dantas passa para o Gabinete Saraiva, ficando nas mãos do líder conservador Barão de Cotegipe, que faz várias emendas e o aprovou em 28 de setembro de 1885, como a Lei dos Sexagenários, que apenas libertava os escravos com mais de 65 anos, prevendo indenização para seus proprietários.

Em 18 de junho de 1886, Lulu Sênior dispara sua *Bala* contra o Barão de Cotegipe, o qual, de acordo com o narrador-cronista, ignora os jornais, o povo e, no momento, se havia ofendido com falas do senado, dialogando diretamente com a crônica do ano anterior de Lélío, pois o ministro e o imperador ignoravam ou fingiam ignorar o que se passava. Ao abordar que o Barão tinha o trono a seu favor, diz o seguinte da sociedade oitocentista:

Nós somos, no carneiro povo-carneiro, o povo mais carneiro que Deus deitou neste mundo. A distância que vai de um a outro polo da terra, é muito menor que a que tem de percorrer a mostarda para nos chegar ao nariz; mas em se tratando de falar baixo, em família, contem conosco. Se nós não influímos sobre a marcha dos negócios se não escolhemos quem nos represente e quem nos governe, em compensação regalamo-nos de resmungar. (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 18/06/1886)

Lulu Sênior segue indignado com a população que reclamara do orçamento dos ministros anteriores dizendo que eles eram esbanjadores ao apresentarem o orçamento de despesa. O aborrecimento do narrador-cronista se dá pelas reclamações seletivas e nada efetiva da sociedade. De maneira muito indireta e com pitadas de ironia, analisa a situação absurda do silêncio em torno da falta de consideração do Barão de Cotegipe em relação à população. A falta de respeito e credibilidade que o Ministro dava à imprensa, à câmara, ao povo e ao senado revolta ainda mais Lulu Sênior: “(...) S. Ex. não os lê, ou, se lê, acha, quando muito, ou que os artigos têm graça ou que os jornalistas empregariam melhor seu tempo plantando batatas” (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 18/06/1886). Lembremos de que o Barão de Cotegipe era um dos maiores defensores da escravidão naquele momento. Nosso enunciador diz que nem sempre os ventos estarão ao seu favor:

Tudo isso, Zé Povinho, imprensa, tribuna popular, minoria da câmara, são coisas mínimas, quem nem chegam a fazer cócegas a S. Ex., enquanto tiver por si a confiança da coroa, vento que ainda está de feição, e a da maioria da câmara, leme que S. Ex. volta para onde lhe apraz. (LULU SÊNIOR, *Gazeta de Notícias*, 18/06/1886).

A confiança em ignorar a todos se dá por ter uma maioria em seu favor, as eleições para a nova câmara elegeram uma grande parte de conservadores. Esse texto zomba do Ministro por agir de maneira imatura às falas do senado, a indignação é o principal elemento na feitura da *Bala*. Ao finalizar, lembra ao Barão de Cotegipe que a subida nesse caso é rápida e a descida dolorida. As *Balas* em 1885 e 1886 começam a ser feitas mais amargas, o humor presente nos primeiros anos vão dando espaço para indignações e sarcasmos frequentes.

Podemos pensar que a abolição gradual, como vimos pelas perspectivas apresentadas nas crônicas, a partir das leis – 1871 e 1885 – poderia ser uma forma de conter as rebeliões dos escravizados, já que davam a possibilidade de alcançarem a liberdade, pois era “só” se adequarem ao sistema. Logo, as medidas selecionadas eram mais benéficas aos senhores do que a população escravizada. Talvez, por isso, a indignação e sarcasmo nos textos das *Balas de estalo*, ainda que saibamos também que os baleiros faziam parte de uma elite letrada da sociedade, o que impõe uma limitação de pontos de vista em um período tão marcado pela cessão do direito a voz e de olhar³⁹. Não são poucos os momentos, que sob o olhar de hoje, percebemos incoerências às ideias exibidas que apesar de apresentarem posturas antiescravagistas, por exemplo, não deixaram de conter pensamento elitista e hierárquico da época.

Os temas do recorte que fizemos esclarece a mudança de tonalidades, porém o diálogo permanece durante todos os anos. A questão das pessoas escravizadas permeia, de maneira direta ou indireta, quase todas as crônicas das *Balas* e foi esse colóquio que pretendemos apresentar ao comentarmos a seção *Balas de estalo*. Mostramos essa grande constelação de ideias a partir desses fragmentos que são as crônicas para compreender a seção como uma crônica-ensaio sobre a escravidão no Brasil oitocentista. Essas relações nos permitem a entender muito do que somos hoje. De como as questões de caráter público são lidadas, do comportamento da população e da nossa própria identidade. As *Balas de estalo* parece ser uma fonte muito rica para que possamos nos compreender como sociedade.

³⁹ Pensando no lugar de fala, a partir de Djamila Ribeiro (2017), a história foi capaz de desumanizar a população negra, principalmente a mulher, fadada ao silêncio. O racismo, como protagonista de um cenário social, isolou essas pessoas e as reduziu a um corpo inexpressivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Rio de Janeiro do final do século XIX -, podemos projetar também como paralelo para o Brasil -, multiplicam-se as oportunidades para novos modos de se ver a escrita dos acontecimentos da vida social. Com isso, a seção *Balas de estalo* se desembala em textos curtos, que não são apenas informativos, mas também instigam, pois utilizam do humor, da indignação e da ironia. A política e as miudezas do cotidiano foram as suas bases e, por isso, estão longe de serem textos monotemáticos, como disse Lulu Sênior que, por vezes, as crônicas pareciam uma colcha de retalhos. Essa mesma imagem usada para a crônica pode ser expandida para toda a seção, que amplifica seus sentidos e significados quando observados enquanto colcha de retalhos, costuradas, conectadas, como já dito, em uma constelação. É aqui, nessa abordagem constelar que o fútil se transmuta em implicado. Candido (1989) diz que a crônica humaniza o relato e “como compensação sorrateira, [recupera] com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição” (CANDIDO, 1989, p. 7). A proximidade com o cotidiano é responsável por tirar o ar grandioso das discussões sobre a sociedade e tem a possibilidade de “estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas” (CANDIDO, 1989, p. 5) apresentando assim problemas de grandiosa dimensão que precisavam ser urgentemente resolvidos.

Além disso, os acontecimentos não seriam observados em meio à vida mundana, em salões e teatros, mas colhidos nos próprios jornais, gerando-se um diálogo e uma convivência com os leitores. De acordo com Granja (2015, p. 90), “isso nos mostra que insistimos durante anos na formatação nacional desse primeiro modelo francês da crônica”, já que a crônica francesa utilizava a política como base desde 1836. Essa base política é que enriqueceu as *Balas*. A importante relação entre a política e a crônica apresenta um debate político rico e importante do desenvolvimento do país.

Dessa maneira, as *Balas de Estalo* são confeitadas ou atiradas para jornais concorrentes, políticos, escritores e instituições. A seção usou as notícias dos jornais e a política corrente como ingredientes principais. Atacaram, açucararam o cotidiano por meio de discussões banais e graves entre as personas; a questão do trabalho permeou o seu nascimento e sua morte e, por isso, a escravidão fez parte dessa discussão de maneira fragmentada e foi criticada de maneira agressiva, ainda que contraditória em muitos momentos. Tudo embalado em grande ironia.

Percebemos que o efetivo nesse dialogo de fragmento é a modificação, de acordo com Nodari (2015), “dos dois polos (atual e possível, existente e inexistente), a ponte intersticial entre eles em que ambos se dão ao mesmo tempo, entrando em relação, em que mundos (reais e possíveis, reais e imaginários) se chocam e se comparam (...)”, assim percebemos que, na literatura, o “sujeito e objeto, possível e impossível, existente e inexistente estão constantemente se redefinindo, constantemente postos em jogo, nesses encontros.” As informações factuais se mesclam com as informações ficcionais que conjuntas constroem uma perspectiva da realidade, um encontro com o atual e possível, o que existe e o que não existe e, assim, se redefinem mutuamente, por meio dos fragmentos da seção criando esse sistema constelar, tornando-se uma grande crônica-ensaio sobre a escravidão no Brasil oitocentista.

Nessa redefinição e junção de fragmentos, temos na constelação *Balas de estalo* uma rede complexa, com muitos caminhos possíveis. Por isso, para a apresentação da seção, na impossibilidade de analisar as diversas crônicas e seus múltiplos assuntos, decidimos apresentar a partir de três temas históricos-políticos-sociais que foram abordados pelas personas: a epidemia de febre amarela, a vinda dos trabalhos chineses para o Brasil e escravidão e as questões abolicionistas oitocentistas. Na primeira parte, incompetência, na segunda, preconceito racial e na terceira uma junção das duas primeiras junto à crítica da política brasileira oitocentista.

Os baleiros falaram sobre a epidemia de febre amarela apresentando o comportamento das autoridades de modo a mostrar a ineficácia institucional, muitas vezes contrários a algumas notícias que apresentavam o oposto. De acordo com Sani (2000), a unidade social depende das autoridades, é importante que as essas, em seus órgãos e instituições, como no caso do governo imperial e da academia de medicina no século XIX, conciliem maneiras de promover a cooperação entre as instituições evitando conflitos de interesse e valorizando a compreensão do contexto social – unidade essa que parecia distante do ideal, como acabam apontando as crônicas sobre a epidemia de febre amarela. Assim, as ações dos pseudônimos, apresentam, de acordo com os discursos, como as autoridades (no caso, a igreja, as instituições médicas e o governo) foram indulgentes em relação à epidemia e usaram desse fenômeno social para destacar os discursos de preocupação com certa parcela da população, os estrangeiros europeus que eram mão de obra barata na época, acerca da febre amarela, enquanto as personas evidenciaram uma preocupação não efetiva da parte dessas autoridades. Percebemos como a epidemia afetou as relações econômicas, culturais e sociais, provocando tumulto e mudanças que modificam o cotidiano da população.

A política imperial deu continuidade às questões escravagistas por meio dos estrangeiros, mas dessa vez olharam para o oriente. A sociedade mostrou seu preconceito racial, tanto nas ruas como nos jornais. Citando Lilia M. Schwarcz (1993, p. 314), a questão racial está ligada à linguagem pela qual se percebem as ressaltadas desigualdades “ou mesmo uma certa singularidade nacional”. Por meio da linguagem, as personas representaram o absurdo da situação criada em relação às questões da China. A aversão aos chineses encontrada nos jornais, como vimos nas crônicas, expõe-se igualmente aos negros. O discurso do progresso estava presente na sociedade, mas a escravidão e a miscigenação depunham contra isso, como nos informa Schwarcz: “(...) o conjunto dos modelos evolucionistas levava a crer que o progresso e a civilização eram inevitáveis, concluía também que a mistura de espécies heterogêneas era sempre um erro, que gerava não só a degeneração do indivíduo como de toda a coletividade” (1993, p. 314). Criando, dessa maneira, imaginários paradoxais. Ainda assim, o que vemos na seção esses passos tão pequenos e contraditórios pareciam ser grandes demais para a elite e política oitocentistas brasileiras.

As questões sobre a epidemia e a imigração se relacionam diretamente com as questões da escravidão e abolicionistas que atravessavam o período, não à toa a escravidão e a abolição foram temas presentes desde o início das *Balas*. Na seção, diversos olhares foram apresentados e discutidos, cada narrador-cronista abordou as questões políticas sob sua ótica, que algumas vezes divergiam e outras convergiam com seus colegas. Muitas dessas abordagens foram sobre política, desde a questão da raça e mestiçagem até mesmo a difícil distinção de quem eram os conservadores e os liberais, lembrando de que foi nos apresentado a defesa da continuidade da escravidão por alguns políticos liberais. Quando pensamos apenas na palavra liberal, sua semântica vai nos levar à questão da liberdade, mas Alfredo Bosi (2010, p. 303) nos lembra que “(...) a história do trabalho compulsório, tal como se efetuou nos anos de ascensão do liberalismo econômico, dá mostras de uma convivência dos dois processos no interior do capitalismo ocidental”. Os dois processos referidos pelo professor são a liberdade e a prática da escravidão. Junto a isso, “muitos jornais aparecem nessas construções como os principais atores no processo discursivo contra o sistema escravista, empreendendo múltiplas campanhas em favor da libertação dos escravos em território brasileiro” (BARBOSA, 2010, p. 79). Como já dito, a *Gazeta de notícias* tinha ideais abolicionistas, o que fez o assunto render ao longo dos quatro anos de existência das *Balas*, de maneiras ora mais diretas, ora indiretas, expondo os interesses e a incoerência da nossa política, assim como os pensamentos hegemônicos do período – incluindo perceptíveis contradições na própria seção.

Dessa maneira, esses processos paradoxais da história do Brasil oitocentista foram apresentados sob a ótica de 21 pseudônimos que dialogaram entre si, discutiram, brincaram, uma vez que incitaram um olhar atento sobre os sujeitos, os fatos, sobre a cidade do Rio de Janeiro e, muitas vezes, o Brasil. Usaram de discursos que perturbavam por meio da ironia, do sarcasmo e do humor, mas um humor de riso amarelo, convidando para desvendar essas figuras com o ensejo de ampliação da percepção crítica sobre o final do século XIX brasileiro.

Demos mais atenção às convergências, a capacidade de entrelaçamento de temas, que isolados podem parecer fúteis, mas no conjunto reforçam ideias. Mesmo com diferenças textuais como os mais cotidianos de Zig-Zag, os quais se contrapõem à diversidade textual de Lélío, certa seriedade de Décio, nosso olhar foi mais nesse costurar, na construção da rede para uma tentativa de compreensão do todo da seção. Uma das questões que rondou esse trabalho foi como lidar com textos tão diversos; agora pensamos que isso pode estar relacionado à questão do gênero crônica, que, no século XIX, está embalada ao ensaio, podendo caminhar pelas cartas, pela dramaturgia, pela literatura em si. A liberdade desses textos possibilita a visão crítica, mesmo dentro do periódico e esse gênero literário crônica permitiu que esses escritores trouxessem seus olhares para o público.

Este trabalho de análise foi feito em paralelo com a pesquisa das crônicas das *Balas de Estalo* nas páginas da *Gazeta de Notícias*, um trabalho de resgate e organização dessas crônicas na coletânea que acompanha essa tese em anexo. Para esse trabalho, após a leitura da literatura disponível sobre a seção, acessando informações sobre os períodos e alcance de sua publicação, usamos a Hemeroteca Digital Brasileira, procuramos a seção *Balas de estalo* e salvamos todas as páginas que tinham a seção.

Com esta primeira etapa realizada, lemos os textos identificando os pseudônimos e datas para a criação da tabela que ajudará em pesquisas futuras. Em um terceiro momento, transcrevemos todas as crônicas da seção, totalizando o número de 940 crônicas, sendo a primeira publicada em 03/04/1883 e a última em 31/12/1886, atualizando gramaticalmente a língua portuguesa, junto a isso encontramos o *Almanak Gazeta de notícias* que continha mais seis crônicas, totalizando o segundo volume com 946 crônicas. Foi um árduo trabalho, envolvendo as fontes primárias, com jornais dobrados e, algumas vezes, rasgados, tentando identificar todas as palavras para que não houvesse danos à compreensão dos textos, demandando um tempo e uma dedicação exclusiva para este momento. A intenção é que esta pesquisa contribua para futuros trabalhos tanto para a literatura e áreas afins, pois a seção *Balas de estalo* é de extrema importância para os estudos literários brasileiros oitocentistas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Lei do Ventre Livre. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: *Notas de literatura I*. tradução de Jorge de Almeida, São Paulo, Editora 34, 2003.
- ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. Edição preparada por João Ribeiro Faria. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ALLONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALVARES, Lilian Maria de Araújo de Rezende; SANTOS, Ana Cristina Carneiro dos Santos. *Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional: uma reflexão filosófica voltada para os espaços de afeto*. Revista Perspectivas em Gestão&Conhecimento. v.11, n.2, 2021.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Ciao*. *Jornal do Brasil*, 29/09/1984.
- ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. *Boletim Bibliográfico. Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v.46, jan.-dez. 1995, p.43-53.
- ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica. *Contemporânea*, n. 7, 2º sem. 2006, UERJ, Rio de Janeiro, p. 45-55. Disponível em: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_07/06CLARA.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.
- ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V.III, 2008
- BARBOSA, Marialva C. *História Cultural da Imprensa*. Brasil - 1800-1900. RJ: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Marialva C. *História Cultural da Imprensa*. Brasil - 1900-2000. RJ: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marialva C. *Imprensa, poder e público* (Os diários do Rio de Janeiro – 1880-1920). 1996. Tese – Doutorado em História. Niterói (RJ): UFF, 1996.
- BENCHIMOL, J.L. O Instituto Bacteriológico Domingos Freire. In: *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/Editora UFRJ, 1999.
- BENCHIMOL, J.L., coord. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Magia e técnica. Arte e política. V. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BILAC, Olavo. *Crônica*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1905.

BOENAVIDES, Willian Moreno. *Modernização à brasileira nas Balas de estalo*. 2018. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BORTOLANZA, J. O Poeta novilatino carioca Antônio de Castro Lopes (1827-1901). In: *Revista Humanitas* (Coimbra), 1999. v. LI, n. 1. p. 301-316. Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/28192/1/Humanitas51_artigo12.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil 1900*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.

CABRAL, D. F. A. *Da barbárie à civilização: a cidade do Rio de Janeiro no discurso da Academia Nacional de Medicina*. Dissertação de Mestrado. UERJ, 1995.

CALLIPO, Daniela Mantarro. *As invenções de Lélío: o pastiche nas "Balas de Estalo" de Machado de Assis*. Machado de Assis em Linha, v. 3, p. 1-11, 2009.

CALLIPO, Daniela Mantarro. *Espaço e Memória nas "Balas de Estalo" de Machado de Assis*. TriceVersa (UNESP. Assis), v. 2, p. 77-88, 2009.

CALLIPO, Daniela Mantarro. *As 'Balas de Estalo' de Machado de Assis*. Todas as Letras; Revista de língua e literatura, v. 10, n. 2. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008, p. 19-24.

CANDIDO, A. *Tese e antítese: ensaios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CANDIDO, Antonio. *Direitos Humanos e literatura*. In: A.C.R. Fester (Org.) Direitos humanos E...São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do- chão. In: CANDIDO, Antonio (et. al.). *Crônica: o gênero e sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: *A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CASTILHO, C.; COWLING, C. *Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil*. Afro-Ásia, 47, 2013, p.161-197.

CHARTIER, Roger. *Formas e Sentidos: Cultura Escrita: Entre Distinção e Apropriação*. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2003.

CIRNE, Moacy. *Quadrinhos, sedução e paixão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

COBELO, Silvia. *As adaptações de Quixote no Brasil (1886-2013): uma discussão sobre retraduições de clássicos da literatura infantil e juvenil*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2015.

CONY, Carlos Heitor. *A crônica como gênero e como antijornalismo*. In: Folha de São Paulo, 16/10/1998.

CORREIA, Irineu Eduardo J. *Ficções do humor e a idéia de ironia em Bernardo Guimarães*. Revista Terceira Margem: UFRJ.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo (dir.). *A literatura no Brasil*. V 6. 4 ed. São Paulo: Global, 1997. p. 117-43.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 6 vol. 6 ed. São Paulo: Global, 2003.

CZEPULA, K. *Uma invasão oriental em pleno Brasil colonial: alguns apontamentos sobre as chineses sínicas em território mineiro*. SOBRE ONTENS, v. V.2, p. 1, 2016.

CZEPULA, K. *Extra!Extra! na Gazeta de Notícias: serão os chins necessários?*. SOBRE ONTENS, v. v.1, p. 1, 2017.

DIAS, Ângela Maria (Org.). *O resgate da dissonância: sátira e projeto literário brasileiro*. Rio de Janeiro: Antares; Inelivro, 1981.

DIMAS, A. Ambiguidade da crônica: literatura ou jornalismo? *Littera: Revista para Professor de Português e de Literatura de Língua Portuguesa*, São Paulo, v. 12, set.- dez. 1974, p. 46-51.

DOLHNIKOFF, Mirian. *Representação política no Império*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, 2011.

DUARTE, Lélia Parreira. *Ironia e Humor na literatura*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; São Paulo: Alameda, 2006.

EAGLETON, Terry. O que é literatura? In: _____. *Teoria da literatura: uma introdução*. 4ª ed. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

EÇA DE QUEIRÓS: *A escrita do mundo*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Inapa, 2000.

EULÁLIO, Alexandre. O ensaio literário no Brasil. *Serrote*, n. 14, Rio de Janeiro, IMS, 2013.

FEITOSA, Rosane Gazolla Alves. EÇA DE QUEIRÓS NA GAZETA DE NOTÍCIAS (Rio de Janeiro): A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNAL. *Convergência Lusíada*, n. 29, jan.-jun. 2013. p. 185-194.

FIOCRUZ. *Uma breve história da febre amarela*. Rio de Janeiro: Fundação FIOCRUZ, 2008.

GAI, Eunice Terezinha Piazza; Torres, D. F. *A ironia romântica como fio condutor para a interpretação do romance Desonra*. Terra Roxa e Outras Terras, v. 27, p. 27, 2014.

GAI, Eunice Terezinha Piazza. *O riso dos santos e os labirintos da mente humana*. Machado de Assis em Linha, v. 2, p. 8, 2008.

GALHARDO, José Emygdio Rodrigues. *História da homeopatia no Brasil*. In: *Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia*. Rio de Janeiro, 1928.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. *Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2016.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1883-1886. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 02 abr. 2022.

GENETTE, Gerard. *Fiction et diction*. Paris: Seuil, 2004.

GONÇALVES, Antonio Carlos. *O projeto Dantas e o Parecer de Ruy Barbosa sobre a lei dos sexagenários*. Monografia em História. UFPR, 2013.

GRANJA, Lúcia Machado de Assis, *escritor em formação: à roda dos jornais*. São Paulo: Fapesp; Mercado de Letras, 2001.

GRANJA, Lúcia *Crônica*. *Chronique*. *Crônica*. REVISTA DA ANPOLL (ONLINE), v. 1, p. 86, 2015.

HAZLITT, William. Sobre os ensaístas de periódicos. *Serrote*, n. 38, 16 abr. 2016, Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro; São Paulo; Poços de Caldas. Tradução de Daniel Lago Monteiro. Documento em HTML. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2016/04/sobre-os-ensaistas-de-periodico-por-william-hazlitt/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Brasil: Fundação Biblioteca Nacional. Base de dados. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 02 abr. 2022.

HOISEL, Eveline. *Teoria, crítica e criação literária: o escritor e seus múltiplos*. Organizador da coleção Evando Nascimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 5. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e política de ironia*. Tradução de Julio Jeha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*, perspectivas de uma antropologia literária. Trad. Johannes Kretschmer. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

KAYSER, W. *Análise e interpretação da Obra Literária*. 2 ed. Tradutor: Paulo Quintela. Coimbra, 1958.

KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Tradução de Salvador Gentile. 112.ed. Araras-SP: IDE, [1857] 1997.

KITAGAWA, S. T. L. “*Ou ficar a pátria salva ou morrer pelo Brasil*”: nacionalismo, carisma e o cisma presbiteriano de 1903. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2014.

KOTHE, F. R. *Literatura e sistemas intersemióticos*. São Paulo: Cortez, 1981.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*: a origem do trabalho livre no Brasil. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

LAGO Jr, Sylvio. *O ofício do ensaísta*. Revista Logos: comunicação e universidade. v. 7, n. 2, Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

LESSER, Jeffey. A NEGOCIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL. São Paulo: Unesp, 2001.

LIMA, Alexandre Xavier. *Difusão de textos literários em jornais oitocentistas: os folhetins de França Junior*. REVISTA DA ABRALIN, v. 16, p. 55-73, 2017.

LIMA, Sílvio. *Ensaio sobre a Essência do Ensaio*, 1944. In: [https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual brasileira/alteridades/imigracao-chinesa/](https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/alteridades/imigracao-chinesa/)

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo*: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.

LUCA, H. H. P. de. (Org.). *Balas de estalo de Machado de Assis*. São Paulo: Annablume, 1998.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (org.). *Crônicas de Lélío / Machado de Assis*; organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

MAINGUENEAU, Dominique. *Variações sobre ethos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise De Textos De Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 1984.
- MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977.
- MATHEUS, Leticia Cantarela. Questões sobre o marco histórico do telégrafo no jornalismo do século XIX (1870-1900). *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 1, n. 1. 2012. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/3796>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- MEYER, M. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MIGNOLO, Walter. *COLONIALIDADE: O lado mais escuro da modernidade*. Trad. Marco Oliveira. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, v. 32, n. 94, 2017.
- MOISÉS, L. P. *Flores da escrivantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2009.
- MOLINA, Matías M. *História dos Jornais No Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- MOTT, Lucia de Barros. Madame Durocher, modista e parteira. *Estudos feministas*, n 1, CEDHAL, USP, São Paulo, 1994.
- MONTAIGNE, Michel. *Ensaio*. volume 1. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MUECKE, D.C. *Ironia e o Irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- NADAF, Yasmim Jamil. *Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Letras, 2009.
- NEEDEL, J. D. *A belle époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NODARI, A. A. *A literatura como antropologia especulativa*. *Revista Da Anpoll*, 1(38), 75–85, 2015.
- NOIRIEL, Gérard. Transferts culturels: l'exemple franco-allemand. Entretien avec Espagne, Michel. *Genèses*, n. 8, 1992.
- PAIVA, M. H. N. *Contribuição para uma estilística da ironia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.
- PEREIRA, L. M. *Machado de Assis*. Estudo Crítico e Biográfico. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- PESSANHA, Andrea Santos. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro de 1884-1888. (Tese de doutorado). Niterói: UFF, 2006.
- PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1953.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Barricadas em rodapés de jornais*. REVISTA DE HISTÓRIA, p. 01-33, 2020.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis*. Tese de doutorado. UNICAMP, 2010.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e Humor nos últimos anos da monarquia: a série "Balas de Estalo" (1883-1884)*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2005.

RESENDE, Beatriz. Grandezas e misérias de um gênero menor. In: RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em Fragmentos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais)

SALES, Germana Maria Araújo. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. *Entrelaces* (UFC) v.1, 2007, p. 44-56.

SALES, Germana Maria Araújo. *Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881)*. 2003. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2003.

SAMPAIO, Nadja Paraense. *Palestra proferida na Fiocruz*. Rio de Janeiro, 14 ago. 2007.

SANI, Giacomo. *Cultura Política*. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: UnB, 2000.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *A sedução da palavra*. Editora Letraviva: Brasília, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Otoniel Machado da. *As facetas da crônica do século XIX e suas expressões da Gazeta da Parahyba*. Tese de doutorado. UFPB, 2018.

SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. *A crônica brasileira do século XIX: uma breve história*. São Paulo: É Realizações, 2014.

SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 1964.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. RJ: Mauad, 1999.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. *SOCIEDADE AMANTE DA INSTRUÇÃO: BENFEITORA DA "INOCÊNCIA DESVALIDA" NA CORTE IMPERIAL – 1844-1889*. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação. GO, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-co-autorais-eixo06.htm>. Acesso em 23 mar. 2022.

VAILLANT, Allain. *A crônica no século XIX: as metamorfoses midiáticas de um gênero literário*. Trad. Pablo Simpson. Revista Anpoll, n 38, p.186-194, Florianópolis, Jan./Jun. 2015.

VELLOSO, Rita. Pensar por constelação. In: BERENSTEIN, Paola Jacques; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico – Tomo 1 – Modos de Pensar*. EDUFBA, Salvador, 2018.

VIDIPÓ, George. *A Gazeta de notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)*. Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, 2016.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ANEXO A - TABELA

TABELA 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS AUTORES E SEUS PSEUDÔNIMOS.

DATA	AUTOR	PSEUDÔNIMO
Abril-1883		
03/04	Capistrano Abreu	Mercúcio
04/04	Demerval da Fonseca	Décio
05/04	Demerval da Fonseca	Décio
06/04	Ferreira Araújo	Lulu Sênior
07/04	Henrique Chaves	Zig-Zag
08/04	Ferreira Araújo	Lulu Sênior
09/04	Demerval da Fonseca	Décio
10/04	Capistrano Abreu	Mercúcio
11/04	Ferreira Araújo	Lulu Sênior
12/04	Ferreira Araújo	Lulu Sênior
13/04	Capistrano Abreu	Mercúcio
14/04	Demerval da Fonseca	Publicola
15/04	Henrique Chaves	Zig-Zag
17/04	Demerval da Fonseca	Décio
18/04	Henrique Chaves	Zig-Zag
19/04	Henrique Chaves	Zig-Zag
21/04	Demerval da Fonseca	Décio
22/04	Ferreira Araújo	Lulu Sênior
23/04	Demerval da Fonseca	Décio
24/04	Henrique Chaves	Zig-Zag
25/04	Capistrano Abreu	Mercúcio
26/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
27/04	Capistrano Abreu	Mercúcio
28/04	Demerval da Fonseca	Décio
29/04	Henrique Chaves	Zig-Zag
30/04	Demerval da Fonseca	Publicola
Mai -1883		
01/05	Henrique Chaves	Zig-Zag
02/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
03/05	Demerval da Fonseca	Décio
04/05	Henrique Chaves	Zig-Zag
05/05	Demerval da Fonseca	Décio
06/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
07/05	Demerval da Fonseca	Décio
08/05	Valentim Magalhães	José do Egito
09/05	Ferreira de Araújo	Zig -Zag
11/05	Demerval da Fonseca	Publicola
12/05	Ferreira Araújo/Demerval da Fonseca	Lulu Sênior/ Décio
13/05	Valentim Magalhães	José do Egito
16/05	Capistrano Abreu	Mercúcio
17/05	Henrique Chaves	Zig-Zag

18/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
19/05	Demerval da Fonseca	Publicola
20/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
21/05	Henrique Chaves	Zig-Zag
22/05	Demerval da Fonseca	Publicola
24/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
25/05	Henrique Chaves	Zig-Zag
26/05	Demerval da Fonseca	Publicola
27/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
28/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
29/05	Henrique Chaves	Zig-Zag
30/05	Demerval da Fonseca	Publicola
31/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Junho-1883		
01/06	Demerval da Fonseca	Publicola
02/06	Henrique Chaves	Zig-Zag
03/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
04/06	Valentim Magalhães	José do Egito
05/06	Demerval da Fonseca	Publicola
06/06	Demerval da Fonseca	Décio
07/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
08/06	Henrique Chaves	Zig-Zag
09/06	Demerval da Fonseca	Décio
10/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
11/06	Henrique Chaves	Zig-Zag
12/06	Demerval da Fonseca	Publicola
13/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
14/06	Valentim Magalhães	José do Egito
15/06	Henrique Chaves	Zig-Zag
16/06	Demerval da Fonseca	Publicola
17/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
18/06	Henrique Chaves	Zig- Zag
19/06	Demerval da Fonseca	Décio
20/06	Não identificado	Licenciado Quinzena
21/06	Demerval da Fonseca	Publicola
22/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
23/06	Henrique Chaves	Zig-Zag
24/06	Valentim Magalhães	José do Egito
25/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
26/06	Demerval da Fonseca	Publicola
27/06	Valentim Magalhães	José do Egito
28/06	Demerval da Fonseca	Décio
29/06	Não identificado	Lafayette
Julho-1883		
01/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
02/07	Machado de Assis	Lélio
03/07	Demerval da Fonseca	Décio

04/07	Machado de Assis	Lélio
05/07	Henrique Chaves	João Tesourinha
07/07	Capistrano Abreu	Blick
08/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
09/07	Demerval da Fonseca	Publicola
10/07	Machado de Assis	Lélio
11/07	Valentim Magalhães	José do Egito
12/07	Henrique Chaves	João Tesourinha
13/07	Capistrano Abreu	Blick
14/07	Ferreira Araújo	Lulu Sênior
15/07	Machado de Assis	Lélio
16/07	Valentim Magalhães	José do Egito
17/07	Demerval da Fonseca	Publicola
18/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
19/07	Henrique Chaves	João Tesourinha
20/07	Capistrano Abreu	Blick
22/07	Machado de Assis	Lélio
23/07	Demerval da Fonseca	Décio
24/07	Henrique Chaves	Zig-Zag
25/07	Ferreira Araújo	Lulu Sênior
26/07	Henrique Chaves	Zig-Zag
28/07	Valentim Magalhães	José do Egito
29/07	Capistrano Abreu	Blick
30/07	Demerval da Fonseca	Décio
31/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Agosto-1883		
01/08	Machado de Assis	Lélio
02/08	Henrique Chaves	Zig-Zag
03/08	Capistrano Abreu	Blick
04/08	Valentim Magalhães	José do Egito
05/08	Henrique Chaves/Demerval da Fonseca/Capistrano Abreu/ Demerval da Fonseca/ Machado de Assis	Zig-Zag/ Publicola/ Alfoso Henriques/ Blick/Décio/Lélio
06/08	Demerval da Fonseca	Publicola
07/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
08/08	Henrique Chaves	Zig-Zag
09/08	Henrique Chaves	João Tesourinha
10/08	Demerval da Fonseca	Publicola
11/08	Machado de Assis	Lélio
12/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
13/08	Demerval da Fonseca	Décio
14/08	Valentim de Magalhães	José do Egito
15/08	Machado de Assis	Lélio
17/08	Henrique Chaves	João Tesourinha
18/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
19/08	Capistrano Abreu	Blick
20/08	Henrique Chaves	Zig -Zag
21/08	Demerval da Fonseca	Publicola

22/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
23/08	Demerval da Fonseca	Décio
24/08	Capistrano Abreu	Blick
25/08	Henrique Chaves	Zig-Zag
26/08	Demerval da Fonseca	Publicola
27/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
28/08	Demerval da Fonseca	Décio
29/08	Demerval da Fonseca	Publicola
30/08	Machado de Assis	Lélio
31/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Setembro-1883		
02/09	Machado de Assis	Lélio
03/09	Henrique Chaves	Zig-Zag
04/09	Henrique Chaves	Zig-Zag
05/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
07/09	Demerval da Fonseca	Publicola
08/09	Henrique Chaves	Zig-Zag
09/09	Valentim Magalhães	José do Egito
10/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
11/09	Demerval da Fonseca/ Capistrano Abreu/ Henrique Chaves/Demerval da Fonseca	Décio /Blick/ João Tesourinha/ Publicola
12/09	Machado de Assis	Lélio
13/09	Henrique Chaves	Zig-Zag
14/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
15/09	Valentim Magalhães/ Demerval da Fonseca/ Henrique Chaves/ Machado de Assis/ Demerval da Fonseca/Capistrano Abreu/ Henrique Chaves	José do Egito/ Décio/ Zig-Zag/ Lélio/ Publicola/ Blick/ João Tesourinha
16/09	Demerval da Fonseca/ Valentim Magalhães	Décio /José Egito
17/09		Sem assinatura
18/09	Ferreira Araújo	Lulu Sênior
19/09	Henrique Chaves	João Tesourinha
21/09	Henrique Chaves	Zig-Zag
22/09	Ferreira Araújo	Lulu Sênior
24/09	Ferreira Araújo	Lulu Sênior
25/09	Demerval da Fonseca	Décio
26/09	Henrique Chaves	Zig-Zag
28/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
29/09	Henrique Chaves	Zig-Zag
30/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Outubro- 1883		
01/10	Demerval da Fonseca	Décio
02/10	Henrique Chaves	Zig-Zag
03/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
05/10	Demerval da Fonseca	Publicola

06/10	Henrique Chaves	João Tesourinha
07/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
08/10	Demerval da Fonseca	Décio
09/10	Henrique Chaves	Zig-Zag
10/10	Machado de Assis	Lélio
12/10	Valentim Magalhães	José do Egito
13/10	Valentim Magalhães	José do Egito
14/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
15/10	Henrique Chaves	Zig-Zag
16/10	Machado de Assis	Lélio
17/10	Demerval da Fonseca	Confúcio
18/10	Valentim Magalhães	José do Egito
19/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
20/10	Henrique Chaves	Zig-Zag
21/10	Valentim Magalhães	José do Egito
22/10	Demerval da Fonseca	Confúcio
23/10	Machado de Assis	Lélio
24/10	Henrique Chaves	João Tesourinha
25/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
27/10	Demerval da Fonseca	Confúcio
28/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
29/10	Henrique Chaves	Zig -Zag
30/10	Demerval da Fonseca	Confúcio
31/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Novembro-1883		
01/11	Valentim Magalhães	José Egito
03/11	Não identificado	Flamarion Junior
04/11	Henrique Chaves	João Tesourinha
05/11	Demerval da Fonseca	Décio
06/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
07/11	Machado de Assis	Lélio
08/11	Henrique Chaves	Zig-Zag
09/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
10/11	Henrique Chaves	Zig -Zag
11/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
12/11	Demerval da Fonseca	Décio
13/11	Henrique Chaves	Zig-Zag
14/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
15/11	Demerval da Fonseca	Confúcio
16/11	Henrique Chaves	Zig-Zag
17/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
18/11	Demerval da Fonseca	Publicola
19/11	Demerval da Fonseca	Confúcio
20/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
21/11	Demerval da Fonseca	Confúcio
22/11	Demerval da Fonseca	Décio
23/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
24/11	Machado de Assis	Lélio

25/11	Demerval da Fonseca	Publicola
26/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
27/11	Demerval da Fonseca	Confúcio
28/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
29/11	Demerval da Fonseca	Publicola
30/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Dezembro-1883		
01/12	Demerval da Fonseca	Confúcio
02/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
03/12	Demerval da Fonseca	Décio
04/12	Demerval da Fonseca	Publicola
05/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
07/12	Demerval da Fonseca	Confúcio
08/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
09/12	Machado de Assis	Lélio
10/12	Aluizio Azevedo	Aluizio Azevedo
11/12	Demerval da Fonseca	Publicola
12/12	Demerval da Fonseca	Décio
13/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
15/12	Demerval da Fonseca	Confúcio
16/12	Machado de Assis	Lélio
17/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
18/12	Demerval da Fonseca	Confúcio
19/12	Demerval da Fonseca	Décio
20/12	Henrique Chaves	João Tesourinha
21/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
23/12	Henrique Chaves	Zig-Zag
24/12	Demerval da Fonseca	Confúcio
25/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
26/12	Demerval da Fonseca	Publicola
27/12	Demerval da Fonseca	Confúcio
28/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
29/12	Henrique Chaves	Zig-Zag
30/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
31/12	Henrique Chaves	Zig-Zag
Janeiro – 1884		
01/01	Demerval da Fonseca	Décio
02/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
03/01	Henrique Chaves	Zig-Zag
04/01	Demerval da Fonseca	Publicola
05/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
06/01	Henrique Chaves	Zig-Zag
07/01	Demerval da Fonseca	Décio
08/01	Machado de Assis	Lélio
09/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
10/01	Machado de Assis	Lélio
11/01	Henrique Chaves	Zig-Zag
12/01	Demerval da Fonseca	Confúcio

14/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
15/01	Henrique Chaves	Zig-Zag
16/01	Demerval da Fonseca	Publicola
17/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
18/01	Henrique Chaves	Zig-Zag
19/01	Demerval da Fonseca	Décio
20/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
21/01	Henrique Chaves	Zig-Zag
22/01	Demerval da Fonseca	Confúcio
23/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
24/01	Henrique Chaves	Zig-Zag
25/01	Demerval da Fonseca	Confúcio
26/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
27/01	Henrique Chaves	Zig-Zag
29/01	Demerval da Fonseca	Publicola
30/01	Henrique Chaves	Zig-Zag
31/01	Demerval da Fonseca	Confúcio
Fevereiro -1884		
01/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
02/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
03/02	Henrique Chaves	Zig-Zag
04/02	Demerval da Fonseca	Décio
05/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
06/02	Henrique Chaves	Zig-Zag
07/02	Demerval da Fonseca	Confúcio
08/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
09/02	Henrique Chaves	Zig-Zag
10/02	Henrique Chaves	João Tesourinha
11/02	Demerval da Fonseca	Décio
12/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
13/02	Demerval da Fonseca	Zig-Zag
14/02	Demerval da Fonseca	Publicola
15/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
17/02	Henrique Chaves	Zig-Zag
19/02	Demerval da Fonseca	Décio
20/02	Demerval da Fonseca	Publicola
21/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
22/02	Henrique Chaves	João Tesourinha
23/02	Ferreira Araújo	Lulu Sênior
24/02	Demerval da Fonseca	Confúcio
25/02	Henrique Chaves	Zig-Zag
26/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
27/02	Demerval da Fonseca	Publicola
28/02	Henrique Chaves	Zig-Zag
29/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Março -1884		
01/03	Demerval da Fonseca	Décio
02/03	Henrique Chaves	Zig-Zag

03/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
04/03	Henrique Chaves	Zig-Zag
05/03	Demerval da Fonseca	Confúcio
06/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
07/03	Henrique Chaves	Zig-Zag
08/03	Demerval da Fonseca	Publicola
09/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
10/03	Demerval da Fonseca	Décio
11/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
13/03	Machado de Assis	Lélio
14/03	Henrique Chaves	Zig-Zag
15/03	Demerval da Fonseca	Décio
16/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
17/03	Henrique Chaves	Zig-Zag
18/03	Henrique Chaves	João Tesourinha
19/03	Demerval da Fonseca	Confúcio
20/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
21/03	Demerval da Fonseca	Publicola
22/03	Henrique Chaves	Zig-Zag
23/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
24/03	Henrique Chaves	Zig-Zag
26/03	Demerval da Fonseca	Confúcio
27/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
28/03	Henrique Chaves	Zig-Zag
29/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
30/03	Henrique Chaves	João Tesourinha
Abril – 1884		
01/04	Henrique Chaves	João Tesourinha
02/04	Demerval da Fonseca	Publicola
03/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
04/04	Henrique Chaves	Zig-Zag
05/04	Henrique Chaves	Zig-Zag
06/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
07/04	Demerval da Fonseca	Confúcio
08/04	Henrique Chaves	Zig-Zag
09/04	Henrique Chaves	João Tesourinha
10/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
11/04	Demerval da Fonseca	Confúcio
12/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
14/04	<u>Demerval da Fonseca</u>	Décio
15/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
16/04	Henrique Chaves	João Tesourinha
17/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
19/04	Demerval da Fonseca	Confúcio
20/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
21/04	Demerval da Fonseca	Publicola
22/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
23/04	Demerval da Fonseca	Confúcio

24/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
25/04	Demerval da Fonseca	Publicola
26/04	Machado de Assis	Lélio
27/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
28/04	Henrique Chaves	João Tesourinha
29/04	Henrique Chaves	Zig-Zag
30/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Maio – 1884		
01/05	Henrique Chaves	Zig -Zag
02/05	Demerval da Fonseca	Publicola
03/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
04/05	Henrique Chaves	Zig-Zag
05/05	Demerval da Fonseca	Confúcio
07/05	Ferreira de Andrade	Lulu Sênior
08/05	Henrique Chaves	João Tesourinha
09/05	Não há o jornal na hemeroteca	
10/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
11/05	Henrique Chaves	Zig-Zag
12/05	Demerval da Fonseca	Décio
13/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
14/05	Henrique Chaves	Zig-Zag
15/05	Machado de Assis	Lélio
16/05	Não identificado	Ly
18/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
19/05	Demerval da Fonseca	Décio
20/05	Henrique Chaves	Doutor Zig-Zag
22/05	Demerval Fonseca	Confúcio
23/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
24/05	Henrique Chaves	Doutor Zig-Zag
25/05	Henrique Chaves	Doutor Zig-Zag
26/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
27/05	Demerval da Fonseca	Publicola
28/05	Demerval da Fonseca	Décio
29/05	Henrique Castro	Doutor Zig-Zag
30/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
31/05	Demerval da Fonseca	Confúcio
Junho-1884		
01/06	Não identificado	Ly
02/06	Henrique Chaves	Doutor Zig-Zag
03/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
04/06	Demerval da Fonseca	Publicola
05/06	Henrique Chaves	Doutor Zig-Zag
06/06	Não identificado	Ly
07/06	Henrique Chaves	Doutor Zig-Zag
08/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
09/06	Demerval da Fonseca	Confúcio
10/06	Demerval da Fonseca	Publicola
11/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior

12/06	Não identificado	Ly
13/06	Demerval da Fonseca	Confúcio
14/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
15/06	Não identificado	Ly
16/06	Demerval da Fonseca	Décio
18/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
20/06	Demerval da Fonseca	Confúcio
21/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
22/06	Não identificado	Ly
23/06	Demerval da Fonseca	Publicola
24/06	Não identificado	Ly
26/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
27/06	Não identificado	Ly
28/06	Demerval da Fonseca	Confúcio
29/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
30/06	Não identificado	Ly
Julho -1884		
02/07	Não identificado	Ly
03/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
04/07	Não identificado	Ly
05/07	Demerval da Fonseca	Confúcio
06/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
07/07	Não identificado	Ly
09/07	Demerval das Fonseca	Publicola
10/07	Não identificado	Ly
11/07	Demerval da Fonseca	Décio
13/07	Não identificado	Ly
14/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
15/07	Machado de Assis	Lélio
16/07	Demerval da Fonseca	Confúcio
17/07	Henrique Chaves	Doutor Zig-Zag
18/07	Não identificado	Ly
19/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
20/07	Machado de Assis	Lélio
21/07	Demerval da Fonseca	Publicola
22/07	Henrique Chaves	Doutor Zig-Zag
23/07	Demerval da Fonseca	Décio
24/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
25/07	Machado de Assis	Lélio
26/07	Henrique Chaves	Doutor Zig-Zag
27/07	Demerval da Fonseca	Décio
28/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
29/07	Não identificado	Ly
30/07	Machado de Assis	Lélio
31/07	Henrique Chaves	Doutor Zig-Zag
Agosto -1884		
01/08	Demerval da Fonseca	Confúcio
02/08	Não identificado	Ly

03/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
04/08	Machado de Assis	Lélio
05/08	Henrique Chaves	Doutor Zig-Zag
06/08	Demerval da Fonseca	Publicola
07/08	Não identificado	Ly
08/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
10/08	Machado de Assis	Lélio
11/08	Demerval da Fonseca	Publicola
12/08	Henrique Chaves	João Tesourinha
13/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
14/08	Não identificado	Ly
15/08	Machado de Assis	Lélio
16/08	Demerval da Fonseca	Confúcio
17/08	Não identificado	Ly
18/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
19/08	Machado de Assis	Lélio
20/08	Demerval da Fonseca	Publicola
21/08	Não identificado	Ly
22/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
23/08	Machado de Assis	Lélio
24/08	Demerval da Fonseca	Confúcio
25/08	Não identificado	Ly
26/08	Henrique Chaves	João Tesourinha
27/08	Machado de Assis	Lélio
28/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
29/08	Não tem assinatura	Não tem assinatura
30/08	Demerval da Fonseca	Confúcio
31/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Setembro– 1884		
01/09	Machado de Assis	Lélio
02/09	Demerval da Fonseca	Publicola
04/09	Não identificado	Ly
05/09	Machado de Assis	Lélio
06/09	Demerval da Fonseca	Décio
07/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
08/09	Não identificado	Ly
09/09	Machado de Assis	Lélio
11/09	Demerval da Fonseca	Publicola
12/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
13/09	Demerval da Fonseca	Confúcio
14/09	Machado de Assis	Lélio
15/09	Não identificado	Ly
16/09	Demerval da Fonseca	Publicola
17/09	Demerval da Fonseca	Décio
18/09	Machado de Assis	Lélio
19/09	Não identificado	Ly
20/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior

21/09	Demerval da Fonseca	Publicola
22/09	Machado de Assis	Lélio
23/09	Não identificado	Ly
25/09	Demerval da Fonseca	Confúcio
26/09	Machado de Assis	Lélio
27/09	Não identificado	Ly
28/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
30/09	Demerval da Fonseca	Publicola
Outubro -1884		
01/10	Machado de Assis	Lélio
02/10	Não identificado	Ly
03/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
04/10	Demerval da Fonseca	Publicola
05/10	Machado de Assis	Lélio
06/10	Não identificado	Ly
08/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
09/10	Demerval da Fonseca	Publicola
10/10	Machado de Assis	Lélio
11/10	Não identificado	Ly
12/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
13/10	Demerval da Fonseca	Confúcio
14/10	Machado de Assis	Lélio
15/10	Não identificado	Ly
16/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
17/10	Henrique Chaves	João Tesourinha
18/10	Demerval da Fonseca	Doutor Décio
19/10	Machado de Assis	Lélio
20/10	Não identificado	Ly
21/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
22/10	Henrique Chaves	João Tesourinha
23/10	Demerval da Fonseca	Publicola
24/10	Machado de Assis	Lélio
25/10	Não identificado	Ly
29/10	Machado de Assis	Lélio
30/10	Henrique Chaves	João Tesourinha
31/10	Demerval da Fonseca	Publicola
Novembro-1884		
01/11	Não identificado	Ly
02/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
03/11	Machado de Assis	Lélio
05/11	Henrique Chaves	João Tesourinha
06/11	Não identificado	Ly
08/11	Demerval da Fonseca	Confúcio
09/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
10/11	Machado de Assis	Lélio
11/11	Henrique Chaves	João Tesourinha
12/11	Demerval da Fonseca	Confúcio
13/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior

14/11	Machado de Assis	Lélio
15/11	Henrique Chaves	João Tesourinha
17/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
18/11	Machado de Assis	Lélio
19/11	Henrique Chaves	João Tesourinha
20/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
21/11	Machado de Assis	Lélio
22/11	Demerval da Fonseca	Confúcio
23/11	Henrique Chaves	João Tesourinha
24/11	Demerval da Fonseca	Décio
25/11	Machado de Assis	Lélio
26/11	Henrique Chaves	João Tesourinha
28/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
29/11	Não identificado	Ly
Dezembro-1884		
01/12	Machado de Assis	Lélio
02/12	Demerval da Fonseca	Publicola
03/12	Henrique Chaves	João Tesourinha
04/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
05/12	Não identificado	Ly
06/12	Machado de Assis	Lélio
09/12	Henrique Chaves	João Tesourinha
10/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
11/12	Não identificado	Ly
12/12	Machado de Assis	Lélio
13/12	Demerval da Fonseca	Confúcio
14/12	Henrique Chaves	João Tesourinha
15/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
16/12	Henrique Chaves	João Tesourinha
17/12	Machado de Assis	Lélio
18/12	Demerval da Fonseca	Décio
19/12	Henrique Chaves	João Bigode
20/12	Não identificado	Ly
21/12	Machado de Assis	Lélio
22/12	Demerval da Fonseca	Confúcio
23/12	Henrique Chaves	João Tesourinha
24/12	Machado de Assis	Lélio
25/12	Não identificado	Ly
26/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
27/12	Machado de Assis	Lélio
28/12	Demerval da Fonseca	Décio
29/12	Demerval da Fonseca	Publicola
30/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
31/12	Demerval da Fonseca	Confúcio
Janeiro- 1885		
01/01	Machado de Assis	Lélio
02/01	Henrique Chaves	João Tesourinha
03/01	Demerval da Fonseca	Confúcio

04/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
05/01	Machado de Assis	Lélio
06/01	Henrique Chaves	João Tesourinha
07/01	Henrique Chaves	João Bigode
08/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
09/01	Machado de Assis	Lélio
10/01	Henrique Chaves	João Tesourinha
11/01	Henrique Chaves	João Tesourinha
12/01	Demerval da Fonseca	Confúcio
13/01	Machado de Assis	Lélio
14/01	Demerval da Fonseca	Publicola
15/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
16/01	Henrique Chaves	João Tesourinha
17/01	Machado de Assis	Lélio
18/01	Demerval da Fonseca	Confúcio
19/01	Demerval da Fonseca	Décio
20/01	Henrique Chaves	João Tesourinha
21/01	Machado de Assis	Lélio
22/01	Não identificado	Ly
23/01	Demerval da Fonseca	Publicola
24/01	Henrique Chaves	João Tesourinha
25/01	Henrique Chaves	João Tesourinha
26/01	Machado de Assis	Lélio
27/01	Demerval da Fonseca	Décio
28/01	Não identificado	Ly
29/01	Demerval da Fonseca	Confúcio
30/01	Machado de Assis	Lélio
31/01	Henrique Chaves	João Bigode
Fevereiro-1885		
01/02	Machado de Assis	Lélio
02/02	Demerval da Fonseca	Confúcio
03/02	Machado de Assis	Lélio
05/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
06/02	Henrique Chaves	João Bigode
07/02	Machado de Assis	Lélio
08/02	Henrique Chaves	João Tesourinha
09/02	Henrique Chaves	João Tesourinha
10/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
11/02	Machado de Assis	Lélio
12/02	Demerval da Fonseca	Confúcio
13/02	Henrique Chaves	João Tesourinha
14/02	Não identificado	Ly
15/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
16/02	Henrique Chaves	João Bigode
17/02	Machado de Assis	Lélio
18/02	Henrique Chaves	João Tesourinha
19/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
20/02	Demerval da Fonseca	Confúcio

21/02	Machado de Assis	Lélio
22/02	Henrique Chaves	João Bigode
24/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
25/02	Henrique Chaves	João Bigode
26/02	Machado de Assis	Lélio
27/02	Henrique Chaves	João Tesourinha
28/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Março- 1885		
01/03	Não dá para identificar na página do jornal a assinatura.	
02/03	Demerval da Fonseca	Confúcio
03/03	Machado de Assis	Lélio
04/03	Henrique Chaves	João Tesourinha
05/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
06/03	Não identificado	Ly
07/03	Henrique Chaves	João Bigode
08/03	Machado de Assis	Lélio
09/03	Henrique Chaves	João Tesourinha
10/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
11/03	Não identificado	Ly
12/03	Henrique Chaves	João Bigode
13/03	Não identificado	Ly
14/03	Machado de Assis	Lélio
15/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
16/03	Henrique Chaves	João Tesourinha
17/03	Não identificado	Ly
18/03	Demerval da Fonseca	Confúcio
19/03	Machado de Assis	Lélio
20/03	Henrique Chaves	João Tesourinha
21/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
22/03	Não identificado	Ly
23/03	Henrique Chaves	João Bigode
24/03	Machado de Assis	Lélio
25/03	Henrique Chaves	João Tesourinha
26/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
27/03	Não identificado	Ly
28/03	Henrique Chaves	João Bigode
29/03	Machado de Assis	Lélio
30/03	Henrique Chaves	João Tesourinha
31/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Abril- 1885		
01/04	Não identificado	Ly
02/04	Demerval da Fonseca	Confúcio
03/04	Machado de Assis	Lélio
04/04	Henrique Chaves	João Tesourinha
05/04	Não identificado	Ly
06/04	Henrique Chaves	João Bigode
07/04	Henrique Chaves	João Tesourinha

08/04	Não identificado	Ly
09/04	Machado de Assis	Lélio
10/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
11/04	Demerval da Fonseca	Décio
12/04	Não identificado	Ly
13/04	Henrique Chaves	João Tesourinha
14/04	Machado de Assis	Lélio
16/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
17/04	Não identificado	Ly
18/04	Demerval da Fonseca	Confúcio
19/04	Henrique Chaves	João Tesourinha
20/04	Machado de Assis	Lélio
21/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
22/04	Não identificado	Ly
23/04	Henrique Chaves	João Bigode
24/04	Henrique Chaves	João Tesourinha
25/04	Machado de Assis	Lélio
26/04	Não identificado	Ly
27/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
28/04	Demerval da Fonseca	Confúcio
29/04	Não identificado	Anastácio
30/04	Machado de Assis	Lélio
Maio – 1885		
01/05	Não identificado	Ly
02/05	Henrique Chaves	João Bigode
03/05	Não identificado	Ly
04/05	Henrique Chaves	João Tesourinha
05/05	Machado de Assis	Lélio
07/05	Não identificado	Ly
08/05	*não identificado	Anastácio
09/05	Henrique Chaves	João Tesourinha
10/05	Machado de Assis	Lélio
11/05	Não identificado	Ly
13/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
14/05	Henrique Chaves	João Bigode
15/05	Henrique Chaves	João Tesourinha
16/05	Machado de Assis	Lélio
17/05	Não identificado	Ly
18/05	Henrique Chaves	João Bigode
19/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
20/05	Henrique Chaves	João Tesourinha
21/05	Machado de Assis	Lélio
22/05	Não identificado	Anastácio
24/05	Não identificado	Ly
25/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
26/05	Henrique Chaves	João Tesourinha
27/05	Demerval da Fonseca	Publicola
28/05	Machado de Assis	Lélio

29/05	Henrique Chaves	João Bigode
30/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
31/05	Henrique Chaves	João Tesourinha
Junho-1885		
03/06	Machado de Assis	Lélio
04/06	Não identificado	Anastácio
05/06	Não identificado	Ly
06/06	Henrique Chaves	João Tesourinha
07/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
08/06	Machado de Assis	Lélio
09/06	Demerval da Fonseca	Publicola
10/06	Não identificado	Ly
11/06	Henrique Chaves	João Tesourinha
12/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
14/06	Machado de Assis	Lélio
15/06	Henrique Chaves	João Bigode
16/06	Demerval da Fonseca	Confúcio
18/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
19/06	Henrique Chaves	João Tesourinha
20/06	Machado de Assis	Lélio
21/06	Henrique Chaves	João Bigode
23/06	Henrique Chaves	João Bigode
24/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
25/06	Henrique Chaves	João Bigode
26/06	Machado de Assis	Lélio
27/06	Não identificado	Ly
28/06	Henrique Chaves	João Tesourinha
29/06	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
30/06	Demerval da Fonseca	Publicola
Julho-1885		
01/07	Machado de Assis	Lélio
04/07	Não identificado	Ly
05/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
06/07	Henrique Chaves	João Tesourinha
07/07	Henrique Chaves	João tesourinha
08/07	Machado de Assis	Lélio
09/07	Demerval da Fonseca	Décio
10/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
11/07	Henrique Chaves	João Tesourinha
12/07	Machado de Assis	Lélio
13/07	Henrique Chaves	João Bigode
16/07	Não identificado	Ly
17/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
18/07	Henrique Chaves	João Tesourinha
19/07	Machado de Assis	Lélio
21/07	Demerval da Fonseca	Décio
22/07	Henrique Chaves	João Bigode
23/07	Henrique Chaves	João Tesourinha

25/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
26/07	Machado se Assis	Lélio
27/07	Demerval da Fonseca	Décio
29/07	Não identificado	Ly
31/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Agosto -1885		
01/08	Machado de Assis	Lélio
03/08	Não identificado	Ly
06/08	Não identificado	Ly
07/08	Henrique Chaves	João Tesourinha
08/08	Demerval de Fonseca	Publicola
09/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
10/08	Machado de Assis	Lélio
12/08	Não identificado	Ly
13/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
14/08	Henrique Chaves	João Bigode
16/08	Não identificado	Ly
17/08	Machado Assis	Lélio
18/08	Henrique Chaves	João Bigode
19/08	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
20/08	Henrique Chaves	João Tesourinha
22/08	Não identificado	Ly
23/08	Machado Assis	Lélio
26/08	Não identificado	Ly
27/08	Demerval da Fonseca	Publicola
28/08	Não identificado	Ly
30/08	Henrique Chaves	João Tesourinha
31/08	Machado de Assis	Lélio
Setembro -1885		
02/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
04/09	Não identificado	Ly
07/09	Henrique Chaves	João Bigode
08/09	Machado de Assis	Lélio
09/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
11/09	Henrique Chaves	João Tesourinha
13/09	Henrique Chaves	João Bigode
14/09	Machado de Assis	Lélio
17/09	Não identificado	Ly
19/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
21/09	Henrique de Araújo	Zig-Zag
23/09	Demerval da Fonseca	Confúcio
24/09	Machado de Assis	Lélio
26/09	Não identificado	Ly
29/09	Henrique Chaves	Zig-Zag
Outubro-1885		
02/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
03/10	Henrique Chaves	João Bigode
05/10	Machado de Assis	Lélio

07/10	Não identificado	Ly
09/10	Henrique Chaves	Diretor Zig-Zag
10/10	Não identificado	Ly
11/10	Machado de Assis	Lélio
12/10	Henrique Chaves	Zig-Zag
13/10	Demerval da Fonseca	Décio
16/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
19/10	Machado de Assis	Lélio
20/10	Henrique Chaves	João Bigode
22/10	Henrique Chaves	Zig-Zag
23/10	Demerval da Fonseca	Décio
24/10	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
26/10	Machado de Assis	Lélio
27/10	Não identificado	Ly
28/10	Henrique Chaves	Zig-Zag
30/10	Não identificado	João Minhoca
Novembro-1885		
01/11	Demerval da Fonseca	Décio
02/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
06/11	Machado de Assis	Lélio
08/11	Henrique Chaves	Zig-Zag
10/11	Não identificado	Ly
13/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
14/11	Henrique Chaves	João Bigode
15/11	Machado de Assis	Lélio
16/11	Não identificado	Ly
18/11	Henrique Chaves	Zig-Zag
19/11	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
22/11	Henrique Chaves	João Bigode
23/11	Machado de Assis	Lélio
25/11	Henrique Chaves	João Bigode
27/11	Henrique Chaves	João Tesourinha
29/11	Não identificado	Ly
30/11	Machado de Assis	Lélio
Dezembro-1885		
02/12	Não identificado	Ly
03/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
05/12	Henrique Chaves	Zig-Zag
07/12	Carlos de Laet	Carolus
08/12	Demerval da Fonseca	Confúcio
09/12	Henrique Chaves	Zig-Zag
11/12	Henrique Chaves	João Bigode
13/12	Henrique Chaves	João Bigode
16/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
17/12	Machado de Assis	Lélio
18/12	Henrique Chaves	Zig-Zag
21/12	Henrique Chaves	Zig-Zag
25/12	Carlos de Laet	Carolus

26/12	Não identificado	Ly
27/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
29/12	Henrique Chaves	Zig-Zag
30/12	Não identificado	Farina
Janeiro- 1886		
02/01	Henrique Chaves	João Bigode
03/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
04/01	Machado de Assis	Lélio
06/01	Não identificado	Ly
07/01	Henrique Chaves	Zig-Zag
11/01	Machado Assis	Lélio
14/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
19/01	Henrique Chaves	Zig-Zag
21/01	Henrique Chaves	João Bigode
22/01	Não identificado	João Minhoca
23/01	Carlos de Laet	Carolus
25/01	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
28/01	Henrique Chaves	João Bigode
Fevereiro -1886		
01/02	Demerval da Fonseca	Confúcio
02/02	Não identificado	Ly
04/02	Não identificado	Farina
05/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
06/02	Henrique Chaves	Zig-Zag
08/02	Henrique Chaves	Zig-Zag
09/02	Machado de Assis	Lélio
11/02	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
13/02	Henrique Chaves	João Bigode
16/02	Não identificado	Ly
19/02	Henrique Chaves	Zig-Zag
22/02	Carlos de Laet	Carolus
24/02	Henrique Chaves	João Bigode
25/02	Não identificado	Ly
Março -1886		
03/03	Machado de Assis	Lélio
04/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
05/03	Henrique Chaves	Zig-Zag
12/03	Não identificado	Farina
16/03	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
22/03	Machado de Assis	Lélio
28/03	Não identificado	Farina
31/03	Henrique Chaves	Zig-Zag
Abril – 1886		
03/04	Não identificado	Farina
04/04	Henrique Chaves	Zig-Zag
06/04	Carlos de Laet	Carolus
07/04	Não identificado	Ly
11/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior

12/04	Não identificado	Farina
20/04	Carlos de Laet	Carolus
23/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
24/04	Não identificado	Ly
26/04	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Maio-1886		
05/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
11/05	Carlos de Laet	Carolus
16/05	Não identificado	Farina
18/05	Henrique Chaves	Zig-Zag
23/05	Não identificado	Ly
25/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
28/05	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
30/05	Não identificado	Farina
31/05	Não identificado	Ly
Junho- 1886		
02/06	Demerval da Fonseca	Décio
03/06	Carlos de Laet	Carolus
04/06	Não identificado	Ly
07/06	Não identificado	Farina
11/06	Henrique Chaves	João Bigode
13/06	Carlos de Laet	Carolus
21/06	Não identificado	Ly
25/06	Fausto Cunha	John Kopings
27/06	Carlos de Laet	Carolus
Julho- 1886		
10/07	Não identificado	Ly
12/07	Não identificado	Farina
14/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
18/07	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
20/07	Não identificado	Arolos
26/07	Não identificado	Ly
Agosto -1886		
30/08	Não identificado	Ly
Setembro-1886		
09/09	Não identificado	Ly
12/09	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Outubro – 1886		
11/10	Não identificado	Ly
26/10	Não identificado	Ly
Novembro-1886		
03/11	Não identificado	Ly
Dezembro-1886		
18/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
20/12	Não identificado	Ly
29/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
31/12	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
Almanak Gazeta de Notícias		

1885	Ferreira de Araújo	Lulu Sênior
1885	Machado de Assis	Lélio
1885	Machado de Assis	Lélio
1886	Machado de Assis	Lélio
1886	Henrique Chaves	João Tesourinha
1887	Machado de Assis	Lélio

FONTE: ELABORADA PELA AUTORA

ANEXO B – CRÔNICAS

Os textos que seguem fazem parte do corpus a ser analisado na tese.

DÉCIO – 05 de maio de 1883.

Um médico que durante dias seguidos tem discutido pela imprensa a febre amarela. Ontem, além de um artigo em prosa, no qual estuda o emprego do salicinato de quinina, publicou um outro em verso, para confirmar as suas opiniões a respeito.

Isto é, o verso não é bem para confirmar as suas opiniões a respeito da febre amarela, mas para justificar o que pensa a respeito da Santa Cruz.

Onde Jesus Morreu.

Assim como a febre amarela, reveste uma forma típica, segundo afirma o doutor (médico) no artigo em prosa oferecido à consideração dos homens da ciência: do mesmo modo o seu arrazoado em verso reveste a forma de um Hino oferecido à sereníssima princesa imperial. Não se pode ser ao mesmo tempo nem mais médico nem mais santo Agostinho!

Ninguém tão profundamente conhece as virtudes dos antitérmicos – e do Creio em Deus Padre!

Apenas para este distinto apóstolo da ciência e convicto correligionário do Apóstolo, há dois pontos que ele nem profunda nem levemente procura conhecer: o mistério da Santíssima Trindade e o que cerca o elemento morbífero das febres palustres!

Mistério – e miasma!

Não discutimos as opiniões do católico acerca da origem da hipoemia dos caipiras dos sertões de Santa Izabel, hipoemia que é causada pela intoxicação carbônica da riqueza das vegetações, tanto mais quanto fica desde logo provado que é só em Santa Izabel onde há vegetações e hipoêmico.

Apenas tentaremos contestar uma ou outra opinião do médico acerca da Cruz, e do que convém aqueles que concorreram para a elevação desse lenho a que mais arrojadas das retóricas denomina

...arbustos memorando onde Jesus Morreu.

Antes de tudo protesto contra a acusação infundada, de que se deram os fatos de que se ocupa o ilustre médico (doutor). Tomamos por testemunha o Apóstolo, que sabe quando somos estranhos à etiologia do impaludismo, e aos sucessos relativos a Jesus, de quem falando o médico, diz que viu

...depois de exterminado, surgir o rei da equidade

Dos túmulos na escuridade!

Em seguida a esse protesto, passamos a observar a contradição em que cai o autor do hino, o qual (autor), tendo dito que somos todos os culpados do fato, entretanto rompe no seguinte pedido singular e exclusivo:

Permite que um povo chore

E que nossa alma ansiosa etc.

Sendo todos culpados, não sabemos por que só um povo há de chorar médico? O de Santa Izabel? O povo hipoêmico?

Queremos crer que é o povo médico, para qual especialmente escreve o distinto doutor. E tanto que ele apenas pede para si e os seus
...a graça, de ser, qual fostes infelizes.

Coisa que é raro senão impossível de ver alguém pedir – mesmo por boca, quanto mais por hino!

Outro ponto que merece também um reparo é a estrofe em que o autor do hino pede:
Que esse arbusto memorando onde Jesus morreu,
Nos cubra com a sombra sua,
Nos dê o reino do céu.

Cremos que no grão de devotamento quem que se consagra à Santa Cruz, só igual ao grão de conhecimento que tem da hipoemia de Santa Izabel, o ilustre médico pede nada a quem tudo pode dar-lhe. Pois uma dedicação tão fervorosa à religião, um sentimento tão profundo e tão verdadeiro, pede aquilo a que tem direito mais que incontestável? Não, e muito embora a doutrina do Cristo pregue a humildade, não deve o preclaro médico levá-la até a alienar o seu direito. Como o mais sincero dos católicos que parece ser, não deve pedir aquilo que já é seu incontavelmente: - o reino do céu.

Antes a aspiração revelada timidamente na última estrofe do hino:
Para termos no firmamento.

As graças do Eterno assento

O ilustre médico, consagrado ao estudo da patogenia da febre amarela e à contemplação do dogma da infalibilidade. Podia no seu duplo caráter de homem da ciência e autor de hinos religiosos pretender:

- A graça de beijar a mão do Eterno;
- A satisfação de receber do Rei da equidade o segredo do tratamento específico do tifo americano;
- A honra de ver o Eterno uma ou outra vez;
- A glória de possuir por intermédio dele o meio de uma vez extinguir o micróbio;
- A inefável ventura de ter o Eterno, uma benção ou um fio de cabelo, ter no firmamento a graça de ver-lhe o rosto iluminado pelas claridades imaginárias, os olhos brilhando de uma luz vivíssima...

Mas não. Quis só e simplesmente – sem rosto, nem olhos:

As graças do Eterno assento.

A comoção impede-me de continuar.

LULU SÊNIOR – 06 de abril de 1883.

Quem nos ajuda a puxar as balas é o nosso digno colega do Apostolo. A rigor devíamos começar o artigo com uma benzedela, para que Deus lhe ponha a virtude ao artigo, entende-se.

É o caso que o senhor bispo diocesano mandou cantar, no dia 3, uma missa no seminário do Rio Comprido, em honra do glorioso S. Benedito.

Dois motivos estimularam o senhor bispo a cantar: 1º os insultos irrogados ao grande santo nas festas carnavalescas deste ano; 2º pedir-lhe a sua intercessão perante o Supremo,

para cessar a epidemia de febre amarela. Quanto o primeiro, parece-nos perfeitamente razoável: o santo foi ofendido pelo carnaval, é justo que se lhe de uma satisfação pela Páscoa.

Quanto ao segundo motivo, sem pôr em dúvida a competência do santo para interceder seja pelo que for, parece-nos que, uma vez que há advogados especiais para cada seção das mazelas que afligem a humanidade, como sejam S. Brás para a garganta, Santa Luzia para os olhos, e outros especialistas, não é muito feliz a escolha de S. Benedito para pedir a cessação de uma moléstia, que justamente poupa os membros de sua irmandade.

Se as moléstias vêm à terra para castigar erros humanos, ou estabelecer equilíbrio entre as populações, deste e outro mundo, o santo, que é homem sensato, não pode contribuir, rezando, para que sejam frustrados esses desígnios dos dedos da Providência. Na primeira hipótese, suprir a febre amarela, sem substituir, é deixar impunes os erros; substituindo-a por outra moléstia que não tenha o preconceito de cor, tão comum ainda em nossa sociedade, é fazer incorrer na pena os que parecem estar isentos de culpa, pois que até aqui não os tem alcançado a epidemia.

No caso de ter sido criada a febre amarela, não pelo ministro da justiça, lá de cima, como castigo, mas pelo da fazenda, como medida econômica, ou pelo da agricultura, como meio de colonização, S. Benedito não há de ser tão ingênuo, que peça a substituição de uma moléstia, que tem com ele umas certas atenções, por outra de princípios mais igualitários.

O santo, de certo, não ignora a máxima: Matheus, primeiro os teus.

Dir-nos-á o Apostolo, que o outro mundo é o lugar das delícias, e que ao santo não pode repugnar a ideia de mandar para lá a sua administrativa: tudo isso é muito bonito, mas o certo é que, apesar de todos os encantos do outro mundo, Apostolo e o Sr. Bispo fazem como qualquer de nós, e agarram-se a todos os santos da sua devoção para que os deixem ficar por cá.

É de crer, portanto, que, depois da missa cantada, S. Benedito mande ao Sr. bispo a preta dos pastéis, para agradecer-lhe a lembrança do desagravo pelas afrontas do carnaval; mas que, quanto ao requerimento para cessação da febre amarela, despache, parodiando o Sr. Ministro Ávila: - Deus o favoreça, irmão.

E já que está com a mão na missa das missas, mande o Apostolo rezar uma, para que Deus lhe perdoe as aleivosias que assacou a esta folha, a propósito da cremação.

Diz o colega que a Gazeta recomenda como única medida higiênica contra a febre amarela a cremação dos cadáveres. Não é verdade, colega, bata no peito e diga: *mea culpa*.

O que se disse, é que a cremação, a serem comprovadas as experiências do Dr. Freire, é uma medida muito útil.

Se o Apostolo argumentasse de boa-fé, reconheceria que nós não consideramos a cremação como medida única, porque no final de seu artigo diz que lembramos ao Dr. Freire a conveniência de estudar os efeitos das escavações nas ruas.

Depois o colega finge não ver que nós dissemos que o sistema da cremação, ferindo crenças arraigadas, não pode nem deve ser aplicado, a princípio, senão aqueles que em vida tiverem declarado que querem que seus restos mortais sejam levados ao forno crematório.

Má fé, colega; ande, diga: *mea culpa*.

Não somos nós que, na frase do colega, queremos tornar esse costume, imoral e repugnante à tradição, obrigatório a todas as crenças e aos católicos; não somos nós que queremos obrigar os católicos a praticarem atos contra a sua consciência; nós respeitamos mais a consciência dos leitores do Apostolo, e a dos católicos que o não leem, e que são um bocadinho mais numerosos, do que o Apostolo respeita a consciência de todos os que comungam as suas ideias.

Vejam agora os leitores este período, que vale mais do que pesa:

“Como a igreja católica em suas leis e sabedoria priva alguns da sepultura no sagrado, a impiedade lembra a cremação com o fim de confundir no ato solene do enterro a religião católica com as outras, e ocultar a execranda memória dos suicidas, e não por bem à humanidade ou interesse público.”

Calúnia, colega. Bata no peito e diga: *mea culpa*.

Nós o que queremos, é justamente poupar às leis e à sabedoria da igreja o incômodo de privar os ímpios da sepultura em sagrado.

Que fique essa para os católicos, e que os que não são, possam ser enterrados ou cremados em qualquer parte, sem licença de uma autoridade, com a qual eles nunca tiveram nem quiseram ter relações.

Nós não queremos confundir no ato solene do enterro a religião católica com as outras: nós somos os primeiros a reconhecer que a lei estúpida que nos rege, impõe-nos a profanação dos cemitérios católicos, obrigando-nos a ir para lá, porque não temos outros.

O que nós reclamamos, é justamente o direito, que até aqui o privilégio dos católicos, de morrer como vivemos.

Nós somos um pouco mais piedosos que o Apostolo, e não pretendemos ocultar a execranda memória dos suicidas. O suicida é um doente, que sucumbe à moléstia que o afetou; o suicida é um fraco, e a moléstia e a pobreza não são motivos de execração.

Isso é impiedade, colega. Bata no peito e diga: *mea maxima culpa*.

Há até imprudência da parte do Apostolo em tocar em certas questões.

Pode-se lhe lembrar que na igreja católica no Rio de Janeiro tem condescendências não só com os suicidas, como com outros ímpios, quando estes deixam atrás de si amigos ou parentes poderosos que os amparem; não que a igreja proceda assim por caridade, mas porque sabe fechar os olhos a propósito.

Quanto dizer que a cremação repugna a amizade e a piedade filial, isso é querer tapar o sol com uma peneira.

Qual a diferença real que há entre a cremação e o enterro?

É o que este leva cinco anos ou mais a reduzir imperfeitamente a cinzas um cadáver, serviço que a cremação faz com a máxima perfeição em alguns minutos.

A amizade e a piedade filial exumam no fim de cinco anos parte das cinzas de um morto, para depositá-las em um jazigo perpétuo; com a cremação pode-se obter imediatamente todas as cinzas do morto, e colocá-las desde logo em jogar em que se lhes tribute o maior respeito, sem prejuízo de ninguém.

Em vez de cemitérios, onde a putrefação dos cadáveres pode dar lugar à produção de germens de moléstias, teremos cemitérios onde haja só cinzas, perfeitamente inócuas, mas a que se pode prestar o mesmo respeito que todos nós devemos aos mortos.

A cremação pode até permitir, em vez de jazigos de família nos cemitérios públicos, a conservação no lar desses restos preciosos, que contribuíram para mais consagrar pelo respeito aos mortos o santuário da família.

Mas o Apostolo, que é mais esperto do que nós. Finge que não vê isto, e diz que a cremação repugna a amizade e a piedade filial.

É que o Apostolo, pela lei severa e bárbara da sua religião, submeteu-se à atrofia do amor da família, e não compreende, e não pode compreender, que júbilo deve causar ao espírito e ao coração de um homem a ideia de ter guardadas em casa, em lugar de honra, metidas em um frasco de vidro, as cinzas de sua sogra.

LULU SÊNIOR – 11 de abril de 1883.

O governo imperial mandou dar circo contos e quatrocentos mil reais para concertar a igreja de S. Sebastião dos barbadinhos.

Há anos agita-se a questão da influência que sobre a salubridade publica possa exercer o arrasamento do morto do Castello: o governo resolve-a, dando dinheiro aos padres para concertos da igreja.

Como medida profilática a febre amarela, é esta uma das melhores descobertas que tem feitos nestes últimos tempos as instituições que infelizmente nos regem: já que não dá cabo da moléstia que nos manda o bento corpinho desta para melhor, ao menos tratemos de pôr-nos bem com os padres, para que eles peçam a Deus que nos ponha a alma à sua mão direita. Amen.

O ministério da marinha mandou declarar no Sr. comandante da corveta Trajano, que foi recebida com satisfação a comunidade de não ter havido aplicação de chibateação a tripulação durante a viagem e regresso a esta corte.

Ministério da matinha anda a divertir-se com a gente. Um manda fazer regulamento em que se marca – assim á modo de dieta de hospital, mas com maior fartura – quantas chibatadas deve levar o marinheiro que fuma, quantas competem de direito aos que tomam rapé, e quantas devem ganhar os que mascam. A comissão incumbida desse servicinho amável, ao contrário do que ordinariamente fazem as comissões, dá conta do seu trabalho distribuindo chibatadas sem conta.

O Sr. Ministro aprova o trabalho da comissão, e agradece-lhe: agora, manda dizer ao digno comandante da Trajano, que está muito satisfeito por saber que essa corveta não faz concorrência ao eito.

Sejamos razoáveis, Sr. Ministro. Ou a chibata presta, ou não presta; se não presta, acabe com ela; se presta, não diga que fica satisfeito ao saber que se não faz uso dessa salutar diversão.

Quer o leitor saber como nós somos conhecidos na Europa? Veja o que diz o Voltaire, excelente jornal de Paris:

“O ideal da reportagem!”

Um dos redatores de um jornal brasileiro entendeu dever insinuar qu o vinho vendido por um tal Monteiro tinha de tudo, menos uva. Monteiro esperou o jornalista á porta do escritório, e chamou-o de mentiroso. Troca de testemunhas, e no dia seguinte duelo á pistola.

Pif, Paf! Os dois adversários ficaram feridos: o médico declarou que Monteiro restabelecer-se-ia ao fim de um mês, mas o repórter só tinha cinco minutos de vida.

Em vez, de pedir um padre (vê-se que o Voltaire não se refere a um redator de Apostolo), o jornalista pede uma pena e manda ao seu jornal o seguinte telegrama:

“Houve um duelo entre os Srs. Arner e Monteiro, a propósito de uma discussão fútil.”

“O Sr. Arner recebeu uma bala no perito e morreu dali a cinco minutis. Façam uma pensão a viúva.”

E deixando a pena expirou.

Veja leitor como escreve em Paris a história... do Brasil.

Aqui, até segunda ordem, a regra nestes casos, em voz de duelo à pistola, é o belo tabefe, prisão em flagrante, fiança e publicação a pedido.

Se não fosse manifestamente uma fantasia o artigo do Voltaire seria caso para se mandar pedir ao público parisiense que suspendesse o seu juízo.

Temos um presente para o Sr. diretor geral dos correios.

É o envelope de uma carta que foi expedida aqui no Rio de Janeiro – onde florescem a febre amarela e a Ilma. Câmara municipal – no dia 27 de fevereiro de 1882, com destino a S. Sebastião dos Aflitos, na província de Minas.

A carta chegou ao seu destino no dia 2 de abril do ano corrente, isto é, cerca de quatorze meses depois da expedição.

Muito tem caminhado o mundo: mas a justiça reconhecer que o Brasil vai na frente, como baliza. O vapor, o balão, o telefone são histórias da carochinha: grande, o enorme invento da humanidade é o correio brasileiro, que chega quase a ser tão bom como o telegrafo do Sr. Capanunes.

E quando nós vemos casos como este, de uma carta que leva quatorze meses para ir daqui a Minas, ainda temos esperanças de que nos venham parar as mãos dois telegramas que nos foram expedidos de Montevidéu, em dezembro do ano passado, e que a esta hora talvez já no Rio Grande do Sul.

ZIG-ZAG – 18 de abril de 1883.

Nós não estamos habituados a ver todos os dias registrar as prebendas do Estado, ou sob fórmula platônica de um título, ou sob o aspecto mais positivo de renda anual e vitalícia. Há mesmo Catões que, não só não rejeitam, como se emprenham, se muitas vezes não se vendem, pela obtenção de uma patente da guarda nacional, uma das nossas instituições a *Perichole* e *Les Brigands*, de Offenbach.

Não estamos acostumados às rejeições das graças do poder.

Eis por que, a esta hora, está todo o império boquiaberto ante a negatividade que o Sr. Barão de Cotegipe oferece a carta de conselheiro de Estado extraordinário.

Um grande político, o Sr. Barão de Contagipe.

Na história contemporânea ninguém lhe põe o pé adiante.

O papel que este homem tem representado nos últimos seis anos, há de ficar assinalados, por vinco profundo na página que lhe corresponde na história moderna.

Quando ministro, fazem-lhe acusações feias. Agita-se a opinião, o acusador é levado em triunfo, e o ministério cabe com a situação.

Vem a outra, e então começa o barão de Cotegipe a desenvolver as suas qualidades.]

Surge a grande questão do orçamento de 1879. Veio a talho de fouce, como se costuma dizer.

O ilustre senador, com os seus grandes desconhecidos especiais, o seu prestígio, pega na situação com dois dedos, e mete-a no bolso muito convictamente até que o senhor Afonso Celso, não menos hábil, consegue libertá-la, mas já com algumas modificações.

Depois de eleito presidente do senado. No exercício das suas funções, põe em jogo a sua cadeira, e todo o senado vota, e muito bem, para que o S. Ex. continue.

Na questão da reforma eleitoral, põe de lado a celebre espingarda velha; mas sem perder a mira, percebendo o alto interesse que havia para a reforma não passar, põe-se do lado da reforma, e, mais e muito melhor do que os seus autores, leva o senado a aprová-lo com manifesto desagrado de Alguém.

Agora, de par com o Sr. Zé Bento, nomeiam conselheiro de Estado.

Para que? Como honra? Não precisava dela, dele que é presidente do senado, como emprego? ainda menos.

O ministério enganou-se, pois, redondamente. O senado continuará a ver o Sr. Barão de Cotegipe, talvez que ajustadas as suas contas, não continue a ser o aliado da situação.

Em todo o caso, um grande político é que ele é.

Um caso municipal.

Fez-se uma reclamação contra a existência de um capinzal exalando um cheiro péssimo, na rua de S. Francisco Xavier.

Um guarda-Fiscal foi lá ver o que era aquilo, mas, apenas chegou ao princípio do capinzal, levou a mão ao nariz e fugiu a sete pés.

Os moradores ansiosos, pedira, explicação da fuga:

- Tenho medo de cobras. Amanhã eu trago o fiscal!

E o cheiro lá ficou, até que os cães deram com um bode apodrecido, que era a única cobra que aterrorizava o bravo guarda fiscal.

Há por aí algum eleitor bastante ingênuo para supor que há febre amarela no Rio de Janeiro?

Se há, esse imbecil que se apresente, porque queremos confundi-lo.

É por isso, e só para isso, que guardamos este pedacinho do Ver, ouvir e contar:

“O Dr. Fort, com essa publicação, com a publicação de outros artigos, que já têm sido citadas aqui, destruindo a lenda da febre amarela, está prestando ao Brasil um serviço assinalado.”

E dizer-se que há quem julgue que apesar dos artigos do Dr. Fort, destruindo a febre amarela, ela continua a dar que fazer é empresa funerária.

Ou quem acredita em tal é muito imbecil, ou a febre amarela é muito irreverente para com a retórica do Dr. Fort.

DÉCIO – 21 de abril de 1883.

Antes de tudo, uma bala à Academia Imperial de Medicina, e uma bala que estale bem, e forte.

É que a Academia (imperial) se resolveu na boa hora a intervir em favor desta população epidemiada e neutra.

A tal população estava resignada à má sorte que a perseguia de há muito; via-se entregue de mãos e vísceras atadas aos micróbios e outros manipuladores e prováveis origens da febre amarela.

Tranquilamente resignada, a população dirigia-se para o Caju, com a mesma convicção e placidez com que para os inóspitos e revoltados campos do Paraná seguiram os bravos do 1º batalhão de infantaria.

A população tinha junta de higiene, a faculdade de medicina, as inalações do Dr. Marques de Carvalho e o espiritismo. Não lhe bastava isso, entretanto.

Para tranquilizar-se e vencer a epidemia, que se desenvolve aos exames, sob a pouca simpática forma *cryptococcus*, tudo tinha a população desta leal e heroica cidade; mas, tendo tudo, faltava-lhe o principal, o urgente, o indispensável e o imprescindível: a Academia (Imperial) de Medicina.

Nada, porém, é impossível nesta vida, e os maiores atos de supremo esforço e heroica valentia vêm surpreender-nos quase sempre, quando menos o esperamos.

Assim a (Imperial) Academia de Medicina.

Ela não se reúne muito frequentemente. Ela não ouve bem, porque a otite causada pelo acúmulo de cerume, próprio das idades avançadas, tem lhe interceptado o respectivo canal acústico.

Também não vê bem, porque é* presbita, depois de ter sido míope: e está inteiramente perdida do olfato, em vista de abuso que tem feito há longos anos do rapé Paulo Cordeiro e da amostrinha da Bahia.

Alquebrada, trôpega, envelhecida, a Academia (Imperial) não sabia da febre Amarela, nem do número elevado de casos que o obituário refere todos os dias, sob os diversos e variados títulos de febre tifoide, febre biliosa grave, tifo icteróide e febre remitente biliosa tifoide. Dos que, por modéstia, não vêm no obituário, os tais da Jurujuba, desses não admira que não tivesse conhecimento a Academia (Imperial) porque deles também nada sabemos e nem deles quer saber o próprio Sr. Ministro do império, que começou logo por onde outros costumam acabar – mandando-os queimar todos os ff e rr do nome e renome do Sr. Engenheiro Paulo Freitas.

Ora, não tendo notícias da febre nem dos doentes, a Academia (sempre Imperial) de Medicina, andava muito pacífica, cuidando que os tempos mais prósperos corriam para esta população que nela tudo confia, que gozávamos a primavera eterna da gruta de Calypso; e que a temperatura ambiente rivalizava com o bigode do Sr. Avila em lustre e frescura.

Afinal, dois meses depois da epidemia ter devastado um pouco mais a população do que os próprios impostos governantes, eis que um membro da sabia e veneranda instituição ouve falar – ou gritar – Alguém a respeito da moléstia reinante.

Foi isto o que lhe despertou a tenção:

- Então vão queimar todos os da Jurujuba?

- Que forno?

- O da Jurujuba, conselheiro.

- Para que?

- Para os mortos.

- Não, para os mortos da febre amarela...

- Ela... Então ela anda por aqui?

- Anda. Senhor, e os vinte casos diários, reclamam o único e enérgico medicamento para o caso: a sabia instituição de que V. Ex. é digno membro, e instituição por quem a população geme, suspira e chora sem cessar.

Foi assim que a Academia (Imperial) de Medicina soube de toda a história; de sorte que indiretamente foi o Sr. Leão Velloso quem veio salvar a situação que vai debelar a epidemia.

Pois que, apenas inteirada, do caso, e embora dois meses depois de manifestar-se a moléstia, a Academia Imperial de Medicina resolveu-lhe dar um golpe decisivo, aplicar o específico feroz, cortar as sete cabeças da bicha, matar a golpes profundos os micróbios, acabar, enfim, e por uma vez, nesta quadra, com a febre amarela. Resolveu:

- Reunir-se em sessão!!!

Parabéns, muitos parabéns ao público, ao governo e aos povos do vasto império de Santa Cruz.

DÉCIO – 23 de abril de 1883.

Atualmente não temos só uma epidemia, pois que são duas as que dizimam a população da corte.

Fala-se muito da primeira das epidemias a febre amarela: entretanto, conserva-se no escuro do silêncio a outra epidemia dos casamentos.

Assim como o registro da Jurujuba oculta no profundo mistério do seu mutismo o número de casos de bicha, do mesmo modo o Apostolo guarda no recesso íntimo das suas colunas invioláveis o relatório exato de casos dos bichos.

Faremos, entretanto, sobressaltar neste momento toda a verdade a respeito.

Há como que uma medida salvadora e útil a enfrentar com a febre amarela, que aflige e diminui a população da cidade. Não poderemos afirmar que seja isto resultado de combinações prévias, nem a execução de um intento antecipadamente tomado.

Apenas notamos que, para contrabalançar o eleito da febre, - que diminuem a população, temos tido o grande corretivo do casamento – que é o veículo do *cresci-te et multiplicamini*.

O obituário registra diariamente de 10 a 20 caso: mas que vale isso diante do que publica o Apostolo todas as semanas?

Nada. Pois que da penúltima vez o órgão da religião e da sociedade anunciou 141 casamentos, e da última vez, que foi anteontem, anunciou nada menos que 103.

Tudo junto dá um resultado de 247 casamentos, o que já é alguma coisa, muito para ser vista.

Será o bom senso o juízo intuitivo da população? Não poderíamos afirmar: entretanto, podemos garantir desde já que, por maiores que sejam as estatísticas do terrível morbo, originado dos *criptococcus*, elas estarão abaixo da crítica daqui a um ano, porque ante elas levantar-se-á uma mais elevados e autoritário poder:- o resultado dos 247 casamentos.

E este o verdadeiro profilático e o único específico da terrível moléstia. Que nos dizime o micróbio; de nada valerá isso, desde que ante ele se apresente o vigário da freguesia de estola em punho.

Continue a população a subir o morro onde habita o Sr. D. Pedro de Lacerda, e desse passeio higiênico haverá maiores proveitos do que se usar as inalações do Dr. Carvalho e os salicilatos e subseqüentes hipotermias dos outros todos. Todos – entenda-se, que não haja erro hipográfico.

Há uma circunstância repugnante, já sabemos, no casamento. Contávamos com ela e preparamos a réplica:

- Há a sogra no casamento, é bem verdade. Mas também na febre amarela há o vomito negro.

E um compensa a outra.

E no dia seguinte, diria com todo o desplante:

“Quem morreu ontem não o Sr. Conde de ...; foi um pequeno animal de estimação do nosso amigo P...”

Ou então:

“Está a expirar o Conde de Chambor, e uma conspiração foi descoberta em Petrópolis. Atentatória na vida do nosso amado Soberano.”

E no dia seguinte:

“Qual! Nem conde de Chambord nem soberano, nem conspiração. O que queríamos dizer é que está a expirar o prazo das nossas assinaturas, e que em Petrópolis está aberta uma subscrição para as vítimas das patas das agências telegráficas.”

Por este modo haveríamos – como se diz aos dias santos – um noticiário abundante, interessante, variado e saltitante.

Ontem houve sarilho à porta do teatro das Novidades.

Os esteristas vieram cheios de furor e entusiasmo encontrar em pleno campo íntimo os seus adversários pepistas. Ali os desafiaram, e ali foi aceito o terrível repto.

Alguns socos, pouco pontapés e muita palavrada.

Os histéricos gritavam a valer, e os pepinos não cediam o passo aos contrários.

A arte dramática exultava por ver-se motivo de guerra civil entre a nobre classe; e os empresários respectivos tinham nas veias o calor dos que se sentem o objetivo de uma nobre luta travada em favor do mais elevado dos princípios.

Porque houve mais de um paletó rasgado e de uma calça estragada, esperamos que, já arrefecido o entusiasmo, ouçamos hoje em mais de uma rua perguntarem, não-quem tem garrafas vazias para vender? – mas: quem tem roupa feita para fiar?

LULU SÊNIOR – 26 de abril de 1883.

Nosso colega do Cruzeiro publicou há dias um artigo assinado Lei do Consensus, que foi ontem transcrito desta folha, naturalmente por algum amigo da humanidade.

A gente já está habituada a ouvir cada dia uma opinião sobre a causa, a natureza e o tratamento da febre amarela; duas regras estavam aventadas até aqui: a primeira é que apesar da prática adquirida pelos nossos Esculápios, e das sábias investigações e descobertas, a febre amarela mata. Como quem não vem cá para outra coisa; a outra regra era que o meio de se lhe escapar é fugir da cidade em que a bicha passeia.

A Lei do Consensus descobriu agora coisa melhor; diz ela que há uma moléstia, uma espécie de ferimento adquirido em campanha, não nas campanhas de Marte, mas nas da deusa que o preferia a Vulcano, uma moléstia, dizia eu, que tem a virtude de preservar a gente de ter febre amarela. Uma nova vacina, com a vantagem de se a vacinação menos dolorosa.

E dizer-se que ainda há pouco de crença na Faculdade de Medicina uma cadeira especial para que a mocidade aprenda a curar essa moléstia-remédio.

Erro grave! Revogue-se o decreto, e encarregue-se o Dr. Freire de cultivar o precioso vírus; quanto á propagação dele, não falta quem se escoregue desse serviço.

E não será esta a única reforma a fazer por causa de tal descoberta. Até aqui, a polícia de mãos dadas com o governo deportava uns tantos estrangeiros, que exerciam um comercio considerado pouco lícito, agora, porém, esses indivíduos, longe de serem deportados, receberão o hábito da Rosa; o governo fará contrato com eles como fez contrato com a China para que introduzam no país mais fazenda; talvez mesmo se mande uma missão especial à Hungria.

A junta de higiene, por sua parte, querendo contribuir para propagar o útil invento, proibirá a venda dos preparados mercuriais e da salsa e caroba do Sr. Holanda. O iodeto de potássio passará a ser considerado um veneno.

Entre as manifestações, de que serão alvo os portadores e propagadores do vírus profilático, distinguir-se-ão as honrarias oficiais; assim, as tropas serão obrigadas a fazer continência às cortinas vermelhas, com o que o Sr. Pindaíba estigmatizou em tempo aqueles em que se incubava a salvação deste país.

Os micróbios, hoje tão cheios de si, morreram de fome, e a sua agonia assistirão radiantes de orgulho as pápulas, as pústulas, as gomas, as exostoses e as vegetações em forma de couve flor.

Os especialistas serão consultados não para curar, mas para transmitir a moléstia. Nos consultórios ouvir-se-á diálogos como estes:

Médico. – Então, como está?

Doente (suspirando tristemente). – Ai! Sr. Doutor. Estou são como um pero.

Médico. – Então, não tem nada, mesmo nada, nem gangliosinho engorgitado?

Doente (desanimado). – Não, senhor, nada, nada.

Médico. – O senhor toma banho todos os dias?

Doente, (assustado). – Sim! Senhor, tomo.

Médico. – Que imprudência! Não faça isso; deixe correr o marfim.

Doente. – Mas. Sr. Doutor, se me fizesse uma vacinação? O sistema antigo não me tem aproveitado.

Médico. – É que a fazenda tem tido muita procura, há falha no mercado.

Doente. – Este nosso governo, Sr. Doutor, este nosso governo! Esta colonização veio espontaneamente para o Brasil; o governo não auxiliou em coisa alguma, e ainda em cima deportou os empresários.

Médico. – Este país caminha para um abismo.

Finalmente, introduzido e propagado o sistema, estaremos livres da febre amarela; como o bem-estar geral, aumentará a fortuna pública e particular; ninguém mais andará a pé, pois serão todos tão ricos, que não haverá quem não tenha pelo menos um cavalo, graças à lei do Consensus.

PUBLICOLA – 16 de junho de 1883.

O noticiário dos jornais é nesta corte uma das melhores fontes de renda... para as balas de estalo.

Exemplo:

Disse-se ontem que ontem p Sr. Affonso Penna (que pena, este homem ser Affonso...) por aviso número tantos de tal data, resolvera dispensar do serviço em que se achava em sua secretária, o contador da repartição postal Joaquim Francisco Lopes Anjo.

Ora isto – este aviso e esta dispensa – parece que à primeira vista pouco vale, ou que não vale nada, mesmo.

Pois fiquem sabendo: vale muito, vale tanto como o Sr. Sá, o nosso primeiro delegado de polícia:

Cá.... vale!

-

O Sr. Avila, aquele mesmo que há pouco deixou de ser ministro da agricultura, e pouco depois converteu-se em lavadeira de sua roupa suja e da roupa suja que o tribuno Gaspar deixou na província do Rio Grande; o Sr. Avila chamaria o Sr. Anjo para um serviço especial e particular de sua repartição, e um serviço tão particular e especial, que ninguém, nem mesmo o Sr. Avila, sabia qual era.

O Sr. Betim, chefe da repartição postal, tinha saudades do seu contador. Sonhava com ele; tinha sonhos, obrigados a pesadelos de aparições noturnas, em que a figura de um anjo era a imagem costumada; só por ele vivia, suspirava por ele, e, a julgar do interesse que o ligava à pessoa do seu contador, parece que não podia dormir tranquilo, sem saber o que era feito dele, ou qual o emprego particular em que ele se ocupava no gabinete do Sr. Avila.

Entretanto, e neste inteirim cai do ministro o Sr. Avila, sobe o Sr. Penna, e – que pena! – é dispensado do tal serviço especial o mesmo Sr. Anjo, com grande prazer dos que censuravam esta grande pretensão angélica, e maior gaudío dos que lobrigam uma pontinha de escândalo nos atos dos ministros das obras pandegas, que se imortalizam num despacho sobre burros magros!

A vista disto, e bem refletindo sobre o caso, e mesmo notando que o Sr. Penna tem diferente gosto do Sr. Avila, deve uma bala de estalo dizer com todo o entusiasmo:

O Sr. Avila é dos anjos!

E o Sr. Penna é dos diabos!

-

Outra de noticiários, mais esta do *Apostolo* de ontem:

É que “casou há pouco tempo a princesa Izabel com o principal Thomaz; e que Sua Santidade mandou nominal e exclusivamente sua benção a princesa.”

Não se pode compreender qual é esta princesa Izabel, nem quem é este principal, que se chama Thomaz. Entretanto, chega-se ao seguinte resultado: se o papa mandou sua benção exclusivamente á princesa, por não dever dar ao principal, ao Thomaz, é que, de duas uma:

Ou o papa tinha pela princesa o mesmo afeto que pelo contador Lopes Anjo tinha pelo Sr. Avila – um afeto todo particular.

Ou o papa julgava, abençoando a princesa, não abençoava sua felicidade – a única coisa que ela desejava com o tal Thomaz, que além de Thomaz, era – principal.

Ela queria a benção do chefe da religião para ser feliz: mas a benção, não compreendendo o esposo, não compreendia exatamente a sua metade de felicidade. E, portanto:

Ou a benção foi de boa-fé, compreendendo os dois, e foi tola;
Ou foi só a princesa, pondo de parte o marido – e foi de má fé:
É o caso de perguntar: o que dirá o *Apostolo*?

-

E já agora transcrevemos do mesmo noticiário, do mesmo religioso colega, o seguinte:
“Ao Universo foi remetido um atestado de nascimento de uma criança, filha de uma professora leiga, não casada, e que ensina na aula pelos novos compêndios de moral cívica. Muito bem: assim o querem assim o tenham!

Se os compêndios são novos, mas a professora já pode ensinar, qual a culpa dos ditos compêndios?

Se ela teve o filho, é porque não tinha os compêndios. E se não os tinha antes, foi por isso que a comunicação escandalosa foi remetida ao *Univers*.

Uma professora não casada, teve um filho: mas nessa ocasião lecionava pelos compêndios novos: é, pois, muito razoável acreditar que ela não passasse por isso – se os novos compêndios fossem para ela velhos.

O que dirá a isto, *Apostolo*?

ZIG-ZAG – 15 de outubro de 1883.

Por mais tratos que dê à minha imaginação, não sei nem se posso resistir aos desejos impacientes de tratar de negócios da China.

Tenho um companheiro que andou por lá, que tirou o retrato vestido a caráter, que de tudo que observava, ia mandado coloridas descrições aos leitores da *Gazeta*.

Além disso, já tenho visto a China através da ópera cômica e da ópera burlesca. Conheço perfeitamente a obra de Le Cocq – A flor de clui, e a ópera de Bazin – A viagem à China. Lembro-me mesmo que há nesta peça uns *couplets* interessantíssimos, em que se diz que

*La Chine est un pays charmant,
Qui doit nous plaire assurément*

À vista desta erudição adquirida com tanto esforço e à custa de tantos sacrifícios de tempo perdido, nos teatros, julgo poder considerar-me – modéstia à parte – muito entendido em negócios da China, mesmo muito mais entendido que meu companheiro itinerante que tem a presunção de julgar de *visu*.

(Peço desculpa deste latim, que, francamente, não foi proposital.)

Fui dos primeiro que tiveram a honra de ver de perto S. Ex. o mandarim Tong-King-Sing.

Encontrei-o no largo da Carioca, quando o bonde em que S. Ex. caminhava, estava parado.

Eu ia passando e parei. Parei extasiado pelas vestes telares coloridas de S. Ex. julguei a princípio que Mme. Durocher havia abandonado o seu vestuário negro, e deitara fantasia de cores. Mas, ao aproximar-me, não tive a menor dúvida do meu engano. Mme. Duroche não tem bigodes, e aquele que estava na minha presença, tinha-os e compridos.

Indaguei quem era.

Um amigo disse-me: é o Mandarim.

Exultei quando ouvi esta palavra. Porque, afinal, não há nada mais agradável, nem mais inesperado, nem mais imprevisto, do que acabar a gente de almoçar acender um charuto, e encaminhar-se cheio de preocupação do santo sacerdócio da imprensa para a retorta augusta do trabalho honrado, e encontrar no largo Carioca um *Mandarim* autêntico, de carne e osso, com todos os requisitos da sua autoridade e todos os deslumbramentos da sua toilette de verdadeira sola chinesa.

Até então eu havia encontrado no largo da Carioca diversas coisas e várias pessoas. Um mandarim é que nunca e se me havia deparado.

A princípio julguei-me presa de uma alucinação, de uma destas reminiscências, que nos abstraem completamente da realidade. Julguei que estava a ver o *Excelsior*. E que o *Mandarim* aos pulos medidos pela música se ia abaixando ao compasso da orquestra, e que depois se erguia num ímpeto, para completar seu passo com as notas finas de uma valsa precipitada.

Mas o mandarim estava sentado no bonde e cercado de amigos meus à paisana. Era, portanto, uma realidade, e como tal me interessou a ponto de lhe tirar respeitosamente o meu chapéu e de lhe dirigir algumas frases, a que ele correspondeu da maneira a mais afável e benévola. Chegou mesmo a dizer coisas que me lisonjeiam e que hão de um dia ainda fazer parte do patrimônio do meu filho.

O Sr. Tong-King-Sing não é um ignorante a respeito das coisas do Brasil.

Pela sua conversação se conhece logo que há muito que ele estima nosso país.

Conhece todo movimento literário e jornalístico.

Quanto ao primeiro, disse-me logo: “Há um grande movimento literário no Brasil. Conheço muito bem a *Lyra de Apollo*.”

Quanto ao segundo, deu-me informações exatas, muito corretas e mesmo aprofundadas acerca dos nossos jornalistas.

S. Ex. Tong-King-Sing gosta muito das *Balas de Estalo*. Na China, quando a tarefa de dirigir os três milhões de súditos do seu distrito lhe dava alguma folga, não saboreava, devorava as *Balas de estalos*.

Perguntou-me logo quem era Zig-Zag.

Um pouco constrangido, divulguei o pseudônimo.

Deu-me um abraço, e exclamou:

Na China, na China é que nós deveríamos ter um escritor da sua ordem.

Por modéstia não lhe respondi na ocasião; mas confesso agora em público e raso o meu reconhecimento.

E quem quiser que se morda de inveja.

LÉLIO – 16 de outubro de 1883.

No momento em que me sentava a escrever, recebi uma carta de nosso hóspede ilustre. *As-tu vu le mandarin ?* Pois foi ele mesmo, o mandarim, que me escreveu, pedindo a fineza de inserir nas *Balas de Estalo* uma exposição modesta das impressões que até agora tem recebido do nosso país.

Não traduzi a carta, para lhe não tirar o valor. Além disso, há dela alguns juízos demasiados crus, que melhor é que fiquem conhecidos tão somente dos que sabem a língua chinesa. Em alguns lugares, o meu ilustre correspondente inseriu expressões nossas; ou por não achar equivalente na língua dele ou (como me parece) para mostrar que já está um pouco familiar com o idioma do país. Eis a carta:

Vu pan Lelio,

Lamakatu apá ling-ling *Balas de estalo*, mapapi tung? Keré siri mamma, ulamalí tiká.

Ton-ton pacameré rua do Ouvidor nappi Botafogo, nappi Laranjeiras mappi Petrópolis gogó. China cava miraka rua do Ouvidor! Naka ling! tica milung! Ita marica armarinho, gavamacú moça bonita, vala ravala balcão; caixeiro sika maripú derretido. Moçanigu vaia peça fita, agulha, veludo, colchete, iva cuca trapalhada. Moço lingu istú passa na rua, cheberú pitigaia entra, namora, rini mamma:

Viliki xaxi xali xaliman. Acalag ting-ting valixú. Upa Costa Braga relá minag katu Integridade abaxung kapi a ver navios. Lamarika nana bapa bung? Gogô xupitô? Nepa in pavé. Brasil desfalques latecatú. Inglêse poeta, Shakespeare, kará: make Money; upa lamaré in língua Brasil: - *mete dinheiro no bolso*. Vaia, vaia, gapaling capita passa a unha simá teka laparika. Eting põe-se a panos; etang merú xilindró.

Ita poxta. China kiva li-vai-pé, abá naná Otaviano Hudson, naka panaka, neka paneca, mingü. Musa vira kassete.

- Mira lung Minas Gerais longú senado. Vetá miná Lima Duarte passi Cesário Alvim; mará kari Evaristo da Veiga seba Inácio Martins. Rebagú sara Coromandel? Teca Iaia Coromandel?

Aba Lili tramway Copacabana. Vasi lang? Tacatú, pacatú, pacatú. Hú-huchi edita Wagner, limaria Duvivier. Toca xuxú Figueiredo de Magalhães, upa, upa, upa. Baba China páriú. Hêhê...

Siba-ú lami assembleia provincial nanakaté. Mirô bobó kalu Gavião Peixoto: ridin teca maneca cabelinho na venta. Pantutu? Hermann limpatúba Arang chikang Companhia Telfônica rurú mamma, ipi, xuchi parinangatú; Caminha, Magalhães Castro, xela kapa, xela kipa, xela kopa. Neka sirí lipa câmara dos deputados abaling. China seca pareka amolador empala. Laka pitaka? Nana páriú.

Faro e Lino papyros, biblos, makó gogó. Lino abatukamú, Faro abatiki. Eba ú laté! Castelões zurú! Clube Beethoven paka xali! Tarinanga axá acarintuga. Harritoff dansa mari xalí!

Xulica Brasil pará; aba lingú retórica, palração, tempo perdido, pari mamma; xulica Kurimantú. Iva nenê, iva tatá. Brasil gamela tika moka, inglês ver. Veriman? Calunga, mussunga, monau dengüê. Valavala. Dara dará bastonara. Malan drice pakú. Ocuôco; momoréo-diarê. Ite, issa est.

Mandarim de 1ª classe.

Tong Kong Sing.

Como se terá visto, no meio de alguns reparos crus, há muita simpatia e viva observação. Quanto ao estilo, é do mais puro, é da escola de Macau, fiel às doutrinas do século XII antes da Criação. A nossa crítica terá notado a linda imagem com que o ilustre escritor define o progresso, chegando à praia de Copacabana: pacatú, pacatú, pacatú. Em suma, é um documento honroso para o autor e para nós.

JOSÉ DO EGITO – 18 de outubro de 1883.

Irra! Basta de chim!

Há seis dias que nesta cidade, imperial e pandega, apanhou feição mongólica.

O arroz anda pela hora da morte. Que querem? Tomou o sal da oportunidade e subiu nas cotações do mercado. Anda salgado o arroz!

O hotel Chinês, em que até aqui apenas um ou outro positivista, central e excêntrico ia almoçar segundo manda o Mestre: - sem vinho, poucas carnes e algumas moscas de fricassé – o hotel chinês faz atualmente um negócio...da China!

A casa especial de objetos do país de Confúcio e todas as lojas de cera, chá e sementes denominadas “da China” subiram na voga pública e estão enriquecendo os seus respectivos proprietários.

O teatro Sant’Anna pensa em fazer *reprise da Viagem a Pekin*, e, como um requinte de bom gosto atual, a alta goma enfeita a lapela dos casacos de lindas rosas chá.

O café, batido por aquele competidor fortuito, não tarda a ser tomado a dois vinténs a xícara, o que não é mau, e sem milho e feijão torrado – o que será excelente.

A casa Faro & Lino deitou para a vitrine quanto livro tinha sobre a pátria de Tong-King-Sing: - *O mandarim, Memórias de um mandarim, Aventuras de um chinês na China*, etc, etc.

Um editor ousado e usado pensa em fazer edição luxuosa, com iluminuras adequadas da “Lyra Chinesa”, do autor das “Falenas.”

Lélio acaba de publicar uma interessante carta do ilustre mandarim, escrita em puro idioma chinês, tão espirituosa como apócrifa.

As folhas aparecem diariamente cheias de artigos consagrados ao império do meio e aos seus celestes e enrabichados filhos.

E o Sr. De Chinimbú lava-se em água de rosas.

Por ser amarelo a cor clássica e característica da China, as icterícias andam em moda.

Esta cidade não mais parece banhada pelo Guandú, mas pelo rio Pe-ho, e a a-rra dos Órgãos vai assumindo ao longe a feição poética e abstrusa da Kuen-Lun.

É um pesadelo chinês!

Chinoiserie geral!

Se o próprio hino nacional está atacado dela!

Querem ver?

Pois ouçam: Tá-rá-tá-chim, tá-rá-tá-chim, tá-rá-tá- chim!

Estará satisfeito, entretanto, o ilustre Tong- King- Sing?

Duvido muito.

Verdade, verdade, sua Excelência não tem razões para isso.

Em primeiro lugar deve-o ter atacado já a nostalgia do seu burgo ou distrito mandarinal.

Deve ter sentido saudades do louro chá fumegante em chávena de porcelana pintada, do seu branco arroz solto, salteando-lhes à boca nas pontas de dois pauzinhos, que não são positivamente iguais aquele cujo uso é recomendado por Moisés no Deuteronômio.

E as suas lindas esposas, de olhos de amêndoa e cabelo negro em rodilha, atravessado por um punhal de nácar ou madrepérola: uma a fazer-lhe sombra com a umbrela de papel de seda, outra a limpar-lhe os bigodes dos grãos avulsos de arroz, outra a fazer-lhe fresco com a asa palpitante do grande leque de seda, em que voam cegonhas brancas de patas de ouro por sobre _____ verdes...

Nada disto tem dito aqui, coitado!

As cenas, como um pequeno consolo, o sem falso patricio Jap-of-Japs, a fazer equilíbrios impossíveis e saltos de gafanhotos.

Mas isto seria o menos a incomodar o nosso ilustre hóspede.

Sua excelência não há, porém, sido feliz, em relação aos fins que o trouxeram cá.

Veio ver quais as nossas disposições para com a migração dos seus patricios, estudar nas condições da sua introdução, promovê-la por todos os meios e S. Ex. não esperava por certo vir encontrar o que encontrou, aqui, por piores que fossem as prevenções que trouxe.

Palavra: - eu se estivesse no caso e na pele de Tong- King-Sing, já tinha dado voltas aos calcanhares e a esta hora ia já em demanda do mar amarelo.

Manifestação nenhuma de hostilidade, contra a imigração chinesa tem sido poupada.

Associações têm-se formado para fomentar a colonização europeia e para mandar a chinesa a fomentar-se.

Declarações oposicionistas ao *coolie* têm sido firmadas pelos nomes mais ilustres e mais respeitáveis.

Na imprensa o fogo é geral. Fogo em toda a linha! Tão enérgica, tão geral, tão sincera tem sido a guerra à introdução de *coolies*, que é bem para rezear que a primeira leva deles que cá vier, não chegue a ter tempo de provar do arroz de _____, e volte aos pátrios piolhos sem mais demora e vendendo azeite às canadas... por cima d'água ou *por dentro*. O que será um pouco pior.

Que o celeste mandarim me perdoe o que vou dizer.

A imprensa, o povo, o país têm razão:

- O chim não nos serve; é o pior dos colonos. Deixe falar o Dr. Salvador de Mendonça. Há certos motivos para não adorarmos esse senhor – *pas plus que les chinois*.

O chim é bom para furtar galinhas. E para cozinhá-las também. Como saltador de quintais e preparador de petiscos – é inimitável.

É verdade que possui esta preciosa qualidade: participa da natureza do sapo - é duro para morrer.

Atura todos os climas, sofre todas as privações, suporta todos os tratos. A chuva, o frio, o sol, a fome, a sede, a nudez e a pancada não lhe causam perda, não o molestam.

Não emagrece, porque é puro ossos; não empalidece, porque é lívido; não enfraquece, porque é a fraqueza em pessoa, e só morre – quando não há outro remédio. Vaso ruim...

Sinistro e duro como o corvo. Ignóbil e eterno como o sapo.

Isto é agradável de ouvir, mas é indispensável de dizer-se.

Ameaçam-nos com esta desgraça terrível: - a escravidão amarela, - a nós que andamos podres com a escravidão negra. É forçoso, é urgente repelir a escravidão amarela.

Repelimos o chim... enquanto ele não está dentro, porque depois que ele estiver cá dentro, há de ser um pouco mais difícil.

Lembramo-nos que a ocasião usa o cabelo como o chim: - agarrem pelo rabicho.

E a ocasião é agora.

Eu admiro e respeito muito o Sr. Tong-King-Sing, que ainda não vi mais gordo, mas S. Ex. me há de permitir que, com a cabeça no solo, em profundo salamalek, lhe diga: - o Brasil não quer o chim, e só pode vê-lo... pintado.

Pintado, sim, é bonito e bom.

Que nos venham, pois, alguns milhares de chim... em ventarolas.

LULU SÊNIOR – 19 de outubro de 1883

José do Egypto diz que basta de chim. Eu acho magnífico este José. Não quer mais, porém vai impingindo as suas balas sobre chins. Quem vier atrás, que se arranje. E se eu não tiver assunto, como já me aconteceu mais de uma vez?

Que quer José que eu faça?

Já uma vez, num desses apuros, descompus o Zig-Zag. Isto é, descompor é um modo de dizer; eu apenas escrevi o que pensava desse meu amigo, e até hoje não tenho razões para retirar o que eu disse: mas esse recurso é mau, porque se eu o descomponho, ele descompõe-me a mim, e a coisa não tem graça nenhuma.

Eu acho muito mais natural juntar-se com o Zig-Zag para dizer mal do Hudson, por exemplo, do que andarmos a dizer, um do outro, coisas de que sabemos por vivermos na intimidade da retorta do trabalho honrado.

Apesar disso, não torno a falar do Hudson. Creio que ele não gosta, e creio-o porque ultimamente quando passa por mim, franze o sobrolho, e finge que não é da minha freguesia. Ainda não me deu a apertar o dedo mindinho da mão esquerda, mas desconfio que está mal comigo.

Falta-me, pois, o assunto Zig-Zag e o assunto congênere Hudson. O assunto Filomena Borges também já não dá pano para mangas, porque o Aluísio tomou conta dele, e vai dizer a respeito coisas do arco da velha. Até agora anda calado como um peixe, e não quer dizer o que sabe da heroína.

O Montaury, que como repórter é o que se chama um alho, disse-me que a referida Filomena é uma sogra, que tendo perdido o último genro que lhe restava, diverte-se a atormentar os genros das outras, unicamente por amor a arte.

Eu não sei que fundamento tem esta informação, e sou até levado a crer que não tem fundamento nenhum. É que eu não gosto desta brincadeira de andar a dizer mal das sogras, porque é muito melhor deixá-las quietas. O que faz mal é a gente bulir com elas.

A única coisa que me assusta neste gênero é o pensar nas sogras do futuro. Eu tenho um bandão de filhos, e quando penso que aquela gente toda há de vir a ter sogra, tenho pena dos inocentes, que vivem a brincar, e não sabem o que os espera! É que eu conheço senhoras, de muito bom gênio, incapazes de fazer mal a uma mosca, mas que tem um não sei o quê no modo de olhar e de dizer certas coisas, que promete uma dessas sogras de se lhe tirar o chapéu!

E aí está porque não falo na Filomena Borges, que é sogra, nem nas outras sogras do presente e do futuro.

A Lyra de Apollo também está esgotada. Não sei se lhe partiu alguma das cordas, mas por ora tem dado pouco que falar de si. Organizada por um historiador, que na eleição presidencial foi derrotado por um tradutor de La Fontaine - *Traduttore traditore!* - a coitadinha está lá metida no seu conto e é inteiramente inofensiva.

A Nova 28 de setembro, que também me inspira umas certas simpatias, quando estou de bom humor, parece ter um destino único, à moda da Inglaterra: da ocasião a jantares, durante as férias do parlamento para que possa falar o sr. Correia.

A questão da Copacabana está muito em convalescença de escândalo, e muito contente por ter escapado de ir ter à Câmara Municipal.

Os mágicos, depois que deram um truque de gritar ao freguês que não entre na loja do vizinho, que é um trampolineiro perderam o prestígio, e agora já não há quem se não julgue habilitado a empalmar alguma coisa.

O remédio único que tenho, portanto, é falar dos chins.

Se isto contraria José do Egypto, José do Egypto que tenha paciência. Eu não estou aqui expressamente para lhe fazer a vontade.

Se a questão dos chins o contraria, a ele, que também é um pouco amarelo, ele que não leia o que se escrever sobre os chins.

A mim pouco se me dá que José leia ou que José deixe de ler; eu hei de escrever sobre os chins... daqui a alguns dias, porque hoje já não é preciso.

LÉLIO – 23 de outubro de 1883.

A gazeta de Londres publicou, em seu número de 8 do mês passado, um officio do vice-rei da Índia ao conde Granville, contendo informações interessantíssimas para a questão dos trabalhadores asiáticos. Visto que há tanto horror aos chins, parecem-me interessantes transcrever esse documento:

“Ao S. Ex. o Sr. Conde Granville, secretário de Estado dos negócios estrangeiros.
Calcutá, 13 de agosto de 1883.

Senhor conde,

Noutro ofício que ora dirijo ao Honrado secretário de Estado das colônias, deu conta de alguns fatos relativos ao trabalho agrícola na Índia. Peço licença a V. Ex. para resumi-los aqui, no caso de que o governo de sua majestade tenha de intervir naqueles países da América, onde o trabalho chim é usado ou vai ser.

Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Ex. que é preciso distinguir o chim do chim. O chim comum está de há muito abandonado em toda a Ásia, onde foi suplantado por uma

Variedade de chim, muito superior à outra. Essa variedade como já tive ocasião de dizer ao governo de Sua Majestade, é o chimpanzé.

O deplorável equívoco que, durante dilatados anos, classificou o chim-panzé entre macacos, estava já a muito abandonado. Mas persistia a convicção de que embora pertencente à família humana, o chim-panzé fosse refratário ao trabalho. Esta mesma convicção vai desaparecer, depois das brilhantes experiências feitas nos domínios de Sua* majestade, e até na China e no Japão.

O primeiro súbdito de sua Majestade que empregou o chim-panzé, foi Sir. John Sterling, que reside na Índia há trinta anos. Desde 1861 o seu trabalhador era o chim comum. Ultimamente, porém deu-se uma desordem, verdadeira rebelião e a maior parte dos trabalhadores retiraram-se. Sir John Sterling resolveu liquidar e voltar para a Europa; mas tendo notícias de que chim-panzé era normalmente superior que o chim comum, mandou contratar mais chim comum, mandou contratar mais trinta para ensaio, e deu-se muito bem com eles. Daí a seis meses a plantação tinha cerca de cem indivíduos: hoje conta setecentos e trinta. Dois parentes são lançados mão do mesmo instrumento de trabalho: hoje há muitíssimas plantações que não tem outro.

Foram os parentes de Sir John Sterling que me deram as notícias que nesta data transmito a S. Ex. o Sr. Secretário das colônias, e que vou resumir pura uso de V. Ex.

A primeira vantagem do chim-panzé é que muito mais sombrio que o chim comum. As aves domésticas, geralmente apreciadas por estes (galinhas, patos, gansos etc.), não o são pelo outro que se sustenta de cocos e nozes. O chim-panzé não usa roupas, calçados ou chapéu. Não vive com os olhos na pátria; ao contrário, Sir John Sterling os seus parentes afirmam que tem conseguido fazer com que os chim-panzés mortos sejam comidas pelos os sobreviventes, e a economia resultante deste meio de sepultura pode subir, numa plantação de dois mil trabalhadores, a duzentas libras por ano.

Não tendo os chim-panzés nenhuma espécie de sociedade, nem instituições, não há em parte algumas embaixadas nem consulados; o que quer dizer que não há nenhuma espécie de reclamação diplomática, e pode V. Ex. o sossego que este fato traz ao trabalho e nos trabalhadores. Está provado que toda a rebelião do chim comum provém da imagem, que eles têm presente, de um governo nacional, um imperador e inúmeros mandarins. Por outro lado, a imprensa não poderá tomar as dores por eles, para confessar uma solidariedade de espécie, que ainda repugna a alguns.

Quanto aos lucros, dizem-me que são de vinte e cinco á vinte e oito por cento.

Sir John Sterling fez no ano de 1881, com o chim comum, vinte mil libras; em 1882 tendo introduzido em março os primeiros chim-panzés, apurou quinze mil libras; e nos primeiros seis meses destes anos vai em onze mil e quinhentas. A perfeição do trabalho é, ou a mesma ou maior. A celebridade [e dobrada, e a limpeza é tão superior, que Sir John não viu nada melhor na Inglaterra.

No ofício ao secretário das Colônias, mando alguns dados estatísticos, desenvolvidos, que reproduzo para alongar este.

A princípio houve relutância em admitir o chim-panzé, pelo fato de andar muita vez a quatro pés, mas Sir John Sterling, que é naturalista e antropologista emérito, fez observar aos parentes e amigos, que a atitude do chim-panzé é uma questão de costume. Na Europa e

outras partes, há muitos bípedes, e por simples hábito, educação uso de família, imitação e outras coisas, que não implicam com as faculdades intelectuais. Mas tal é a força do preconceito que, assim como no caso daqueles bípedes se conhecem da posição das pernas para a qualidade da pessoa, assim também se faz com o chim-panzé; sendo ambos o mesmíssimo caso: uma questão de aparência e preconceito.

Felizmente a propaganda vai fazendo desaparecer esse erro funesto, e o chim-panzé começa a ser julgado de um modo equitativo, científico e prático.

Logo V. Ex. se digne de submeter estes fatos ao conhecimento do Sr. Gladstone.
Sou etc.

Webster.”

Esta carta é realmente importante, e espero seja devidamente apreciada e não fiquem perdidas as lições que contêm.

O nosso defeito é não dar atenção a coisas mais serias. As pessoas que preferem os chins, não podem deixar de aceitar este substantivo. Segundo a carta transcrita, os chim-panzés tendo as mesmas aptidões do outro chim, é muito mais econômico. Por outro lado, os adversários, os que receiam o abastardamento da raça, não terão esse argumento porque o chim-panzé não se cruzará com raças do país.

Zig-Zag – 24/03/1884

Estava sem assunto para as balas hoje, quando me apresentaram um riquíssimo álbum, destinado ao bazar do Abolicionista Cearense, e no qual se acham escritos os mais alevantados pensamentos acerca da Abolição.

A maior parte desses pensamentos é firmada pelos nomes dos nossos políticos e estadistas mais conhecidos:

Transcrevo alguns:

A escravidão é um mal; mas há males necessários.

Lafayette.

O único meio de extirpar o cancro da Escravidão, - é o sequestro dos bens dos conventos.

Maciel.

A ideia da abolição é uma ideia vencedora.

A.Penna.

Só a diplomacia atrairá braços e capitais.

S. Brandão.

É a Guerra aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue e da vida do homem. Se a Guerra é eito, o que não será a Escravidão?

F. de Sá.

A Liberdade é o roubo da Propriedade.

M. Campos.

Também quero a Emancipação, mas em termos hábeis, a pouco a pouco, pela morte do último escravo ou do último senhor.

P. de Souza.

Só a imaginação espontânea dará cabo da escravidão.

E. Taunay.

Amo a Bahia, amo a liberdade; mas se houver a Abolição, onde empregarei eu tanto baiano?

Dantas.

É um erro dizer-se que a Lavoura precisa de braços. Deem-lhe burros gordos e ela se contentará.

H. D'Avila.

Antes de se tratar da Abolição, é imprescindível cuidar da educação dos ingênuos.
S. Carvalho,
Acho inútil e prejudicial toda esta agitação para resolver o problema do elemento servil.

Pela minha parte aguardo o dedo da Divina Providência.

J. Bento.

Escravo! Quando proferiu Cristo essa palavra que escandece os lábios?

F. Vianna.

Amo mais a minha Pátria do que o escravo, mas às vezes amo mais o escravo do que a minha Pátria.

S. Martins.

Só a instrução pode acabar com a Escravidão. Vou fazer uma conferência na Glória, para o provar.

Correia.

Ave, Libertas!

B. Lopes.

A propaganda pacífica é como o querosene inexplosivo.

Coral & Cardoso.

A verdadeira Abolição é cada um em sua casa com sua mulher e filhos.

M. Carneiro.

Quero a Abolição: mas quando não houver escravos quem cultivará o precioso grão?

G. Lodo.

Já em 1837, eu escrevia que a situação sociológica no Brasil reclamava dos poderes divergentes, por ficção, sérias medidas eficazes acerca do grandioso problema ora controvertido.

E. de Moura.

Nem os praxistas antigos nem os modernos autorizam *o uti passideús* da propriedade humana. O *Civis romanus* não é uma fórmula peculiar da civilização antiga: é um princípio do direito natural.

G. Perdigão.

Ainda que houvesse um escravo, eu seria abolicionista.

E. de Souza.

Peço uma restrição a abolição: fiquem cativas as sogras.

Lulu Sênior.

Está conforme.

Zig-Zag.

-

P.S – À última hora recebo o seguinte bilhete:

“Meu caro Zig-Zag.

A revista da *Gazeta* foi ontem cruel com as *Notas a margem*; o Valentim que a chame a bolos; mas alterou também a minha prosa, e eu quero prevenir o caso de ser atado ao pelourinho da troça pelo *Mundo elegante*.

Tinha eu escrito que devo a Ricardo Wagner as mais maviosas *somnécas* da minha atribulada existência, e a revisão pôs, em vez de *somnécas* – *músicas*.

E aí está para que serve ter eu tão boa caligrafia, que até parece letra de imprensa.

Toma lá um beijo pelo trabalho, e não te gabos disso. – Teu Lulu Sênior.”

Gostei do artigo de ontem, do *Diário do Brasil*. Aquilo é que é. Seguramente, não há nesta capital, nem mesmo em Jacarepaguá, quem tenha a coragem e o talento de fazer um artigo tão meditado, tão puxado à sustância com aquele.

Ite, comedia est, esse título dispensa a intervenção do Dr. Castro Lopes para ser desde logo compreendido. *Ite, comedia est*, e está dito tudo.

O *Diário do Brasil*, firme nos seus princípios e seguro da legitimidade da sua causa, deixou que passassem as festas comemorativas da libertação total do Ceará, para agora entrar de arma em riste, a atacar tudo quanto passou...

Sempre escravos dos seus hábitos e costumes!

O Ceará foi uma terra que vendeu por bom preço os escravos válidos que tinha, e depois alforriou por dez réis de mel coado a fazenda avariada que lhe ficou em casa. (Muito bem.)

O movimento do bom povo fluminense em favor das festas abolicionista é nada menos do que um caso patológico, que, felizmente, não reclama a presença do Dr. Freire para descobrir-lhe o micróbio – como se ainda houvesse dúvida que para o *Diário do Brasil* não estivesse de há muito estabelecido, que o micróbio é o agente necessário a vida, e em todos os casos perfeitamente cabido. (Bravo).

“Nada de quebrar cabeças; hão de quebrá-las quando soar a hora” diz o artigo. Acrescentemos: que se quebrem os quadris nas festas do micróbio do *Diário do Brasil*.

Os festejos são ainda a dança de S. Guy ou de sagui, trocadilho falso, mas em compensação muito mal medido; e ainda mais: “o reino é de D. Quixote, que dá pinotes, e de Sancho Pansa, que entulha a pança”, pilharia que, embora não tenha a menor graça, todavia é de uma sensaboria sem igual.

Há ainda “as bajulações e os cortejos à população, as covardes palinódias de certos ex-orgãos anti abolicionistas”, e há ainda a esdruxula relação das diversas portas, entre as prendas oferecidas pelas senhoras aos bazares, tais como “os porta-joias, porta-perucas, porta-cigarros de Petrópolis”, faltando somente ao *Diário* referir-se a única porta que lhe é familiar – a porta falsa por onde recebe as inspirações para escrever artigos como o do *Ite, comedia est*.

Houve tripúdio nessas festas, diz o artigo. E agora, depois dele, depois de tal tripúdio, podemos dormir em paz.

E esse tripúdio – *mirabile dictu!* – deu-se exatamente quando o país, “arquejante e as garras com a medonha crise financeira”, só esperava outro cataclismo para o alívio... das suas torturas, desconhece o leitor.

-

Enfim, todo este artigo, que termina com a frase *non e vero* do romance italiano, traz no cabeçalho a nota de que é de colaboração, podendo a gente pensar que esta palavra não está bem escrita no seu radical, e a laboração a que se refere, esteja mais de acordo com o que diferente pronúncia do vocábulo nos pudesse trazer ao ouvido.

E como as festas atacadas pelo *Diário*, depois de passadas, isto é, pelas costas – ou antes por de trás – que reconheçamos pelo menos, a legitimidade do caminho por onde transmitiram as impressões que ditaram o artigo, o que ainda desta vez o *Diário do Brasil* conservou-se firme nos seus princípios.

Um bravo e ... *ite, somedia est*.

LY – 02 de julho de 1884

Sob palavra de honra, que eu não entendo bem estas coisas de políticas que ando vendo diariamente, e cada vez mais se me embrulham no cérebro as ideias que faço e desfazo, e torno a fazer e torno a desfazer, sobre as práticas e atos do nosso parlamentarismo e dos nossos parlamentares.

No dia 3 de junho do ano da graça de 1884, houve ocasião na câmara dos deputados para que o Sr. Prisco da Guarda e Filarmônica conheça-se bem aquelas expressões de ansiedade de todos os tempos.

Proposta uma moção de desconfiança ao governo, pelo ilustre deputado do Rio das Éguas, eu vi o jovem parlamentar turista de Minas e de Grão Mogol levantar a sua fraca e débil voz, para naquele momento solene declarar ao honrado ministério, que não contasse mais com ele nem com as suas impressões de viagem nem com o querido do seu votozinho.

Eu supus, a princípio, que na véspera daquele dia nefando algo ocorrera de grave importância para os interesses da província e distritos, que briosamente e de luvas de pelica representando a alma aos pés, quando vi que não as razões que lhe atuavam no animo, eram:

- a) Demissão do sempiterno ex. Rodrigues;
- b) O incidente da rua do Lavradio;
- c) O processo da conversão dos bens das ordens das religiões;
- d) Finalmente – a indecisão do governo na questão do elemento servil.

Ora, todos estes fatos relacionavam-se e vinculavam-se a uma época muito anterior á abertura do parlamento; tempo de sobra tinha o ilustre jovem de refletir detidamente sobre o caso.

Demais, uma das seções preparatórias, tendo o Sr. Anísio ensaiado a voz potente para as catilinárias futuras, eu vi o jovem ilustre - terminando a defesa de um parecer da comissão de constituição e poderes sobre a eleição de um ministro – dar parabéns ao governo por ver a fraqueza das acusações que em operações preliminares da guerra oposicionista lhe disparava o deputado paraibano, ou da paraíba.

Em seguida foi para o domínio da história o gabinete 24 de maio, e o país entrou no regime dos abraços.

Interpelado, o ex. dos estrangeiros e do império atual sobre a questão C do capítulo acusatório do moço deputado, Sr. Ex. declarou que o ministério atual encapava todas as ideias e atos do passado com relação ao fato. Ficou, portanto, firmado que sobre este ponto não houve solução de continuidade entre Rodrigues Pereira e Manuel de Souza.

Ora cá na minha humilde opinião, a coisa resolvia-se por uma fórmula algébrica. X não gosta de A. $A=B$, logo X não deve gostar de B. Pois o caso não é assim. $A=B$; X não gosta de A; mas ninguém pode impedi-lo de gostar de B. Não é uma questão de álgebra ou de lógica, é uma questão de predileção pessoal.

C mesmo fato arguo aquele que está á espera de D. Sebastião. Eu vi aquela enérgica oposição, inteligente e clara, que ele moveu ao ministério Lafayette; eu vi o sempre também muito ordeiro na questão do ventre livre, não passando uma linha do ponto divisório entre abolicionistas e emancipadores – a indenização e consequente reconhecimento da prioridade; vi o igualmente condenamento o negócio Maciel Ordem.

Caiu aquele ministério com o concurso do seu voto. Veio o outro, e se declarou continuador da prática daquele que se assumiria a região do ex. (faltam 2 palavras jornal rasgado), uma coisa de novo há entre um (faltam mais 4 palavras jornal rasgado).

Sim (falta uma palavra jornal rasgada), não e o atual energicamente se declara disposto a caminhar com longos passos na estrada da reforma, tendo portanto mais um motivo de desgosto a oposição daquele deputado.

Nanja eu se tal aconteceu. Sebastianista homologou na sessão de ontem o pensamento do governo e deu-lhe o seu voto de confiança. E quando o Sr. Das blandícias e afagos diz que quer a libertação sem indenização. Sebastianista declara modestamente que se de verdade e governo quiser aquilo, então ele votará contra, mas que por enquanto seu votinho está firme, lhano e pronto as ordens de V. S. e do Sr. Bezerra de Menezes.

E depois disto tudo, calculem por aí, seu posso compreender bem estas contas políticas, que eu vou vendo diariamente...

CONFÚCIO – 16 de julho de 1884.

O Instituto Baiano de Agricultura, de parceria com a Associação comercial da Bahia e mais uns tantos cidadãos qualificados daquela província, dirigiram aos altos poderes do Estado uma representação toda puxada a sustância, na qual representação pedem ao parlamento enérgicas providências contra a propaganda abolicionistas, e providências garantidoras da vida, da honra e da propriedade deles, profundamente ameaçadas.

Em meu fraco entender, o Instituto, a Associação e os cidadãos baianos, fizeram uma representação muito bonita, muito bem escrita, mesmo; e na qual só vejo uma figura de retórica muito arrojada, quando aqueles cavaleiros se dirigem aos Srs. Ruy Barbosa, Maia, Maciel e outros; chamando-os de altos poderes do Estado. Poderes não há de negar que são; mas altos... lá isso, alto!

Entretanto, essa representação toda cheia de circunstâncias tem um único fim, um conhecido futuro a aguarda: é como todas as suas coirmãs, ir dormir o sono eterno e tranquilo dos justos... e das representações, na pasta das comissões respectivas. E, portanto, ela podia ter começado por não ser escrita, se não fora com isso perder-se um pouco de retorica bem calculada e num êxito com que ninguém contava, e de que eu passo a ocupar-me com muita abundância da alma e de tinta roxa.

A representação do Instituto, da Assembleia e dos cidadãos – tudo baianos, não veio cá para a corte somente para ser entregue às secretarias das câmeras. Ela veio também para sem publicada no *Diário do Brasil* e fazer-se acompanhar de uma carta, que nada menos que uma proposta de negócio, e proposta muito habilmente feita, e negócio muito facilmente aceitável.

Declaro-o sem rodeios, francamente, sinceramente: se a carta dirigida ao *Diário do Brasil*, fosse dirigida à minha humilde pessoa, também eu serviria ao Instituto Agrícola, a associação Comercial e aos cidadãos da Bahia, cumprindo exatamente o que eles pediram ao distinto órgão da imprensa fluminense, já se vê com uma condição *sine qua non* – e é que por sua parte eles cumpririam exatamente o que na aludida carta prometem.

Diz a carta:

“Digne-se V. Ex. dar espaço, em sua folha, a transcrição desse trabalho” e mais adiante: “convindo dar a maior publicidade ao órgão sob a ilustrada direção de V. Ex., vamos pedir-lhe que se digne de indicar alguém que aqui seja habilitado a receber assinaturas...”

Ora já se sabe que eu não dirijo folha nenhuma nesta corte; mas que estou no caso de transcrever a representação, desde que por isso receba a porcentagem relativa ao número de assinaturas que me arranjem para esta folha, onde tenho o ofício honroso, e agora proveitoso, de fazer balas.

Sim; isto, diga-se o, que se quiser dizer, é um negócio. É uma espécie de toma lá, dá cá muito cheio de refolhos, de não me deixes; mas, em todo caso, um arranjo entre partes contratantes. E eu para fazer o negócio vou até aqui: a oferecer o meu fraco préstimo ao Instituto Baiano, a Associação Baiana, e aos cidadãos baianos, no sentido de transcrever lhes e encaminhar-lhes as representações que de futuro tenham de dirigir ao parlamento, uma vez que o serviço seja reconhecido e as assinaturas venham de par com as representações.

É que há viver e morrer...

No Jornal de ontem, um conhecido médico publicou os seus conselhos profiláticos à população do Rio de Janeiro, a fim de que se previna para o caso da invasão do cóleras-morbo nesta leal, heroica e muita suja cidade.

É a primeira vez que eu vejo a homeopatia elevada à altura de um princípio, e entrar no meu espírito com a força de uma verdadeira convicção.

O conselho resume-se no seguinte: todos devem tomar um banho geral ou parcial de água fria, ou tépida, pela manhã, deitando três gotas da tintura de *nux-vomica* da 5ª dinamização.

Esplendido! Assim, sim, compreendo eu a homeopatia - em grande! Num bom banho, em geral ou parcial, tépido ou frio! Com três – ou mesmo com trezentas gotas de *nux-vomica*, tudo serve – desde que se trata de um banho, coisa esta que sempre faz bem, mesmo quando o hábito não conheça perfeitamente.

Repito: de há muito tempo faço em meus penates a campanha em favor da homeopatia pela cabeça, e em grandes porções, era um sistema de curar muito minha predileção, e em que eu depositava confiança cega e larga. Muitos adeptos da ciência de Hahnemann achavam extravagante e arrojado o meu dizer; iam mesmo alguns até julgá-lo pouco respeitoso.

Pois bem, agora é um homeopata distinto, considerado e conhecido, quem a apregoa, e exatamente de conformidade com a minha opinião: que para prevenir o cólera-morbo não há como um banho com três gotas de tintura de *nux-vomica* para temperar!

E eis aí como eu, à última hora, e com o auxílio de uma autoridade insuspeita confesso-me homeopata *enragé* e mais do que convencido, aconselhando por minha vez nos habitantes desta cidade não usarem de outra coisa senão homeopatia prescrita: - pela cabeça todas as manhãs... e aos litros.

DR. ZIG-ZUG (ZIG-ZAG) – 17 de julho de 1884.

Eu devia talvez começar estas Balas por explicar com todas as minúcias na minha longa ausência desta seção desopilante do fígado dos nossos milhares de leitores.

Não o faço, entretanto, e não o faço por uma simples razão de modéstia, que me leva a não tratar da minha humilde pessoa.

Devo, todavia, declarar com a maior fraqueza, que a minha ausência era motivada por uma questão de dinheiro.

Não sei por que, o patrão havia entendido que esta secção devia ser feita gratuitamente, e que como pagamento dos *traits d'esprit* dos respectivos colaboradores bastava o juízo que deles fazia o múltiplo comendador Malvino Reis.

Por um sentimento de generosidade, deixei-me por muito tempo embaralhar com as cantigas do patrão.

Um dia, porém, entendi que devia por cobro a uma exploração tão condenável, e declarei que não escreveria sem indenização.

A minha declaração provocou uma crise.

O patrão sucumbiu e não me respondeu por muito tempo, até que ultimamente baixou um aviso, declarando que cada Bala seria paga pela quantia de dez mil réis.

Confesso que achei a quantia insignificante e reles. A minha pena honrada e altiva nunca se prestou a servir ninguém por preço tão ao alcance de todos. Mas como os dez mil réis representam mais a vitória de um princípio do que o pagamento a uns escritos, eu submeto-me e é essa a razão do meu reaparecimento.

Tenho, felizmente, para reatar a minha carreira de baleiro, um assunto amplo e magnífico.

Quando digo amplo, não me refiro à quantidade, mas à qualidade, pois que esse assunto é simplesmente o Sr. Moreira de Barros.

O ilustre representante da soberania de Taubaté acaba de fazer declarações importantíssimas na câmara, de que é um dos ornatos.

Como é sabido, S. Ex. era presidente da câmara, e no dia em que foi apresentado o projeto do elemento servil, S. Ex. demitiu-se, cheio de abnegação, de cargo tão elevado.

O motivo dessa demissão foi o desacordo com o governo acerca da referida questão.

S. Ex., em seu nome e no dos seus constituintes de Taubaté, manifestou-se contra o projeto.

À primeira vista, poder-se-ia atribuir ao interesse do fazendeiro a opinião do deputado. Mas S. Ex. desfez todas as apreensões que pudessem aparecer a tal respeito, com o seu discurso demissório.

S. Ex. não aceitaria o projeto do governo, por achá-lo exagerado ou comprometedor dos interesses da lavoura.

S. Ex. não aceita, porque o acha insuficiente.

O que o S. Ex. aceitaria, o que S. Ex. receberia de braços abertos, segundo consta do seu discurso, seria um projeto de abolição imediata, formulado mais ou menos nos seguintes termos:

“Art. 1º, fica abolida a escravidão no Brasil.

Art. 2º, os ex proprietários de escravos ficam obrigados a dar casa, comida, roupa lavada e charutos aos libertados.

Art. 3º, fica revogada a legislação em contrário.”

Digam agora, depois da exibição destas ideias, que o senhor Moreira de Barros não é primeiro homem de Estado de Taubaté e suas redondezas.

LULU SÊNIOR – 19 de julho de 1884.

Não sei se os senhores leitores se lembram de uma cena cômica do Garrido, intitulada Um olho, representada pelo Valle.

Dizia ele: “Eu ei de me casar com quem meu pai quiser, contando que seja com a menina Maria.”

Na câmara dos Srs. Deputados também há uma boa réstea do alho desta natureza, que dizem que a questão do elemento servil deve ser resolvida pelo governo e pelo parlamento, com uma condição: nem o governo, nem o parlamento se não dá a ocupar com isso.

São todos emancipados, abolicionistas, e ainda por cima muito boas pessoas; estão dispostos, a legar o sistema da lei de 28 de setembro – principalmente na parte relativa à indenização pelo fundo – feita a avaliação pelo coletor, que é amigo, pelo vigário, que é compadre, e pelo presidente da câmara municipal, que é compadre e amigo.

No que eles divergem, é na escolha dos nomes que dão aos bois.

Há uns que dizem que não foram o preto, com pena do preto, que é um felizardo a vista do proletário da Europa; outros que o não foram por causa da riqueza publica, salvo se da referida riqueza publica saber alguma cousa como como dois contos de réis por cabeça de preto, hipótese em que dita riqueza fica melhor saúde, porque, se quem paga o que deve, sabe com o que fica, quem paga o que não deve, ainda melhor saberá.

Agora, o que estão todos de acordo, o da perfeição com que desandam. Quando o visconde do Rio Branco lutava na tribuna pela lei do ventre livre, e o conselheiro João Alfredo – teimoso como um caboclo – andava de banco em banco a furar pacientemente a sua mina, os tais senhores – se eram os mesmos, eram os pais dos de hoje – gritavam que, se tal lei passasse, vinha o mundo abaixo por falta de café e rapadura.

Passou a lei, e como o que está feito não está por fazer, eles foram chorar para a cama, que é lugar quente, quando não faz frio; mas nunca jamais em tempo algum, mortal

afortunado lhes ouviu palavras de louvor á referida lei, que eles deram de presente a S. Miguel, depois que se convenceram que não se podiam arranjar com o diabo.

Passam alguns anos, a lei andava que parecia uma discussão na câmara, sem atar nem desatar, e Zé Povinho foi falando que queria mais, que aquela bananeira já tinha dado seu cacho.

Boca que tal disseste: Começaram então os homens a morrer de amores pela lei de 23 de setembro. Aquilo é que é uma rica lei! Nem toda a Academia de S. Paulo, e mais sábio todos da Grécia, postos de cocaras uma vida inteira, são capazes de deitar-se para cá para fora obra tão asseada! O próprio Salomão, com a sua história de mandar cortar a criança pelo meio, era um pedaço de asno, porque pelo fundo de emancipação pode-se cortar nas avaliações muito para lá do. ... dobro.

Neste meio tempo, o Sr. Lafayette, que é meio macio como um veludo – eu digo macio, para não dizer manhoso que é um nome feio – subiu-se com seu imposto de quinhentos réis, assim a maneira daquele sujeito que ia atravessando a ponte e resmungava baixinho: - Deus é bom, mas o diabo também não é mal.

Os homens da temporária fizeram-se de tolos – por modéstia, já se vê – e puxaram pelo caso, como se o caso não tivesse puxado por eles.

Vem agora o Sr. Dantas, e atira a barra adiante. Ora! Foi aquilo que se viu! levantou-se logo o Sr. Moreira de Barros, e se deitou sentida endivida pelo imposto de cinco tostões. E de caminho fez a descoberta, que arrasa de uma vez a Taborda.

O projeto do Sr. Dantas, disse o Sr. Taubaté, tem este defeito de nascença: se um dono de escravo tem de pagar seis mil réis de imposto, o dono de cem escravos tem que pagar seiscentos mil réis.

Eu quando ouvi o Sr. Barros dizer isto, assim de cabeça. Sem olhar para a taboa dos jogarítimos, e sem contar pelos dedos, não pude deixar de dizer como aquele tipo do *Pont des Soupîrs*, d' Offenbach: *Cet homme a des idées d'une profondeur etonnante !*

E como não quero, e tenho para isso razões particulares, que o Sr. Moreira de Barros me desbanque, também deitei cálculo, e descobri que o referido senhor de escravos só tiver de pagar cinco tostões por cabeça – preço de frango da Serra, que tem gosma – faz festa por cinquenta mil réis.

Ainda descobri mais: descobri que por cinquenta mil réis fica um negócio mais barato que por seiscentos; e se o Sr. Barros bolir comigo, sou capaz de descobrir também que se, em vez de cinco tostões, a gente – a gente é lá ele – tiver que pagar só pataca e meia, ganha ainda todos os anos dois mil réis para cigarros brejeiros.

O que eu quero, é não morrer tão cedo – por diversas razões, entre as quais figura a minha antipatia pelos empréstes – só para ter o gosto de ouvir daqui a algum tempo os Srs. Deputados dizerem na câmara: - A lei do Dantas! Aquilo é que é uma lei! Forrar os escravos de sessenta anos! É preciso respeitar o sistema da lei de Dantas!

Mesmo porque, algum tempo depois da vontade a lei Dantas, há de ser mais fácil encontrar uma agulha em palheiro, do que no Brasil inteiro um escravo... que tenha sessenta anos, empaca tudo em cinquenta e cinco.

LÉLIO – 27 de agosto de 1884.

Raspei ontem um susto, que não desejo ao meu maior inimigo.

Eu, desde criança, sempre tive mede de almas de outro mundo. Será tolíce, superstição, - o que quiserem: mas é assim; cada qual tem seu fraco. Ultimamente, o mais que admitia é que elas não voltam cá com muita frequência, nem por pequenos motivos; mas que voltavam, voltavam. Vão ver agora o que me aconteceu.

Acabei de jantar tarde. Deitei-me no sofá, alguns minutos, com a intenção de sair às nove horas da noite. Quase nove hora! Peguei no sono, e deixaram-me roncar à vontade. De repente, no melhor de um sonho, sinto que me puxam as pernas. Se eu tivesse a alma ao pé da boca, pegava de uma espingarda, e dava dois tiros; mas sou pacto, temente a Deus e aos homens, e só capaz de matar o tempo e as pulgas. Demais, acudiu-me logo a ideia de alguma alma e comecei a tremer.

- Em nome de Deus, vai-te! Vai-te! Balbuciei.

- Não, não vou, respondeu uma voz soturna, não irei daqui antes de acabar com a emenda do gás. Não quero a emenda do gás. Enquanto a emenda existir, não posso dormir o sono eterno.

- Mas quem és tu? Perguntei tremulo. Quem é?

- Sou a Câmara dos Deputados.

- Vai-te! vai-te! Não me persigas! Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo! Retira-te! Eu te perdoo!

- Não vou daqui sem que suprimas a emenda do gás. Não a quero, ouviste? Não a tolero, não a desejo, não a aprovo...

- Mas quem sou eu para tanto?

- Tu és o Senado, tu és o meu irmão gêmeo, que ainda vive.

Respondi-lhe que estava enganada, que eu era somente o Lélío; que o Senado morava no outro bairro. Mas o fantasma soltou uma gargalhada e tornou a puxar-me as pernas. Jurou depois que não voltaria ao outro mundo sem ver apagada a emenda, ou ficaria peregrinando neste mundo até a consumação dos séculos.

Todo eu era suores frios; recomendei-me ao santo do meu nome e em geral a todos os santos do céu, prometi rezar cinco coroas de padre nossos e outras tantas de aves Marias; mas foi tudo como se não fosse nada. De pé, ao lado da cama continuava o fantasma com dois olhos fitos em mim, os olhos do Andrade Figueira, o peito do Lourenço de Albuquerque, um braço do Martim Francisco, outro do Zama... Tudo rígido e solene. Não vendo auxílio do céu, recorri à linguagem da persuasão.

- Câmara, disse-lhe, não sei se tens razão ou não, mas que queres tu? Que esperas tu?

- A fusão.

- Que fusão?

- Quero a fusão contigo.

- Comigo? Crês então que sou deverás o senado? Suponhamos que sim; não posso fundir-me contigo, que estás dissolvida. Sabes tu o que é viver atado a um cadáver?

- Velho gaiteiro! Deixa essas reminiscências do *Eurico*; eu leio Zola e outros Modernos. Se sei o que é viver atado a um cadáver? Tenho passado muitos dias assim, com ministérios que cheiram a defunto, e vivo bem, discuto, voto, rejeito, interpelo...

- Bem; mas eu posso recusar...

- Não podes.

- Essa agora!

- Não podes, e vou prová-lo. Senado amigo, tu governas mais que eu: tu emendas todos os meus orçamentos, e eu, para não perder tempo ou por outros motivos, aceito as tuas correções tais quais. Um ou outro protesto tímido, e mais nada. Assim as outras leis todas ou quase todas. Ao contrário, é raro que eu emende o que me mandas. Que é isto senão a prova da que tu governas mais do que eu? Queres outra prova? De onde vêm os presidentes do conselho senão de ti? Eu terei dado um ou outro Zacarias ou Martinho Campos, quando muito, coisa rara, e ainda assim por pouco tempo, por horas. Gladstone. Palmerston, Thiers, não morreriam nos meus braços, mas nos teus. Pois bem, a troco de tanta coisa, dá-me só está, prende-te comigo uma vez, uma só vez.

- Sim, mas um cadáver ...

- Tão pouco Tempo!

Nisto lembrei-me que prometer era talvez, um meio de ver-me livre do fantasma, e disse-lhe que sim. Imediatamente a visão desapareceu, e eu achei-me no sofá. Eram dez e meia da noite. Mal tive tempo de correr ao papel e escrever isto, pedindo ao Senado que, para me não expor a outra, aceite ou recuse a fusão, mas de uma vez, e de maneira que, ou se fundam ou se difundam, eu possa dormir as sextas tranquilas e roncadas, em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo. Amém!

LULU SÊNIOR – 28 de agosto de 1884.

Lélio escreveu ontem um capítulo da fisiologia do sonho e, seja por um arranco de consciência, seja por não ter pensado no caso, confessou o que entre as outras circunstâncias têm negado: que é um ancião respeitável.

Diz ele que jantou e dormiu a sesta; não nos diz o que comeu, se um bom filé para dar tom à fibra, se um *potage bisque*, para, como Casimiro Abreu,

reler as folhas que já forem lidas...

se um prato de *haricots verts*, o piano *des pauvres* do brejeiro contador Chavette.

Seja como for, jantar apimentado ou succulento, farto como o de Lucullo, ou frugal como o de um Santo Antônio que renuncia aos prazeres deste mundo, o que é fato é que o cozinheiro dançou lhe no estomago a sarabanda, e o xilo foi despertar nas células cerebrais a consciência adormecida.

E então o cérebro de Lélio, apanhado de surpresa, liberto das convenções, julgando-se só – ele e Deus – exclamou:

- Eu sou o senado!

Vou daqui pedir-lhe o *menu*, o indiscreto *menu* que faz dar à língua, pedir emprestado o cozinheiro de Lélio, para que não haja alteração nos temperos, e convidar à jantar João Velhinho e o Silva Pereira.

Já sabemos que Lélio é o senado; veremos talvez a saber que João Velhinho é o Conselheiro dos Dez e Silva Pereira o Areópago.

Um jornal de S. Paulo dá-nos a grata nova do aparecimento de mais uma nova santa.

Mora no bairro do Sertãozinho, diz o colega, é casada e *enérgica*; preside às cerimônias de chicote a punho, fustigando os que duvidam dos seus proféticos vaticínios.

Com esses procedentes, se a referida santa, que é casada e *enérgica* e usa chicote, tiver uma filha e sua filha se casar... santo Deus! Eu é que não queria ser genro da tal santa.

É bom pensar neste caso, que me parece novo. A família das sogras tem diversas variedades; não as enumero porque me considero suspeito a algumas delas poderiam ser contestadas; mas com certeza ainda ninguém classificou este hibridismo de santidade armada de chicote, envolto em pele de sogra!

É caso para fazer calafrios! Só o que faltava às sogras era a ideia de que a chicote ganham o reino dos céus!

Já agora, estas balas de hoje vão como uma manta de retalhos.

Ah! Tem mais um.

Trata-se da lista, que um colégio publicou, dos seus alunos mais distintos.

Lá está uma classe: cálculo e doutrina católica. À primeira vista parece que duas coisas *hurlent de se trouver ensemble*.

O catolicismo prega todas as abnegações e tem um fim único: o reino dos céus, ainda que seja o obtido e chicoteado, como no caso da santa futura sogra da província de S. Paulo.

Parece, pois, que a crença deve excluir o cálculo, mesmo porque todos os caminhos levam a Roma e, portanto, não há o embaraço da escolha.

Mas os tempos mudam e a igreja de S. Pedro muda com eles. E hoje o catolicismo é uma política como outra qualquer. Por isso já se reúnem na escola a doutrina católica e o cálculo; o céu escriturado em algarismos, talvez por partidas dobradas, e em vésperas de abrir falência.

Decididamente, *les dieux s'en vont*.

O *Jornal do Commercio* teve saudades das bisbilhotices e a psicologia da imprensa representa uma metamorfose do *Papagaio* em *Escaravelho*.

E lá está o coleóptero a tomar o posto até aqui ocupado pela *Musa do Povo*.

É sorte! Resignemo-nos, irmãos, como diziam os trapistas, creio eu.

E esperemos que o *Escaravelho* se contente em dar golpes nos costumes, em prosa e sem abrir subscrições.

C'est toujours ça de gagné.

LY – 04 de setembro de 1884.

Como nas quintas partes das quadrilhas do Sacco do Alferes e limítrofes lugares, vão a esta hora em caminho da roça os augustos e digníssimos, sob a pressão de formidável Ex. que lhes pregou às costas a Dissolução e o Rei por bem Imperial.

Eu nunca vi em toda a minha vida, como estes olhos que a terra há de comer, homem mais feliz do que o atual presidente do conselho, mestre, Dantas.

A câmara primeira filha da ideia mãe, saiu irrequieta, buliçosa e travessa como crença que era na folhinha parlamentar. E á a falta de bonecas, de bombons e quejandas coisas que derrubassem e quebrasse, ela contentava-se única e exclusivamente em derrubar ministérios e quebrar unidade imprescindível da administração.

Homem que aceitasse incumbência de organizar gabinete, era homem morto.

Não valeu a Martinho Campos, o digno tido do dito Contagem, a sua pilheria feroz de não sei quantos anos de oposição; não valeu ao Sr. De Paranaguá nada daquelas coisas que se diziam e se dizem com relação às intimidades divinas, cujo gozo ou almejo; não valeu ao Sr. Lafayette toda a erudição Lafontaineana, nem a sua ironia, e nem a sua impassibilidade, nem o seu plano orçamentário. Eram ministros e bastava: queda neles.

Quando mestre Dantas, aproveitando a prata de casa e usando de fraqueza com o Sr. Franco, arrumou-se da guerra para o império e obteve a lista dos sete, palavrinha que eu me ri descrente e – em bem verdade seja dito – vi-o o ali e computei-o na lista dos ministros passados.

Mas o meu amigo apresentou-se.

Frei Ferreira Vianna recebeu-o de luvas de pelica, e ele lá lhe deu por conta dois abraços; o Sr. Araújo Pinho deu-lhe um aperto feio, e ele confessou que o levará á escola em pequenininho; chamou ao Sr. Affonso Celso o embrião de estadista; quando o Sr. Andrade Figueira lhe disse umas coisas ruins, ele retorquiu que o deputado Domingos de Andrade Figueira não tinha o direito de dizer isso ao senador Manuel Pinto de Souza Dantas; fez o Sr. Moreira de Barros sair da Presidência só quando lhe pareceu que assim devia ser; e afinal, tendo-lhe dado um voto de desconfiança, pediu muito respeitosamente a dissolução da câmara q quem muito respeitosamente deu-a.

Levanta-se de novo e grita: ele não tem tempo de obter a lei de meios e há de se dar o fato anômalo da prorrogação da dissolvida. Mestre Dantas foi deixado correr o marfim; não

pediu prerrogativa, no que fez muito bem; lembrou-se de que enquanto o pau vai e vem folgam as costas; e no fim a soma foi certa.

A câmara atropelou; o senado, no dia de ver a Deus o orçamento da receita; as reduções dos projetos, além de já estarem feitas preventivamente, obtinham dispensa de impressão e do que mais necessário fosse; há uma fusão e ainda o triunfo é seu: na pasta de S. Ex. é que se pode gravar – *ex fumo dare lucem*. Resultado: a câmara fechou-se no tempo constitucional e o governo vai indo muito bem, muito obrigado, para servir ao país, que bem precisa dele.

Cada um agora que vá para seu distrito e batize os filhos das influências e arranje o compadrio eleitoral.

Trabalhem e façam favores; assimilem-se às pretensões dos coronéis comandantes; e a 1º de março que se reúnam os comissários do país e digam oi que pensam de mestre Dantas e dos seus companheiros e da coletividade do governo.

Eu, sem já muito crença, me lembrei agora de um brinquedo infantil, que meio disparatadamente pode servir para fechar esta Bala e completar as tiras que me habilitam ao desempenho da missão de hoje.

É o tempo será. Reúne-se o rapazio em linha, para que nenhum tenha na saída vantagens aos outros. E depois de algumas palavras do diretor do jogo, dizem eles, cada um de por si:

- Onde seu rei nos mandar...

E concluem em coro:

- Iremos todos.

PUBLICOLA – 16 de setembro de 1884.

Só ontem começou a salinha provincial a dar sinal de si.

Os ilustres representantes de Cantagallo e do Porto das Caixas andavam a ensinar chinfrim, descascando muito maviosamente alguns pequenos incidentes eleitores: a grave questão do Jardim Pinto Lima, que se acha em completo abando, negócios de Maricá e de Sant'Anna de Macaco, experimentando nessas ligeiras escaramuças as armas valentes da retórica provincial.

Os senhores deputados da Praia Grande limitavam-se a ensaiar o voo em questiúnculas, nas quais pediam informações á presidências da província sobre o pouco crescimento dos *caladiums* da praça principal de Niterói e sobre o abandono em que os públicos poderes deixaram os crótons da mesma praça.

Para variar, referiram na tribuna o caso de ser visto nesta corte, a flunar, um juiz que devia estar despachando em Valença; fornecendo à curiosidade pública, como prato do meio, o grande sucesso do cidadão Fulano, da guarda nacional de N.S.do O.', ter votado no candidato X, e de um outro ter combinado dar o seu voto ao Sr. Dr. Y, porque a eleição do Dr. Z estava perfeitamente garantida no distrito.

Há poucos dias, porém, a salinha atirou-se a mais largos cometimentos.

Começou por dizer a última palavra sobre a grande questão do sai – o elemento servil -, pondo em evidencia mais uma vez que a lavoura não tem braços e que o trabalho vai ser desorganizado, encartando a respeito todas as chapas rutilantes da nossa mais adiantada retórica parlamentar.

Depois, solicitada para própria consciência do dever, sabendo que uma população inteira a contempla e que o país em peso depende exclusivamente da sua palavra autorizada e respeitável, a salinha deu ao luxo de pôr em pratos limpos a atual situação política do Brasil.

Os povos de S. José de Leonissa, de Madre Deus do Angú e de Sant'Anna dos Tocos!
Ó gentes ao Ribeirão da Lage, de Carangola, de Passa-Três, de Cebolas e de Gaviões:
atendi-te et videte!

A salinha o disse e a sabe o que diz! A salinha, em sai douda opinião, afirmou que o país vai caminho do abismo, e declarou peremptoriamente- que ela despreza a pedra que rolou da montanha!

Se o país ainda neste momento não a última palavra sobre os calos... isto é, a última palavra, sobre a nossa situação política, é que o país está surdo e o país não pode mais dispensar uma corneta acústica.

E se não ouviu, ouça:

Na opinião dos dignos representantes de Quatis e de Itacurussá, a situação atual está liquidada. Ela vive, a situação, pelo sopro da Coroa: enquanto a coroa sentir-se sob o domínio daquele estado patológico que cria e alimenta os sopros – a situação viverá.

Quanto ao mais, atendei, povos de macumba: o governo traiu o país, a dissolução foi ilegal, e o partido que atualmente repolteira-se no governo, nada fez, nem mesmo a reforma eleitoral, que foi feita pelos conservadores que tem o assento no senado!

O Sr. Dantas, esse está diante da ideia abolicionista com Rouher diante dos agitadores e da Internacional; e, para cumulo de males, o Sr. Dantas não está encarregado pela Coroa de governar o país – mas só e simplesmente de fazer e crer o partido dos áulicos.

Depois de toda esta exibição de retorica, depois de nos ter felicitado a todos, dando-nos notícias exatas do que vai pelas alturas, a salinha chegou ontem ao ponto culminante:- fez Charivari e Charivari grosso.

Foi o Sr. Deputado madeira que serviu se da palavra conde um artefato do seu próprio apelido e atirou-se de cofre sobre a assembleia, zurzindo um juiz de Santa Maria Magdalena, que S. Ex. qualifica de energúmeno, como a outro juiz classificou o Sr. Viriato de Medeiros, da tribuna do senado.

Esta declaração de Madeira foi pior do que um cacete valentemente aplicado as costas dos dignos representantes de Carangola e da Sacra Família: foi um barulhinho que por pouco mais chegava a exigir a intervenção da tropa.

Felizmente, porém, não foi preciso tanto. O presidente da assembleia, que bem conhece seus colegas, ouvindo-os dizer nomes feios, ameaçou-os... com o que? Com chamá-los a ordem pelos próprios nomes!

E conseguiu assim restabelecer a ordem, ficando desta arte provando que para os deputados da Praia Grande nada há de pior - do que os próprios nomes de SS. EExs.!

Enfim, como a salinha já começa a dar sinal de si, por mim e por meus colegas eu a saúde, gritando à *pleins poumons*, como o sr. Antão ou como o Sr. Pedro Luiz:

- Acena a Praia Grande.

LÉLIO – 01º de outubro de 1884

Duas pessoas que iam ontem, em um bonde das 4 e meia da tarde (não importa saber a linha), travaram uma conversação que por me parecer interessante, vou dar textualmente. Não sei quem eram; parecem-me pessoas de primeira plana. Vão ambas designadas por iniciais para distinguir as reflexões de uma das de outra.

K. – Mas então você leu todos os discursos?

P. – Todos, desde o primeiro até o último, os do Cotegipe, o do João Alfredo, o do Costa Pereira, o do Coelho Rodrigues, o do Teodoro Machado, o do Amaral, todos, todos, e achei-os muito bons.

K. – Viu que o pensamento cardeal de todos é que a fiel execução da lei de 28 de setembro é o penhor da paz pública, e que tudo o que transcender do princípio ali estabelecido é um mal.

P. – É a minha opinião.

K. – Não vamos discutir uma questão em público... já pagou? Então, dê-me licença: duas passagens... Como íamos dizendo, não vamos discutir isto *coram populo*. Quero só que me diga se você também colaborou na lei de 28 de setembro.

P. – Singular Pergunta! Votei com o Rio Branco.

K. – Sem restrição?

P. – Sem restrição. Em que está pensando?

K. – Estou pensando na Babilônia... Você é pouco lido em coisas babilônicas; não sabe o que perde. Podia contar-lhe muitas delas, mas estou perto de casa, e não tenho tempo. Contarei só uma. Havia ali um grande ídolo, cujo nome me escapa... Chamava-se, chamava-se...

P. – Seja o que for, vamos ao caso.

k. – Era uma soberba estátua de cedro, com olhos de ágata e cabelos de ouro; media três côvados; as mãos, postas sobre o joelhos, davam a altura regular de uma rapaz de dez anos. Era tradição que esse ídolo fora um dia levado à Babilônia por trezentos gênios celestes; daí este preceito que ninguém lhe tocava nunca em nenhuma parte do corpo. Ninguém lhe tocava; acendiam-se lâmpadas em derredor dele, queimava-se-lhe incenso e mirra, mas ninguém, desde o primeiro ao último sacerdote, ninguém lhe punha a mão. Eis senão quando, um dos guerreiros mais ilustres do país, estando a envelhecer, e temendo a morte, sonhou que lhe aparecia um gênio de asas grandes, e lhe dizia: “eu sou um dos trezentos que lhe trouxeram à Babilônia o ídolo...” Ora, que diabo! Não me lembra o nome...

P. – Deixa lá o nome, vamos adiante.

k. – Não me lembra. “Sou um dos trezentos, e, pois que temes a morte, venho oferecer-te a imortalidade”. Naturalmente o guerreiro instou com o gênio que lhe desse logo e logo; ele, porém, replicou-lhe que devia ir buscá-la por suas mãos e ensinou-lhe como: era tocar com o dedo no umbigo do ídolo. O guerreiro acordou deslumbrado, mas desde logo esbarrou no preceito. Os doutores da lei, quando ele lhes contou o sonho, responderam, e muito bem, que o sonho era sonho e que a lei da morte era universal; tudo morre para que tudo viva. O guerreiro pegou dos livros sacros, estudou-os setenta dias e setenta noites, e não achou nada. Não havia mais que escapar à morte.

P. – Fale mais baixo; estão todos com os olhos em nós.

K. – Um dia, porém, lembrando-se das antigas façanhas, disse ele consigo que, a troco da imortalidade, valia a pena invadir o templo e tocar com o dedo o umbigo do ídolo. Ferveu-lhe o sangue, acenderam-lhe os olhos; pegou da espada de outros anos, e seguido de antigos e novos camaradas, entrou no templo, no momento mesmo em que os sacerdotes cantavam os versículos de exortação. Não houve luta; os sacerdotes inertes, tiveram a dor de ver o ancião trepar ao altar, levantar o braço, estender o dedo e tocar no umbigo do ídolo.

P. – E ficou imortal?

K. – Lá vou. A consternação foi grande e natural; mas, entraram a correr as luas, e foi pegando o costuma de tocar no umbigo do ídolo. Vieram mais luas e ainda mais luas, e do umbigo passaram aos pés, aos joelhos, aos braços, às orelhas, às mãos, à boca e ao peito; era crença popular que o contato de uma parte do ídolo curava as moléstias, e toda as enfermidades do mundo ali vinham, tropeçando e gemendo, e sua ao altar, e chegavam os dedos a figura. E continuando as luas, passou aquilo a ser um exercício, e depois uma aposta,

e depois uma brincadeira, e foi assim, lentamente, que o ídolo perdeu o dom de fazer nascer trigo. Um dia...

P. – Ainda não acabou?

K. – Um dia, os doutores da lei, reunidos para emendar os sagrados textos, examinaram bem a história da decadência de um preceito tão antigo, e acharam que o primeiro que tocou o umbigo, esse se podia dizer que tocou as outras partes do corpo. E disseram, e escreveram que não há divisão na inviolabilidade, e que o umbigo... Ó diabo! Lá passei a casa! Pare! Pare! Adeus! Amanhã lhe contarei o resto.

LULU SÊNIOR – 09 de novembro de 1884.

Circular ao muito digno e muito ilustrado Corpo eleitoral.

Meu estimado senhor e amigo de minha alma.

Muito estimorei que, ao receber esta, esteja V. Ex. no gozo de mais perfeita saúde, em companhia de quantos lhe dizem respeito, inclusive a venerada sogra de V. Ex., a quem Deus guarde.

Eu, meu estimado senhor e amigo, vou vivendo como Deus quer e é servido, como quem foi ouvir o Ruy-Blas e viu o barítono pôr-se de cócoras para meter medo ao tenor, que barítono, meu senhor! Que pedaço de homem!

Mas o que eu queria dizer a V. Ex. não era propriamente isto, que vai ai só para amenizar as funduras da política em que pretendo meter-me, a ver se agarro pelos cabelos o nosso país, que já passou da chapa da borda do abismo, e se não lhe acodem a tempo, vai ver lá embaixo quem tem garrafas vazias para vender.

Não sou desses candidatos que pretendem embarrilar o eleitor, acendendo uma vela pra Deus e outra aquele sujeito mal-encarado que figura nos registros sob os pés do glorioso S. Miguel; entendo que as coisas estão bicudas e que isto sem cáusticos na nuca já não vai; portanto – Recite.

Quanto à questão do elemento servil não penso como o Dr. Dantas; quer S. Ex. que se liberte todos os escravos de sessenta anos; a mim parece-me está uma armadilha à boa-fé dos *outros. O Sr. Dantas descobriu este meio de satisfazer o Sr. Souza Carvalho, que quer que se amplie o sistema da lei do ventre livre.

Pode ser que o projeto do Sr. Dantas tenha sido elaborado de boa-fé; mas nós outros, homens de Estado, devemos ser essencialmente práticos, e parece-me pouco prático que, para facilitar os efeitos da lei do ventre livre, se faça esta exigência dos sessenta anos. Á primeira vista, parece que assim se facilita a ação da lei, mas é preciso notar que sessenta anos não os tem quem quer, nem é coisa que se possa obter por subscrição.

É verdade que o Sr. Souza Carvalho, ampliador do sistema ventre livre, parece não estar muito contente com os sessenta anos; mas, que diabo! Ninguém pode calcular quantos anos quererá o Sr. Visconde que tenham os pretos para que sejam livres.

Para acabar de uma vez com esta quitanda de escravidão, para ampliar a valer o sistema de lei do ventre livre, eu entendo que se deve libertar todos os escravos, tenham anos que tiverem, ainda que seja um só.

Se V. Ex. acha o sistema violento, tem a faca e o queijo na mão: vote no Brasil, então não falemos mais nisso.

A outra questão que nos assombrará é a questão financeira. Tem sido apresentado diversos alvitre, cada qual melhor para quem apresenta. Há o alvitre do Sr. Dr. Aquino que calculou que, se cada habitante do império entrasse para os cofres públicos com um tostão, não precisava mais nada pagar a Inglaterra e ainda receberemos de troco a Irlanda.

Há o alvitre do Sr. Castro Lopes, que mete no joguinho da loteria as apólices para que não tenham razão de queixa as cadernetas da Caixa Econômica. (Agora reparo que escrevo caixa logo depois de queixa, por isso a frase me saiu coxa. Isto há de ser obra do espírito do Quindam, discípulo do Caipira, que anda a divertir-se comigo.)

Eu suponho que tenho coisa muito melhor e peço a V. Ex. que acompanhe bem meu raciocínio.

Não me apresento como inventor, porque não inventei coisa alguma, apenas proponho que o governo faça por atacado o que até aqui tem feito por varejo.

Sabe V. EX. que isto de receber contas do governo é coisa que fia muito fino. Nessa especialidade o governo só tem um competidor, que lhe as lampas: a Ilma. Câmara municipal. Aquela paga tarde, esta, benza-a Deus, não paga nunca.

Pois bem: o governo converte isto em sistema, continua a cobrar as suas rendas e pôr no banco o rico dinheirinho. E não paga funcionários, nem contas, nem ingleses. Ao fim de um certo tempo, toda essa gente precisa tomar dinheiro a juros e vai buscá-lo ao banco; à proporção que argumenta a procura de dinheiro, o banco levanta os juros; por fim, chega-se à perfeição de deverem os credores mais juros do que de capital lhe deve o governo e está saldada a dívida.

Na ordem social, tenho também uma importante reforma a propor.

Toda a gente fala na necessidade de fazer leis que sirvam de chamariz ao imigrante: registro civil, liberdade religiosa, grande naturalização.

Eu sou por isso tudo e mais alguma coisa. A França, por exemplo, acaba de votar na lei do divórcio: um cidadão, que goste mais do nariz da mulher do seu vizinho do que daquele com que a natureza gratificou a própria esposa, faz a troca e fica tudo contente, mas, no casamento, não há soa a esposa amada, há também a sogra.

O meu projeto prevê o caso de um homem que está contente com a esposa a que ligou o Sr. Vigário, mas quem não seria todo desagradável mudar de sogra, só para variar. E a minha lei permite-lhe trocar a sogra por outra, ou mesmo cedê-la de graça, sem pedir troco.

V.Ex. Compreende quanta gente há na Europa capaz de vir para o Brasil só para gozar dos benefícios desta lei.

Com estas ideias, se V. Ex. não me der o seu voto, é que realmente os povos têm os governos e as sogras que merecem.

Com as quais, tenho a honra de ser de V. Ex.

Amicius certus in re incerta.

LÉLIO – 01 de dezembro de 1884

Prestes a levar a minha cédula à urna, eis as condições que imponho ao candidato.

Não exijo dele método político, nem estilo, nem ainda sintaxe; peço-lhe tão somente, como liberal, que ampare a liberdade, na queda em que vai a caminho do abismo.

Não vou falar dos vinhos falsificados e deitados ao mar, nem especialmente dos 350 barris que foram para o Rio Grande do Sul, e que a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL daqui denunciou à alfandega de lá, como feito de vegetais nocivos à saúde. Lá estão no mar com os outros. Também não quero saber se Ramalho Ortigão teve razão, há tempos, dizendo que o vinho do Porto é agora fabricado na Rua dos Ingleses. Em alguma rua há de fabricá-los.

A minha questão é mais elevada: é de liberdade.

No andar em que vamos, não tarda que a denúncia desça a outros ramos de negócio. Hoje persegue-se um vinho nocivo à saúde; amanhã iremos aos pesos falsificados, às medidas incorretas, às trocas de tecidos, à composição das velas, às solas dos sapatos, à seda dos

chapéus de sol; e, porque há abusos no comércio, lançaremos a suspeição a todo ele: - é a inquisição, é a santa-irmandade, é o farisaísmo.

Não, senhores; não pode ser isto, sob pena de aluir tudo. Que capricho é esse de querer que a lebre seja sempre lebre, e negar ao gato o direito de substituí-la uma ou outra vez? Há liberdade para as opiniões, que podem corromper a alma e a sociedade, e não há de haver para as coisas da boca? Porventura o corpo é mais que o espírito? Não vale mais a sociedade, que alguns indivíduos?

Dão-se abusos, de certo, mas a liberdade é isto mesmo; e melhor é tê-la assim que nenhuma.

E depois, há uma solidariedade de classes e profissões, sem a qual a sociedade parece. O vinho nocivo, se acaso corrompe a saúde de um homem, dá dinheiro ao médico chamado para tratá-lo, ao farmacêutico: e, no caso de morte, ao armador o funerário, ao padre, às cocheiras de carros. Tudo se liga na civilização. O falsificador não trabalha só para si.

Outra razão é científica. A Associação Comercial costuma ler Spencer? Naturalmente sim. Pois o releia. Lá verá que esses abusos são uma forma de canibalismo. “Assim como se diz (escreve o grande filósofo), que a lei entre as criaturas vivas é esta: - comer e ser comido, - assim também a lei desses abusos é esta: embaçar a ser embaçado.”

Se é uma Lei como fugir-lhe? E se há dois modos de cumpri-la, não é melhor fazê-lo pelo lado ativo? Não é claro que, se todos adotassem o lado passivo, se todos quisessem ser embaçados, não haveria embaçadela, por falta de embaçadores?

Propor tais questões é resolvê-las. Dou, portanto, meu voto a quem defender a liberdade mercantil, e, com ela, a liberdade social e política.

Não peço mais nada, nem que me ponha para aqui a taxa do câmbio de 1841 (30 ½ e 29 ¾, como ainda ontem li no *Jornal do Commercio* daquele tempo), nem que restitua o senso comum à irmandade de Santo Antônio dos Pobres. Quanto ao primeiro ponto, por mais que o Sr. Dr. Ferreira Vianna se entristeça com os 19 ½ atuais, acho que antes isso que nada. Quanto ao segundo, Deus que o permite, alguma razão terá.

Longe de mim contestar que a intimação da irmandade ao padre Neville, para que cesse com as prédicas na ocasião da missa, é uma das coisas mais burlescas destes últimos dois anos; mais o burlesco, posto inferior, é um gênero estimado.

Demais, o ofício do secretário diz que as prédicas são atos exclusivos do pároco, e isto lembra uma anedota de pregador que do alto do púlpito fulminava os que na composição das velas com que se aluminaavam os altares, misturavam indecentemente a cera com o sebo. “As almas pias (concluía o pregador) devem comprá-las na loja de meu irmão, que é o único que as fábricas de cera pura.” Logo, há velas e velas.

PUBLICOLA – 02 de dezembro de 1884.

Dou o cavaquinho pelo *Diário do Brasil*, porque decididamente não há como negar que o ilustrado colega é o Ponson du Terrail do nosso jornalismo.

Nenhum outro sabe como ele inventar um romance e dar-lhe todos os tons téticos e dramáticos necessários. Ali, naquelas colunas, o mais insignificante incidente assume proporções enormes, e do caso de um argueiro fazem com a maior facilidade... um *chef-d’oeuvre* do visconde de Arlincourt, que é hoje inferior ao seu colega de Souza Carvalho.

Vejamos uma prova no seu número de quinta-feira última, e no seu artigo editorial dirigido – Ao eleitorado da corte:

“A população da corte ainda não se esqueceu, de certo, das cenas *escandalosas e tumultuárias que envergonharam* a capital do império, logo em seguida à emancipação dos escravos na província do Ceará.

“Todos os dias se presenciava o repugnante espetáculo de *grupos sinistros e turbulentos* percorrerem as ruas, *atroando os ares com gritos rouquinhos e procurando infundir o terror, a fim de poderem roubar impunemente*.

“Cidadãos honrados e pacíficos *eram constrangidos*, com a mais revoltante arbitrariedade, a *desfazerem-se de bens legitimamente adquiridos* com o fruto de longos anos de trabalho e economia.

“Felizmente não durou por muito tempo esse reinado de terror...”

Etc., etc.

Vê-se quanto o ilustre colega sabe explorar o gênero, e como ele consegue, melhor que nenhum outro, fazer romances *à la minute*, inverossímeis, porém interessantíssimos.

As cenas tumultuárias que escandalizaram a capital, representam um belo arrojo de imaginação e um fraseado digno de ser aplaudido com alvoroço.

Quanto aos *grupos sinistros que procuravam infundir o terror para roubarem impunemente*, - isso é uma daquelas tiradas que recitadas ao piano, por um pálido Arthur. De olhar desvairado, ao som da Dalila, devem produzir uma impressão profunda e causar frio até à medula dos ossos.

Não me animo a dizer que parece ser aquela afirmação trágica de que *cidadãos honrados e pacíficos eram constrangidos a desfazerem-se dos seus bens...*, tanto mais quanto difícil encontrar no mais completo vocabulário louvaminheiro a palavra que exprima justamente a administração e o entusiasmo sem limites de quem lê aquilo, e fica a pedir mais.

Puro romance, é verdade, - mas interessante romance!

O que entretanto mais me subjugou a atenção e fez-me pasmar ante a tendência romântico-dramático do colega, foi o telegrama que ele publicou naquele mesmo número, dizendo que *tinha sido recebido do Ceará*, em ora não declarasse que tinha recebido a memorável nota telegráfica, ou por quem tinha sido ela expedida...

O telegrama é simples, mas por isso mesmo mais interessante.

Ele o que diz, em sua simplicidade majestático-tétrico-trágica, é o seguinte:

“Ottoni tem *atitude ameaçadora*. Demitiu o 2º suplente juiz municipal Missa velho. Casa vigário Pentecoste cercada. Governo *quer sangue*.”

Um presidente que tem atitude ameaçadora – é um título de obra do punho de Soulié; e *governo quer sangue* quer dizer que, encimando um capítulo de romance, seria o mais belo e atraente de todos os títulos.

O governo império quer sangue e quer só isso; não quer melhoramentos materiais, nem deseja por exemplo...votação cerrada nos seus candidatos abolicionistas. Ele quer só e exclusivamente – Sangue!

Oh! Cruel, desumano e sanguinário governo de instintos ferozes e bárbaros! Eu te abomino!

Além desse telegrama, fez o *Diário do Brasil* o que era possível para cada vez mais tétrico apresenta-se aos olhos da população fluminense, expondo ontem aos olhos do público, ansioso e ávido, uma série de cartazes escritos a giz.

Salvo seja, aquilo parecia enfeite de uma peça fúnebre, onde os candidatos derrotados viam seus nomes, como se tivessem sido escritos numa lápide mortuária! Boa ideia, é certo, mas fúnebre, triste, tão desoladora...!

Mas, enfim, o *Diário do Brasil* é o Ponson du Terrail, e como tal deve sempre proceder.

Os seus panos pretos de ontem eram a expressão viva dos seus artigos e dos seus telegramas de sempre: medonhos, horríveis, fúnebres.

E a população que os via sinistramente pendurados à sacada, passava de longe e benzia-se dizendo:

- Cruzes...

... tal qual como quando lê do *Diário* os artigos dos grupos sinistros e os telegramas do governo quer sangue.

LÉLIO – 6 de dezembro de 1884

Chove sangue, fuzila sangue, troveja sangue, tudo é sangue, sangue, sangue.

O assassinato telegráfico do sr. Conselheiro Rodrigues encheu naturalmente de indignação a toda a cidade; mas, por isso mesmo que foi só telegráfico, e que o morto ressuscitou com o balsamo igualmente telegráfico do presidente Ottoni, serviu para congregar as simpatias em volta do ex-ministro da guerra, e fazer do seu nome o assunto obrigado de todas as palestras, ontem, entre a hora do almoço e a do chá.

Já há dias, tivemos de falar e ouvir falar do sr. José Mariano, ferido por um estilhaço telegráfico. Durante muitas horas foi ele o leão do dia, o assunto da rua do Ouvidor, e o fato, por fortuna mentiroso, deu grande relevo à vitória eleitoral.

Ao ver isso, lembrou-me que se algum dia viver na província, empregarei por sistema o que a esses dois cavalheiros aconteceu por engano. Far-me-ei apunhalar algumas vezes, telegraficamente. Só isso valerá por cinco anos de vida pública.

Não presumo certamente inventar o sistema. Já Alcibiades tinha descoberto que cortar o rabo do cão é coisa para entreter uma cidade inteira. Eu corrijo a ideia dele, unicamente no ponto de cortar o próprio rabo. Dói menos ao cão e o efeito é muito maior.

A razão é simples. Há, em primeiro lugar, os amigos que se sentem deveras a coisa, e andam de um lugar para outro lado, tontos fora de si. Seguem-se os inimigos que não se afligem, mas também não se consternam: limitam-se a iniciar a justiça da história. Uns dirão que eu, realmente, era um estouvado: outros que tinha o nariz impicante; e não faltará até quem chegue a negar-me toda a espécie de nariz – como um sinal de desprezo do céu.

Chegam os bons, compassivos, filantropos, patriotas, que sentem como os amigos, e melhor que eles, pois não os levam nenhum sentimento pessoal. Vêm os indiferentes e os curiosos, que gostam de sair da monotonia, do ramerrão da cidade, e dão tudo por uma notícia de sensação. Alguns deles levam o diletantismo ao ponto de padecer com o desmentido de uma notícia dessas, e fazem tudo por salvá-la.

Qualquer, porém, que seja o modo de sentir de cada um, contanto que todos falem, tudo vai bem; é o essencial. A gente vive mais e melhor, com um relevo raro, excluindo o resto dos homens. Durante horas e horas, domina-se a opinião. Que ação nobre ou que magnífico livro não seria necessário para obter o mesmo? Uma simples facada produz tudo isso, sem gastar coração nem talento.

Está dito, é o que vou fazer. E estou já com tal pressa, que nem acabo esta bala. Adeus, vou para fora: daqui a sete dias sou atravessado por um bom telegrama de Toledo, e então é que hão de ver o que valho na rua do Ouvidor e a cidade adjacente.

JOÃO TESOURUNHA – 09 de dezembro de 1884.

Parabéns, Sr. Visconde.

Vê V. Ex. que eu não sou dos últimos a felicitá-los pelo seu triunfo eleitoral, na Paraíba.

Não sou dos últimos a regozijar-me por esse fato altamente significativo para o Diário do Brasil, porque eu já o esperava, já contava com ele desde que vi V. Ex derrotado na província de Pernambuco.

A Paraíba acaba de praticar num ato de justiça, elege V. Ex. seu representante.

Se este fosse o seu procedimento, ela devia ser riscada do mapa do Império, com uma providência sem autonomia e muito pouco decente.

Ainda bem que aquela província soube mais uma vez elevar-se á altura de um princípio. Já ela elegerá para o senado o Sr. Meira de Vasconcelos, aquele seu filho diletto que, por ocasião da grande seca que afligiu aquela província, levou a sua dor ao extremo nunca visto de encontrar cadáveres de mortos nos frontispícios das portas das casas.

Agora aquela nesga deste torrão abençoado ainda revela acentuadamente nas urnas que o seu patriotismo está muito longe de se achar extinto e elege o Sr. Visconde para procurador dos seus interesses materiais e Moraes.

Honra a Paraíba, honra a essa heroica província, onde não puderam prevalecer as saudações de um governo pérfido e onde só tem guarida as ambições nobres, os intuitos elevados e alguns contos de reis, para a compra de votos.

Infelizmente o mesmo não se pode dizer da província do Ceará.

Ponha-se em confronto o procedimento da Paraíba e o procedimento do Ceará, e ver-se-á a triste conclusão a que se chega.

Uma, a Paraíba, transborda de reconhecimento e de gratidão, volta-se para o seu antigo deputado e, com as lagrimas na voz, diz-lhe, a pingar enternecimento:

“Aí tens, meu Visconde, é a segunda vez que te entregamos este diploma. Como da primeira não fizeste caso algum dele, espero que da segunda te lembres que não sou indiferente.

A outra, o Ceará, o que é que diz ao seu barão?

Meu caro, na primeira todos caem e na segunda só é tolo. Mande-te a câmara e foi o mesmo que lá tivesse mandado um papagaio sem fala. Resmungaste por ali algumas palavras, com pouca gramática e sem nenhum proveito para mim. Voltaste agora a para pedir a renovação do mandato. Para que? Deixa-te disso, meu barão, vai tratar de outro ofício.”

E ali está como duas províncias irmãs tem sentimentos diversos. Questão de educação, porque a índole é a mesma.

A Paraíba está educada pelo Visconde, o Ceará está corrompido pelos abolicionistas. De causas diversas, efeitos igualmente diversos.

O barão e o visconde são duas almas num corpo só, unidas no interior patriótico de esmagarem com os quatro pés a cabeça da hidra do abolicionismo.

O barão, porém, é menos esperto do que o visconde. O barão, fiado no seu talento, nos seus recursos oratórios, entrega a sua eleição a consciência do Ceará e o Ceará, em vez de diploma, manda-lhe uma derrota de primeira qualidade.

O visconde, que mais de perto a soberania, que a tem visto por todos os lados as faces, lança uma isca para Pernambuco e outras para a Paraíba.

Em Pernambuco comem-lhe a isca e fazem não sei o que no anzol, na Paraíba engolem o anzol e a isca!

Parabéns ao visconde.

LÉLIO – 12 de dezembro de 1884.

Castro Malta? Perguntaram-me os vermes.

- Sim, Castro Malta... Uns dizem que morreu, outros que não; afirma-se que está enterrado e desenterrado; que faleceu de uma doença, se não foi de outra. Então lembrou-me de vir aqui ao cemitério a estas horas mortas, para interrogá-los e para que me digam francamente se ele aqui esteve ou está, e...

Os vermes riram às bandeiras despregadas; eu, menos vexado que medroso, pedi-lhes desculpa, declarando que só o amor da verdade me obrigará a fazer o que estava fazendo.

-Não pense que estamos mofando do senhor, respondeu um dos vermes mais graúdos. Castro Malta é o nome – do homem?

- Justamente. Onde está ele?

- *Alas, poor Yorick!* Não podemos saber nada; isto cá embaixo é tudo anônimo. Ninguém aqui se chama coisa alguma. César ou João Fernandes é para nós o mesmo jantar. Não estremeças de horror, meu filho. Castro Malta? Não temos matrículas nem pias de batismo. Pode ser que ele esteja por aí, pode ser também que não; mas lá jurar é o que não juramos...

- Mas então...? Não, não creio.

- Não crê! Exclamaram eles em coro, rindo: não crê!

- E por que é que não há de crer? Redarguiu o graúdo. Que interesse temos nós em lhe mentir? Não distinguimos nomes, nem caras, nem opiniões, quaisquer que sejam, políticas e não políticas. Olhe, vocês às vezes batem-se nas eleições e morrem alguns. Cá embaixo, como ninguém opina, limitam-se todos a ser igualmente devorados, e o sabor é o mesmo. Às vezes, o liberal é o melhor que o conservador; outras vezes é o contrário: questão de idade. Os vermes (não os deuses, como diziam os antigos) amam os que morrem moços. Você por que é que não fica hoje mesmo por aqui?

- Lisonjeiro! Não posso; tenho que fazer.

- Deixe-se de imposturas!

- Não, palavra. Vou saber se a erva Homeriana é da Sibéria ou da Prússia. Dá-se com estas ervas o mesmo que se dá com o Castro Malta...

- Está e não está enterrado!

- Não...

- Então, é ela mesma que enterra os outros...

-Segundo o Souza lima; mas, segundo o Bertini desenterra.

- *Esse et non esse.*

- Vocês sabem latim?

- Se lhe parece! Comemos todo o povo romano. Mas então a tal erva...

- Diz uma revista prussiana que é da Prússia, mas um atestado austríaco diz que é da Sibéria... Tal qual o Rodrigues.

- Outro defunto?

- Justamente, outro defunto, opinião de Teodoreto...

- Que está vivo.

- Que está vivo; mas na opinião do Rodrigues...

- Que está morto.

- Que estaria morto; na opinião do Rodrigues, o defunto é o Teodoreto. Tudo vai assim cá por cima: cada coisa é e não é ao mesmo tempo. Quantos deputados há favoráveis ao projeto Dantas? Perguntei a um vizinho da esquerda, e ele disse-me que 36, e citou os nomes; falei a outro da direita, e respondeu-me que 16, e citou também os nomes...

- Está vendo? E você ainda nos pede nomes de defuntos! Pois se os de gente viva andam da direita para esquerda e de cima para baixo, como usá-los aqui, onde não há

câmaras, nem governo, nem projetos, onde tudo é livre e mais que livre? Vá, meu amigo! Boa noite, ouviu? Boa noite, até a vista, e que seja breve.

LÉLIO – 21 de maio de 1885

Deusa eterna das ilusões, Maya, divina Maya, entorna sobre mim a tua ânfora e conta-me o que se não passará hoje, nem amanhã, nem depois, nem segunda-feira.

Hoje, reunida na câmara dos deputados, elege logo a mesa e a comissão de resposta à fala do trono. A comissão reúne-se imediatamente, e, considerando já o ano passado, encerrou-se o parlamento sem responder nada à coroa; que este ano, durante a sessão extraordinária, nem se pôde nomear a comissão; e finalmente que esta lacuna, posto se trate de uma formalidade e não de um princípio, pode ser interpretada por alguns, não como um descuido, mas como um sintoma da podridão da própria câmara, resolve formular o projeto para ser apresentado amanhã.

Amanhã, sexta-feira, é lido o projeto perante a câmara, que aplaude a solicitude da comissão, e pede urgência para o debate. O presidente dá o projeto para a ordem do dia de sábado.

No sábado, a cidade, estupefata, vê reunir-se a câmara, que até aqui cumpria fielmente aquela regra do Pentateuco que todo o israelita traz de cor, a saber: “no sábado entrarás na tua tenda, e não sairás dela.” Reúne-se a câmara para o fim de resgatar pela brevidade a omissão das duas últimas sessões.

Logo no princípio do debate, pede a palavra um deputado cujo nome não me ocorre, e começa uma dissertação acerca das origens do sistema representativo e do uso do voto de graças; mas a câmara brada-lhe energicamente que passe ao dilúvio.

Não tem diversa sorte outro orador que deseja saber por qual motivo estão vagas algumas comarcas do norte e se o carcereiro Reginaldo foi ou não metido em processo. Reginaldo? A câmara levanta os ombros, diz-lhe que não se trata de pequenez locais, e o deputado senta-se.

Varridos assim esses últimos elementos de um passado igualmente maçador e pueril, começa o debate, que não dura mais de três horas, falando em primeiro lugar o sr. Andrade Figueira, em nome do partido conservador, e seguindo-se a ele os senhores Lourenço de Albuquerque, José Mariano e presidente do conselho. Este faz algumas declarações importantes; diz redondamente à câmara que, na questão de saber se o orçamento deve proceder à reforma servil, ou esta ou aquela opinião do governo é que devem ser tratados ambos ao mesmo tempo.

Antes das cinco horas estará votado o projeto; o senado, para não ficar atrás da câmara, terá discutido e votado o seu, e as respectivas mesas oficiarão ao governo comunicando que as respostas estão prontas. O Imperador marca o dia de segunda-feira, à uma hora da tarde, no paço da cidade. Cerimonial do costume.

Assim, após longos anos de desvio nesta matéria, e de omissão nos últimos tempos, o parlamento fará da discussão da resposta à fala do trono o que ela deve ser: uma expressão sumaria e substancial dos sentimentos dos partidos, em vez de um concerto sinfônico, em que todos os tenores e todos os trombones desejam aparecer.

Maya, divina Maya, deusa eterna das ilusões...

LÉLIO – Sábado, 20 de junho de 1885.

DÍALOGO DOS ASTROS.

Dom Sol: - Mercúrio, dá cá os jornais do dia.

Mercúrio: - Sim, meu senhor, (procurando os jornais). Sempre me admira muito como é que Vossa Claridade pode ler tantos jornais. São todos interessantes? Olhe, aqui tem o Escorpião.

Dom Sol: - Uns mais que outros; mas ainda que não tivesse interesse nenhum, era preciso lê-los, para saber do que vai pelo Universo. Já chegou a Via Láctea?

Mercúrio: - Aqui está.

Dom Sol: - Esta folha é das menores; tem uma circulação de trezentos bilhões de exemplares.

Mercúrio: - Já não é mau! Aqui está o Eclipse e a Fase...

Dom Sol:- Não são tão bons.

Mercúrio: - O crescente, a Bella Estrella Canopus e a Revista Constelações. Creio que é tudo. Falta só o Cometa, mas sabe, só aparece de longe em longe; dizem até que vai fechar a porta.

Dom Sol (distráido): - Il faut qu'une porte soit ouvert ou fermée.

Mercúrio: - Gracioso! Mui gracioso!

Dom Sol (a parte): - O que eu disse não tem graça nenhuma; foi uma cousa como qualquer outra; mas ele há de rir por força. (Alto) Bem; agora deixe-me.

Mercúrio: - Perdão, mas... acho que uma folha que nunca vi...Diário do Brasil. Vossa claridade conhece-a?

Dom Sol: - Diário do Brasil? Não.

Mercúrio: - Estava aqui com as outras; são três números. Creio que é da Terra.

Dom Sol: - Tu sabes que da Terra só leio o que diz respeito ao aspecto do céu, e isso mesmo só para saber que figura fazemos lá embaixo. Diário do Brasil? Tu vês que até o título é bárbaro. Leva, leva...

Mercúrio (percorrendo um número):- Contudo, há cousas interessantes... Oh! Cá está o nome de Vossa Claridade; é uma carta que lhe mandam. Há de haver-nos outros números. Cá está mais uma, mais duas.

Dom Sol:- Cartas a mim? Eles que me escrevam, é que tem alguma coisa nova e interessante na cabeça. Se assim não fosse, não me escreveriam.

Mercúrio: - Exato! Perfeitamente exato!

Dom Sol(aparte): - Isto que acho de dizer, é inteiramente falso: mas a mania dele é achar exato em tudo o que não acha gracioso. (alto). Mercúrio, preciso estar só; vai ali à constelação da grande Ursa fazer-lhe uma visita.

Mercúrio: - Obedeço! (aparte). Os tais números do Diário do Brasil foram recebidos por mim mesmo à porta do firmamento, para fazê-los chegar às mãos de sua Claridade. Esperamos agora o efeito da leitura. (saí.)

Dom Sol: - Vejamos as tais cartas. São três... Tratam-me com muito azedume e ainda pior... Elemento o que?... Servil. Não sei o que é. Elemento servil? Eu só conheço os antigos elementos, que eram quatro, o hoje andam às dúzias. Diz aqui que eu, se mergulhar numa pipa de azeite, não saio incólume; mas é que eu não mergulho. Para que diabo havia de mergulhar numa pipa de azeite? Confesso que não entendo. (depois de ler algum tempo). Aqui parece que se me enxerta a não esquecer um inolvidável dever, e acho isso bom, porque o dever é coisa tão árdua, que ainda sendo inolvidável, pode ser olvidável. Provavelmente a palavra está na moda; lá que é bonita, é. Inolvidável! Já me disseram que naquele país certas palavras são como os feitiços do fraque aparece como um feitiço novo, todos pegam do feitiço até abandalhá-

lo; depois vem outro. Houve um feitiço imaculado, depois veio o feitiço incomparável, depois o feitiço nítido, agora é o feitiço inolvidável. (pausa). Começo a ficar aborrecido. Mercúrio!

Mercúrio: - Pronto!

Dom Sol: - Já tinha saído?

Mercúrio: - Já, sim, senhor; estava ali a cinco mil quilômetros, quando Vossa Claridade se dignou a chamar-me.

Dom Sol: - Mercúrio, eu não entendo essas cartas. Dizem-me coisas que não sei absolutamente nada. Eu não mandei ninguém soprar coisa nenhuma no seio da Representação Nacional. Não sei mesmo de onde é que ela fica. É alguma constelação nova?

Mercúrio: - Saberá Vossa Claridade que, metaforicamente, pode chamar-se uma constelação, mas não o é, no sentido natural.

Dom Sol: - Então o que é?

Mercúrio: - Com sua licença, é a assembleia das pessoas que o povo escolhe para tratar de seus negócios, fazer as leis, votar os impostos. Compõe-se de uma maioria de uma minoria.

Dom Sol: - Mas então este pedaço de carta, alude á lua, que também se divide em minguate e crescente...

Mercúrio: - Gracioso! Mui gracioso!

Dom Sol: - É insuportável! Os senhores são testemunhas de que eu disse aquilo simplesmente para me matar o tempo, mas o diabo acha gracioso tudo que não acha exato. (alto). Mercúrio, estas cartas provavelmente são para o imperador daquele país. Chamam-lhe sol, como Luiz XIV, mas é pura sinonímia não tem nada comigo.

Mercúrio: - E o mais é, que bem pode ser assim, pois agora Vossa Claridade, que eu mesmo é que as recebi à porta, com recomendação de as entregar em mão. É o que foi; enganaram-se com o nome.

Dom Sol: - Mande-as ao imperador, que naturalmente terá recebido muitas outras. Sabe-se ele guarda-as todas?

Mercúrio: - não, meu senhor, não sei.

Dom Sol: - Eu, no caso dele, só guardava as que tivessem estilo. Olha, Mercúrio, os arrufos passam, mas o estilo fica (a parte). Entendam lá este paspalhão: agora que eu disse uma coisa melhorzinha, é que ele se deixa estar calado.

LY – 02 de fevereiro de 1886.

Fui ver a Mulher-Homem e sai chorando, é sai chorando.

É esquisito que isto acontece ao expectador da revista tão espirituosa: mas, explicada a natureza do sentimento que me produziu a irritação nas glândulas lacrimais, em nada fica desabonada a peça.

Não chorei de pesar, mas de comoção de outra ordem. Como bom patriota que sou, de há muito que tinha uma grande preocupação.

Francamente o digo para que o leitor não adquira uma errônea crença: aquela preocupação não tinha por base nenhuma questão social.

Não me dava cuidados a do elemento servil. Desde que a pedra rolou da montanha eu sempre disse com os meus botões que um dia ela havia de parar. Se a questão era uma questão vencida, se a ideia era vencedora, compreende o público que, razoavelmente, eu estava dispensando de prestar o meu concurso de considerações a semelhante ordem de ideias.

As finanças do império não me fizeram nunca a mínima mocha. O governo é que deve saber quando há falta de dinheiro nos cofres do tesouro, e como quando falta o cobre e até quando não falta, o governo tem a faculdade de fazer imprimir notas, bem se vê que estas questões são das tais que não valem dez réis de mel coado.

Assim outras queixam-se as províncias e que não podem viver subjugadas ao centro, como estão. A sua renda parece que é de crivos, e pelos buracos parece que passa para a corte o que devia ficar lá pelo interior beneficiando os povos. Mas, se S. Paulo queixa-se do que é roubado, Goiás não pode fazer igual. Logo, e como boas irmãs, as províncias auxiliam-se mutuamente, embora o auxílio não seja direto e passe pelas mãos de um pai que leva vantagens reais ao mais desbragado perdulário.

Com a federação, como com todas essas questões gerais, não me importei e nem me importo. Passando dos problemas gerias aos particulares eu sinto a falta de água, mas não queixo, porque queixar e não queixar vem tudo a dar na mesma coisa, a municipalidade está fazendo coisas esquisitas, mas não a culpa, não é dela, senão dos eleitores em cujo número estou. E assim para tudo a minha natureza amante das comodidades sempre encontrou uma desculpa, que ao mesmo tempo era uma evasiva.

O que, porém, me faz criar cabelos brancos antes do tempo em que um meu colega os tem... pretos, foi a questão da gramática.

Tínhamos homens sem gramática, mulheres sem gramática, povo sem gramática, imprensa sem gramática. Tudo era sem gramática.

Agora, porém, raiou a aurora da regeneração linguística. Nem tudo está perdido neste país.

A imprensa rejubila-se e rejuvenesce na pessoa do colega da Semana.

A Semana sabe gramática.

Ela mesma já o disse e tem repetido muitas vezes. Mas, por maior independência que eu reconheça na distância colega, tenho por velho hábito não firmar em determinada questão o meu pleno juízo dos interessados.

Veio, porém, a revista do ano confirmar a asserção do colega.

Entra em cena a gramática e toda a imprensa foge espavorida, como se fugisse da cólera.

Vem maltratada a infeliz gramática. Só essa Semana a venera, porque só a semana a compreende.

E, se alguém comete a heresia de dizer que a gentil colega também pecou, ela responde, com a cristalina consciência de procedimento sempre irrepreensível:

- Não; não fui eu; foi o revisor!

A imaculada colega é inatacável. Correta como tudo quanto há de mais correto, ou antes, correta como só ela é.

Isto, que eu acreditava, lendo-a: isto, que eu juraria pelas suas palavras, vejo agora confirmada pela Mulher-Homem, que apesar do Hermafroditismo, não pode ser suspeita no caso.

A Semana sabe gramática.

E aí está porque eu vendo a revista, chorei de puro contentamento.

LULU SÊNIOR – 26 de abril de 1886.

Recebemos ontem, pelo correio da Psicologia de Imprensa, o seguinte bilhetinho, de Escaravelho, por antonomásia o imaculado:

“Gazeta de Notícias. - Discorre magistralmente sobre a reforma da Irlanda, sobre a reforma das apólices nem palavra. Naturalmente, negociou a defesa da conversão a tanto por linha pedida, mas não lhe chegaram ao preço deixa matrizes editoriais. O sistema é conhecido. *Papatace, se non papa grida*”

Isto caiu cá em casa como chuva do céu, e o patrão encarregou-me de tratar o negócio com Escaravelho, o que passo a fazer sem mais preâmbulos.

Não há nada como a gente lidar com quem nos entende, e Escaravelho, pela sua longa prática e pelo feito que Deus lhe deu, é mestre nesses negócios de preço de linha pedida para defender governos, e preços de editores.

Ao que me parece, nós temos de juntar-nos para fazer uma conspiração, uma espécie de convênio, para que um não defenda o governo mais em conta do que o outro livre, já se vê, a cada um, como em todos os contratos entre gente honrada que pretende explorar terceiro, o direito de passar a perna ao sócio, mas com jeito, de modo que ele não dê pela tramoia.

Nós cá em casa somos ainda muito calouros nisto de entrelinhas: só os tivemos no tempo do ministério de Dantas. E agora - graças a Deus e a gulodice crescendo do Jornal - também temos tido alguns; mas o patrão não sabe ainda que nos pode dar a mão.

Ao que me parece, quando o Jornal aceita uma série de entrelinhas do governo, para defender está ou aquela ideia, seja qual for a ideia, contando que venha do governo, faz um contrato a tanto por linha pedida, tanto mais salgadinho que o que se leva ao particular. O quanto é que nós não sabemos, e é o que o Escaravelho vai ter a bondade de dizer-nos, para nosso governo. Mais cinquenta por cento? Mais cem por cento? Depende da natureza da ideia a defender? Sendo pouca vergonha grossa, patifaria de marca maior, quanto vale a linha pedida?

Acode-nos. Escaravelho, tira-nos deste embaraço cruel; e até, se queres, fazemos uma sucia, e repartimos os lucros como bons amigos que somos, e, para maior asseio do negócio, põe cada um à sua faca à cinta.

A linha pedida, porém, é o mesmo; e se Escaravelho não quer revelar os segredos da administração, pode guardar reserva; mas os editoriais é que nos quebram a cabeça.

Nós estamos com o prato de mel, e o Sr. Conselheiro Belisário está a fazer-nos fusquinha com a sopa. Precisa-se de um - Consummatum est, diz S. Ex.

Já houve um que custou oitenta contos, segundo se disse. Se nós aplicarmos a esta ordem de matéria paga a teoria que aplicamos a outra, teríamos de pedir muito mais, porque o Escaravelho bem sabe que a Gazeta tem o dobro da circulação do seu Jornal; mas como diabo se há de chegar o patrão ao Sr. Ministro da fazenda, e pedir-lhe cento e tantos ou duzentos contos por artigo?

E dali nem a gente sabe como se há de começar uma conversa assim! É o ministro que propõe? É o jornalista que se oferece?

Ai! A experiência! Que falta nos faz a experiência! E que feliz homem é o Escaravelho, já tão experimentado!

Que limpeza! Mesmo oitenta contos por um artigo! Mesmo em apólices de 5%, mesmo com essa coisa a que o governo chama de (2 palavras, jornal amassado), preço, francamente, nós, que ainda não fomos presos por gatunos, que não temos retrato na polícia, escreveríamos um Consummatum est, e ainda daríamos de quebra qualquer outra coisa em latim, em grego, em hebraico, em congo, no diabo que carregue a vergonha e a tolice.

Mas agora me lembro: provavelmente, essas transações, não se fazem perante o tabelião, nós pedimos conselho ao Escaravelho, e ele diz-nos: um consummatum a respeito da conversão vale, pelo barato, cem contos de réis: e o patrão chega-se ao Sr. Ministro da fazenda e diz-lhe que não se pode vender por menos: o Sr. Ministro responde que a de pensar no caso, e no dia seguinte fecha o negócio com o jornal por cinquenta o que já é bem bom ... para o Jornal.

Nada: o melhor é cada um cuidar de si, e o que a lealdade nos aconselha, é principalmente que passemos a perna ao vizinho; por conseguinte aí vai a nossa proposta ao Sr. Conselheiro Belisário: se V. Ex. precisa comprar um Consummatum, nós aceitamos o preço do Jornal, e fazemos dez por cento de abatimento, dinheiro a vista.

Agora, descalça lá essa bota, Escaravelho. Mira-te neste espelho, e vê como tem frutificado tua obra.

LULU SÊNIOR – 18 de junho de 1886.

Pergunto-me há dias, um amigo que acha que sou muito entendido nisto de ler na fisionomia dos rostos de cada um, que cara tinha o sr. Barão de Cotegipe, quando falou no senado naquela história do período bifado da resposta à fala do trono. Eu, que sou um alho, respondi ao meu amigo, que o Sr. Barão de Cotegipe deu o cavaco com a brincadeira.

Nós somos, no carneiro povo-carneiro, o povo mais carneiro que Deus deitou neste mundo. A distância que vai de um a outro polo da terra, é muito menor que a que tem de percorrer a mostarda para nos chegar ao nariz; mas, em se tratando de falar baixe, em família, contem conosco. Se nós não influímos sobre a marcha dos negócios se não escolhermos quem nos represente e quem nos governe, em compensação regalamo-nos de resmungar.

Para nós não há governo que preste, e tudo nos serve de pretexto para dar a língua. Por exemplo: um ministro apresenta um orçamento de despesa tal e qual como o dos anos anteriores, e nós bradamos logo: - Esbanjador! Pode ter cortado esta verba, e aquela, e mais essa, aquela outra! Para que tanto empregado! Se, porém o ministro suprime algum emprego: - Olhem lá onde eles fazem economias! No dinheirinho dos pobres! Lá fica mais uma família reduzida a miséria.

Por este vazo, e mais por outras razões especiais que não vêm aqui a propósito – porque isto não é crônica política -não se pode dizer que o Brasil tem estado de cócoras e entoar louva minhas ao Sr. Barão de Cotegipe; já se tem dito de S. Ex. o que os gatos pensam dos cães, e vice-versa.

Mas quando um homem um bom é conservador e barão, bem se importar que chova arroz em casa do vizinho. Todas as manhãs e, todas as tardes, os jornais disparam contra S. Ex. artigos, que esperam ser o tiro de honra; noventa e nove vezes sobre noventa e oito, S. Ex. não os lê, ou, se os lê, acha, quando muito, ou que os artigos têm graça, ou que os jornalistas empregariam melhor o seu tempo plantando batatas.

De vez em quando, reúne-se um meeting, popular, e, ao aplauso das multidões entusiasmadas, alguns oradores idem desfiam um rosário de queixas contra o governo; mas o Sr. Barão diz lá com os meus botões, que o verdadeiro meeting é o permanente de S. Cristóvão.

Na câmara, a minoria acumula requerimentos e interpelações, e o Sr. barão vai à enciclopédia do riso e da galhofa, e reedita uma pilheria, que já fez a felicidade dos avós de quem os tem.

Tudo isso, Zé Povinho, imprensa, tribuna popular, minoria da câmara, são coisas mínimas, que nem chegam a fazer cocegas a S. Ex., enquanto tiver por si a confiança da coroa, vento que ainda está de feição, e a da maioria da câmara, leme que S. Ex. volta para onde lhe apraz.

Mas a tal pilheria do senado, essa é que S. Ex. achou de mau gosto. Por pouco, o nobre barão exclamava como a criança que se deixa apanhar no vai-te esconder e ainda procura fugir, dizendo: - assim não vale!

S. Ex. não achou um dito de espírito para opor ao caso, e nem mesmo respondeu simplesmente que o assunto não faz política.

Deu cavaco, e replicou de modo a fazer dar o cavaco aqueles que o encavacaram: ainda que o senado de 20 votos de desconfiança, não aceito as suas imposições.

Erro, Sr. Barão de Cotegipe, erro funesto! Respondendo com um pouco menos de calor, o voto do senado iria apenas figurar, embora em primeiro lugar, ao lado da maioria da câmara, dos artigos da imprensa, dos discursos dos meetings e das tagarelises de comadres, subindo a serra, S. Ex. tem de dar-se incomodo de a descer, e esta serra é pior de descer que

subir, porque a gente sobe de supetão, sem dar por isso, sem querer, e quando se desce, passo a passo, é que se vê que se teria feito muito melhor figura ficando cá em baixo.

E demais, S. Ex., que é diplomata, meteu-se numa alhada de que pode sair se mal.

Um macaco velho sem alusão não haveria ter metido assim a mão na cumbuca de papa Peter. Sabe, por experiência própria, que o homem faz um consumo medonho de que ego: sabe, por experiência, que isto de fazer pouco caso de cima pra baixo, é como água que tanto desce pelos canos como sobe pelos repuxos, e que, se o homem de S. Cristóvão não entender que vinte manifestações do senado são barro, e se der à fantasia de ter mais um capricho, por rurais que S. Ex. diga que a coroa erra, não há povo nem câmara que o apoiem na aliás boa doutrina, simplesmente pela razão de que não é o povo, e a câmara não é câmara.

Ora dada essa hipótese, o arreganho de S. Ex. teria de ficar em fraldas de camisa: o que não é a melhor compostura para um barão apresentar-se em público.

Que S. Ex. qualifique severamente, asperamente, o que fez o senado, mas responder pelo dia de amanhã. Esquecido da maneira porque subiu há pouco, e da maneira porque desceu não há muito, isso é que não é prudente, e para o ter feito só há uma desculpa: S. Ex. deu o cavaco e perdeu a habitual serenidade.

Do contrário, nunca se teria esquecido do refrão: - com teu amo não jogues às paras.

LY - 26 de julho de 1886.

Pode entrar nos hábitos da população como o padre-nosso de cada dia, esta grande verdade já hoje incontestável – a província de S. Paulo vai à frente de suas irmãs do progresso e da civilização.

Eu sei bem que muita gente já tinha dito isto, mas nem por isso perde a razão de ser, e ao contrário é mais agradável a gente a ter a seu lado a maioria, coisa de que pode dar boas informações o Sr. Cotegipe, relativamente ao caso do Mentos tu, que lhe foi dito pelo senado.

Eu reclamaria para Campinas, especialmente, a afirmação feita em geral a província. Campinas é que tem mostrado nestes últimos tempos para que servem os pastéis de nata, e de capital agrícola que é, já tem direito de reclamar foros de capital do espírito paulista

Há coisa de um ano pouco mais ou menos criou-se naquela cidade uma associação dançante, dirigida por senhoras, composta de senhoras, e para serviço das senhoras. Uma espécie de Club Beethoven, muito pelo contrário: homem só entrava lá por convite muito solicitado e não tinha voz ativa as senhoras é que tiravam seus pares, as senhoras é que ofereciam os licores, as senhoras é que perguntavam se o cavalheiro estava fadigado e se queria sentar-se.

O espírito masculino segue também a tendência feminina, e tanto mais curiosidade tem sobre qualquer coisa, quanto mais proibida é esta: daqui resultou a concorrência enorme aos salões daquele pequeno império feminino, e das associadas de então não há de hoje nenhuma solteira, fato que pode ser provado não só pelos registros de casamento, mas também por certidões de batismo.

Agora no dia 14, há no sétimo distrito uma eleição geral. Havia três candidatos, um conservador, outro liberal e outro republicano. Em regra, os indivíduos que pertencem a estas três pensões políticas não têm notáveis distinções físicas que separem entre si e do resto da humanidade; cada um deles tem o nariz, a boca, ou as orelhas, e porventura há pequenas diferenças em tamanho ou constituição, essas não são notáveis. Mas apesar disto, a gente em terra pequena, sabe bem quem é conservador, liberal ou republicano. Há sempre um chefe de cada um destes partidos, e este chefe faz de termômetro da convicção política do eleitor; se o

chefe liberal deixa cair o chapéu e cinco sujeitos correm para apanhá-lo – aí estão cinco liberais de todos os tempos; se a conservar espirra, o coro de Dominus Tecum é formado por vezes de sua gente; e assim pode-se conhecer também o republicano.

Não lhes falem em princípios de ordem, nem em desenvolvimento de elementos democráticos, nem em reformas radicais das instituições: perguntem-lhes apenas se eles são do partido do coronel X ou do Capitão Pinto do Brejo.

Desta regra, que pode ser aplicada geralmente a todo o Império, não foge Campinas.

No dia da eleição, os curiosos viam entrar na igreja ou na câmara os portadores das partículas da soberania nacional, e contavam os liberais, os conservadores e os republicanos. Um, dois, três, quatro, dez, cento e tantos liberais entram, votaram saíram... e o candidato liberal teve 12 votos! Com o conservador foi o contrário: poucos eleitores, muitos votos.

Portanto, a cidade que vai a mente etc., etc., etc... inventou nova doutrina política, pela qual a gente fica sabendo que o liberalismo é a arte que ensina a fazer crescer a votação dos candidatos conservadores, por meio de cédulas depositadas por liberais.

Não para aqui, porém, o progresso da cidade. No último número do Correio conta-se que ali foi criada a mais original sociedade que se tem visto em terras do Brasil. Esta sociedade tem o curioso título de – Sociedade Política, Dançante e de Beneficência. O mecanismo da sua vida é muito fácil de compreender: não há mensalidade, nem joia: a sociedade propõe-se dar bailes e a favorecer instituições pias. De algum modo havia de aparecer receita para isso, pois o dinheiro não cai do céu. Os estatutos preveniram o caso e dão ao presidente competência para vender ao candidato que mais der os votos dos associados, dos quais se exige qualidade de eleitor.

E depois disto, digam-me se Campinas não vai na vanguarda do progresso etc., etc.

LULU SÊNIOR – 12 de setembro de 1886.

Os homens das manifestações de apreço já vão tendo remorsos.

A coisa começou pelo retrato a óleo, e as primeiras vítimas foram os médicos e os subdelegados. Quando um daqueles, abaixo de Deus, fazia passar as cólicas da vizinhança, ou um destes soltava pela manhã os ébrios que prenderá à noite, pagas às custas do escrivão, podia contar a família a sua efigie, a óleo, com moldura dourada, e chapa de prata comemorativa.

Deus de vida e saúde a quem recebeu um desses trastes e teve a quem de dar copo de água aos ofertantes, por tal sinal que – modéstia à parte – o retrato não valia nem a água do copo.

A escrivanhinha de prata também tem muita extração; por pouco que um benemérito saiba assinar o seu nome, um belo dia lá lhe aparece à porta o bonde cheio de amigos portadores da referida prenda.

Parece, porém, que ultimamente os manifestantes protestaram sair da rotina e puseram-se a inventar coisas originais.

Aos condutores de bondes, por exemplo, ofereceram chapas de prata com o respectivo número; o que quer dizer que esse cidadão, no exercício de suas funções, não atira com o troco a cara do passageiro.

Ultimamente ofereceram a um distinto cidadão um cartão de visita, todo de ouro com um brilhante em uma das pontas, objetos de muito valor, mas condenado a servir unicamente de enfeite de mesa, porque a rigor o homem não pode andar com aquela joia pendurada ao pescoço.

No gênero, porém, o que mais me agrada e me parece mais útil é o apito de ouro.

Este é o revelador de que os manifestantes querem acabar com as manifestações.

Imagine-se um homem bom e dedicado à causa da humanidade, que tem massa do sangue a mania de fazer o bem. Uns anos pelos outros, esse desgraçado deve apanhar três a quatro manifestações que o podem reduzir literalmente a miséria, liquidando-o à força de copos de água.

Ora, o apito é uma espécie de arma de segurança contra a repetição do atentado. O homem recebe a primeira manifestação; ouve os discursos, explica-se com o banquete e mete a joia no bolso. Feitas as contas, vê que a mexa lhe é mais cara que o sebo, e quando o ameaçarem com outra manifestação, não faz nem duas, leva o presente à boca apita e ninguém mais lhe prega outra.

É a ferida do cão curada com o pelo do mesmo cão, a homeopatia aplicada á vida social, *similia similibus*, como dizia o Dr. Castro Lopes, que é homeopata, espírita, homem de espírito e fala latim.

Depois do apito, se os ofertantes deste preservativo não são um gripe ideal dissidente, só vejo um meio de fazer perdurar o vício das manifestações :é ver o copo de água fornecido pelos manifestantes ao manifestado, em casa de um deles.

A não ser assim, ou acabem-se as manifestações ou então o grupo dissidente. Os propagandistas da manifestação útil e preservativa como o apito, que reforcem a fortaleza dos manifestados com outros presentes igualmente aproveitáveis para o caso.

Lembro entre outros que se faça presente aos cidadãos ameaçados de manifestações de apreço, dos seguintes objetos:

Uma boa cerca de arame farpado;

U revolver de seis a doze tiros; um cão de fila;

Uma bomba de incêndio movida a vapor; e uma coleção completa de sogras, em bom uso, com os respectivos dentes, as respectivas unhas e as respectivas línguas.

LULU SÊNIOR – 18 de dezembro de 1886.

O Apóstolo não quer q a imprensa seja alegre; que uma imprensa urubu, uma imprensa missa de sétimo dia, uma imprensa de quaresma, sermão de lágrimas, bacalhau, luto fechado.

Mas, meu bem e reverendo colega, generalizando esse regime, nós acabávamos todos por parecer-nos contigo – *quod deus avertat* - e então é que o mundo se tornava de veras um vale de lágrimas. Escusávamos até de ter água encanada para abastecimento da cidade; era saírem as folhas do prelo, pela manhã, e desatar tudo a chorar por aí fora, inundando casas e ruas, e arruinando os Srs. Finnie & Kemp, e outros vendedores de água por atacado.

Não meu colega, nós não aceitaremos a tua doutrina, mesmo porque nós não somos padres, somos homens, e

*Mieux est de ris quo de larmes écrire,
Pour ce que rire est le propre de l'hemme.*

E sabes quem disse isto? Foi um padre, um padre que Roma não canonizou, que não viveu nem morreu em cheiro de santidade, mas que tem curado mais almas com a gargalhadas que lhes tem provocado, do que todos os padres juntos com toda a sua teologia. Foi o bom Rabelais, padre e médico, diplomata e porta, que viveu há três séculos e ainda não morreu, e não morrerá nunca, porque sua obra é eterna.

E o que queres tu que a gente faça, senão rir, de tudo o que vemos todos os dias, a começar pelos espetáculos que nos dão os padres?

Tu lembras-te ainda, decreto, do caso que se deu há dias na sacristia do sacramento. Um padre, logo depois da missa, logo depois de engolir o corpo e sangue do Salvador, pegou-se a unha com o sacristão, e atirou-lhe à cara um vaso sagrado, como lhe atiraria com outro vaso qualquer que tivesse a mão.

Pela doutrina, era caso para irmos todos em penitência ali ao Sacramento e benzermos toda a igreja, desde a grade até as agulhas. Vai tu, se te apetece: eu rio me.

Lembras-te também de uma questão em que anda empenhado o vigário de uma freguesia da corte com a mesa administrativa da respectiva irmandade.

Devo confessar que eu, que sou a imparcialidade em pessoa, entre um vigário que diz mal de uma porção de gente, e uma porção de gente que diz mal do vigário, pendo logo para a gente. É cá o meu feitio, e cada um como Deus o fez. Quem não me quiser assim, mande fazer outro de encomenda.

No correr da questão, de vez em quando o vigário vai-se queixar ao bispo, a irmandade queixa-se também ao bispo, o bispo abençoa o vigário e a irmandade, e lá vão eles outra vez para a igreja fazer chinfrim. E da igreja trazem o chinfrim para a imprensa, e o vigário em um de seus artigos conta nos uma história, de que, com certeza, quem tem culpa não é a irmandade.

Diz ele que a Sra. viscondessa de ... mandou rezar uma missa por alma de pessoa que foi cara, e que um reverendo padre recebeu o dinheiro da missa e fez crer que era rezada por alma do defunto uma outra que ele tinha de rezar em serviço da irmandade.

Eu sei mais ou menos o que tu pensas a este respeito: que mesmo entre próprios portugueses alguns traidores há algumas vezes; ou talvez haja uma casuística explicação para estas missas de dois tiros; eu, por mim, penso que, apesar de não estar o caso previsto em nenhum artigo tantos do Código Criminal, nem por isso deixa de ser uma reverenda pantomimice.

Tu, quando tiveste notícia do caso, naturalmente desataste a chorar; eu desatei a rir.

E o padre de Minas? A polícia tinha estabelecido um Aragão especial para as filhas de Jerusalém: a partir das dez horas da noite, era expressamente proibido não ter vergonha na terra do Tiradentes.

Nisto, sabe uma bela noite um reverendo sacerdote no exercício do seu santo ministério, e a volta os agentes agarram-no, e ferram com ele na cadeia.

A explicação que se dá do caso, é esta: o padre ia de batina, a polícia tomou a batina e entendeu que o padre era mulher. Muito bem, se a ordem fosse prender todas as mulheres que andassem pela rua depois das dez horas da noite; mas a ordem era só prender mulheres perdidas. Por conseguinte, algumas fez o padre, para que a polícia o tomasse perdida.

Eu tenho dado tratos à bola a ver se decifro o enigma. Iria o padre de batina arregaçada a mostrar a perna até o joelho? Levaria sobrepeliz decotada e mangas curtas? Estaria penteado de pastinhas? Ou quem sabe se deitou olhares e sorrisos à polícia? Perguntou ao cabo que horas eram?

Se nada disse se deu, eu, se fosse padre e mineiro, já a estas horas tinha posto - coroa de molho; mas alguma coisa deve ter havido, para tomarem assim um padre por mulher de vida airada.

Imagine o Apostolo que a polícia o encontra á noite na Guarda-Velha, ali pelos arredores das Folies Bresiliennnes...

Nem é bom pensar nisso!

Naturalmente, lendo a notícia, o colega indignou-se contra a polícia mineira; eu rio-me, e ei de rir-me,

Pour ce que rire est le propre de l'homme.

E antes viver segundo esta sentença profundamente humana, do que correr o risco de passar por pertencer àquela classe de bichos de que um naturalista disse que era o animal mais sério da criação.